Sistema Gerenciador de Publicações Legais
Diário Oficial Eletrônico
dos Municípios do Estado do Amazonas

Amazonas , 02 de Setembro de 2026 • Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas • ANO XVIII | Nº 4184

Expediente:
Associação Amazonense de Municípios - AAM

DIRETORIA 2025-2029

CONSELHO DIRETOR

Presidente:ANDERSON JOSÉ DE SOUSA, Ex-Prefeito Municipal de Rio Preto da Eva
Vice-Presidente:NICSON MARREIRA LIMA, Prefeito Municipal de Tefé
Primeiro Secretário:LUCENILDO DE SOUZA MACEDO, Prefeito Municipal de Alvarães
Segunda Secretária:RAIMUNDA MARINA BRITO PANDOLFO, Prefeita Municipal de Nhamundá
Primeiro Tesoureiro:ORDEAN GONZAGA DA SILVA, Ex-Prefeito Municipal de Guajará
Segundo Tesoureiro:ERALDO DA SILVA TRINDADE, Ex-Prefeito Municipal de Boa Vista do Ramos

CONSELHO DE VICES-PRESIDENTES REGIONAIS

Vice-Presidência do Alto Solimões:DAVID NUNES BEMERGUY, Ex-Prefeito Municipal de Benjamin Constant
Vice-Presidência do Triângulo:EDIR COSTA CASTELO BRANCO, Prefeito Municipal de Maraã
Vice-Presidência do Purus:GEAN CAMPOS DE BARROS, Ex-Prefeito Municipal de Lábrea
Vice-Presidência do Juruá:BRUNO LUIS LITAIFF RAMALHO, Ex-Prefeito Municipal de Carauari
Vice-Presidência do Madeira:LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO, Prefeito Municipal de Manicoré
Vice-Presidência do Alto Rio Negro:JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA, Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
Vice-Presidência Rio Negro/Solimões:JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA, Prefeito Municipal de Iranduba
Vice-Presidência do Médio Amazonas: JOSÉ CLAUDENOR DE CASTRO PONTES, Ex-Prefeito Municipal de Urucurituba
Vice-Presidência do Baixo Amazonas:FRANK LUIZ DA CUNHA GARCIA, Ex-Prefeito Municipal de Parintins

CONSELHO FISCAL

Primeiro Membro:ANDRESON ADRIANO OLIVEIRA CAVALCANTE, Ex-Prefeito Municipal de Autazes
Segundo Membro:GAMALIEL ANDRADE DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Tapauá
Terceiro Membro:ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Codajás
Primeiro Suplente:DENISE DE FARIAS LIMA, Ex-Prefeita Municipal de Itapiranga
Segundo Suplente:RAIMUNDO PAULINO DE ALMEIDA GRANA, Prefeito Municipal de Silves
Terceiro Suplente:RAIMUNDO RENATO RODRIGUES AFONSO, Prefeito Municipal de Pauini

O Diário Oficial dos Municípios do Amazonas é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 034, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 50, do Regimento Interno do Poder Legislativo de Anamã.

Faço saber a seguinte **RESOLUÇÃO LEGISLATIVA**;

Art. 1º. Convoca Sessão Ordinária da Câmara Municipal para o dia 08 de setembro de 2026, às 9h00, a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal.

Art.2º. Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Anamã, 27 de agosto de 2026.

FLAVIA NUNES BATALHA URIBE
Presidente

OCINDO DO NASCIMENTO MARTINS
1º Vice Presidente

JANE DOS SANTOS MENEZES
2º Vice Presidente

ENEDINA GONÇALVES DE MATOS
1º Secretário

GLICIA CRISTINA NUNES
2ª Secretária

Publicado por:
Lanna Jessy Siqueira Correa
Código Identificador:44344300

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 035, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 50, do Regimento Interno do Poder Legislativo de Anamã.

Faço saber a seguinte **RESOLUÇÃO LEGISLATIVA**;

Art. 1º. Convoca Sessão Ordinária da Câmara Municipal para o dia 14 de setembro de 2026, às 9h00, a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal.

Art.2º. Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Anamã, 27 de agosto de 2026.

FLAVIA NUNES BATALHA URIBE
Presidente

OCINDO DO NASCIMENTO MARTINS
1º Vice Presidente

JANE DOS SANTOS MENEZES
2º Vice Presidente

ENEDINA GONÇALVES DE MATOS
1º Secretário

GLICIA CRISTINA NUNES
2ª Secretária

Publicado por:
Lanna Jessy Siqueira Correa
Código Identificador:0FA87238

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 036, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 50, do Regimento Interno do Poder Legislativo de Anamã.

Faço saber a seguinte **RESOLUÇÃO LEGISLATIVA**;

Art. 1º. Convoca Sessão Ordinária da Câmara Municipal para o dia 21 de setembro de 2026, às 9h00, a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal.

Art.2º. Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Anamã, 27 de agosto de 2026.

FLAVIA NUNES BATALHA URIBE
Presidente

OCINDO DO NASCIMENTO MARTINS
1º Vice Presidente

JANE DOS SANTOS MENEZES
2º Vice Presidente

ENEDINA GONÇALVES DE MATOS
1º Secretário

GLICIA CRISTINA NUNES
2ª Secretária

Publicado por:
Lanna Jessy Siqueira Correa
Código Identificador:24FE2124

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 037, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 50, do Regimento Interno do Poder Legislativo de Anamã.

Faço saber a seguinte **RESOLUÇÃO LEGISLATIVA**;

Art. 1º. Convoca Sessão Ordinária da Câmara Municipal para o dia 28 de setembro de 2026, às 9h00, a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal.

Art.2º. Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Anamã, 27 de agosto de 2026.

FLAVIA NUNES BATALHA URIBE
Presidente

OCINDO DO NASCIMENTO MARTINS
1º Vice Presidente

JANE DOS SANTOS MENEZES
2º Vice Presidente

ENEDINA GONÇALVES DE MATOS
1º Secretário

GLICIA CRISTINA NUNES
2ª Secretária

Publicado por:
Lanna Jessy Siqueira Correa
Código Identificador:230C21C3

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS
ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS.

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte seis, no plenário da câmara municipal de Barcelos situado na avenida Dacy Fernandes Pereira, nº 273, no horário regimental fizeram-se presentes os vereadores: Delzinéia de Lima Mota, Diego da Silva Ribeiro, Frank Vilson de Holanda Moraes, Jair Gomes Pereira, Klinger Oliveira da Silva, Lanna Raquel Pereira de Oliveira, Natália de Souza da Silva e Nilton José Braga de Oliveira.
Registra-se ausência dos vereadores: Franquiberto Leite Reginaldo, Francisco Eduardo Rodrigues Militão e Raycka Lacerda Sussuarana.
Presidência da vereadora Lanna Raquel Pereira de Oliveira, que havendo quórum regimental declarou aberta a sessão.

Expediente
Oficio nº 216/2026 – Gabinete do Prefeito Municipal, que encaminha o Projeto de Lei nº 013/2026, em caráter de urgência.
Projeto de Lei nº 013/2026, que dispõe sobre a criação e reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS do Município de Barcelos/AM, adequando sua organização, composição, competências, gestão e funcionamento à Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993), alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011, às normativas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, revoga a Lei Municipal nº 344, de 04 de junho de 1996, e dá outras providências.
Presidente com o uso da palavra: Nesse momento vamos suspender a Sessão Extraordinária para reunir as Comissões Pertinentes, que irão discutir esse projeto.
A Sessão Extraordinária retornou, e o Projeto de Lei foi colocado em discursão, não havendo discursão, foi colocado em votação:
Vereador Frank Moraes, em sua justificativa: Quero parabenizar o relator do parecer da comissão, um parecer de grande responsabilidade e compromisso com a população, onde o parecer mostra transparência e a prefeitura municipal de Barcelos demonstra o quanto trabalha na clareza, e como a vereadora Natalia falou quando essa lei foi revogada a última vez não foi criada o fundo, e onde está sendo criada neste momento, tanto como conselho como fundo, e meu voto é favorável.
Vereador Jair Gomes, em sua justificativa: Algumas vezes eu já falei e vou repetir umas das questões importantes para a gestão pública, é organização e uma marca que eu vejo nessa gestão questão de organização estrutural das leis municipais, isso é algo que tem que ser observado porque quando se torna lei não vai servir só para mim, é para o bem-estar do município que a gente vive, independentemente de você ser hoje prefeito ou não, você está fazendo algo que vai servir por anos e anos, então nesse sentindo eu não tenho como votar contra nesse projeto, meu voto é favorável.
Vereador Nilton Moreira votou favorável;
Vereador Diego Ribeiro, em sua justificativa: Agradecer a todos os membros das comissões terem acatado esse vereador como relator, projeto que vai gerar um impacto positivo em todas as famílias de Barcelos, principalmente de vulnerabilidade social, e justifico ainda que o Projeto vai gerar mais segurança jurídica ao município, esse projeto vai facilitar mais recebimentos de recursos estaduais e

federais, e ele vai ampliar a participação da sociedade para que esses recursos sejam deliberados onde esses membros apontarem deficiência nas áreas sociais do município, meu voto é favorável.
Vereadora Delzinéia Mota, votou favorável;
Vereador Klinger oliveira votou favorável;
Vereadora Natalia Souza, votou favorável;
Presidente Lanna Raquel, registrou seu voto favorável;

A presidente suspendeu a sessão por 30 minutos para a confecção da ata, e após aprovada a presente ATA que depois de lida e aprovada vai por mim e pelos pares presentes assinada. Eu, Natalia de Souza da Silva, 2ª secretária a digitei e assino.

Publicado por:
Vanessa Pereira Ribeiro
Código Identificador:4BA42199

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS
ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis, no plenário da câmara municipal de Barcelos situado na avenida Dacy Fernandes Pereira, nº 273, no horário regimental fizeram-se presentes os vereadores: Delzinéia de Lima Mota, Diego da Silva Ribeiro, Frank Vilson de Holanda Moraes, Franquiberto Leite Reginaldo, Klinger Oliveira da Silva, Lanna Raquel Pereira de Oliveira, Natalia de Souza da Silva e Nilton José Braga de Oliveira.
Registra-se ausência dos vereadores: Francisco Eduardo Rodrigues Militão, Jair Gomes Pereira, e Raycka Lacerda Sussuarana.
Presidência do vereador Franquiberto Leite Reginaldo, que havendo quórum regimental declarou aberta a sessão.

Expediente
Oficio nº 279/2026 – Gabinete do Prefeito, que encaminha o Projeto de Lei Complementar que institui a Politica Municipal de Alfabetização.
Projeto de Lei Complementar nº 002/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização, alinhada à política de alfabetização do território estadual e ao compromisso nacional criança alfabetizada, e estabelece diretrizes para sua implementação no município de Barcelos.
Presidente com o uso da palavra: Nesse momento vamos suspender a Sessão Extraordinária para reunir as Comissões Pertinentes, que irão discutir esse projeto.
A Sessão Extraordinária retornou, e o Projeto de Lei foi colocado em discursão:
Vereador Diego Ribeiro com o uso da palavra: Gostaria apenas de fazer umas considerações, tendo em vista que o projeto já foi amplamente discutido nas comissões, exaltar uma grande participe que é a Professora Alcimara Pinheiro Albertino, Técnica da Secretaria Municipal de Educação e Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, que foi uma das grandes articuladoras da confecção deste projeto.
O Projeto de Lei Complementar foi colocado em votação:
"Submetido à discussão e votação em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 002/2026 foi aprovado com 08 (oito) votos favoráveis. "
O presidente suspendeu a sessão por 30 minutos para a confecção da ata, e após aprovada a presente ATA que depois de lida e aprovada vai por mim e pelos pares presentes assinada. Eu, Natalia de Souza da Silva, 2ª secretária a digitei e assino.

Publicado por:
Vanessa Pereira Ribeiro
Código Identificador:EE6BCCAF

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS
ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS

TERMO

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, no plenário da Câmara Municipal de Barcelos, situada a Avenida Dacy Fernandes Pereira nº 273, no horário regimental fez-se presente os vereadores: Francisco Eduardo Rodrigues Militão e Jair Gomes Pereira.
Presidência do vereador Francisco Eduardo Rodrigues Militão, que por não haver quórum regimental, não houve sessão, e para constar foi lavrado o presente termo que fica isento de leitura e aprovação.

_____
FRANCISCO EDUARDO RODRIGUES MILITÃO

Publicado por:
Vanessa Pereira Ribeiro
Código Identificador:E7AEA2C3

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS
ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis, no Plenário da Câmara Municipal de Barcelos, situado na avenida Darcy Fernandes Pereira, nº 273, no horário regimental fizeram-se presentes os vereadores: Delzinéia de Lima Mota, Francisco Eduardo Rodrigues Militão, Frank Vilson de Holanda Moraes, Franquiberto Leite Reginaldo, Jair Gomes Pereira, Klinger Oliveira da Silva, Lanna Raquel Pereira de Oliveira, Natalia de Souza da Silva, Nilton José Braga de Oliveira, Raycka Lacerda Sussuarana.
Registra-se ausência dos vereadores: Diego da Silva Ribeiro.
Oficio nº 285/2026 – Gabinete do Prefeito Municipal, comunicação de passagem de cargo para a Excelentíssima Senhora Francislene de Braga Moreira, Vice-Prefeita Municipal, no período de 08 a 18 de agosto de 2026, com retorno previsto para o dia 19 do corrente mês.
INCRIÇÕES PEQUENO EXPEDIENTE
Vereadora Deusa Mota com o uso da palavra: Quero aqui desejar um feliz Dia dos Pais a todos os papais desta Casa e dizer também que tive o privilégio de estar comemorando o Dia dos Pais no bairro de Santo Antônio, na comunidade de Santo Alberto, no Rio Alalaú, na comunidade de São Lázaro e na comunidade de Pedro Segundo. Finalizando, estarei no dia cinco, em Manacauacá, também realizando o Dia dos Pais, e, no dia vinte e sete, lá na comunidade de Bacuquara. Desde já, quero convidar todos os papais para estarem presentes no dia vinte e dois, aqui no Piabodrómo, onde, este ano, nosso prefeito Radinho Alves realizarão o Dia dos Pais. Desde já, deixo o convite a todos os pais barcelenses.
Vereadora Lana Raquel com o uso da palavra: Senhor Presidente, eu gostaria de justificar a minha ausência no dia 30. Eu estava em agenda externa do meu gabinete.
Presidente com o uso da palavra: Quem for contra se manifeste; quem for a favor permaneça como está. Justificativa aceita, falta abonada!
Vereador Franquiberto Leite com o uso da palavra: Eu solicitei este espaço aqui para justificar as minhas ausências dos dias doze e vinte e seis de maio, pois estava em tratativas de agendas do meu gabinete.
Presidente com o uso da palavra: Quem for contra se manifeste; quem for a favor permaneça como está. Justificativa aceita, faltas abonadas!
Vereador Nilton Moreira com o uso da palavra: Justificando a minha ausência do dia três de agosto, uma segunda-feira, eu estava em agenda do meu gabinete. Obrigado, presidente.
Presidente com o uso da palavra: Quem for contra se manifeste; quem for a favor permaneça como está. Justificativa aceita, falta abonada!
Vereador Klinger Oliveira com o uso da palavra: Senhor Presidente, eu gostaria de justificar a minha ausência do dia trinta de junho. Eu estava em tratativas de agendas do meu gabinete.
Presidente com o uso da palavra: Quem for contra se manifeste; quem for a favor permaneça como está. Justificativa aceita, falta abonada!
Vereador Frank Moraes com o uso da palavra: Senhor Presidente, solicitei esse espaço para agradecer à Diretoria do Bairro de Aparecida, que me deu a oportunidade de poder contribuir e, juntamente com eles, oferecer um momento de confraternização e diversão para os pais do Bairro de Aparecida. Foi um momento muito alegre, Vereadora Lana, em que pudemos estar confraternizando não só com os pais, mas também com as famílias do Bairro de Aparecida.

Houve jogos e sorteios e, assim, pudemos levar um momento de união. Vivemos em um mundo de violência, então, o máximo de ações que pudermos e tivermos a oportunidade de realizar e oferecer à nossa população, precisamos oferecer, pois, assim, vamos levar às famílias o amor, a união e a confraternização, e podemos viver em mais união na nossa comunidade.

Então, Senhor Presidente, quero agradecer e deixar registrado em ata o meu agradecimento ao Prefeito Radinho, que tem apoiado todas as ações, não só deste vereador, não só da Câmara, mas de toda a população barcelense, apoiando todas as pautas para que, assim, pudéssemos realizar ações importantes para a nossa população. A Vereadora Deusa acabou de mencionar que, em breve, virá um Dia dos Pais histórico para Barcelos. Eu fico feliz, pois também sou pai e estávamos esperando por esse momento, né, Vereadora Raycka, de um Dia dos Pais dessa gestão municipal, e nós vamos ter esse ano. Mas, assim, quero dizer à população barcelense, em especial à comunidade de Aparecida, que fiquei muito feliz por estar junto com eles naquele Dia dos Pais. Mas também, Senhor Presidente, quero finalizar a minha fala deixando um feliz Dia dos Pais a todos os colaboradores desta Casa Legislativa e, em especial, aos nobres vereadores: Vereador Franquiberto, Vereador Klinger, Vereador Nilton, Vereador Eduardo, Vereador Diego e Vereador Jair. Feliz Dia dos Pais para todos nós. Obrigado.

Presidente com o uso da palavra: Quero deixar registrada a presença dos nossos policiais militares. Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

Vereador Jair Gomes com o uso da palavra: Senhor Presidente, bom dia. Também cumprimento a Mesa Diretora, os nobres vereadores e vereadoras, funcionários desta Casa e assessores. Um bom dia especial e sejam bem-vindos à Polícia Militar, aos seus representantes aqui presentes e à equipe da Ronda Maria da Penha. Sejam muito bem-vindos a esta Casa e ao nosso município. Algo que vocês certamente terão é o apoio do gabinete deste humilde vereador. Senhor Presidente, nobres vereadores, graças a Deus, como se sabe, estamos no mês que é considerado o mês dos pais. Os pais são uma figura importante na vida da família brasileira e barcelense. Também tive a oportunidade, assim como outros vereadores que já falaram, de ir até a comunidade de São Roque, no Rio Caurés, também com a intenção de juntos celebrarmos o Dia dos Pais. Sabemos que o dia oficial a ser comemorado é o segundo domingo do mês, mas temos o mês inteiro para comemorarmos com os pais, talvez até o ano inteiro. Mas, assim, fomos lá e, graças a Deus, foi o dia inteiro de gincanas e brincadeiras com os pais. Os pais conseguiram brincar também. Às vezes, a figura do pai fica ali meio ofuscada, meio na sombra, mas a gente sabe da dedicação que os pais de verdade têm e do quanto trabalham para prover as coisas para a sua família. Às vezes, nem tempo têm de brincar um pouco. Estou falando de brincar mesmo, como foi lá na comunidade. Foi muito divertido, o dia inteiro de gincana, e foi uma satisfação imensa. Para comemorarmos, conseguimos levar lembranças para os pais. Conseguimos fazer um bingo lá, com motores e rabetas, e foi uma felicidade imensa. Conseguimos também iluminação para o campo de futebol com refletores de LED, que já foram inaugurados na mesma noite. E, graças a Deus, pudemos contemplar a felicidade dessas pessoas que vivem no interior quando elas se sentem vistas pela gente. Muitas das vezes, elas se sentem abandonadas pelos políticos, que é assim que elas falam. E não adianta dizer o contrário, pois o sentimento é esse mesmo. Quando temos a oportunidade de chegar até lá e trazer alegria para eles, eles ficam muito contentes. Então, Senhor Presidente, venho aqui, em público, agradecer a Vossa Excelência pela parceria que tem com os vereadores e por não medir esforços para ajudar a realizarem seus trabalhos, inclusive no interior. Quero agradecer, em especial, ao Deputado Adjunto Afonso, ao Senador Eduardo Braga, ao candidato a Deputado Federal Jesus Alves e ao meu amigo Sérgio Caldas. Senhor Presidente, muito obrigado. É o que eu tenho para este momento.

Vereador Eduardo Militão com o uso da palavra: Quero parabenizar também os nobres colegas pais pelo Dia dos Pais. No sábado, também estive na comunidade de Piloto, onde fui convidado pela minha amiga Nara, minha amiga Nicinha e outros comunitários de Piloto. Eles fizeram um grande evento lá com os pais. Só tenho a agradecer por terem nos recebido bem. Fizemos uma festinha com os pais da comunidade de Piloto, onde também ouvimos os anseios dos moradores daquela comunidade, pois o nosso papel também é esse: escutar a população para levar políticas públicas e fiscalizar para o melhor de nós, munícipes barcelenses. Quero parabenizar todos os pais de Piloto e os pais de Aparecida, que, através do meu amigo Giliarde o caboclo que também fez o evento juntamente com sua esposa e os moradores do Bairro de Aparecida, também contribuímos com aquele evento. Quero agradecer aos nossos amigos, ex-prefeito Edson Mendes, Deputado Federal Fausto Júnior, Deputado Mario Cesar Filho, Senador Eduardo Braga, Senador Omar Aziz, ao meu primo Bigo, por ter me emprestado seu motor de popa, e ao Frank Doido, por ter me emprestado seu motor de popa para fazermos esse evento e, ali, levar o melhor e ouvir os anseios da população das comunidades e da população barcelense.

Vereadora Natalia Souza com o uso da palavra: Primeiramente, quero parabenizar o Prefeito Radinho pela luta e a nossa Vice-Prefeita França Moreira também. Hoje, a gente vê que, de fato, a nossa cidade vai ter uma outra realidade. Eu vejo os anúncios nas redes sociais do Prefeito Radinho sobre a chegada do material para dar início à Orla. A Orla no Município de Barcelos é um sonho e, hoje, através da emenda do Senador Eduardo Braga, vai se concretizar em Barcelos. Então, a gente pode ver os avanços que a gestão tem dado em menos de dois anos no nosso município. Também quero falar sobre a obra que recentemente foi concluída no Buraco do Rato, no Bairro de Nazaré. Quero falar também sobre o andamento do CRAS, do CREAS e do asfalto que chegou e, em breve, vai iniciar na nossa cidade. Já podemos ver as empresas aí fazendo todo o trabalho nas ruas. Então, é isso. É, de fato, uma grande evolução para o nosso município e um sonho para todos os munícipes. No mais, Presidente, também quero parabenizar todos os papais barcelenses e todos os pais desta Casa. Parabenizo também o nosso Prefeito Radinho, que também é papai. Estamos aqui para somar e levar essas notícias para o povo de Barcelos. É isso. Obrigada, Presidente.

INSCRIÇÃO GRANDE EXPEDIENTE:

Vereadora Raycka Lacerda com o uso da palavra: O primeiro assunto que eu trago neste Grande Expediente, e espero a colaboração de todos aqui, é para falar sobre a Lei nº 331, de 1995, sobre um tema que foi muito debatido aqui no primeiro semestre, várias vezes. Pela última vez, eu lembro que quem trouxe essa pauta aqui foi a Vereadora Natalia Souza. Também no primeiro mandato sempre trouxeram essa pauta, e a gente não avançou, que é para falar sobre a velocidade das embarcações aqui na frente da cidade e o que esse desrespeito, essa infração da Lei nº 331, a gente debate aqui. A gente solicita, sai um expediente, mas continua acontecendo repetidamente a infração da lei, e está causando prejuízo a quem fica nas pequenas embarcações na frente da cidade. A gente sabe que tem um órgão que é responsável por essa fiscalização, que é a Marinha, mas a gente também tem, na previsão da lei, a obrigação do município. Então, que esse debate de hoje dê voz a essas pessoas que estão sendo prejudicadas por essa infração da lei. Eu gostaria da contribuição dos colegas para, daqui a gente sair com algum direcionamento para podermos cobrar e dar, de fato, uma solução a esta questão. Porque reclamam, vêm para a gente, a gente traz no plenário, a gente debate, mas não há, de fato, uma solução. Os expressos, principalmente, continuam desrespeitando a lei. Então, gostaria que os nobres aqui colaborassem conosco neste momento.

Vereadora Natalia Souza com o uso da palavra: Quero, primeiramente, parabenizar por mais uma vez trazer essa preocupação a esta Casa. A gente trouxe, como a senhora bem disse, mas não teve avanço, e acredito que esse seja o momento de esta Casa convocar essas empresas de embarcações, de navegação, para talvez ter uma discussão mais ampla com eles e mostrar a lei, pois nós temos os nossos barcos de pequeno porte que ficam ancorados ali no porto e, por muitas vezes, já tiveram acidentes com essas canoas. Então, acho que agora, de fato, é o momento. A gente até conversou com o Vereador Diego nessa viagem, em que nós chegamos ali na Sharp e não diminuíram a velocidade. Viemos em alta velocidade até chegar ao porto, então isso prejudica desde lá das canoinhas do Bairro de Aparecida até chegar aqui na nossa cidade. Quero parabenizá-la e estou aqui para somar com a pauta. Eu acho que este é o momento de convocarmos, de fato, essas empresas para discutirmos a melhor forma e sugestões para melhorar essa questão aqui no nosso município.

Vereador Klinger Oliveira com o uso da palavra: Bom dia a todos. Só para colaborar, já foi uma pauta que eu trouxe para esta Casa. Já fui prejudicado por essas embarcações. Na realidade, as empresas já têm conhecimento da nossa lei municipal e, mesmo assim, continuam cometendo infrações. Eu acredito que já chega de conversar. Acredito

que não é mais momento para conversa. Acredito que já temos que correr atrás de outras situações, porque conversas não estão mais resolvendo. Já tem uma indicação do gabinete deste vereador também para que seja instalado um posto da Capitania no município. Estamos em tratativa e acredito que quem participou da formatura dos marinheiros fluviais este ano, como o Vereador Jair, que estava presente, a Vereadora Lana, eu e a Vereadora Deusa, lembra que o Capitão dos Portos estava no município. No meu pronunciamento, eu fui e cobrei dele. Pedi que fosse agilizado, o mais rápido possível, um posto da Capitania no nosso município, que se deslocasse de São Gabriel para cá, pois lá eu vejo que quase não tem serventia um posto da Marinha e Capitania. E, com isso, estava o Deputado Adjunto Afonso, hoje Presidente da Assembleia e deputado do nobre colega Vereador Jair, o qual se disponibilizou a mandar uma emenda para que fosse feita a reforma do prédio, que o Prefeito já disponibilizou no nosso município para que fosse instalado. Então, acredito que hoje já avançou bastante. Hoje, o Capitão dos Portos já avançou nas tratativas e, agora, só depende de o prédio estar reformado em nosso município para que a Capitania venha se instalar. Eu acredito, nobre colega vereadora, que o que a gente pode contribuir nessa situação para que a Capitania venha para o nosso município o mais rápido possível seria uma tratativa com o nobre colega Vereador Jair, para que consigamos fazer uma agenda com o Deputado Adjunto Afonso, para que ele viabilize essa verba para o nosso município. Eu acredito que não deveria nem ser para a Capitania dos Portos esse recurso, e sim para a Prefeitura Municipal de Barcelos, para que ela faça a obra no prédio, porque, se formos depender da Capitania para que venha fazer essa reforma aqui, vai ser mais demorado. Então, acredito que o mais viável seria articularmos com o nobre Vereador Jair para que ele marque uma agenda com o seu deputado, e a gente vai lá fazer uma tratativa com ele, para que ele destine essa verba com a qual se comprometeu. Ele se comprometeu que iria mandar o recurso para a Capitania fazer a obra no nosso município. Mas, aí, o que acontece: até então, eu acreditava que seria uma obra pequena. Eu achava que seria algo mínimo a reforma do prédio. E, para minha surpresa, eu recebi uma mensagem semana passada, na qual estavam solicitando que fosse arrumado outro prédio para que viessem logo se instalar. Eles queriam um prédio próximo à beira, para que ficasse mais fácil para eles, mas depois trataram comigo que fosse outro prédio provisório para que viessem logo se instalar no nosso município. E aí, o que eles solicitam? Eles querem uma sala de atendimento ao público, uma sala de arquivo técnico, uma sala para ministrar cursos para trinta pessoas, uma sala de alojamento masculino com capacidade para oito militares, com banheiro; uma sala para alojamento feminino, com capacidade para quatro militares, com banheiro; uma sala para confecção de alimentação; uma sala para refeitório; e banheiro para atendimento ao público. Então, acredito que seja um prédio que temos que também tratar com o Prefeito. Temos que tratar com ele que aquele prédio que ele colocou à disposição da Capitania é pequeno. Então, acredito que nós, vereadores, poderíamos tratar com ele que poderia até ser aquele prédio ao lado, onde era a Secretaria de Agricultura e o Setor de Terras, que é uma área mais ampla. Eu acredito que esse problema dessas embarcações, nobre colega, só vai resolver depois que a Capitania estiver em nosso município, porque eles são o órgão específico para punir e fiscalizar essas embarcações. Muitos empresários estão preocupados com a instalação da Capitania no nosso município, mas acredito que hoje, com quase quarenta marinheiros fluviais que se formaram este ano, com a Capitania se instalando aqui, virá formar mais pessoas para trabalhar nessas atividades. Vamos conseguir documentar mais e mais embarcações no nosso município. Tem o seu lado ruim, mas tem o seu lado bom. O problema é que estão pensando na parte financeira, não estão pensando na parte de segurança e fiscalização. Então, acredito que, com a Capitania se instalando no nosso município, teremos geração de empregos, porque essas pessoas que se formaram agora e outras que se formaram anteriormente, como exemplo, tivemos várias pessoas se formando em Arrais-Amador para dirigir lanchas e jet skis, serão empregadas por essas empresas que vêm de fora para trabalhar no nosso município. Então, é uma indicação já feita pelo gabinete deste vereador, e já estamos tratando com o Prefeito, tratando com o Capitão dos Portos, para que, o mais rápido possível, a gente consiga trazer o posto da Capitania para o nosso município e, com isso, melhorar a vida do nosso povo, dando mais segurança para a navegação no nosso Rio Negro.

Vereadora Raycka Lacerda com o uso da palavra: Obrigada, Vereador Klinger. Primeiramente, parabéns por ter feito e já vir nessa tratativa. Conhece bem o assunto. Antes de finalizar o debate, já vamos nos encaminhando e temos uma proposta de solução, uma solução maior, com um posto da Marinha aqui. Desculpe a minha ignorância, mas, quando se fala em segurança, com a vinda de um posto desse aqui, o lado ruim eu não conheço, porque, para mim, quando se tem segurança e fiscalização, só tem coisa boa. Não consigo saber ainda qual é a coisa ruim que a Marinha vai trazer. Eu penso que só vai trazer coisa boa. Eu achei bem interessante o senhor trazer à luz essa promessa que o nobre Deputado Adjunto Afonso fez. Então, é o momento de nos unirmos. Eu acredito que seja uma questão de bancada e de todos os vereadores, para a gente se unir e fazer uma reunião com o nobre deputado para tratar dessa questão.

Mas também precisamos acionar a Secretaria de Meio Ambiente. A gente precisa ter esclarecimentos sobre o que o Meio Ambiente vem fazendo a respeito. A gente precisa, antes, fazer uma reunião prévia, Presidente, para ir vendo as questões e buscando essas soluções.

Vereador Jair Gomes com o uso da palavra: Obrigado, Professora Vereadora Raycka Lacerda. Com relação à emenda que o Deputado realmente falou, sabemos que temos que deixar bem esclarecido para a população o seguinte sobre emendas. Eu não sou muito conhecedor dessa questão. Sou vereador há um ano e pouco e, a primeira coisa que fiz, foi correr atrás de emendas para a melhoria do nosso povo. Inclusive, com o deputado, nós estamos, desde o início do mandato, com uma emenda, Vereador Nilton, para a compra de um barco para o Rio Unini e, até agora, esse recurso ainda está em tramitação de documentos. É um negócio bem burocrático. Não adianta nós dizermos para a população que ele realmente prometeu sobre essa emenda. Provavelmente, ela vai conseguir algum recurso só para o ano que vem. Este ano, não adianta dizer que vai ter. Então, precisa caminhar nesse sentido. Outra situação: iniciou-se ontem a campanha propriamente dita eleitoral, onde todos os deputados são candidatos novamente e todos os políticos vão estar trabalhando integralmente nessa questão da reeleição. Mas pode ter certeza, vereadores, que, dependendo do que eu conheço do deputado, nós iremos, sim, nos unir. Só depende de vocês quererem ter essa agenda com ele e tentar agilizar essa questão da emenda. Professora, só para lhe falar sobre a questão do "coisa ruim", entre aspas, sobre a qual o nobre Vereador Klinger fala: a nossa cultura é tranquila, nosso povo é tranquilo. Você está ali na sua canoa e no seu rabetinha, pega ela e vai para o igapó ou para a ilha sem preocupação nenhuma. Com a chegada e a fiscalização da Capitania, vai existir uma questão de endurecimento sobre isso. Daí, vai ter que correr atrás de documentação. Mas daí a senhora diz: "Mas eu não vejo coisa ruim nisso! ". O impacto, a princípio, sobre isso é ruim para quem é acostumado a pegar a zagaia dele, atravessar de rabeta e saber que não vai mais poder fazer desse jeito. Então, essa é a parte a que ele se refere. Não é de todo ruim, mas é preocupante, porque a pessoa não é adaptada a isso. Vai ter todo o trabalho com essa questão. Tem que ter toda uma preocupação com eles. Eu sugeriria que fosse feita, inclusive, uma audiência pública para essa questão, porque tem muita gente envolvida, muita gente chateada com essa questão do banzeiro que passa com velocidade. Não é só o expresso, é qualquer embarcação. Na lei está dizendo que são três quilômetros, a partir do Cuxará até Santo Antônio, uma coisa assim, se não me foge à memória. Qualquer embarcação, de pequeno a grande porte, não só os expressos que fazem banzeiro. Inclusive, lanchas que vêm com turistas e pequenos expressos, aquelas lanchas larguinhas que fazem bate e volta, saem e voltam na velocidade máxima. Elas também têm que estar nessa questão. Por isso, o posto e a fiscalização vão ser bons nesse sentido, para a segurança dessas pessoas. Voltando à questão das coisas ruins, pela Capitania, esses barquinhos pequenos e com dificuldade vão ser fiscalizados e não vão poder ficar também à mercê. Então, essa também é a parte com a qual o vereador se preocupa nesse sentido.

Vereadora Deusa Mota, com a parte: Quero dizer também que através do meu gabinete fiz uma indicação em relação a velocidade que vem causando aos nossos ribeirinhos, as nossas grandes embarcações. Quero dizer para vocês que, infelizmente, eu pude presenciar o prejuízo causado a uma dessas embarcações pequenininhas que vêm das comunidades. Como vocês sabem, minha mãe tem um flutuante e sempre chegam, ao lado do flutuante dela,

aqueles barquinhos pequenos vindos das comunidades. Nesse dia, havia dois barquinhos lá. Um dos expressos passou e, infelizmente, até a parede de um dos barquinhos se quebrou. Então, gente, isso é muito triste, porque existe uma lei e ela precisa ser cumprida. Agora cabe a cada um de nós, vereadores, nos unirmos, irmos atrás e fazermos, de fato, a lei valer. Quero mostrar para vocês um vídeo, rapidamente, para que vejam a velocidade com que essas embarcações passam em frente à nossa cidade. Eu estava no flutuante da minha mãe e pude gravar. Olhem a velocidade com que vem esse expresso. Então, gente, precisamos estar atentos, porque já existem prejuízos demais para os nossos ribeirinhos que vêm das comunidades.

Vereador Eduardo Militão, com a parte: Como bem frisou a nobre vereadora, desde o mandato anterior e também neste mandato eu já trouxe essa questão. Também levei o assunto para a presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e da Cidadania, a vereadora Natália, comissão da qual Vossa Excelência, a vereadora Deusa e eu fazemos parte, para que pudéssemos analisar essa situação. Entretanto, em decorrência das agendas dos nobres vereadores, das nobres vereadoras e da minha própria agenda, ainda não conseguimos nos reunir para tratar do assunto. Precisamos correr atrás disso. Como a senhora também comentou, qual é o órgão responsável pela fiscalização, já que não temos a Capitania dos Portos aqui? Vamos precisar esperar a Capitania chegar para que sejam tomadas providências? Se já existe uma lei, como podemos agir para que seja cumprida? A situação fica difícil porque não temos promotor, pelo menos até o momento, pelo que tenho conhecimento. Então, nós, como legisladores e fiscalizadores, precisamos fazer a nossa parte. O momento é agora, e já deveríamos ter feito isso antes. A nossa Comissão de Defesa do Consumidor e da Cidadania precisa tomar parte nessa discussão, juntamente com os demais órgãos competentes, para que possamos exercer o nosso direito enquanto cidadãos. Também coloco o meu gabinete à disposição para ajudar nessa pauta.

Vereador Nilton Moreira, com a parte: Quero apenas contribuir. Como o vereador Eduardo Militão falou, se existe um órgão que pode fiscalizar, precisamos saber se as empresas já foram notificadas e se alguma notificação foi feita àquelas que ultrapassaram a velocidade permitida. Acredito que precisamos fazer essa notificação para que elas estejam oficialmente cientes. Porque, daqui a pouco, quando formos cobrar, poderão dizer: "Não fomos notificados". Sendo notificadas, estarão formalmente cientes do que estão fazendo. Porque, por enquanto, como todos falaram, temos apenas falas e denúncias.

Vereador Frank Moraes, com a parte: Quero contribuir com essa pauta. Concordo quando o nobre vereador falou que talvez não haja mais tempo apenas para convidar ou solicitar. Porém, acredito que, durante esta legislatura, na qual já estamos há um ano e oito meses, ainda não convocamos nenhuma vez essas empresas. Então, penso que cabe, sim, convocar todos os proprietários e representantes das empresas de navegação, tanto aquelas que têm Barcelos como destino final quanto aquelas que apenas passam pelo município, como falou a nobre vereadora Natália. Nós já presenciamos que a lei realmente não está sendo cumprida. A velocidade só é diminuída em frente à Praça Municipal, enquanto a lei determina que ela deve ser reduzida desde o lado da Ilha do Cadu que fica abaixo do cuxará, e até a mediação acima do Santo Antônio. Isso não está sendo cumprido. Acredito que os nobres vereadores receberam denúncias, assim como eu também recebi, de proprietários de embarcações de médio porte que tiveram até a argola onde se amarra o cabo quebrada por causa do banzeiro. Então, ficamos imaginando, como o nobre vereador Jair falou: como ficam as embarcações pequenas e os motores de rabeta? Quem arca com esses prejuízos? Precisamos aproveitar este momento e convocar os proprietários e responsáveis pelas embarcações para conversar, para que depois não digam que não foram avisados. A lei existe e precisa ser cumprida. Nós temos, sim, um órgão fiscalizador à disposição do Município. Inclusive, no passado, quando eu era coordenador da Vigilância Sanitária, fizemos uma ação em que fiscalizamos determinada empresa de navegação. Contudo, precisamos entender uma coisa: para multar ou notificar, é necessário ter provas. Para isso, precisa ser realizada uma ação de fiscalização que produza essas provas e identifique que, naquele momento, a embarcação está descumprindo a lei. É necessário utilizar equipamentos que comprovem que a embarcação está acima da velocidade permitida. Na mesma ocasião, pode-se aproveitar para realizar uma fiscalização nas embarcações, não com o objetivo de prejudicar, mas de oferecer mais qualidade e segurança para as pessoas que estão viajando e também para aquelas que se encontram em embarcações ancoradas no porto de Barcelos.

Vereadora Raycka Lacerda, com o uso da palavra: Eu agradeço pela contribuição. É uma pauta muito pertinente. Também reforço as palavras do nobre vereador Eduardo. Há algum tempo falamos sobre isso e ainda não tomamos nenhuma atitude. Então, neste primeiro momento, como secretária da Mesa, vou solicitar a expedição de um documento diretamente para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, requerendo uma reunião entre todos os nobres vereadores e o secretário de Meio Ambiente. A partir dessa reunião, tomaremos as decisões: se faremos a convocação, se realizaremos uma audiência ou se solicitaremos a aplicação de alguma multa. Neste primeiro momento, faremos esse expediente em nome de todos os nobres vereadores, solicitando uma reunião com o secretário de Meio Ambiente. Presidente, nobres colegas, o outro assunto que trago é que, na semana passada, no retorno dos nossos trabalhos, tive um requerimento aprovado por todos os nobres vereadores, solicitando uma audiência pública com a Amazonas Energia. Vemos que o fornecimento desse serviço no Município de Barcelos está bastante prejudicado. Alguns dias atrás tivemos uma problemática e também passamos por isso durante o festejo do Carvoeiro. Apesar desses constrangimentos, existe uma esperança, porque foram anunciados investimentos na rede de fornecimento de energia do Município de Barcelos. Entretanto, a população precisa ser ouvida. Os nobres vereadores aprovaram a audiência, mas gostaria que, ainda hoje, decidíssemos juntos a data, para que o documento seja encaminhado já informando quando ocorrerá a audiência com a Amazonas Energia. Depois da sessão, podemos nos reunir e decidir a data. Quanto antes melhor, porque tenho certeza de que essa é uma pauta que interessa a todos os nobres vereadores e à população barcelense. A última pauta que trago no Grande Expediente é para dar, mais uma vez, as boas-vindas à aspirante Marcelle, ao terceiro-sargento Fabrício Jesus, à terceiro-sargento Socorro Lopes, à cabo Gelsimara e ao soldado Ricardo Veiga. Também temos uma representante da ONG Coletivo Renascida, dona Samara, que veio contribuir. Essa equipe da Polícia Militar do Amazonas veio para a nossa capacitação, que se inicia hoje, com a aula inaugural. Essa capacitação fortalecerá e levará conhecimento para a rede de proteção do Município de Barcelos. Acredito que cada nobre vereador já recebeu, em seu gabinete, o convite para estar presente na aula inaugural. Convidamos todos os órgãos importantes do Município. Lutamos muito por isso, mas precisamos chamar as secretarias e os órgãos que integram essa rede para que compreendam o fluxo, porque esta é uma missão coletiva. É uma missão de todos nós. Não adianta apenas encaminhar a mulher para a delegacia e achar que o trabalho acabou. Temos a honra e a alegria de dizer que já possuímos um órgão dentro da Câmara Municipal de Barcelos, que é a Procuradoria da Mulher. Trabalharemos em conjunto. Serão quinze dias intensivos, com muito conhecimento e seriedade. Depois desses quinze dias, todos nós precisaremos fiscalizar o funcionamento desse serviço. Não será uma responsabilidade apenas da vereadora Raycka. Vamos lutar para conseguirmos a implantação da Ronda Maria da Penha, o veículo e o aumento do efetivo. Entretanto, não são apenas os equipamentos que fazem a diferença. O que realmente faz a diferença é o engajamento e o compromisso das pessoas. Falamos sobre violência contra a mulher, mas insisto e não me canso de falar também da violência contra as crianças no Município de Barcelos e da responsabilidade que as pessoas precisam ter. Existem situações que deveriam ser resolvidas pela própria família, sem a necessidade da interferência do Poder Público. Porém, hoje nos vemos na obrigação de interferir. Falo também como mãe, porque vemos crianças em lugares onde não deveriam estar. Bebida alcoólica e criança não combinam. Em muitos lugares ficam misturadas crianças e pessoas embriagadas. Presenciamos isso constantemente. Essa capacitação vem para nos fortalecer e nos proporcionar conhecimento para dialogarmos com pais, mães, famílias e órgãos responsáveis. É algo muito positivo e, mais uma vez, peço a união de todos e que estejam presentes hoje na aula inaugural. Ficaremos muito felizes com a participação dos nobres vereadores. Vocês enriquecerão e fortalecerão o evento e nos ajudarão a chamar a atenção das secretarias e dos órgãos para a seriedade dessa capacitação.

Vereadora Natalia Souza, com a parte: Quero contribuir porque estou muito feliz com a sua luta. Estamos aqui para somar e sabemos

do seu empenho em relação à pauta da mulher. A Procuradoria da Mulher hoje é uma realidade em razão da sua luta, e a Ronda Maria da Penha também está se concretizando por meio desse trabalho. Nós, que hoje temos essa missão na Procuradoria, juntamente com a nossa advogada, atendemos mulheres que sofrem violência. Estou muito feliz porque fomos zombadas no passado, quando a Operação Chamar veio para Barcelos. Muitos homens e também muitas mulheres fizeram comentários, dizendo que a Ronda já havia ido embora e perguntando que Ronda era aquela. Disseram que havia sido apenas uma demonstração de como era o carro rosa e de como funcionava a Operação Chamar. Lembro que isso repercutiu fortemente na cidade. As pessoas falavam e zombavam: "Mas já foi embora? Que Ronda é essa?" Hoje podemos ver que já demos um passo muito importante. Agradecemos também ao governador por esse olhar sensível para a pauta da mulher. Estou muito feliz em contribuir e, com certeza, estarei aqui durante a tarde, prestigiando a aula inaugural. Parabéns.

Vereadora Raycka Lacerda, com o uso da palavra: Apenas reforçando a fala da vereadora Natália: ninguém consegue ou conquista algo de uma hora para outra. É necessário persistência, constância e planejamento. No ano passado, tivemos a presença de um efetivo da Ronda Maria da Penha, que trouxe o veículo e muitos ensinamentos. Foi uma experiência muito positiva. Entretanto, parte da população não compreendeu que a Ronda estava apenas realizando uma visita e uma ação temporária. Como estamos desenvolvendo um trabalho constante e sério, conquistaremos essa política pública. Daqui a pouco alinharemos o cerimonial da tarde. Desde já, conto com a presença de todos às 16 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Barcelos.

Vereador Frank Moraes, com a parte: Quero contribuir e reforçar as palavras da vereadora Natália em relação ao reconhecimento da luta da vereadora Raycka pela implantação da Ronda Maria da Penha em Barcelos. Sabemos da necessidade e do quanto esse trabalho será importante para proporcionar mais segurança às mulheres. Acabei de conversar com a presidente, vereadora Lanna, também sobre as nossas crianças, que precisam ser cada vez mais protegidas. Agradeço ao governador por ter esse olhar sensível para o Município de Barcelos e por disponibilizar a Ronda Maria da Penha, para que esse trabalho possa se concretizar e para que cessem os comentários maldosos e as zombarias contra as vereadoras e contra um serviço construído com muita luta. Os resultados são apresentados dessa forma: por meio do trabalho. Parabéns, vereadora Raycka. Quero agradecer também à vereadora Natália, que está à frente da Procuradoria da Mulher no Município de Barcelos. Temos instrumentos muito importantes para levar segurança às nossas mulheres. Contem com este vereador. Estaremos juntos para fazer o melhor pela nossa população. Agradeço também à equipe de policiais militares. Não é fácil deixar suas casas, suas famílias e o conforto para enfrentar uma viagem de expresso e trazer um serviço de qualidade que beneficiará a nossa população.

Presidente Lanna Raquel, com o uso da palavra: Quero parabenizar todos os vereadores e vereadoras que trouxeram pautas fundamentais para esta Casa. É dessa forma que fazemos políticas públicas e atendemos às demandas da comunidade.

ORDEM DO DIA

Oficio nº 285/2026 – Gabinete do Prefeito Municipal, comunicação de passagem de cargo; oficio dado ciência.

Em seguida não havendo mais nada a tratar, o presidente encerrou a sessão, e para constar foi lavrada a presente ATA que depois de lida e aprovada vai por mim e pelos pares presentes assinada. Raycka Lacerda Sussuarana, 1ª secretária, digitei e assino.

Publicado por:
Vanessa Pereira Ribeiro
Código Identificador:D08FE7C2

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS
ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis, no Plenário da Câmara Municipal de Barcelos, situado na avenida Darcy Fernandes Pereira, nº 273, no horário regimental fizeram-se presentes os vereadores: Delzinéia de Lima Mota, Diego da Silva Ribeiro, Francisco Eduardo Rodrigues Militão, Frank Vilson de Holanda Moraes, Franquiberto Leite Reginaldo, Jair Gomes Pereira, Klinger Oliveira da Silva, Lanna Raquel Pereira de Oliveira, Natalia de Souza da Silva, Nilton José Braga de Oliveira, Raycka Lacerda Sussuarana.

NÃO HOUVE EXPEDIENTE

INSCRIÇÃO PEQUENO EXPEDIENTE

Vereador Diego Ribeiro com o uso da palavra: Gostaria de justificar a minha ausência do dia 17, por estar em tratativas do meu gabinete.

Presidente com o uso da palavra: Quem for contra se manifeste; quem for a favor permaneça como está. Justificativa aceita, falta abonada!

GRANDE EXPEDIENTE

Vereadora Raycka Lacerda com o uso da palavra: Nobres colegas, o assunto que eu trago aqui no Grande Expediente é para falar sobre a estiagem de 2026. Já tem algum tempo que estão emitindo alertas sobre os efeitos e as causas do fenômeno El Niño. Não é diferente, tanto que o Governador do Estado, na semana passada, foi a Brasília conversar com o Presidente da República para solicitar, pedir mesmo, ajuda, pois vamos enfrentar uma grande seca. Na minha última viagem de subida para Barcelos, eu pude perceber que a seca está acontecendo de maneira severa aqui no Rio Negro. Eu acho que, com toda a experiência ao longo dos anos, não precisamos deixar o pior acontecer para nos planejarmos. Conversei com o Prefeito, já existe uma conversa, uma inclinação, um planejamento junto à Defesa Civil, e acredito que esta Casa precisa se posicionar também e se adiantar. Não vamos esperar o pior acontecer. Então, eu venho aqui neste plenário, juntamente com os senhores, solicitar que a gente se una para ter uma conversa, porque o município precisa apresentar um plano de contingência para a estiagem de 2026. A gente torce para que não aconteça o pior, para que não seja necessário, mas precisamos estar organizados e planejados. Eu preciso da ajuda de vocês para nos sentarmos e conversarmos, porque o município precisa apresentar a esta Casa esse plano, precisa apresentá-lo à população e deixar também as comunidades que geralmente são mais afetadas nessa época de seca severa mais tranquilas, pois sabemos que, em alguns rios, a dificuldade fica maior, o desafio fica maior. Os nossos rios são as nossas estradas, então a navegação fica mais difícil, a ida de alimentos fica mais difícil. Nessa época, também, a vinda de insumos para Barcelos fica mais difícil, as coisas encarecem. Então, nós precisamos conversar sobre isso de forma séria. Precisamos ter na palma da mão esse planejamento, de fato, até para dar uma resposta aos cidadãos que vierem nos perguntar a respeito. Eu encaro que essa pauta da estiagem de 2026 é uma pauta que está em alerta em todo o Estado do Amazonas. Barcelos não é diferente. Então, nós precisamos nos posicionar enquanto Casa e conversar com o Executivo para termos acesso a esse planejamento. Se alguém quiser contribuir, por favor, fique à vontade. Ninguém contribuindo, mas, mais uma vez, falando para vocês: a gente tem números e dados aqui do Serviço Geológico do Brasil. Então, essa seca está mesmo crescente. Nós temos dados, e eu solicito, Presidente, que hoje se encaminhe o expediente para o gabinete do Prefeito do meu gabinete, para solicitar o plano de prevenção e contingência para a estiagem de 2026.

Vereadora Natalia Souza com o uso da palavra: Obrigada, nobre, pelo aparte. Eu gostaria de contribuir, porque realmente é preocupante. Nós, que estamos sempre visitando as comunidades, tanto no Rio Aracá quanto no Rio Padauiri e no Rio Unini, tenho amigos hoje no Rio Unini, e eles me falaram um pouquinho sobre a dificuldade que é no período da seca, devido às cachoeiras que têm lá no rio. Assim como também no Rio Padauiri, ali na área indígena dos Yanomamis, também é uma área com muita dificuldade devido às cachoeiras. Então, é uma pauta importante, realmente, para ser discutida e necessita de um planejamento. Eu pude acompanhar algumas dificuldades, principalmente em relação aos indígenas, nas tratativas com a FUNAI, porque eles ficam praticamente sem acesso a essas aldeias. Então, já é difícil chegar às comunidades ribeirinhas, imagine às aldeias indígenas. Então, acredito que é o momento de a gente se preocupar e chamar as outras instituições para que haja esse planejamento.

Vereadora Lana Raquel com o uso da palavra: Eu parabenizo Vossa Excelência, Vereadora, porque é um assunto que precisa ser discutido nesta Casa. Sabemos também que, com a estiagem, aumenta muito a problemática com as queimadas. Precisamos fazer uma conscientização na sociedade, precisamos verificar um plano e, assim, poder amenizar o sofrimento, principalmente nas comunidades. Eu,

como comerciante, sei da dificuldade que é para as mercadorias chegarem aqui em Barcelos. Acaba que, nesse período, algumas vezes, o preço da mercadoria acaba subindo, porque demora um pouco mais para chegar aqui no município e tudo encarece. Prejudica também os frios. Então, essa é uma demanda que a gente precisa discutir e ver uma forma em que a população fique menos prejudicada nesse período de estiagem, que será preocupante. Já temos esse alerta e, com certeza, teremos esse olhar cuidadoso com as comunidades e com a população em geral.

Vereador Diego Ribeiro com o uso da palavra: Muito importante a pauta. A gente vem acompanhando, desde o nosso primeiro mandato, a dificuldade de se chegar com água potável às comunidades distantes, que Vossas Excelências conhecem. Assinar o estado de calamidade facilita a compra desses garrafões e facilita a compra de cestas básicas, sem ter que passar por toda a burocracia de licitações e compras por dispensa de licitação. Então, quanto antes o Governador do Estado do Amazonas decretar o estado de calamidade, é melhor para que, quando houver essa dificuldade, as cestas básicas e os garrafões já estejam aqui à disposição da Secretaria de Meio Ambiente e da Defesa Civil, para fazer a distribuição nas comunidades.

Vereador Frank Moraes com o uso da palavra: Só para somar com a fala do nobre Vereador Diego, se eu não me engano, Vereador, não tenho certeza, mas acho que o Estado do Amazonas já até decretou estado de emergência por cento e oitenta dias. Precisamos até verificar, Vereadora Raycka. Se eu não me engano, já tem esse decreto assinado. Então, é uma pauta realmente preocupante e, como a Vereadora Natalia falou, a gente vê, nas comunidades, a dificuldade que esse povo pode passar no futuro com a chegada do El Niño, dificultando a chegada de água potável, a chegada de alimentos e outras assistências que sejam para levar qualidade de vida para esse povo. Não só lá, mas também na cidade, vai gerar impacto. Como a Vereadora Lana falou, haverá aumento de preços, e isso vai impactar negativamente o município. E nós, como Legislativo, nesta Casa, precisamos nos mover, somar forças e, assim, fazer o melhor para dar segurança e trazer tranquilidade para a população. Querendo ou não, gera um desespero e preocupação com o que se vê na televisão e com as informações e previsões do que pode acontecer. Mas não podemos viver pela dúvida, temos que ter segurança.

Vereadora Raycka Lacerda com o uso da palavra: Obrigada a todos que contribuíram. Então, vamos fazer esse ofício direto para o Gabinete do Prefeito, solicitando o planejamento de contingência para darmos uma resposta à população. Esperamos que não chegue a esse estágio pior, mas ficaremos em alerta juntamente com todo o Estado. Então, isso será feito. Vamos fazendo o nosso trabalho, representando toda a população. Tem uma preocupação que a Vereadora Lana trouxe, falando sobre a questão das queimadas, que é outra situação também. Eu não sei se vocês acompanharam recentemente lá no lixão do Município de Iranduba, onde todo o Corpo de Bombeiros da capital foi para lá e passou alguns bons dias para conseguir conter o incêndio. Temos essa problemática aqui. De vez em quando, alguém toca fogo lá e todos têm que correr. Então, nós temos que continuar falando e alertando para não acontecer o pior. Fica essa preocupação e esse alerta. Eu agradeço muito a todos que contribuíram e acredito que este é um assunto muito importante. Então, se planejar também é governar. É mostrar que nós estamos preocupados e saber o que falar, saber quais ações serão realizadas em favor da população, principalmente nas comunidades.

Vereador Eduardo Militão com o uso da palavra: Obrigado Senhor Presidente, Senhor presidente acabei de receber uma denúncia onde um técnico de T.I do Hospital Geral de Barcelos está chamando os pais das crianças para a porrada.

Vereadora Raycka Lacerda: Questão de Ordem Presidente!

Vereador Eduardo Militão com o uso da palavra: Senhor presidente isso não pode acontecer, o senhor está me entendendo?

Presidente com o uso da Palavra: Nobre vamos as explicações pessoais dentro do que foi tratado na sessão.

Vereador Eduardo Militão com o uso da Palavra: Mas se tiver no parágrafo lá, diz que eu posso falar de outra situação também dentro das explicações pessoais, senhor presidente, a qual não foi colocado dentro da sessão, está no regimento interno.

Presidente com o uso da Palavra: Vereador, conclua!

Vereador Eduardo Militão com o uso da Palavra: está certo presidente, muito obrigado, então um assunto grave, um colaborador do hospital, onde o pai já está acompanhando o filho que está com dor de ouvido, com a garganta inflamada, um técnico de T.I chamar um pai de família para porrada no ambiente hospitalar, isso é grave senhor Presidente.

Presidente com o uso da Palavra: Conclua Vereador!

Vereador Eduardo com o uso da Palavra: presidente quanto tempo eu tenho para concluir? Que estou com um minuto aqui no meu telefone, qual o tempo vereadora Raycka? A senhora me coloque aí, que a senhora está pedindo para o presidente para eu concluir.

Presidente com o uso da Palavra: Vereador as explicações pessoais para o que aconteceu dentro da sessão.

Vereador Eduardo Militão com o uso da Palavra: eu vou ver daqui a pouco no regimento presidente, mas eu vou ver e vamos tomar as atitudes cabíveis nessa situação, muito obrigado senhor presidente.

Vereadora Natalia Souza com o uso da palavra:

Gostaria de usar este momento para parabenizar a minha assessora que está fazendo aniversário hoje, a Josy, que deus abençoe, muitos anos de vida e obrigada pela parceria de sempre, no mais presidente, agradecer a deus por mais um dia que deus nos abençoe e que seja uma semana abençoada, deus ilumine ai o coração de todos nós sempre, amém.

Em seguida não havendo mais nada a tratar, o presidente encerrou a sessão, e para constar foi lavrada a presente ATA que depois de lida e aprovada vai por mim e pelos pares presentes assinada. Raycka Lacerda Sussuarana, 1ª secretária, digitei e assino.

Publicado por:
Vanessa Pereira Ribeiro
Código Identificador:21FD1F99

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS
ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis, no Plenário da Câmara Municipal de Barcelos, situado na avenida Darcy Fernandes Pereira, nº 273, no horário regimental fizeram-se presentes os vereadores: Delzinéia de Lima Mota, Diego da Silva Ribeiro, Frank Vilson de Holanda Moraes, Franquiberto Leite Reginaldo, Klinger Oliveira da Silva, Natalia de Souza da Silva, Nilton José Braga de Oliveira.

Registra-se ausência dos vereadores: Francisco Eduardo Rodrigues Militão, Jair Gomes Pereira, Lanna Raquel Pereira de Oliveira, Raycka Lacerda Sussuarana.

EXPEDIENTE

Indicação nº 002/2026 – Gabinete do vereador Diego da Silva Ribeiro, que indica ao Poder Municipal a elaboração e o encaminhamento do Projeto de Lei instituindo e regulamentando o Programa Municipal de Intercâmbio Cultural de Barcelos, destinado a fomentar intercâmbios culturais, artísticos e educacionais, de forma ativa, com outros municípios, cidades, comunidades e localidades.

SEM INSCRIÇÃO NO PEQUENO EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE

Vereador Frank Vilson com o uso da palavra: Senhor Presidente, eu pedi essa oportunidade só para passar um breve relatório da semana passada e quero dizer ao Presidente e aos nobres vereadores que eu estive no Rio Aracá, fazendo uma visita às comunidades. Visitei da comunidade de Nova Esperança até Terra Preta, onde pudemos estar ali juntos ao povo ribeirinho, conversando e recebendo demandas. E ali, estando próximos, nos sentimos muito bem junto ao povo ribeirinho das nossas comunidades. Levamos também muitas ações, brincadeiras e momentos de confraternização. Prestigiamos o Dia dos Pais em algumas comunidades, Vereador Diego, e esses são momentos muito valorosos para as nossas vidas como Legislativo. Eles se sentem muito bem quando estamos próximos deles, sentimos essa felicidade. Também recebemos algumas demandas, Vereador Klinger, para estarmos trazendo para o nosso Executivo, ao Prefeito Radinho, para estarmos cada vez mais melhorando a vida da nossa população nas comunidades. A gente sabe que as coisas não estão cem por cento perfeitas, Vereador Nilton, mas estamos lutando todos os dias para estar melhorando cada vez mais. Pudemos também levar material esportivo para que eles possam estar se divertindo no final de suas tardes, e foi um momento muito gratificante. Foram quatro dias de visitas, uma viagem onde também, Vereador Diego, vai levando a palavra de Deus para aquelas famílias. Sabemos que sem Deus não

vamos a lugar nenhum. Então, foram quatro dias de muita conversa, de muita diversão e de muita alegria. E, se Deus quiser, iremos novamente realizar mais uma ação dessas nas comunidades. Quero dizer aos nobres que eu estou muito feliz, feliz por Deus ter me proporcionado esse momento de estar junto com a população em nossas comunidades do Rio Aracá. Senhor Presidente, essa foi a primeira pauta que eu queria aproveitar o momento e deixar os parabéns ao Prefeito Radinho por ter realizado o Dia dos Pais, que ficará na história de Barcelos, que foi marcante, marcante para os pais barcelenses, que nunca tiveram uma valorização dessa forma. Então, fica aqui o meu abraço, o meu carinho e a minha admiração ao Prefeito Radinho por estar se esforçando a cada dia para fazer o melhor por nossa população. Deixar meus parabéns para a Vereadora Lana Raquel, que fez um evento muito bonito para os pais no domingo, ali próximo à casa dela. Que Deus a abençoe e que possamos, a cada dia, Vereadora Deusa, fazer o melhor pelo nosso povo.

Vereadora Natália com o uso da palavra: Eu quero aqui endossar as palavras do meu amigo Vereador Frank Moraes pela ação que o Prefeito realizou em alusão ao Dia dos Pais. Foi um evento histórico em Barcelos. Precisamos também reconhecer essas ações. O Prefeito Radinho, com a sua gestão, está fazendo história. Então, a gente só tem a parabenizar também a nossa Vice-Prefeita, a nossa Primeira-Dama, que também estava presente, os secretários municipais e todos os servidores que se dedicaram à organização dessa festa. Os nobres vereadores estavam lá também, né, Vereador Diego? Vereador Diego disse: "Oh, eu também sou pai!". Infelizmente, a sorte não veio, mas é assim mesmo. Então, eu acredito que os pais se sentiram valorizados. Eu vi muitas brincadeiras, realmente foi um momento muito especial. A chuva não atrapalhou a alegria, porque eles permaneceram até o final.

ORDEM DO DIA

Indicação nº 002/2026 – Gabinete do vereador Diego da Silva Ribeiro;

Vereador Diego Ribeiro com o uso da palavra: Presidente, eu gostaria de solicitar a defesa desta indicação, devido à magnitude orçamentária e à proporcionalidade que o projeto já tomou. Como iniciou esse projeto há muito tempo, por vias de parcerias de terceiros, quando este vereador ainda não estava nesta Casa Legislativa, mas já apoiava este projeto, que, de fato, já acontecia, mas não de direito. E hoje eu apresento uma indicação com a possibilidade de o Executivo regulamentar este projeto, para que não fique somente no mundo das ideias. E mais: o grande objetivo desta indicação é fazer com que haja prestação de contas do que é gasto nas comunidades com os intercâmbios culturais das danças, das bandas que são direcionadas para as comunidades, dos festejos das nossas comunidades e, como falei anteriormente, do intercâmbio cultural que já está consolidado, que é o intercâmbio cultural Barcelos/Parintins, e do que está em ascendência, o intercâmbio cultural Barcelos/Santa Isabel do Rio Negro. Primeiramente, gostaria de parabenizar a todos os brincantes do nosso intercâmbio cultural Barcelos/Parintins, do intercâmbio cultural Barcelos/Santa Isabel do Rio Negro, do intercâmbio cultural de todos os festejos do nosso extenso município de Barcelos. Senhor Presidente, pois bem, eu gostaria de dar foco e ênfase à minha indicação, que fala sobre a presente proposta, que não pretende limitar, Senhor Presidente, o intercâmbio cultural a uma única cidade, que seria Parintins, mas sim fazer com que o intercâmbio cultural ganhe mais proporcionalidade com as comunidades e com a cidade de Santa Isabel do Rio Negro, tendo em vista o grande festival de quadrilhas, que é uma grande cultura, uma forma de cultura de se expressar naquela cidade. Muitos artistas do município de Barcelos vão para lá para ajudar, contribuir e fazer com que aquele festival seja maior do que já é, com os próprios brincantes e artistas que já existem na cidade de Santa Isabel do Rio Negro. Então, Senhor Presidente, esta proposta tem que passar pelo Plano Plurianual, pela LDO e deve passar pela LOA, tendo em vista que o vereador não pode apresentar um projeto de lei que coloque no orçamento público uma despesa que ele não possa mensurar, porque isso deve passar pela Secretaria de Finanças, por estudos orçamentários, para que o Poder Público possa analisar as suas contas, os seus fundos, para que possa direcionar recursos a este projeto. E não só a este projeto, Presidente, mas a todos os projetos que são apresentados nesta Casa. Vereador Nilton, eles precisam ter um olhar da Comissão de Finanças e Orçamento no que diz respeito a: "Espera aí, vamos lá. Será que podemos legislar em cima desse projeto devido ao impacto orçamentário que ele vai resultar no município? ". Então, fica essa pergunta no ar, Senhor Presidente. E, segundo os meus estudos, Senhor Presidente, me encaminhando para o fim da minha fala, o Poder Executivo, no poder das suas competências legais, poderá, de forma discricionária, avaliar a conveniência, a oportunidade, a viabilidade, a modalidade e a extensão do apoio a ser concedido às ações de apoio cultural. Ou seja, isto é um ato discricionário do Poder Público. Discricionário significa de própria autonomia: ele analisa suas contas, seus fundos e seus recursos próprios e toma uma decisão. Este ano vai dar de fazer o intercâmbio cultural Barcelos/Parintins; este ano vai dar de fazer o intercâmbio cultural Santa Isabel/Barcelos, Barcelos/Santa Isabel, comunidade de Carvoeiro, comunidade de Moura. Então, existe toda uma análise discricionária do Poder Público, que é um estudo de impacto orçamentário dentro dos fundos da cultura. O eventual apoio dependerá cumulativamente ou, conforme a natureza da medida, da disponibilidade orçamentária e financeira do município, da existência de recursos no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura ou do órgão responsável pela política cultural, da compatibilidade com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual. Senhor Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Eu encaminho essa indicação com a assinatura dos meus pares, que eu gostaria de exaltar por terem dado apoio a essa indicação: da Vereadora Delzinéia de Lima Mota, do Vereador Frank Vilson de Holanda Moraes, do Vereador Franquiberto Leite Reginaldo, do Vereador Klinger Oliveira da Silva, da Vereadora Lana Raquel Pereira de Oliveira, da Vereadora Natália de Souza da Silva, do Vereador Nilton José Braga de Oliveira e da Vereadora Raycka Lacerda Sussuarana.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS

Vereador Frank Moraes com o uso da palavra: Eu pedi esse momento nas Explicações Pessoais para parabenizar o Vereador Diego pela pauta e pela indicação. Dentro do município, nós temos várias pautas, né, Vereador Nilton, mas também temos a cultura, que precisamos valorizar. Parabéns! Esse vereador aqui vai apoiar sempre. Quero aqui também, Senhor Presidente, deixar meus parabéns ao Pastor Jânio. Foi aniversário dele ontem. Então, deixar aqui um feliz aniversário ao Pastor Jânio Garrido e que Deus possa abençoá-lo sempre, sendo esse profeta e homem de Deus que leva o amor de Deus às famílias barcelenses.

Em seguida não havendo mais nada a tratar, o presidente encerrou a sessão, e para constar foi lavrada a presente ATA que depois de lida e aprovada vai por mim e pelos pares presentes assinada. Natalia de Souza da Silva, 2ª secretária, digitei e assino.

Publicado por:
Vanessa Pereira Ribeiro
Código Identificador:BD9B7651

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS
ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis, no plenário da câmara municipal de Barcelos situado na avenida Dacy Fernandes Pereira, nº 273, no horário regimental fizeram-se presentes os vereadores: Delzinéia de Lima Mota, Diego da Silva Ribeiro, Frank Vilson de Holanda Moraes, Franquiberto Leite Reginaldo, Klinger Oliveira da Silva, Lanna Raquel Pereira de Oliveira, Natalia de Souza da Silva e Nilton José Braga de Oliveira.

Registra-se ausência dos vereadores: Francisco Eduardo Rodrigues Militão, Jair Gomes Pereira, e Raycka Lacerda Sussuarana.

Presidência do vereador Franquiberto Leite Reginaldo, que havendo quórum regimental declarou aberta a sessão.

Expediente

Projeto de Lei Complementar nº 002/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização, alinhada à política de alfabetização do território estadual e ao compromisso nacional criança alfabetizada, e estabelece diretrizes para sua implementação no município de Barcelos.

Na sequência, passou-se à apreciação do **Projeto de Lei Complementar nº 002/2026**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que **institui a Política Municipal de Alfabetização de Barcelos e dá outras providências**, já aprovado em primeiro turno.

Submetido à **discussão em segundo turno**, e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente encerrou a discussão e submeteu a matéria à **votação em segundo turno**.
Concluída a votação, o Projeto de Lei Complementar nº 002/2026 obteve 08 **(oito*) votos favoráveis,*** sendo, portanto, **APROVADO EM SEGUNDO TURNO**.
Senhor Presidente proclamou o resultado e determinou o prosseguimento da matéria para as providências legislativas subsequentes, nos termos regimentais.
O presidente suspendeu a sessão por 30 minutos para a confecção da ata, e após aprovada a presente ATA que depois de lida e aprovada vai por mim e pelos pares presentes assinada. Eu, Natalia de Souza da Silva, 2ª secretária a digitei e assino.

Publicado por:
Vanessa Pereira Ribeiro
Código Identificador:6070D15B

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE COARI

SECRETARIA LEGISLATIVA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 007, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE COARI DURANTE A SEMANA DA PÁTRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COARI, Estado do Amazonas, Vereador **ORLEILSON DE OLIVEIRA LIMA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa,
CONSIDERANDO as festividades e programações alusivas à Semana da Pátria, realizadas pelas escolas municipais, estaduais, federais e particulares, bem como por outros órgãos e instituições do Município de Coari;
DECRETA:
Art. 1º Ficam suspensas as reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Coari nos dias **01 e 02 de setembro de 2026**, em razão das atividades e programações alusivas à Semana da Pátria.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Coari, Estado do Amazonas, em 01 de setembro de 2026.

ORLEILSON DE OLIVEIRA LIMA
Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Coari

Publicado por:
Antonio Soares Dos Santos
Código Identificador:1789FB90

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE PRAZO

CONTRATANTES:A Câmara Municipal deEnvira/AMe aempresaA S R LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA(CNPJ:10.632.838/0001-51).
OBJETO:Contratação de Pessoa Jurídica, Pelo Sistema de Registro de Preços para Futura e Eventual Locação de Veículos para Atender as Demandas das Secretarias Municipais de Alvarães.
VALOR GLOBAL:R$88.000,00(oitenta e oito mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA:5 (cinco) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão:01–PoderLegislativo.Unidade:01.01–CâmaraMunicipal.Proj. Ativ.:2.001–Manutençãoda Câmara Municipal.Elemento de Despesa:3.3.90.39–Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.Fonte de Recurso:10 – Recursos Próprios.

Envira/AM,10 de agosto de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DEENVIRA
Contratante

A S R LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA
Contratada

*Publicado por afixação no Quadro de Avisos da Câmara Municipal em10/08/2026.

Publicado por:
Marcos Gurgel Venâncio da Silva
Código Identificador:B1AC57A4

CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO

2º TERMO ADITIVO –Prorrogação de Prazo.
CONTRATO Nº:019/2025
CONTRATANTE:CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
CONTRATADA:60.585.939 JHONATAN GOMES MOURA
CNPJ:60.585.939/0001-81
OBJETO:O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de prazo, pelo período de 05(cinco) meses, do contrato nº 019/2025,oriundo da DL nº013/2025,em sua cláusula segunda, firmado entre as partes, tendo em vista que o prazo contratual se encerra em 09/08/2026.Contratação de Serviçosde Sonoplastia em Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Especiais e Outros Eventos e Reuniões para Atender as Necessidades da Câmara Municipal de Envira.
VALOR:R$ 22.770,00(vinte e dois mil setecentos e setenta reais).
VIGÊNCIA:05(cinco) meses.

Envira/AM,07 de agostode 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
Contratante

60.585.939 JHONATAN GOMES MOURA
Contratada

Publicado por:
Marcos Gurgel Venâncio da Silva
Código Identificador:677022A6

CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO

2º TERMO ADITIVO –Prorrogação de Prazo.
CONTRATO Nº:020/2025
CONTRATANTE:CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
CONTRATADA:VANDO GOMES DE SOUZA
CNPJ:47.577.079/0001-81
OBJETO:O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de prazo, pelo período de 05(cinco) meses, do contrato nº 020/2025,oriundo da DL nº014/2025,em sua cláusula segunda, firmado entre as partes, tendo em vista que o prazo contratual se encerra em 09/08/2026.Contratação de empresa especializada em gestão documental para digitalização de documentos e processos, com utilização de mão-de-obra qualificada e própria, equipamentos (scaner) incluindo software de busca de documentos, para atender a demanda da Câmara Municipal.
VALOR:R$ 22.770,00(vinte e dois mil setecentos e setenta reais).
VIGÊNCIA:05(cinco) meses.

Envira/AM, 07deagostode 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
Contratante

VANDO GOMES DE SOUZA
Contratada

Publicado por:
Marcos Gurgel Venâncio da Silva
Código Identificador:E93DB2C6

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE IPIXUNA

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIXUNA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 002/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 002/2026

Data: 01/09/2026.
Prazo: 12 (doze) meses.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução integrada de gestão legislativa, compreendendo sistema eletrônico de votação, controle de presença parlamentar, gestão de matérias legislativas, protocolo digital, geração de atas, suporte técnico, manutenção do portal institucional, alimentação dos sistemas de patrimônio e almoxarifado, implantação da solução, treinamento dos usuários, bem como o fornecimento de 11 (onze) tablets e 01 (uma) Smart TV de 50 (cinquenta) polegadas.
Partes: Câmara Municipal de Ipixuna e ISOLUTIONS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 54.348.466/0001-01.
Valor Global: R$ 65.280,00 (sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta reais).
PROGRAMA DE TRABALHO: 01.01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIXUNA.
ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA; E 44.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.
Fonte de Recursos: 500 – Recursos Ordinários.
Fundamento Legal: Processo Administrativo nº 114/2026, Dispensa de Licitação nº 002/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

FRANCISCO PEREIRA SARAIVA
Presidente da Câmara Municipal de Ipixuna

PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Ipixuna, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Ipixuna, 01 de setemnbro de 2026.

FRANCISCO PEREIRA SARAIVA
Presidente da Câmara Municipal de Ipixuna

Publicado por:
Jake Anderson
Código Identificador:2209FDB7

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 014-A/2026 - CMI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014-A/2026 - CMI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027-A/2026 - CMI;
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026 – CMI;
ASSINATURA: 07 de agosto de 2026;
VIGÊNCIA: 04 (Quatro) meses;
PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA e a OGS GRÁFICA, ESTAMPARIA E DESIGN DE PUBLICIDADE LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 35.633.044/0001-33;
OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para Confecção de Brindes;
VALOR GLOBAL: R$ 57.500 (Cinquenta e sete mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 01.031.0101.2001 – Manutenção da Câmara Municipal, Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA, Fonte: 10 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA**,** em 07 de agosto de 2026.

ARIALDO GUIMARÃES DA SILVA
Vereador Presidente
Câmara de Itacoatiara

Publicado por:
Maria do Perpetuo Socorro de Souza
Código Identificador:CEC9A050

CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2026 – CMI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2026 – CMI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026 – CMI;
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2026 – CMI;
ASSINATURA: 10 de agosto de 2026;
VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses;
PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA e a empresa LION DI ESTAMPARIA E BRINDES LTDAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.146.909/0001-49;
OBJETO Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Operação Técnica de Sistema de Sonorização da Câmara Municipal de Itacoatiara.
VALOR GLOBAL: R$ 181.296,00 (Cento e oitenta e um mil duzentos e noventa e seis reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 01.031.0101.2001 – Manutenção da Câmara Municipal, Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA, Fonte: 10 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA**, em 10 de agosto de 2026.**

ARIALDO GUIMARÃES DA SILVA
Vereador Presidente
Câmara de Itacoatiara

Publicado por:
Maria do Perpetuo Socorro de Souza
Código Identificador:84C86063

CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2026 - CMI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2026 - CMI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029-A/2026 - CMI;
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026 – CMI;
ASSINATURA: 13 de agosto de 2026;
VIGÊNCIA: 04 (Quatro) meses;
PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA e a OPEN – COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 14.834.375/0001-61;
OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para os Serviços de Design Gráfico e Editoriais;
VALOR GLOBAL: R$ 63.942,40 (Sessenta e três mil, novecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 01.031.0101.2001 – Manutenção da Câmara Municipal, Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA, Fonte: 10 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA**,** em 13 de agosto de 2026.

ARIALDO GUIMARÃES DA SILVA
Vereador Presidente
Câmara de Itacoatiara

Publicado por:
Maria do Perpetuo Socorro de Souza
Código Identificador:CACBA841

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE JURUÁ

CAMARA MUNICIPAL DE JURUA
PORTARIA Nº 033/2026/G/PCMJ, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JURUÁ, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JURUÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO a Seção X, Art. 105º da Lei Municipal nº 514/2025 de 14 de dezembro de 2025 que "Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Juruá, das Autarquias e das Fundações Municipais, e dá outras providências".
CONSIDERANDO ainda que após análise no requerimento de concessão de licença prêmio da servidora efetiva **FRANCISCA DAMASCENO DOS REIS** protocolado nesta Casa no dia 12/08/2026,
CONSIDERANDO que é conveniente aos interesses administrativos a concessão de licença prêmio, desde que não prejudique o andamento do setor o qual o servidor esteja lotado,
RESOLVE:
Art. 1º - ***CONCEDER*** a servidora **FRANCISCA DAMASCENO DOS REIS** portadora do CPF Nº 562.735.332-53, **LICENÇA PRÊMIO** a considerar julho de 2021 à julho de 2026, pelo período de 03 (Três) meses consecutivos a partir de 01 de setembro a 30 de novembro de 2026, mantida a remuneração do cargo efetivo.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Juruá/Am, em 01 de setembro de 2026.

VER. ELDO PEREIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Juruá

Publicado por:
Raimundo Francisco Teixeira Mota
Código Identificador:746CF154

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ
LEI N° 1108/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

LEI N° 1108/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE MANICORÉ, ADEQUANDO-OS AO PISO SALARIAL NACIONAL ESTABELECIDO PELA LEI FEDERAL Nº 11.738/2008 PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ – Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições dispostas no Art. 23 da Lei Orgânica do Município, FAÇO SABER que a Câmara Municipal APROVOU a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica concedido o reajuste sobre os vencimentos dos profissionais do magistério público municipal, em adequação ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) estabelecido pela Lei Federal nº 11.738/2008 e divulgado pela Portaria MEC nº 82/2026, passando o valor base (Classe A, Nível I) para **R$ 2.565,69 (Dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)** para a jornada de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º O reajuste de que trata o caput altera os vencimentos previstos no Anexo II da Lei nº 1060/2025, mantendo-se o escalonamento vertical e horizontal estabelecido na Lei nº 996/2022, conforme a tabela constante no Anexo Único desta Lei.

§ 2º O reajuste de vencimentos será pago de forma retroativa a partir de **1º de janeiro de 2026**, nos termos do artigo 4º da Lei Municipal nº 996/2022.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do exercício de 2026, oriundas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Manicoré/AM, 31 de agosto de 2026.

WELLINGTON YURI LELO REIS
Vereador/Presidente

Esta Lei é de autoria do Executivo Municipal

Publicado por:
Paulo de Jesus Barros de Azevedo
Código Identificador:7CB12467

CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ
LEI N° 1109/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DE APARELHOS DE TELEFONE CELULAR E DEMAIS DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS PORTÁTEIS PESSOAIS POR ESTUDANTES FORA DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 15.100/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ – Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições dispostas no Art. 23 da Lei Orgânica do Município, FAÇO SABER que a Câmara Municipal APROVOU a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei regulamenta, no âmbito do Município de Manicoré, o uso de aparelhos de telefone celular e demais dispositivos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes nas unidades escolares da rede pública municipal e da rede privada de educação básica, em complemento àLei Federal nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, aoDecreto Federal nº 12.385/2025, àLei Federal nº 9.394/1996 (LDB)e àConstituição Federal de 1988 (arts. 205, 206 e 227).

Parágrafo único.São objetivos desta Lei:

I - salvaguardar a saúde mental, física e psíquica de crianças e adolescentes;
II - promover ambiente escolar propício à aprendizagem, à socialização e à convivência;
III - combater o*bullying*, o*cyberbullying*e a exposição indevida de imagens;
IV - incentivar o uso consciente, ético e pedagógico das tecnologias digitais;
V - reduzir a dependência digital (nomofobia) entre estudantes.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - aparelho eletrônico portátil pessoal telefone: celular,*smartphone*,*tablet*,*smartwatch*, fone de ouvido sem fio, console portátil de jogos e demais dispositivos análogos de uso individual;
II -sala de aula: todos os espaços escolares em que se desenvolvam atividades pedagógicas sob orientação de profissionais da educação (art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 15.100/2025);
III -unidade escolar: toda a área física da escola, incluindo pátios, refeitórios, bibliotecas, laboratórios, quadras, corredores e banheiros.

CAPÍTULO II
DA PROIBIÇÃO E DAS EXCEÇÕES

Art. 3º Ficaproibido o uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durantea aula, o recreio e os intervalos entre as aulas, em todas as etapas da educação básica ofertadas no Município de Manicoré.

§ 1ºO uso em sala de aula serápermitidoexclusivamente para fins pedagógicos ou didáticos, conforme planejamento e orientação expressa do professor.

§ 2º Ficamexcepcionadasda proibição as situações de:

I - estado de perigo, estado de necessidade ou caso de força maior;
II - garantia de acessibilidade e de inclusão de estudantes com deficiência;
III - atendimento a condições de saúde do estudante, mediante comprovação;
IV - garantia dos direitos fundamentais previstos no art. 227 da CF/88.

Art. 4º Os estudantes poderão portar seus aparelhos no interior das unidades escolares, desde que mantidosdesligados ou em modo silencioso e guardadosem mochila, armário ou local designado pela direção da escola, salvo nas hipóteses do art. 3º, §§ 1º e 2º.

CAPÍTULO III
DA GUARDA E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5ºA guarda dos aparelhos é de responsabilidade exclusiva do estudante ou de seus pais/responsáveis, não podendo o Município ou a unidade escolar ser responsabilizado por eventual perda, extravio ou dano, ressalvadas as hipóteses de retenção formal pela direção.

Art. 6º Cabe a cada unidade escolar, respeitadas as diretrizes desta Lei e do Decreto Federal nº 12.385/2025:

I - elaborarprotocolo internode aplicação, ouvidos o Conselho Escolar, professores, pais e estudantes;
II - definirmedidas educativas gradativasem caso de descumprimento (advertência oral, notificação aos responsáveis, retenção temporária do aparelho, registro em livro próprio);
III - vedar a aplicação de sanções de natureza pecuniária ou que impliquem exclusão do estudante das atividades escolares.

CAPÍTULO IV
DA EDUCAÇÃO DIGITAL E DA SAÚDE MENTAL

Art. 7ºA Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e as escolas privadas deverão elaborar estratégias permanentes voltadas a:

I - informar estudantes, famílias e servidores sobre os riscos do uso imoderado de telas, do acesso a conteúdos impróprios e do sofrimento psíquico decorrente;
II - ofertarformação continuadaa professores e funcionários para detecção, prevenção e abordagem de sinais de sofrimento mental e de nomofobia;
III - disponibilizarespaços de escuta e acolhimentopara estudantes e servidores.

Art. 8ºA SEMED promoverá, em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde, campanhas anuais de conscientização sobre o uso responsável de tecnologias digitais, integradas ao Projeto Político-Pedagógico das escolas municipais.

CAPÍTULO V
DA APLICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9ºA SEMED editará, em até90 (noventa) diasda publicação desta Lei, regulamento técnico com diretrizes uniformes de aplicação nas escolas da rede municipal, observado o disposto no Decreto Federal nº 12.385/2025.

Art. 10º As unidades escolares terão prazo de60 (sessenta) dias, contados da publicação do regulamento, para adequarem seus regimentos internos e protocolos.

Art. 11º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da SEMED, suplementadas se necessário.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manicoré/AM, 31 de agosto de 2026.

WELLINGTON YURI LELO REIS
Vereador/Presidente

Esta Lei é de autoria do Vereador Dídimo Mendes Soares.

Publicado por:
Paulo de Jesus Barros de Azevedo
Código Identificador:67252142

CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ
LEI N° 1110/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

"INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DE MANICORÉ (PMSPDS-MANICORÉ), ESTABELECE DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, FORTALECIMENTO DA GUARDA MUNICIPAL, ORGANIZAÇÃO DO TRÂNSITO E PROMOÇÃO DA DEFESA SOCIAL NO MUNICÍPIO."

O EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ – Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições dispostas no Art. 23 da Lei Orgânica do Município, FAÇO SABER que a Câmara Municipal APROVOU a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Manicoré - PMSPDS, sendo conceituado como um instrumento de planejamento estratégico com horizonte de 10 (dez) anos, revisado a cada 04 (quatro) anos, com o objetivo de orientar as políticas públicas de segurança cidadã, prevenção da violência, proteção da população e organização do trânsito municipal.

Art. 2º O Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Manicoré - PMSPDS, observará os seguintes princípios:

I - Proteção da vida;
II - Prevenção da violência;
III - Segurança cidadã;
IV - Respeito aos direitos humanos;
V - Integração entre órgãos municipais, estaduais e federais;
VI - Participação social;
VII - Transparência e gestão por resultados;
VIII - Uso de tecnologia e inteligência territorial.

Art. 3º O Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Manicoré - PMSPDS, integra-se às seguintes diretrizes:

I - da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social;
II - da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
III - do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP);
IV - do Plano Estadual de Segurança Pública do Amazonas.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL

Art. 4º São objetivos do Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Manicoré - PMSPDS:

I - Reduzir índices de violência e criminalidade no município;
II - Fortalecer a Guarda Municipal de Manicoré como instituição de proteção cidadã;
III - Organizar e fiscalizar o sistema municipal de trânsito;
IV - Desenvolver políticas de prevenção social da violência;
V - Ampliar políticas de proteção às vítimas e grupos vulneráveis;
VI – Promover cooperação com Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e órgãos federais;
VII - Implantar sistema de monitoramento e inteligência municipal.

CAPÍTULO III
DIAGNÓSTICO E EIXOS ESTRATÉGICOS

Art. 5º O Plano será estruturado em 05 (cinco) eixos estratégicos, conforme se segue:

EIXO 1 - PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA	
OBJETIVO	Atuar nas causas sociais da criminalidade.
AÇÕES	I - Implantação do Programa Municipal de Prevenção à Violência; II - Projetos de esporte, cultura e lazer em bairros e comunidades; III - Programas de proteção à mulher e combate à violência doméstica; IV - Projetos de inclusão social para juventude em situação de risco; V - Iluminação pública e requalificação de espaços urbanos.

EIXO 2 - FORTALECIMENTO DA GUARDA MUNICIPAL	
OBJETIVO	Estruturar a Guarda Municipal como força de proteção cidadã;
AÇÕES	I - Ações estratégicas; II - Reestruturação institucional da Guarda Municipal; III - Ampliação e qualificação gradual do efetivo; V - Capacitação anual em: a) Noções Básicas de Direito; b) Direitos humanos; c) Mediação de conflitos; d) Tiro e defesa Pessoal; e) Uso Diferenciado da Força; f) Primeiros socorros / Atendimento Pré-hospitalar; g) Ações de Defesa civil; h) Acolhimento e Atendimento às vítimas. VI - Implantação da Patrulha Escolar Municipal; VII - Criação de Patrulhas Especializadas: a) Patrulha de Proteção à Vulneráveis; b) Patrulha Ambiental e Fluvial; c) Patrulha de Ações Especiais. VIII - Aquisição de equipamentos operacionais: a) Uniforme; b) Viaturas; c) Armamento Letal e IMPO; d) Equipamento de comunicação; e) Equipamentos de Proteção Individual; f) equipamentos de proteção coletiva. IX - Integração operacional com os órgãos: a) do Sistema Único de Segurança Pública; b) do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; c) do Sistema Nacional de Trânsito; d) do Sistema de Controle Externo; e) do Sistema Brasileiro de Inteligência;

EIXO 3 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO	
OBJETIVO	Organizar a mobilidade urbana e reduzir acidentes.
AÇÕES	I - Criação ou fortalecimento do Departamento Municipal de Trânsito; II - Formação dos Profissionais Municipais de Trânsito; III – Atuar na fiscalização de: a) Transportes terrestres; b) Transporte escolar; c) Transporte fluvial, mediante convênio; d) Campanhas educativas e permanentes de trânsito; IV – Realizar a implantação de: a) sinalização viária; b) faixas de pedestre; c) redutores de velocidade; d) controle em áreas escolares; e) Programa Trânsito Seguro nas Escolas.

EIXO 4 - TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA	
OBJETIVO	Modernização e gestão da segurança.
AÇÕES	I - Implantação do Centro Municipal de Monitoramento. II - Instalação de câmeras e tótens de segurança em: a) Praças; b) Escolas; c) Prédios públicos; d) Cemitério e entorno; e) Entradas da cidade. III - Mapeamento de áreas de risco; IV - Elaboração de indicadores de segurança; V - Integração com sistemas estaduais e federais.

EIXO 5 - DEFESA SOCIAL E PROTEÇÃO CIVIL	
OBJETIVO	Fortalecer ações de prevenção a desastres e proteção comunitária.
AÇÕES	I - Fortalecimento da Defesa Civil Municipal; II - Implantação dos Planos municipais de resposta e contingência a: a) Enchentes; b) Secas; c) Desastres naturais; d) Emergências ambientais. III - Capacitação comunitária em gestão de riscos; IV - Criação de brigadas comunitárias de emergência; V - Integração com os Sistemas de Proteção e Defesa Civil.

CAPÍTULO IV
DA GOVERNANÇA DO PLANO MUNICIPAL

Art. 6º Fica criada a Comissão Municipal de Segurança Pública e Defesa Social e poderá contar com a participação de representantes:

I - da Prefeitura Municipal;
II - da Secretaria Municipal de Segurança Pública;
a) Guarda Municipal;
b) Defesa Civil;
c) Departamento Municipal de Trânsito.
III - da Secretaria de Educação;
IV - da Secretaria de Assistência Social;
V - da Secretaria de Saúde;
VI - da Polícia Militar;
VII - da Polícia Civil;
VIII - do Corpo de Bombeiros Militar;
IX - dos Órgãos de Fiscalização e Controle;
X - de Representantes da Sociedade Civil.

Parágrafo único. A participação será considerada serviço público relevante, não remunerado e poderá ocorrer mediante convite, adesão voluntária, convênio, acordo de cooperação ou indicação formal do respectivo órgão, preservadas suas competências constitucionais e legais.

Art. 7º São competências da Comissão Municipal de Segurança Pública e Defesa Social:

I - Elaborar diagnóstico de segurança pública e risco social;
II - Elaborar indicadores;
III - Monitorar as execuções;
IV - Avaliar os programas e resultados;
V - Propor ajustes e melhorias.

CAPÍTULO V
DAS METAS INICIAIS (4 ANOS)

Art. 8º Deverão ser realizadas nos primeiros quatro anos as seguintes ações:

I - Implantar sistema de monitoramento urbano;
II - Estruturar plenamente a Guarda Municipal, Defesa Civil e Departamento Municipal de Trânsito;
III - Reduzir acidentes de trânsito em 20% (vinte por cento);
IV - Implantar programas de prevenção à violência em escolas;
V - Criar patrulhas especializadas da Guarda;
VI - Implantar sistema municipal de dados de segurança.

§1º A aquisição, o porte, a guarda, o controle e o emprego de armamento letal, instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos operacionais observarão a legislação federal, as autorizações dos órgãos competentes, a capacitação técnica, os protocolos de uso diferenciado da força e os mecanismos de controle interno e externo.
§2º A integração com sistemas oficiais de informações, estatísticas e análise territorial, mediante instrumentos formais de cooperação e observada a legislação de proteção de dados, sigilo e segurança da informação.

§3º O tratamento de dados, imagens e informações decorrentes do sistema municipal de monitoramento observará a legislação de proteção de dados pessoais, segurança da informação, acesso à informação, sigilo legal, finalidade pública, necessidade, proporcionalidade e controle de acesso.

§4º As ações de fiscalização, autuação, operação e educação de trânsito observarão o Código de Trânsito Brasileiro, as normas do CONTRAN, a integração do Município ao Sistema Nacional de Trânsito e os convênios eventualmente celebrados com órgãos competentes.

CAPÍTULO VI
DO FINANCIAMENTO

Art. 9º A execução das ações previstas neste Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Manicoré - PMSPDS, poderão ser custeadas por dotações orçamentárias próprias, transferências voluntárias, convênios, emendas parlamentares, fundos públicos legalmente compatíveis, parcerias e demais instrumentos juridicamente admitidos, observadas a legislação de licitações e contratos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a legislação de parcerias público-privadas e as regras específicas de cada fonte de recurso.

Parágrafo único. A implementação das ações previstas no Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Manicoré - PMSPDS, ficam condicionadas à existência de dotação orçamentária, compatibilidade com o PPA, LDO e LOA, disponibilidade financeira e, quando aplicável, à prévia estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa.

CAPÍTULO VII
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL

Art. 10º A execução do Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Manicoré - PMSPDS, será acompanhada por:

I - Relatórios periódicos não superiores a 06 (seis) meses;
II - Indicadores públicos;
III - Avaliação quadrienal.

Parágrafo único. Os relatórios deverão ser publicados no Portal da Transparência do Município de Manicoré e/ou Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas e/ou qualquer outro canal de comunicação oficial.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º Este Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Manicoré - PMSPDS, entra em vigor na data de sua publicação e deverá orientar todas as políticas municipais relacionadas à segurança pública e defesa social.

Manicoré/AM, 01 de setembro de 2026.

WELLINGTON YURI LELO REIS
Vereador/Presidente

Esta Lei é de autoria do Executivo Municipal.

Publicado por:
Paulo de Jesus Barros de Azevedo
Código Identificador:8AC9515E

CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ
LEI N° 1111/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE IDENTIFICAÇÃO INCLUSIVA FACULTATIVA PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE MANICORÉ, MEDIANTE UTILIZAÇÃO DO SÍMBOLO INTERNACIONAL DO AUTISMO, QR CODE OU OUTRO RECURSO TECNOLÓGICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ – Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições dispostas no Art. 23 da Lei Orgânica do Município, FAÇO SABER que a Câmara Municipal APROVOU a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Identificação Inclusiva Facultativa para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino, com a finalidade de promover inclusão, acessibilidade, acolhimento, proteção e atendimento adequado no ambiente escolar.

Parágrafo único. A identificação prevista nesta Lei terá caráter exclusivamente facultativo, dependendo de solicitação expressa dos pais, da mãe ou do responsável legal pelo estudante.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

I - fortalecer a inclusão escolar dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista;
II - facilitar a identificação do estudante em situações que demandem atendimento prioritário, acolhimento, proteção ou comunicação diferenciada;
III - promover maior segurança durante atividades escolares, eventos educacionais e deslocamentos organizados pela escola;
IV - ampliar a conscientização da comunidade escolar acerca do Transtorno do Espectro Autista;
V - estimular práticas pedagógicas inclusivas;
VI - contribuir para a proteção integral da criança e do adolescente com deficiência;
VII - respeitar a autonomia da família quanto à utilização da identificação inclusiva.

Art. 3º Para os fins desta Lei considera-se:

I - estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA): aquele diagnosticado na forma da legislação vigente;
II - identificação inclusiva: recurso visual ou tecnológico destinado exclusivamente a facilitar o reconhecimento da condição do estudante quando autorizado por seus responsáveis;
III - QR Code: código digital que poderá conter informações previamente autorizadas pelos responsáveis legais, observadas as normas de proteção de dados pessoais;

IV - símbolo internacional do autismo: identificação visual amplamente reconhecida para promoção da conscientização e inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

CAPÍTULO II
DA IDENTIFICAÇÃO INCLUSIVA

Art. 4º O Poder Executivo poderá disponibilizar, mediante solicitação da família, identificação inclusiva destinada aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino.

§1º A identificação poderá ser inserida:
I - no uniforme escolar;
II - na carteira estudantil;
III - no crachá escolar, quando houver;
IV - na mochila escolar fornecida pelo Município;
V - em outro material institucional utilizado pelo estudante.

§2º A identificação deverá observar padrão discreto, preservando a dignidade, a privacidade e a inclusão do estudante, vedada qualquer forma de exposição vexatória ou discriminatória.

Art. 5º A identificação poderá conter:

I - o Símbolo Internacional do Autismo;
II - QR Code;
III - tecnologia NFC ou equivalente;
IV - outro recurso tecnológico que venha a substituí-los.

Parágrafo único. A utilização de novas tecnologias dependerá apenas de regulamentação do Poder Executivo, dispensada alteração desta Lei.

Art. 6º O QR Code, quando utilizado, poderá disponibilizar apenas as informações previamente autorizadas pelos responsáveis legais. Poderão constar, entre outras:

I - nome do estudante;
II - nome do responsável;
III - contatos telefônicos de emergência;
IV - informações médicas indispensáveis para situações emergenciais;
V - formas preferenciais de comunicação;
VI - outras informações autorizadas pela família.

Parágrafo único. Nenhuma informação será disponibilizada sem autorização expressa dos pais ou responsáveis legais.

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS E GARANTIAS

Art. 7º A utilização da identificação prevista nesta Lei:

I - não constitui requisito para matrícula;
II - não condiciona o acesso às políticas públicas educacionais;
III - não substitui os direitos assegurados às pessoas com deficiência;
IV - não poderá ser utilizada como critério de segregação ou diferenciação de tratamento.

Art. 8º É vedada qualquer forma de discriminação, constrangimento, exclusão, exposição indevida ou tratamento desigual em razão da utilização ou da não utilização da identificação prevista nesta Lei.

§1º A opção pela utilização da identificação é de livre escolha da família.

§2º A recusa em utilizar a identificação não acarretará qualquer prejuízo ao estudante.

CAPÍTULO IV
DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE

Art. 9º O tratamento de dados pessoais decorrente da aplicação desta Lei observará os princípios, direitos e garantias previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como a legislação correlata.

Art. 10º As informações disponibilizadas por meio de QR Code, tecnologia NFC ou outro recurso tecnológico:

I - dependerão de autorização expressa dos pais, da mãe ou do responsável legal;
II - limitar-se-ão às informações estritamente necessárias para a proteção e atendimento do estudante;
III - deverão ser protegidas contra acesso não autorizado;
IV - poderão ser alteradas ou excluídas a qualquer tempo mediante solicitação da família.

§ 1º É vedada a divulgação de informações de caráter sensível que não tenham sido expressamente autorizadas.

§ 2º O Município adotará medidas administrativas razoáveis para preservar a confidencialidade e a segurança das informações disponibilizadas.

Art. 11º A utilização da identificação inclusiva não autoriza a divulgação pública do diagnóstico do estudante nem afasta o dever de sigilo funcional dos servidores públicos e demais profissionais que tenham acesso às informações.

CAPÍTULO V
DAS AÇÕES DE INCLUSÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Art. 12º O Poder Executivo poderá promover ações educativas voltadas à conscientização da comunidade escolar sobre o Transtorno do Espectro Autista, com o objetivo de:

I - incentivar a cultura da inclusão;
II - combater o preconceito e a discriminação;
III - estimular o respeito às diferenças;
IV - promover a convivência harmoniosa no ambiente escolar;
V - orientar servidores, profissionais da educação, estudantes e famílias acerca dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Parágrafo único. As ações previstas neste artigo poderão ser realizadas em parceria com instituições públicas, universidades, organizações da sociedade civil e entidades representativas das pessoas com deficiência.

Art. 13º Sempre que possível, as unidades escolares poderão adotar protocolos de acolhimento destinados aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, observadas as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e a legislação vigente.

CAPÍTULO VI
DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL

Art. 14º A implementação desta Política observará os princípios da:

I - dignidade da pessoa humana;
II - proteção integral da criança e do adolescente;
III - inclusão social;
IV - igualdade de oportunidades;
V - acessibilidade;
VI - respeito à autonomia da família;
VII - não discriminação;
VIII - participação da comunidade escolar.

Art. 15º A adesão à identificação inclusiva prevista nesta Lei será voluntária, podendo ser requerida, alterada ou cancelada a qualquer tempo pelos pais, pela mãe ou pelo responsável legal do estudante.

Parágrafo único. O cancelamento da autorização implicará a interrupção da utilização da identificação, observados os procedimentos administrativos definidos pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO VII
DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 16º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, especialmente quanto:

I - ao modelo de identificação inclusiva;
II - às especificações técnicas do QR Code ou de outros recursos tecnológicos;
III - aos procedimentos administrativos para solicitação, emissão, alteração e cancelamento da identificação;
IV - às medidas de segurança da informação;
V - aos mecanismos de proteção de dados pessoais;
VI - às orientações dirigidas às unidades escolares.

Parágrafo único. A regulamentação deverá observar os princípios da inclusão, da razoabilidade, da proteção integral da criança e do adolescente e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A aplicação desta Lei observará as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, bem como os princípios da eficiência administrativa e da responsabilidade na gestão pública.

Parágrafo único. A implementação da Política Municipal poderá ocorrer de forma gradual, conforme planejamento da Administração Pública.
Art. 18º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, observada a legislação orçamentária vigente.

Art. 19º Esta Lei será aplicada em conformidade com:

I - a Constituição Federal;
II - a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista);
III - a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência);
IV - a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
V - o Estatuto da Criança e do Adolescente;
VI - a legislação municipal aplicável.

Art. 20º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manicoré/AM, 01 de setembro de 2026.

WELLINGTON YURI LELO REIS
Vereador/Presidente

Esta Lei é de autoria do Vereador Hetyelson da Silva Monteiro.

Publicado por:
Paulo de Jesus Barros de Azevedo
Código Identificador:64C19F30

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS

PODER LEGISLATIVO
DECRETO LEGISLATIVO N.º 421, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Concede Licença Especial ao servidor que especifica.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS, usando de suas prerrogativas contidas na Legislação Vigente,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor José de Mesquita Pereira;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Municipal nº 008/85 de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Maués, especialmente no Capítulo II - Das Licenças, art. 103, inciso VII e art. 127;

CONSIDERANDO que, após a regular instrução processual e análise dos assentamentos funcionais do servidor, restou comprovado o preenchimento dos requisitos legais para a concessão da Licença Especial,

D E C R E TA:

Art. 1º CONCEDER Licença Especial pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor José de Mesquita Pereira, ocupante do cargo efetivo de Vigia, referente ao quinquênio de efetivo exercício no serviço público municipal, correspondente ao período aquisitivo (2017/2022), a contar de 1º de setembro de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

RENATA PATRÍCIA RAITZ ANTUNES KOIDE
Presidente

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal nº 177 de 26/10/2009 e por afixação no mural da Câmara Municipal de Maués, em conformidade com o disposto no § 1º do Artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Maués.

ESTELA PAIVA AFONSO
Diretora Geral
Portaria nº 001/2025

Ciente em: 31/08/2026

JOSÉ DE MESQUITA PEREIRA

Publicado por:
Ingrid Katiuscia Dos Santos Pereira
Código Identificador:11DF53D5

PODER LEGISLATIVO
DECRETO Nº 002/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026 – LEI Nº. 488.

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 82.981,30 (Oitenta e Dois mil Novecentos e Oitenta e Um reais e Trinta Centavos), para fins que se especifica e da outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS EM EXERCÍCIO, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de MAUÉS e autorização contida na Lei Municipal nº 488, de 17 de Dezembro de 2025.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):
Dotação Suplementadas

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS
2.001 - Manutenção Câmara Municipal de Maués
(10) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.001-0100 - Material de Consumo R$ 51.530,40
(14) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.001-0100 – Outros Serviços de Terc. – Pessoa Jurídica R$ 31.450,90
Total do Projeto/Atividade R$ 82.981,30
Total da Unidade R$ 82.981,30

Valor Total R$ 82.981,30

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):
Dotação Anuladas

01.02 - CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS
2.001 - Manutenção Câmara Municipal de Maués
(08) 3.2.90.21.00.00.00.00.2.001-0100 – Juros Sobre a Divida Por Contrato R$ 1.079,38
(15) 3.3.90.46.00.00.00.00.2.001-0100 – Auxilio Alimentação R$ 64.433,07
(16) 3.2.90.47.00.00.00.00.2.001-0100 – Juros Sobre a Divida Por Contrato R$ 10.793,81
(17) 3.3.90.92.00.00.00.00.2.001-0100 – Despesas de Exercícios Anteriores R$ 6.675,04

Total da Unidade R$ 82.981,30

Valor Total R$ 82.981,30

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

ADAUTO LOPES DA SILVA
Presidente em Exercício

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO, NA FORMA PREVISTA NO § 1º DO ART. 91 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MAUÉS, EM 01 DE JULHO DE 2026.

ESTELA PAIVA AFONSO
Diretora Administrativa

Publicado por:
Ingrid Katiuscia Dos Santos Pereira
Código Identificador:CDF5A5BC

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA Nº 210/2026-GPC.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO que é atribuição exclusiva da Presidência a nomeação dos Cargos Comissionados,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR, a contar de 1º de setembro de 2026, o Sr. **PITER DE OLIVEIRA BARBOSA** para exercer o Cargo de **ASSESSOR DA CONTROLADORIA** da Câmara Municipal de Maués, símbolo CC4, com vencimentos e vantagens que lhe são devidas.

Art. 2º Os direitos e vantagens decorrentes deste Ato público correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Maués, com fulcro legal na Lei Municipal nº 008/85 de 01 de julho de 1985, combinado com os dispositivos da Lei Municipal nº 310/2018 e suas alterações.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

RENATA PATRÍCIA RAITZ ANTUNES KOIDE
Presidente

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS de acordo com a Lei Municipal nº 177 de 26/10/2009 e por afixação no mural da Câmara Municipal, em conformidade com o disposto no § 1º do Artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Maués.

ESTELA PAIVA AFONSO
Diretora Geral
Portaria nº 001/2025

Ciente em: 31/08/2026

PITER DE OLIVEIRA BARBOSA

Publicado por:
Ingrid Katiuscia Dos Santos Pereira
Código Identificador:D69C39AD

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA Nº 211/2026-GPC.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO que é atribuição exclusiva da Presidência a nomeação dos Cargos Comissionados,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR, a contar de 1º de setembro de 2026, o Sr. **HUGO HENRIQUE DA SILVA DINELLY** para exercer o Cargo de **ASSESSOR ESPECIAL II** da Câmara Municipal de Maués, símbolo CC4, com vencimentos e vantagens que lhe são devidas.

Art. 2º Os direitos e vantagens decorrentes deste Ato público correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Maués, com fulcro legal na Lei Municipal nº 008/85 de 01 de julho de 1985, combinado com os dispositivos da Lei Municipal nº 310/2018 e suas alterações.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

RENATA PATRÍCIA RAITZ ANTUNES KOIDE
Presidente

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS de acordo com a Lei Municipal nº 177 de 26/10/2009 e por afixação no mural da Câmara Municipal, em conformidade com o disposto no § 1º do Artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Maués.

ESTELA PAIVA AFONSO
Diretora Geral
Portaria nº 001/2025

Ciente em: 31/08/2026.

HUGO HENRIQUE DA SILVA DINELLY

Publicado por:
Ingrid Katiuscia Dos Santos Pereira
Código Identificador:AAF50F3D

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE POSSE DO 1º SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS - 19ª LEGISLATURA BIÊNIO 2025/2026

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 9h30min, no Plenário Davino Gomes de Albuquerque, na Câmara Municipal de Maués, realizou-se o ato de posse do novo membro da Mesa Diretora, especificamente para o cargo de **1º Secretário**, em decorrência das alterações ocorridas na composição da Mesa Diretora para o Biênio 2025/2026.

Após o cumprimento das formalidades legais e regimentais, foi declarado empossado o **Vereador Franmartony Oliveira Firmo,** no cargo de **1º Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de**

Maués, para o qual foi eleito, passando a exercer as atribuições inerentes ao respectivo cargo, na forma da legislação vigente e do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

O empossado prestou o compromisso de cumprir a Constituição Federal, Constituição do Estado do Amazonas, a Lei Orgânica do Município de Maués, o Regimento Interno desta Casa Legislativa e demais disposições legais aplicáveis, desempenhando o cargo com zelo, dedicação e respeito ao interesse público.

Para constar, eu, Iara Batista da Silva, na qualidade de 2ª Secretária, lavrei o presente Termo de Posse, que após lido e achado conforme, vai assinado pelo empossado, pela autoridade que presidiu o ato e por mim.

Maués/AM, 1º de setembro de 2026.

FRANMARTONY OLIVEIRA FIRMO
1º Secretário

RENATA PATRÍCIA RAITZ ANTUNES KOIDE
Presidente

IARA BATISTA DA SILVA
2ª Secretária

Publicado por:
Ingrid Katiuscia Dos Santos Pereira
Código Identificador:947AE155

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE POSSE DO 2º VICE-PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS - 19ª LEGISLATURA BIÊNIO 2025/2026

TERMO DE POSSE DO 2º VICE-PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS - 19ª LEGISLATURA
BIÊNIO 2025/2026

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 9h30min, no Plenário Davino Gomes de Albuquerque, na Câmara Municipal de Maués, realizou-se o ato de posse do novo membro da Mesa Diretora, especificamente para o cargo de **2º Vice-Presidente**, em decorrência das alterações ocorridas na composição da Mesa Diretora para o Biênio 2025/2026.

Após o cumprimento das formalidades legais e regimentais, foi declarado empossado o **Vereador Igor Bernardo Cunha da Silva** no cargo de **2º Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Maués,** para o qual foi eleito, passando a exercer as atribuições inerentes ao respectivo cargo, na forma da legislação vigente e do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

O empossado prestou o compromisso de cumprir a Constituição Federal, Constituição do Estado do Amazonas, a Lei Orgânica do Município de Maués, o Regimento Interno desta Casa Legislativa e demais disposições legais aplicáveis, desempenhando o cargo com zelo, dedicação e respeito ao interesse público.

Para constar, eu, Iara Batista da Silva, na qualidade de 2ª Secretária, lavrei o presente Termo de Posse, que após lido e achado conforme, vai assinado pelo empossado, pela autoridade que presidiu o ato e por mim.

Maués/AM, 1º de setembro de 2026.

IGOR BERNARDO CUNHA DA SILVA
2º Vice-Presidente

RENATA PATRÍCIA RAITZ ANTUNES KOIDE
Presidente

IARA DA SILVA BATISTA
2ª Secretária

Publicado por:
Ingrid Katiuscia Dos Santos Pereira
Código Identificador:E6CB364E

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE

SECRETARIA GERAL DO LEGISLATIVO
PORTARIA Nº 045/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE – AM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI.
Resolve:

Art. 1°. NOMEAR o (a) Senhor (a) **ANDRIA VIEIRA DE CARVALHO** para exercer o Cargo de provimento em Cargo Comissionado de **ASSESSORA PARLAMENTAR** da Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte.
Art. 2º. Esta Portaria passa a contar da data de 01/09/2026, revogada as disposições em contrário.
Art. 3°. Dê-se ciência, cumpra-se, publique-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte, aos 01 dias do mês de setembro do ano de 2026.

PEDRO FILEMMOM NASCIMENTO DA SILVA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Rafael Campos Margarido
Código Identificador:8A4D3614

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
PORTARIA Nº. 121/SRH-CMP, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº. 121/SRH-CMP, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

EXONERA SERVIDOR(A) OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador **PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando de suas atribuições legais etc.;

CONSIDERANDO, a prerrogativa legal do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, prevista pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa;

RESOLVE:

I – EXONERAR, a pedido, o servidor YAGO RAFAEL DE OLIVEIRA SOUZA, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, CC-4, lotado no Gabinete da Vereadora Márcia Auxiliadora Cardoso Baranda, a partir do dia 31 de agosto de 2026.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE; CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 31 de agosto de 2026.

VER. PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES
Presidente da Câmara Municipal de Parintins

Publicado por:
Josué Canto Brelaz
Código Identificador:55B44F09

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
PORTARIA Nº. 253/SF-CMP, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 253/SF-CMP, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCESSÃO DA COTA DE COMBUSTÍVEL/GASOLINA COMUM MENSAL, À ADMINISTRAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Vereador **PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO, a necessidade de abastecimento de combustível e seus derivados nos veículos oficiais da Câmara Municipal de Parintins,

RESOLVE:

I – **CONCEDER** o quantitativo estimado de 200 litros de gasolina comum para abastecimento dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Parintins, no período de 02 a 30 de setembro do ano de 2026.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE; CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 01 de setembro de 2026.

VER. PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES
Presidente da Câmara Municipal de Parintins.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:021ADE2E

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
PORTARIA Nº. 254/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 254/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE COTA DE GASOLINA COMUM AO VEREADOR FÁBIO GADELHA CARDOSO, PARA VIAJAR A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador **PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES,** Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO, a necessidade de deslocamento de vereador para desempenhar funções de interesse parlamentar na Zona Rural do Município,

RESOLVE:

I – **CONCEDER** ao Excelentíssimo Senhor Vereador **FÁBIO GADELHA CARDOSO**, cota de 250 litros de gasolina comum, que será utilizada no período de 02 a 16 de setembro de 2026, para realização das atividades que serão desenvolvidas na Zona Rural do Município de Parintins.

II– Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE; CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 01 de setembro de 2026.

VER. PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES
Presidente da Câmara Municipal de Parintins.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:5552314A

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
PORTARIA Nº. 255/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 255/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE COTA DE GASOLINA COMUM AO VEREADOR CARLOS JULVAN SILVA DE MEDEIROS, PARA VIAJAR A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador **PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES,** Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO, a necessidade de deslocamento de vereador para desempenhar funções de interesse parlamentar na Zona Rural do Município,

RESOLVE:

I – **CONCEDER** ao Excelentíssimo Senhor Vereador **CARLOS JULVAN SILVA DE MEDEIROS**, cota de 250 litros de gasolina comum, que será utilizada no período de 02 a 16 de setembro de 2026, para realização das atividades que serão desenvolvidas na Zona Rural do Município de Parintins.

II– Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE; CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 01 de setembro de 2026.

VER. PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES
Presidente da Câmara Municipal de Parintins.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:9217EB45

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
PORTARIA Nº. 256/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 256/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA O VEREADOR AZAMOR PAULO CARDOSO PESSOA PARA VIAJAR A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS (AM), AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador,**PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO, a necessidade de deslocamento de vereador para desempenhar funções de interesse parlamentar na Zona Rural do Município,

RESOLVE:

I – CONCEDER ao Excelentíssimo Senhor Vereador **AZAMOR PAULO CARDOSO PESSOA**, matrícula nº 634, cota de 250 (duzentos e cinquenta) litros de gasolina comum, que serão utilizados no período de 02 a 03 de setembro de 2026, para realização de atividades na zona rural do Município de Parintins, bem como autorizar autoriza o pagamento de 02 (duas) diárias integrais para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), totalizando a importância de R$ 900,00 (novecentos

reais), que serão utilizadas nas seguintes comunidades rurais: Dia 02/09/2026: Comunidade São José da Terra Preta - região do Mamuru; dia 03/09/2026: Continuidade na Comunidade Ponta Alta, São Pancrácio e Simeão Socorro, região do Mamuru.

II– Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 01 de setembro de 2026.

PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES
Presidente da Câmara Municipal de Parintins.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:3293E2FC

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
PORTARIA Nº. 257/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº. 257/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE AGOSTO DE 2026.

AUTORIZA O VEREADOR CARLOS JULVAN SILVA DE MEDEIROS, PARA VIAJAR A MANAUS (AM), AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador **PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES,** Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando de suas atribuições legais, etc.
CONSIDERANDO, a necessidade de deslocamento do Vereador para desempenhar funções de interesse deste Município na Capital do Estado,
RESOLVE:
I – AUTORIZAR o Excelentíssimo Senhor Vereador **CARLOS JULVAN SILVA DE MEDEIROS**, matrícula Nº 635, a viajar à cidade de Manaus (AM), 02/09/2026 a 06/09/2026, para cumprir agenda parlamentar, compreendendo: Reunião no dia 03/09/2026, na ALEAM, com a Deputada Estadual Mayra Dias; Reunião no dia 04/09/2026, na SEMS - Superintendência Regional do Ministério de Saúde, com o Superintendente, o Sr. Henrique Medeiros; Reunião no dia 05/09/2026, no gabinete particular do Senador Omar Aziz; bem como autorizar o deslocamento no trecho Parintins/Manaus/Parintins, por via fluvial, com saída em 02/09/2026 às 03h30 e retorno em 06/09/2026 às 04h00, e autorizar o pagamento de 04 (quatro) diárias para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).
II– Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.
CIENTIFIQUE-SE; CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 01 de setembro de 2026.

VER. PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES
Presidente da Câmara Municipal de Parintins.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:58A43EB1

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
PORTARIA Nº. 258/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 258/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA O VEREADOR JOSÉ TUPINAMBÁ RIBEIRO PONTE PARA VIAJAR A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS (AM), AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador,**PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO, a necessidade de deslocamento de vereador para desempenhar funções de interesse parlamentar na Zona Rural do Município,

RESOLVE:

I – CONCEDER ao Excelentíssimo Senhor Vereador **JOSÉ TUPINAMBÁ RIBEIRO PONTE**, matrícula nº 498, cota de 250 (duzentos e cinquenta) litros de gasolina comum, que serão utilizados no período de 02 a 05 de setembro de 2026, para realização de atividades na zona rural do Município de Parintins, bem como autorizar autoriza o pagamento de 04 (quatro) diárias integrais para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), totalizando a importância de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), que serão utilizadas nas seguintes comunidades rurais: Dia 02 de setembro – Reunião na Comunidade do Maranhão região do Rio Uaicurapá; Dia 03 de setembro – Reunião na Comunidade Santa Rita do Boto região do Boto, margem esquerda do Rio Amazonas; Dia 04 de setembro – Reunião na Comunidade São Tomé região do Mocambo; Dia 05 de setembro – Reunião na Comunidade Santa Terezinha do Caburi, região do Caburi.
II– Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 01 de setembro de 2026.

PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES
Presidente da Câmara Municipal de Parintins.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:6900E9B2

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
PORTARIA Nº. 259/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 259/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA O VEREADOR FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO PARA VIAJAR A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS (AM), AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador,**PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO, a necessidade de deslocamento de vereador para desempenhar funções de interesse parlamentar na Zona Rural do Município,

RESOLVE:

I – CONCEDER ao Excelentíssimo Senhor Vereador **FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO**, matrícula nº 437, cota de 250 (duzentos e cinquenta) litros de gasolina comum, que serão utilizados no período de 02 a 04 de setembro de 2026, para realização de atividades na zona rural do Município de Parintins, bem como autorizar autoriza o pagamento de 03 (três) diárias integrais para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), totalizando a importância de R$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), que serão utilizadas nas seguintes comunidades rurais: Dia 02 de setembro de 2026 – comunidade São Pedro, Região do Mocambo do Arari; Dia 03 de setembro de 2026 – comunidade São Tomé - Região do Mocambo do Arari; Dia 04 de setembro de 2026 – Viagem comunidade Santa Terezinha Região do Caburi.

II– Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 01 de setembro de 2026.

PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES
Presidente da Câmara Municipal de Parintins.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:5D159BB9

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
PORTARIA Nº. 260/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 260/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA O VEREADOR JOSENALDO BATISTA LIMA PARA VIAJAR A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS (AM), AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador,**PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO, a necessidade de deslocamento de vereador para desempenhar funções de interesse parlamentar na Zona Rural do Município,

RESOLVE:

I – CONCEDER ao Excelentíssimo Senhor Vereador **JOSENALDO BATISTA LIMA**, matrícula nº 497, cota de 250 (duzentos e cinquenta) litros de gasolina comum, que serão utilizados no período de 09 a 11 de setembro de 2026, para realização de atividades na zona rural do Município de Parintins, bem como autorizar autoriza o pagamento de 03 (três) diárias integrais para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), totalizando a importância de R$ 1.350,00 (mil e trezentos e cinquenta reais), que serão utilizadas nas seguintes comunidades rurais: Dia 09 de setembro de 2026 – Comunidade Nossa Senhora das Graças - Região do Maranhão; Dia 10 de setembro de 2026 – comunidade Nossa Senhora do Rosário Região do Lago do Máximo; Dia 11 de setembro de 2026 – comunidade São Francisco Xavier-Região da Vila Amazônia.

II– Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 01 de setembro de 2026.

PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES
Presidente da Câmara Municipal de Parintins.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:684B6993

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
PORTARIA Nº. 261/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 261/SF-CMP, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA O VEREADOR ALEX GARCIA CARDOSO PARA VIAJAR A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS (AM), AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador,**PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO, a necessidade de deslocamento de vereador para desempenhar funções de interesse parlamentar na Zona Rural do Município,

RESOLVE:

I – CONCEDER ao Excelentíssimo Senhor Vereador **ALEX GARCIA CARDOSO**, matrícula nº 492, cota de 250 (duzentos e cinquenta) litros de gasolina comum, que serão utilizados no período de 02 a 05 de setembro de 2026, para realização de atividades na zona rural do Município de Parintins, bem como autorizar autoriza o pagamento de 04 (quatro) diárias integrais para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), totalizando a importância de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), que serão utilizadas nas seguintes comunidades rurais: Dia 02/09/2026: Comunidade Boa Socorro do Zé Açú; Dia 03/09/26: Comunidade Boa Esperança do Zé Açú; Dia 04/09/26: Comunidade do Varre Vento, Região do Mamurú; Dia 05/09/26 comunidade Nossa Senhora do Rosário, Lado do Máximo.

II– Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 01 de setembro de 2026.

PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES
Presidente da Câmara Municipal de Parintins.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:CA63CBE4

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2026 AVISO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação da Câmara Municipal de Silves/AM torna público que realizará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2026**, do tipo **Menor Preço**, com recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e das propostas no dia **21/09/2026**, às **08:00** (horário local), objetivando a **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES/AM**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis através do e-mail: cmsilves.licitacao@gmail.com ou na sede da Câmara Municipal de Silves/AM, na R. Coronel Garcia, SN, Centro, CEP 69.114-000, Silves/AM, de segunda a sexta-feira, de 08h:00min às 14h:00min.

Silves/AM, 01 de setembro de 2026.

ORIVAN VIANA BATISTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Augusto Farias da Silva
Código Identificador:BA401441

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2026 AVISO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação da Câmara Municipal de Silves/AM torna público que realizará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2026**, do tipo **Menor Preço**, com recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e das propostas no dia **21/09/2026**, às **11:00** (horário local), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MOTOR DE POPA E ACESSÓRIOS NÁUTICOS, ELÉTRICOS E DE SEGURANÇA, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MONTAGEM E TESTES DE FUNCIONAMENTO E DE NAVEGAÇÃO, DESTINADOS AO REEQUIPAMENTO DE EMBARCAÇÃO PERTENCENTE À CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES/AM**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis através do e-mail: cmsilves.licitacao@gmail.com ou na sede da Câmara Municipal de Silves/AM, na R. Coronel Garcia, SN, Centro, CEP 69.114-000, Silves/AM, de segunda a sexta-feira, de 08h:00min às 14h:00min.

Silves/AM, 01 de setembro de 2026.

ORIVAN VIANA BATISTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Augusto Farias da Silva
Código Identificador:8BC3B966

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2026 AVISO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação da Câmara Municipal de Silves/AM torna público que realizará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2026**, do tipo **Menor Preço**, com recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e das propostas no dia **21/09/2026**, às **14:00** (horário local), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FABRICAÇÃO, TRANSPORTE E MONTAGEM DE MOBILIÁRIO PLANEJADO SOB MEDIDA EM MDF, PARA AS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES/AM**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis através do e-mail: cmsilves.licitacao@gmail.com ou na sede da Câmara Municipal de Silves/AM, na R. Coronel Garcia, SN, Centro, CEP 69.114-000, Silves/AM, de segunda a sexta-feira, de 08h:00min às 14h:00min.

Silves/AM, 01 de setembro de 2026.

ORIVAN VIANA BATISTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Augusto Farias da Silva
Código Identificador:AAB9FCDD

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE TABATINGA

CÂMARA MUNICIPAL DE TABATINGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO TERMO DE ADITIVO – TCT Nº 013/2026 – CMT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 025/2025 – CMT, do PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2025 – CLCP.
CELEBRANTES: CÂMARA MUNICIPAL DE TABATINGA E A B DE OLIEVIRA HOTEIS LTDA.
OBJETO: **"LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, SEM CONDUTOR, DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TABATINGA EM MANAUS"** referente ao Pregão Presencial Nº 007/2025 - CLCP**.**
DO ADITAMENTO: O presente Termo tem por objetivo a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N° 025/2025 – CMT**.
DA PRORROGAÇÃO: fica prorrogado a vigência do contrato sem alteração de valor por 04 (quatro) meses a contar de 01 de setembro de 2026.
DAS RATIFICAÇÕES: Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições da Termo de Contrato nº 025/2025 – CMTBT oriundo do PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2025 - CLCP, como se aqui transcritas integralmente, e cuja ratificação é feita pelas partes.

DATA DA ASSINATURA: Tabatinga-AM, 01 de setembro de 2026.

GABINETE DO PRESIDENTE

GEORGE MARTINS DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga/AM.

Publicado por:
Kedson da Silva Machado
Código Identificador:9CCC7DE3

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE UARINI

CAMARA MUNICIPAL DE UARINI
PORTARIA Nº 044/2026/CMU-GP UARINI-AM, 26 DE AGOSTO DE 2025.

CONCEDE DIÁRIAS A VEREADORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O vereador **Moises dos Santos Cordeiro**, Presidente da Câmara Municipal de Uarini, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.

CONSIDERANDO a Lei Legislativa nº 004/2021 que trata da concessão de diárias aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Uarini.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER a Vereadora **JUCI PAULA GOES DE ARAUJO**, CPF nº 931.XXX.XXX-20, Banco Bradesco S/A AG 0482-0, Conta Corrente nº 596839-9, a viajar à Cidade de Manaus no período de 24/08/2026 a 26/08/2026 a serviço deste Poder Legislativo.

Art. 2º - A viagem de que trata o artigo 1º desta Portaria, tem como objetivo participar de uma reuniao no Gabinete do Deputado Wilker Barreto para tratar de assuntos pertinentes ao município, de interesse do Legislativo Municipal.

Art. 3º - Determinar a Tesouraria da Câmara de Uarini o pagamento de 03 (três) diárias para a referida Vereadora, conforme Tabela de diárias atual dos membros do poder Legislativo Municipal para custear despesas com transporte, alimentação e estadia no referido período.

Cientifique-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Uarini, em 26 de agosto de 2026.

MOISES DOS SANTOS CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Frankly Roosevelt Lopes Cordovil
Código Identificador:FA871152

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE URUCARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE URUCARÁ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

A Câmara de Municipal de Urucará, através da sua equipe de contratação, torna público para conhecimento dos interessados a realização da DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, para Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação serviços de fornecimento de link de internet, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Urucará, conforme condições, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, que estarão disponível na íntegra no Portal de Transparência da Câmara de Urucará, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.
Data e hora limite para entrega da proposta de preço e documentos de habilitação: 04/09/2026 as 17:00 horas.
Endereço eletrônico para envio da proposta e documentos de habilitação: cmurucara@gmail.com

Urucará/AM, 01 de setembro de 2026.

RAÍ ROBERT DA SILVA GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Raí Robert da Silva Gomes
Código Identificador:230008E6

CÂMARA MUNICIPAL DE URUCARÁ
PORTARIA Nº 126, DE 1º DE SETEMBRO DE 2026.

NOMEIA CIDADÃO PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUCARÁ.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUCARÁ, senhor **ANTONIO LAURENTINO DA SILVA**, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 33, II da Lei Orgânica do Município de Urucará e,

CONSIDERANDO, o dispositivo constante no art. 9º do Decreto Legislativo nº 02, de 25 de outubro de 1993 c/c o art. 37, II da CF,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o senhor **JOÃO BATISTA BARRETO DOS SANTOS JÚNIOR** para exercer o cargo comissionado de **OUVIDOR LEGISLATIVO (CC-4)** do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Urucará.

Art. 2º. DETERMINAR ao Setor de Pessoal o devido registro do presente ato.

Art. 3º. Este ato entra em vigor nessa data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUCARÁ-AM, em 1º de setembro de 2026.

ANTONIO LAURENTINO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Ironilson Monteiro Pinto
Código Identificador:8940A0B9

ESTADO DO AMAZONAS
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE IRANDUBA - INPREVI

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - RPPS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DA CARTA CONTRATO 009/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 022/2026 – INPREVI.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 007/2023 – INPREVI.

CARTA-CONTRATO: Nº 009/2023.

CONTRATANTE:INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE IRANDUBA – INPREVI.

CONTRATADO:RASORI SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 37.928.974/0001-13.

OBJETO: Terceiro Aditivo da Carta-Contrato 009/2023 referente a Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de link dedicado a 300MB de Internet, para atender o Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021

VALOR GLOBAL: R$ 8.255,64 (Oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: ÓRGÃO: 04, UNIDADE: 01, PROJETO ATIVIDADE: 2.047 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DE IRANDUBA, NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS– PESSOA JURÍDICA.

PRAZO: 12 (doze) meses.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora do INPREVI, Irizane da Silva Moreira, a qual nomeio como fiscal deste contrato.

Publique-se, Cientifique-se, Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE IRANDUBA – INPREVI, EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

ANDERSON CORDEIRO MOTA
Presidente do Instituto de Previdência de Iranduba
Decreto nº 080/2021 – GAB/PMI

Publicado por:
Karina Leyssa Santos de Luna
Código Identificador:D3DD54D2

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ANORI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANORI
DECRETO MUNICIPAL Nº 53/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA DIGNIDADE MENSTRUAL NAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO" DE ANORI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANORI, ESTADO DO AMAZONAS, **REGINALDO NAZARÉ DA COSTA**, no uso as atribuições legais e com base no que preceitua o art. 69, IV da Lei Orgânica Municipal:
DECRETA:
CONSIDERANDO o direito à educação com equidade e dignidade, conforme previsto na Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir condições adequadas de higiene e saúde para estudantes que menstruam, promovendo a permanência e o sucesso escolar;
CONSIDERANDO a importância de combater a evasão escolar associada à pobreza menstrual;
CONSIDERANDO a Lei no 14.214/2021, que institui o Programa De Proteção e Promoção da Saúde Menstrual no Brasil;
CONSIDERANDO a importância de promover a equidade de gênero e o enfrentamento das desigualdades sociais.
DECRETA:
Art. 1º. Fica instituída, Política Municipal de Promoção da Dignidade Menstrual no âmbito das Instituições Educativas da Rede Pública Municipal de Educação de Anori - Am, de caráter permanente, que tem por finalidade:
I- Conscientizar a população adolescente sobre os benefícios do Programa Federal de Dignidade Menstrual, viabilizado pelo governo através do Sistema
Unificado de Saúde;
II- Promover a saúde menstrual e educar sobre o processo de menstruação, suas consequências; e
III- Os métodos para contenção do fluxo menstrual, como absorventes, absorvente interno e coletor menstrual.
Art. 2º. A Política de que trata este Decreto será desenvolvida no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Assistência Social, com base nas seguintes medidas, sem prejuízo de outras:
I- Promoção de campanhas educativas permanentes para a difusão de informações, visando a diminuição da pobreza menstrual no âmbito

instituições educativas municipais e mitigar a evasão escolar por motivações menstruais;
II- Realização de palestras e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, para o desenvolvimento das competências necessárias voltadas à consecução dos objetivos deste decreto;
III- Direcionamento de atividades, como palestras e rodas de conversa, para o público-alvo, principalmente os mais vulneráveis; 108 Sexta-feira, 19 de Junho de 2026 Nº 14.291 DIÁRIO OFICIAL 108
IV- Monitoramento de possíveis casos para avaliação e cuidado, promovendo a interdisciplinaridade entre os profissionais que irão atuar no segmento.
Art. 3º. A Política tem como objetivos:
I - Garantir o acesso gratuito a absorventes higiênicos para estudantes em situação de vulnerabilidade;
II- Promover ações educativas sobre saúde menstrual;
III- Combater o estigma e o preconceito relacionados à menstruação;
IV - Reduzir a evasão e o absenteísmo escolar;
V- Assegurar condições adequadas de higiene nas unidades escolares;
VI- Garantir a permanência digna de estudantes que menstruam no ambiente escolar;
VII- Promover a equidade de gênero e o enfrentamento das desigualdades sociais.
Art. 4º. São beneficiárias da Política, todas as pessoas que menstruam no ambiente escolar, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.
Art. 5º. Para implementação da Política, a Secretaria Municipal de Educação adotará as seguintes ações:
I- Distribuição contínua e gratuita de absorventes higiênicos nas escolas;
II-Realização de atividades educativas periódicas sobre saúde menstrual e higiene, em parceria com a área da saúde;
III- Capacitação periódica de professores e equipes escolares;
IV- Adequação da infraestrutura sanitária das escolas, garantindo condições adequadas de limpeza, com disponibilidade de água e sabão e garantindo condições de segurança nos banheiros, como privacidade;
V — Criação de estratégias de escuta e acolhimento das estudantes;
VI — Integração com a Secretaria Municipal de Saúde para apoio técnico e desenvolvimento das ações;
VII — promoção de campanhas de conscientização.
Art. 6º. **Compete a Secretaria Municipal de Educação:**
I- Coordenar e monitorar a execução da Política;
II- Articular com outras secretarias e parceiros institucionais;
III- Garantir recursos necessários à execução das ações;
IV- Produzir relatórios periódicos de acompanhamento;
V- Apoiar as instituições educativas na implementação das ações.
Art. 7º. A implementação da Política poderá contar com parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e organismos nacionais e internacionais, incluindo o UNICEF.
Art. 8º A Política será monitorada por meio de indicadores como:
I- Número de estudantes beneficiadas;
II- Redução da evasão escolar;
III- Participação em atividades educativas;
IV- Condições de infraestrutura das escolas;
V- Número de escolas com implementação ativa da Política;
VI- Regularidade da distribuição de absorventes.
Art. 9º. Fica estabelecido o mês de maio como o Mês da Conscientização Menstrual nas Instituições Educativas, com a realização de atividades educativas,
palestras e eventos para promover a conscientização sobre o tema.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANORI, AMAZONAS, 31 de agosto de 2026.

REGINALDO NAZARÉ DA COSTA
Prefeito Municipal Anori/ AM

Registrado e publicado no quadro de publicações oficiais da Prefeitura Municipal de Anori, em data supra.

Publicado por:
Ruan de Oliveira Moura
Código Identificador:02FB2BE4

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE APUÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO E REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Apuí, através do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, torna público para os interessados que a sessão de Licitação do **Processo Licitatório 060/2026, Pregão Presencial 024/2026 - SRP**, cujo objeto é Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Limpeza Pública das Vias de Rolamento, Praças, Áreas Urbanas e Prédios Públicos, no Município de Apuí e Distrito de Sucunduri, foi **SUSPENSA** devido ajustes ao Termo de Referência, e será **REPUBLICADA** com nova data de sessão marcada para **17/09/2026 às 08h30min.**
Retirada do edital: O Edital estará disponível a partir do **dia 01 de setembro de 2026,** no Portal: PNCP- (Portal Nacional de Compras Públicas) https://pncp.gov.br/app/editais**.** ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apuí das 07:00 às 13:00hs.
Informações: e-mail: comissao.apui2025@gmail.com

Apuí/AM, 01/09/2026.

ANTÔNIO MARCOS MACIEL FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grione Brasil Alves
Código Identificador:A6410FBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N.º 021, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

"Estabelece Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 04 de setembro de 2026 e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE APUÍ/AM, **Antonio Marcos Maciel Fernandes,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado **PONTO FACULTATIVO** nas repartições públicas municipais no dia 04 de setembro de 2026.

Art. 2º. As Unidades Básicas de Saúde, o Hospital Dorvalino Lagasse, o serviço de limpeza urbana e demais atividades consideradas essenciais para o funcionamento da Administração Municipal e para a população funcionarão de acordo com a necessidade do serviço e deliberação da Secretaria competente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE APUÍ, EM 01 DE SETEMBRO DE 2026.

ANTONIO MARCO MACIEL FERNANDES
Prefeito de Apuí

Publicado por:
Grione Brasil Alves
Código Identificador:E1FCA207

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA SRP Nº. 024/2026 PP Nº. 029/2026 SRP PL Nº. 069/2026

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA REALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DO APUÍ/AM – EXPOAP"**.**

Assinatura da Ata: 01/09/2026
Vigência: 12 meses.
FORNECEDORA:
COMERCIAL SCORPIONS LTDA - ME, CNPJ n° 16.672.986/0001-86; Itens: 21, 22, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41 e 42; **Valor Total:** R$ 249.408,70 (duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oito reais e setenta centavos).
LUSO SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CNPJ n° 22.994.594/0001-36**;** Itens: 19, 32, 33, 34, 35 e 36; **Valor Total:** R$ 271.569,00 (duzentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais).
V E V PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS LTDA - ME, CNPJ n° 21.602.394/0001-28**;** Itens:1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 43 e 44; **Valor Total:** R$ 640.143,45 (seiscentos e quarenta mil, cento e quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos).
A ata integral encontra-se disponibilizada para a consulta na SEMAD, Órgão Gerenciador.

Apuí/AM, 01/09/2026.

ANTÔNIO MARCOS MACIEL FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grione Brasil Alves
Código Identificador:73DC9803

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 354/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4802/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS)** ao Paciente **RICARDO GASPAR DE SOUZA REZK,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:1A5D11C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 355/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4805/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** a Paciente **IZABETH OLIVEIRA GARCIA,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:AAF323E6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 356/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4806/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** As Pacientes **THAINA SUELEN RODRIGUES ALVES** e **AMORA LOYSE RODRIGUES ALVES DA COSTA,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:DDCE9AE1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 357/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4807/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois mil e Duzentos reais)** a Paciente **VALQUIRIA GOMES MONTEIRO** e a sua Acompanhante NAYANA DE AQUINO BEZERRA**,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:B012A48F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 358/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4808/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** ao Paciente **SAMUEL DE ANDRADE DOS SANTOS,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:CC2D0A50

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 359/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4810/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** a Paciente **ANA MARIA SANGAMA OLIMPIO,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:B31C1F8A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 360/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4811/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** a Paciente **RAIMUNDA MONTEIRO NEVES** e a sua Acompanhante JOCICLEIDE RODRIGUES NEVES**,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:9F21C2B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 361/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4812/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** ao Acompanhante AIRTON RODRIGUES PERES**,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM da Paciente **ANA CRIVILI SALDANHA PERES**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:08EB3876

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 362/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4813/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** a Paciente **ADRIANA DA SILVA RIOS,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:373E2C57

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 363/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4814/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** a Acompanhante JOSIANE RODRIGUES GUEDES**,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM do Paciente **YAGO GUEDES GONÇALVES**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:DA48731F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 364/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4815/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** a Paciente **JOSIANE DA SILVA RODRIGUES,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:66FD2F52

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 365/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4816/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** a Paciente **MARIA SUMAITA SAMIAS,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:52167230

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 366/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4817/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** a Acompanhante CARME JULIA MARICAUA NEVES**,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM da Paciente **RAIANDRA JULIA NEVES PARENTES**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:800FB0FF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 367/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4818/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** a Paciente **CRISTINA CARDOSO INACIO,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:9E2F5DFF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 368/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4819/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** a Paciente **IANDRA DOS REIS DA SILVA** e a sua acompanhante JORIA FERREIRA DOS REIS**,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:5FDC4DB9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 369/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4820/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** a Acompanhante LUDMILA OLIVEIRA OLIMPIO, para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM da Paciente **ELIANA MARIA ADRIANO OLIMPIO**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:00B8E310

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 370/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4821/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** a Paciente **MOAIRA GOMES DA SILVA,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:C6CF3045

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 371/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4822/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** ao Paciente **JOÃO ALCELIO PINHEIRO BRAGA,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:6AB581C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 372/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4859/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** ao Acompanhante HAESLANDER BARRERA CAHUAZA, para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM da Paciente **ÂNGELA MARIA DO NASCIMENTO BATISTA**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:1C5C8266

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 373/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4823/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** ao Paciente **LEANDRO PIRES GOMES** e ao seu Acompanhante GEILSON PIRES GOMES, para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:A6652253

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 374/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4824/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** a Acompanhante LARA CRISTINE FIGUEIRA SURI**,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM do Paciente **KENEDI VALENTIN FIGUEIRA SURI**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:DB8117AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 375/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4825/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** ao Paciente **AURINELES SOARES DE ANDRADE,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:EFCA022F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 376/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4826/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** a Acompanhante NEICIANE GARCIA BATISTA**,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM do Paciente **JOSÉ MATHEUS GARCIA VIANA**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:8089EBD3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 377/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4827/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** a Paciente **MARIA SOCORRO RODRIGUES NOBRE NUNES,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:2C39C770

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 378/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4828/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** ao Paciente **ALDENY PEREIRA DE MORAES,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:1CC59B50

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 379/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4829/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** a Acompanhante MARIA PEDRINA GARCIA BATISTA**,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM do Paciente **JOÃO PEDRO GARCIA BATISTA**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:07AEBA12

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 380/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4830/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais)** ao Paciente **ENI SOARES PEREIRA,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:6A7F7204

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 381/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4831/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** ao Paciente **CARLOS SERGIO CORREIA LIMA** e a sua Acompanhante ERMOSINDA MARIA MENEZES DA SILVA**,** para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:D2890F02

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 382/2026-TFD/GP/PMATN-AM, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a **LEI MUNICIPAL Nº 263/2024-GP/PMATN**;
CONSIDERANDO, a solicitação formulada através do que se faz referência ao Processo nº **4832/2026**;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER auxílio para tratamento de Saúde fora do domicílio **TFD**, no valor de **R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos reais)** a Acompanhante JACKLINE GOMES DE CARVALHO, para custear despesas com Tratamento Fora do Domicílio na Cidade de Manaus-AM dos Pacientes: **CASSIO SAMUEL GOMES DE CARVALHO** e **ASAFE GOMES DE CARVALHO**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:1300786B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 581/GP-ATN, EM 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a EXONERAÇÃO de servidor de cargo SOB COMISSÃO, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – AM, no uso das atribuições que dispõe o Art. 92, Inciso II, alínea **a** e **e**, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o(a) senhor(a) **SIMONE DE NAZARE LIMA DA SILVA TENAZOR,** do cargo de **ASSESSOR EXECUTIVO I,** Matrícula Funcional: **5783**, Unidade de Lotação: **GABINETE DO PREFEITO.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeito em **01.09.2026**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 01 DE SETEMBRO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:99AB957D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO N° 055/2026 – PMATN

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CARTA CONTRATO 032/2025 – PMATN - Oriundo INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2025 – CML/PMATN.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM

CONTRATADO: CARLOS EMANUEL NOGUEIRA DE AGUIAR

Objeto: "LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DO CREAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

Valor global do Contrato: R$ 30.000,00 (trinta mil Reais)

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 2026.

PODER 02 PODER EXECUTIVO
ORGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12.361.0011.2012.0000
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 3.3.90.36.00

DA VIGÊNCIA: A Carta Contrato nº 032/2025 – PMATN tem validade de 12 (doze) meses, nos termos da nos termos da Lei nº 14.133/21 a contar de 20 de Agosto de 2026 a 20 de Agosto de 2027.

DATA DA ASSINATURA: 20 de Agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE-AM, 20 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Marineu de Almeida Cardoso
Código Identificador:14565980

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE AUTAZES

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 – SRP

Processo Administrativo Nº 6773/2026
A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM, por intermédio do Departamento de Licitações e Contratos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento menor preço por item, modo de disputa aberto, orçamento sigiloso e inversão de fases, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber, e demais normas aplicáveis.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, audiovisual e apoio administrativo, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias, Departamentos, Coordenadorias e demais unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Autazes/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Data de abertura da sessão pública: 14/09/2026.
Horário: 10h, horário de Brasília/DF.
Local/Sistema eletrônico: Licitanet - Licitações Eletrônicas https://licitanet.com.br/
Modo de disputa: Aberto.
Critério de julgamento: Menor preço por item.
Regime de contratação: Sistema de Registro de Preços.
Orçamento estimado: Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Fase de habilitação: Antecederá a fase de apresentação de propostas e lances e a fase de julgamento, conforme justificativa constante dos autos e previsão no Edital.
O Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sistema eletrônico indicado para realização do certame e nos demais meios oficiais de divulgação utilizados pelo Município.
Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo sistema eletrônico indicado no Edital ou junto ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Autazes/AM, nos dias úteis, no horário de expediente.

Autazes/AM, 01 de setembro de 2026.

ELILANDA SIQUEIRA FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Diomar Silva Matos
Código Identificador:B3DD55C1

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BARCELOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRAS Nº 110/2025/PMB

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRAS Nº 110/2025/PMB

I - ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato de Obras nº 110/2025.

II – PARTES: Município de Barcelos/AM, e a empresa **Antonelly Construções e Serviços Ltda**., CNPJ nº 04.718.687/0001-56.

III - OBJETO: Prorrogação do Prazo de Vigência contratual e do Prazo de Execução da Obra: **Vigência Contratual,** Prorrogada por mais 300 (trezentos) dias corridos, contados de 08/10/2026 a 03/08/2027; **Prazo de Execução,** Prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados de 18/08/2026 a 13/02/2027.

IV- VALOR: Permanece inalterado o valor global de R$ 2.420.000,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte mil reais).

V- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias originárias vinculadas ao contrato.

VI- FUNDAMENTAÇÃO: Arts. 105, 111 e 115 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c o Decreto Municipal nº 072/2024.
Publique-se, com efeito *ex tunc*, a contar da data da assinatura.

Barcelos, Am., 31 de agosto de 2026.

RADSON ROGERTON DOS SANTOS ALVES
Prefeito Municipal de Barcelos

Publicado por:
Adriane Garcia da Costa
Código Identificador:C4BB4842

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 317/2026, DE 31 DE AGOSTO 2026

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA AUXILIAR NO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES, NA CAPITAL DO ESTADO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARCELOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,
CONSIDERANDO o teor do Art. 90, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Barcelos, e a necessidade de deslocamento à cidade de Manaus/AM;
CONSIDERANDO a importância do acompanhamento por profissional habilitado, assegurando suporte técnico, monitoramento clínico e intervenções imediatas, quando necessário;
RESOLVE:
Art. 1º – CONSIDERAR AUTORIZADO, o deslocamento e a concessão de diárias ao servidor ANDERSON BEZERRA MARINHO, Técnico de Enfermagem, para deslocamento à cidade de Manaus/AM, nos dias 14 a 15 de agosto de 2026, com a finalidade de realizar o acompanhamento de paciente em tratamento de saúde, conforme necessidade do serviço.
Art. 2º – Conceder ao servidor o total de 03 (três) diárias, em razão de deslocamento para a cidade de Manaus/AM.
Art. 3º – O beneficiário deverá prestar contas da viagem no prazo e nas condições estabelecidas pela legislação municipal pertinente.
Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

RADSON RÓGERTON DOS SANTOS ALVES
Prefeito do Município de Barcelos

Publicado por:
Mary Joice Macêdo Dos Santos
Código Identificador:94BB03A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 318/2026, DE 31 DE AGOSTO 2026

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA AUXILIAR NO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES, NA CAPITAL DO ESTADO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARCELOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,
CONSIDERANDO o teor do Art. 90, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Barcelos, e a necessidade de deslocamento à cidade de Manaus/AM;
CONSIDERANDO a importância do acompanhamento por profissional habilitado, assegurando suporte técnico, monitoramento clínico e intervenções imediatas, quando necessário;

RESOLVE:

Art. 1º – CONSIDERAR AUTORIZADO, o deslocamento e a concessão de diárias ao servidor BILLY BENTES MOREIRA, Técnico de Enfermagem, para deslocamento à cidade de Manaus/AM, nos dias 21 a 25 de agosto de 2026, com a finalidade de realizar o acompanhamento de paciente em tratamento de saúde, conforme necessidade do serviço.
Art. 2º – Conceder ao servidor o total de 03 (três) diárias, em razão de deslocamento para a cidade de Manaus/AM.
Art. 3º – O beneficiário deverá prestar contas da viagem no prazo e nas condições estabelecidas pela legislação municipal pertinente.
Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

RADSON RÓGERTON DOS SANTOS ALVES
Prefeito do Município de Barcelos

Publicado por:
Mary Joice Macêdo Dos Santos
Código Identificador:D0D380B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 319/2026 – GP/PMB, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS PARA DESLOCAMENTO À CAPITAL DO ESTADO, COM A FINALIDADE DE PARTICIPAR DE TREINAMENTO JUNTO AOS ATENDENTES DA 3P, VISANDO AO ALINHAMENTO E À ORGANIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARCELOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,
CONSIDERANDO o Art. 90, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Barcelos;
CONSIDERANDO a necessidade do deslocamento dos servidores à capital do Estado, para participar do treinamento com os atendentes da 3P para alinhamento e organização dos atendimentos conforme solicitação da Gerente de Identificação Civil – IIACM, Dra. Kristiane Lima Eliziario, realizada no dia 31 de agosto de 2026 a 04 de setembro de 2026, na cidade de Manaus/AM;
CONSIDERANDO a importância da participação dos servidores no referido treinamento, tendo em vista a necessidade de aprimorar os conhecimentos técnicos e operacionais relacionados aos serviços de identificação civil, promover o alinhamento dos procedimentos de atendimento e assegurar maior eficiência, qualidade e padronização na execução dos serviços prestados à população;
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER 04 (quatro) diárias aos servidores abaixo relacionados, ocupantes dos respectivos cargos, para participarem do referido treinamento, conforme programação previamente estabelecida:
I – MARIELE DA SILVA ROCHA, Identificadora Civil Municipal;
II – MATHEUS PEREIRA DA SILVA, Auxiliar de Identificação Civil Municipal.
Art. 2º O valor das diárias concedidas será de acordo com a legislação municipal vigente e deverá cobrir despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, conforme previsto nas normas aplicáveis.
Art. 3º A beneficiária deverá prestar contas da viagem no prazo e nas condições estabelecidas pela legislação municipal vigente.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

RADSON RÓGERTON DOS SANTOS
Prefeito do Município de Barcelos/AM.

Publicado por:
Mary Joice Macêdo Dos Santos
Código Identificador:5919F8E6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 320/2026, DE 31 DE AGOSTO 2026

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA AUXILIAR NO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES, NA CAPITAL DO ESTADO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARCELOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,
CONSIDERANDO o teor do Art. 90, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Barcelos, e a necessidade de deslocamento à cidade de Manaus/AM;
CONSIDERANDO a importância do acompanhamento por profissional habilitado, assegurando suporte técnico, monitoramento clínico e intervenções imediatas, quando necessário;

RESOLVE:

Art. 1º – CONSIDERAR AUTORIZADO, o deslocamento e a concessão de diárias ao servidor HELIONILSON BASILÍO PEREIRA, Enfermeiro, para deslocamento à cidade de Manaus/AM, no dia 10 de agosto de 2026, com a finalidade de realizar o acompanhamento de paciente em tratamento de saúde, conforme necessidade do serviço..
Art. 2º – Conceder ao servidor o total de 02 (duas) diárias, em razão de deslocamento para a cidade de Manaus/AM.
Art. 3º – O beneficiário deverá prestar contas da viagem no prazo e nas condições estabelecidas pela legislação municipal pertinente.
Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

RADSON RÓGERTON DOS SANTOS ALVES
Prefeito do Município de Barcelos

Publicado por:
Mary Joice Macêdo Dos Santos
Código Identificador:87EDA507

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BARREIRINHA

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 4629/2026–PMB

ESPÉCIE: TERMO DE CONTRATO Nº 4629/2026 – PMB, ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIRINHA/AM, E A EMPRESA, **CZ COMERCIO E SERVICOS DE IMUNIZACAO LTDA, CNPJ Nº 23.065.750/0001-47.**
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE UNIDADES MODULARES TIPO CONTAINER DESTINADAS À AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA DOS ESPAÇOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO DO HOSPITAL CORIOLANO CIDADE LINDOSO DURANTE A EXECUÇÃO DE SUA REFORMA, NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM".
VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, a contar da assinatura do contrato.
VALOR DO CONTRATO: R$ 63.650,00 (Sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ORGÃO: 08.000 - Fundo Municipal de Saúde; UNIDADE: 08.001 - Fundo Municipal de Saúde; PROJETO/ATIVIDADE: 2.066 - Encargos com o Programa - MAC; ELEMENTO: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica; RECURSO1.600 - Transf. de Rec. do SUS provenientes do Gov. Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
AMPARO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/21.

FUNDAMENTO DO ATO: *DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026*

BARREIRINHA/AM, 01 de setembro de 2026.

PÉRICLES TAVARES VIEIRA FILHO
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Wenderson Dos Santos Pimentel
Código Identificador:9E638C78

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 4631/2026-PMB

ESPÉCIE: TERMO DE CONTRATO Nº 4631/2026 – PMB, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHA/AM, E A EMPRESA **HENRY FREITAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, INSCRITA NO CNPJ Nº 30.807.771/0001-56**
OBJETO "CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM A EMPRESA HENRY FREITAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, INSCRITA NO CNPJ: 30.807.771/0001-56, DETENTORA DE EXCLUSIVIDADE DO CANTOR DE RENOME NACIONAL HENRY FREITAS, A REALIZAR-SE NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2026, PARA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "XIX EXPOBAE" NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM, DE ACORDO COM O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, – ETP, TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS".
VIGÊNCIA: de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do termo de contrato.
VALOR DO CONTRATO: R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **ORGÃO:** 02.000- Poder Executivo; **UNIDADE:** 02.012- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; **PROJETO/ATIVIDADE:** 2.020- Encargos com Eventos Culturais; **ELEMENTO** 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica; **RECURSO:** 1.500- Transferência de Recursos não Vinculados de Impostos.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021.
FUNDAMENTO DO ATO: *INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026-CMC/PMB*

BARREIRINHA/AM, 01 de setembro de 2026.

DARLAN TAVEIRA PERES.
Excelentíssimo Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenderson Dos Santos Pimentel
Código Identificador:B67C5498

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº. 2194/2026 – GPMB

DANIELA MARINHO DA SILVA, RESPONSÁVÉL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº 4629/2026-PMB. E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS CABIVEIS.

O Senhor **DARLAN TAVEIRA PERES**, Prefeito Municipal de Barreirinha, eleito por eleição legal, usando de atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

I – DESIGNAR a senhora **DANIELA MARINHO DA SILVA**, servidora pública municipal contratada desta Prefeitura, portadora do Registro Geral - CPF nº 702.486.802-34, na função de Enfermeira, exercendo a função de Diretora da Unidade Hospitalar de Barreirinha/Am, responsável pelo Acompanhamento e fiscalização do **TERMO DE CONTRATO Nº 4629/2026-PMB, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026-CMC/PMB,** firmado entre **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIRINHA/AM,** e a empresa **CZ COMERCIO E SERVICOS DE IMUNIZACAO LTDA, CNPJ Nº 23.065.750/0001-47,** referente ao objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE UNIDADES MODULARES TIPO CONTAINER DESTINADAS À AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA DOS ESPAÇOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO DO HOSPITAL CORIOLANO CIDADE LINDOSO DURANTE A EXECUÇÃO DE SUA REFORMA, NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM". O fiscal fica responsável ainda em exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços prestados.

II – Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRINHA, em 01 de setembro de 2026.

DARLAN TAVEIRA PERES
Prefeito Municipal de Barreirinha

PUBLICADA A PRESENTE **PORTARIA** NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal nº 110, de 19 de março de 2010.

MARIA DO P. S. AGUILAR DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento
Decreto N°. 083, de 16 de Janeiro de 2026.

Publicado por:
Wenderson Dos Santos Pimentel
Código Identificador:9E8B65D3

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 2197/2026 – GPMB

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA DAYANA DOS SANTOS MENEZES, RESPONSAVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 4631/2026-PMB E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS CABIVEIS.

O Sr. **DARLAN TAVEIRA PERES,** Prefeito Municipal de Barreirinha, por eleição legal e, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc.

R E S O L V E:

I – DESIGNAR a senhora **DAYANA DOS SANTOS MENEZES**, servidora pública municipal, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, na função Auxiliar Administrativo, inscrito sob número de **CPF 031.294.532-96**, Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do **TERMO DE CONTRATO Nº 4631/2026 – PMB**, resultante da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026-CMC/PMB, celebrado entre e o **MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM** e a empresa **HENRY FREITAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, INSCRITA NO CNPJ Nº 30.807.771/0001-56**, referente a "CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM A EMPRESA HENRY FREITAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, INSCRITA NO CNPJ: 30.807.771/0001-56, DETENTORA DE EXCLUSIVIDADE DO CANTOR DE RENOME NACIONAL HENRY FREITAS, A REALIZAR-SE NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2026, PARA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "XIX EXPOBAE" NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM.", e ainda exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços prestados do referido contrato.

II – Revogada as disposições em contrário, está Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III – Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRINHA, em 01 de de setembro de 2026.

DARLAN TAVEIRA PERES
Prefeito Municipal de Barreirinha

PUBLICADA A PRESENTE **PORTARIA** NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal nº 110, de 19 de março de 2010.

MARIA DO P. S. AGUILAR DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento
Decreto N°. 083, de 16 de Janeiro de 2026

Publicado por:
Wenderson Dos Santos Pimentel
Código Identificador:B404D452

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 517, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 – GPMB.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 415, DE 16 DE JUNHO DE 2026, DISPÕE SOBRE A VERSÃO ORQUESTRADA OFICIAL DO HINO DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA, ESTABELECE MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DE SUA GRAVAÇÃO HISTÓRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **DARLAN TAVEIRA PERES**, Prefeito Municipal de Barreirinha, Estado do Amazonas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barreirinha;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 415, de 16 de junho de 2026, instituiu e oficializou o Hino do Município de Barreirinha, de autoria de **Aurélio Carneiro de Andrade**, como símbolo oficial do Município, ao lado do Brasão e da Bandeira Municipal;
CONSIDERANDO que o art. 3º da Lei Municipal nº 415/2026 autorizou o Município de Barreirinha a arranjar, orquestrar e gravar a letra e a música do Hino Oficial do Município;
CONSIDERANDO que a versão orquestrada produzida pelo Município preserva a letra e a melodia de autoria de Aurélio Carneiro de Andrade, promovendo sua adequação técnica para execução em solenidades, cerimônias, eventos institucionais, educacionais, cívicos, culturais e demais ocasiões previstas em lei;
CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei Municipal nº 415/2026 admite a execução do Hino Municipal por banda, coral, orquestra, músico ou aparelho de som, desde que não sejam deformadas suas características;
CONSIDERANDO que o art. 9º da Lei Municipal nº 415/2026 estabelece que permanece como referência oficial a melodia originalmente cantada pelo autor da letra e música do Hino Municipal, Sr. Aurélio Carneiro de Andrade, determinando a preservação da música original;
CONSIDERANDO que a gravação histórica do Hino Municipal, interpretada na voz de seu próprio autor, foi utilizada durante décadas em solenidades, estabelecimentos de ensino, eventos oficiais, cívicos e culturais do Município de Barreirinha, integrando a memória coletiva, histórica e cultural da população barreirinhense;
CONSIDERANDO o dever do Poder Público Municipal de promover a proteção, preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural local, na forma estabelecida pela Lei Orgânica do Município e pela legislação municipal específica;

DECRETA:
Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 415, de 16 de junho de 2026, no que se refere à gravação, execução, preservação, guarda e divulgação do Hino Oficial do Município de Barreirinha.
Art. 2º Fica reconhecida e oficializada, para fins de execução institucional, a **versão orquestrada do Hino Oficial do Município de Barreirinha**, produzida pelo Poder Executivo Municipal com fundamento no art. 3º da Lei Municipal nº 415, de 16 de junho de 2026.
§ 1º A versão de que trata o caput preservará integralmente a letra e a melodia de autoria de **Aurélio Carneiro de Andrade**, sendo vedada qualquer alteração que descaracterize a composição instituída pela Lei Municipal nº 415/2026.
§ 2º Os arranjos, a instrumentação, a orquestração e os demais elementos técnicos introduzidos na versão oficial destinam-se exclusivamente à adequação artística e técnica da obra para sua execução institucional, sem alteração de sua identidade melódica e literária.
§ 3º A gravação oficial de que trata este artigo constituirá a versão institucional de referência para utilização pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sem prejuízo das demais formas de execução admitidas pela Lei Municipal nº 415/2026.
Art. 3º A versão orquestrada oficial poderá ser utilizada nas solenidades, cerimônias, eventos e demais ocasiões previstas nos arts. 5º, 6º e 7º da Lei Municipal nº 415/2026, observadas as regras de cerimonial aplicáveis.
Parágrafo único. Permanecem admitidas as demais formas de execução previstas no art. 8º da Lei Municipal nº 415/2026, inclusive por banda, coral, orquestra ou músico, desde que preservadas a letra, a melodia e as características essenciais da composição.
Art. 4º A versão orquestrada oficial deverá ser mantida sob a guarda permanente do Poder Executivo Municipal, em mídia física ou digital, em formato que assegure sua integridade, conservação, reprodução e preservação.
Art. 5º O Poder Executivo Municipal disponibilizará a versão orquestrada oficial do Hino Municipal em seu sítio eletrônico oficial, juntamente com a respectiva letra, observadas as disposições da Lei Municipal nº 415/2026.
Art. 6º A utilização, disponibilização e reprodução institucional da versão orquestrada observarão os direitos autorais incidentes sobre a obra e a formalização do instrumento de cessão previsto no art. 3º da Lei Municipal nº 415/2026.
Parágrafo único. O instrumento de cessão de direitos autorais firmado pelos sucessores do autor será mantido sob a guarda do Município e integrará o acervo documental relacionado ao Hino Oficial.
Art. 7º A oficialização da versão orquestrada prevista neste Decreto **não substitui, descaracteriza, elimina ou reduz a importância histórica e cultural da gravação original do Hino Municipal interpretada na voz de seu autor, Aurélio Carneiro de Andrade**, que permanecerá preservada como referência histórica da composição.
Art. 8º A gravação histórica do Hino Municipal de Barreirinha, interpretada na voz de seu autor, **Aurélio Carneiro de Andrade**, utilizada tradicionalmente durante décadas em eventos oficiais, solenidades, estabelecimentos de ensino e manifestações cívicas e culturais do Município, em razão de seu relevante valor histórico, cultural, afetivo, memorial e identitário para a população barreirinhense, **será submetida a processo administrativo específico de tombamento como patrimônio cultural imaterial do Município de Barreirinha**, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da legislação municipal específica de proteção do patrimônio cultural.
§ 1º O processo administrativo de tombamento será instaurado e instruído pelo órgão municipal competente, observados os procedimentos, estudos, manifestações e demais requisitos previstos na legislação municipal aplicável.
§ 2º A instauração do procedimento previsto neste artigo terá por finalidade assegurar a documentação, preservação, valorização, divulgação e transmissão às futuras gerações da gravação histórica e de sua importância para a memória cultural do Município.
Art. 9º Até a conclusão do processo administrativo referido no art. 8º, o Poder Executivo Municipal adotará medidas administrativas de salvaguarda da gravação histórica original, de modo a impedir sua perda, deterioração, descaracterização ou alteração.
Art. 10. A gravação histórica na voz de Aurélio Carneiro de Andrade poderá continuar sendo executada em eventos de caráter histórico, cultural, memorial, educacional ou comemorativo, especialmente quando sua utilização se destinar à valorização da história e da memória cultural do Município.
Parágrafo único. A utilização prevista no caput não afasta a versão orquestrada instituída pelo art. 2º deste Decreto como gravação oficial para fins de execução institucional.
Art. 11. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão zelar pelo respeito à letra, à melodia, à autoria e às características essenciais do Hino Oficial do Município de Barreirinha.
Art. 12. A Secretaria Municipal competente pela área da cultura adotará, em conjunto com os demais órgãos municipais envolvidos, as

providências necessárias ao cumprimento deste Decreto, especialmente quanto:
I – à guarda e preservação das gravações oficial e histórica;
II – à disponibilização pública da versão oficial, na forma da Lei Municipal nº 415/2026;
III – à organização do acervo histórico e documental relacionado ao Hino Municipal;
IV – à instauração e instrução do processo administrativo específico de tombamento referido no art. 8º; e
V – à promoção de ações educacionais, culturais e de memória destinadas à valorização do Hino Municipal e de seu autor.
Art. 13. Após a publicação deste Decreto, encaminhe-se cópia deste ato e de seu Anexo Único a todas as Secretarias Municipais e demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, para conhecimento, divulgação e observância no âmbito de suas respectivas competências.
§ 1º A Secretaria Municipal de Educação – SEMED deverá promover ampla divulgação deste Decreto e da versão oficial do Hino Municipal junto a todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal, inclusive os localizados na zona rural e nas comunidades do Município, disponibilizando-lhes a letra e a gravação oficial para conhecimento e utilização nas atividades educacionais, cívicas, culturais e demais ocasiões previstas na Lei Municipal nº 415/2026.
§ 2º A Secretaria Municipal de Educação – SEMED adotará as providências necessárias ao cumprimento do art. 4º da Lei Municipal nº 415/2026, especialmente quanto ao ensino do canto e da interpretação da letra do Hino Municipal nos estabelecimentos educacionais abrangidos pela referida Lei.
§ 3º A divulgação e utilização do Hino Municipal deverão observar a letra, a melodia e as características oficiais da composição, bem como as disposições da Lei Municipal nº 415/2026 e deste Decreto.
Art. 14. A versão orquestrada oficial do Hino Municipal, devidamente identificada em mídia digital juntamente com a letra oficial, integrará o presente Decreto como **Anexo Único**, para fins de identificação, registro, guarda e reprodução oficial.
Art. 15. Os casos omissos relativos à execução institucional do Hino Municipal serão resolvidos pelo Poder Executivo Municipal, observadas a Lei Municipal nº 415/2026, a legislação municipal de proteção do patrimônio cultural e as demais normas aplicáveis.
Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRINHA-AM, 31 de agosto de 2026.

DARLAN TAVEIRA PERES
Prefeito Municipal

PUBLICADO O PRESENTE **DECRETO** NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal nº 110, de 19 de março de 2010.

MARIA DO P. S. AGUILAR DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Maria do P Socorro Aguilar da Silva
Código Identificador:7209541E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DA PORTARIA Nº 2031, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

Estado do Amazonas Prefeitura Municipal de Barreirinha
ERRATA DO EXTRATO DA PORTARIA Nº 2031, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM, torna público a presente errata da PORTARIA Nº 2031 DE 12 DE AGOSTO DE 2026, matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas, com código identificador: **16628F9A**, edição nº 4171 do dia 14 de agosto de 2026, conforme as disposições a seguir:

Onde se lê:

I- DESIGNAR o (a) senhor (a) Anderson Carneiro da Silva, servidor (a) público (a) municipal contratado (a), no cargo de Professor (a) II, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, prestando serviços na "Escola Municipal Quilombola São João Batista de Freitas" Zona Rural deste Município, para atuar como Gestor Municipal na referida Escola, conforme parágrafo I desta Portaria.

Ord.	Nome	Escola	Localidade
01	Anderson Carneiro da Silva	Escola Municipal Quilombola São João Batista de Freitas	Trindade

Leia-se:

I- DESIGNAR o (a) senhor (a) Anderson Carneiro da Silva, servidor (a) público (a) municipal contratado (a), no cargo de Professor (a) II, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, prestando serviços na "Escola Municipal Quilombola João Batista de Freitas" Zona Rural deste Município, para atuar como Gestor Municipal na referida Escola, conforme parágrafo I desta Portaria.

Ord.	Nome	Escola	Localidade
01	Anderson Carneiro da Silva	Escola Municipal Quilombola João Batista de Freitas	Distrito de Trindade

Prefeitura Municipal de Barreirinha, em 31 de agosto de 2026.

MARIA DO P. S. AGUILAR DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Maria do P Socorro Aguilar da Silva
Código Identificador:97B134BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CANCELAMENTO

A Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM, torna público que o ato de publicação do extrato da **PORTARIA N°2029, DE 12 DE AGOSTO DE 2026-GPMB,** do processo em epígrafe, Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas, com código identificador: **1791D2B8**, edição nº 4171 do dia 14 de agosto de 2026, (tornam se efeito cancelados) dos atos administrativos.

Barreirinha, em 01 de setembro de 2026.

MARIA DO P. S. AGUILAR DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Maria do P Socorro Aguilar da Silva
Código Identificador:ACFBC9EC

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA – ERRATA DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO 060-A/2026 -PMBC

Na Publicação da **ERRATA - EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060-A/2026**, referente a publicação NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 06 de julho de 2026, Edição nº 4142 e Código Identificador: F9FFF7BC
ONDE SE LÊ: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 074/2025** por mais **165 (cento e sessenta cinco) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de agosto de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:
LEIA-SE: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 074/2025** por mais **226 (duzentos e vinte seis) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de outubro**

de 2026, nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:

Benjamin Constant (AM), 30 de agosto de 2026.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:5DE24FB3

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA - ERRATA – EXTRATO DO TERMO ADITIVO 060-B/2026 -PMBC

Na Publicação da **ERRATA - EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060-B/2026**, referente a publicação no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 06 de julho de 2026, Edição nº 4142 e Código Identificador: 06FDF775
ONDE SE LÊ: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 075/2025** por mais **165 (cento e sessenta cinco) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de agosto de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:
LEIA-SE: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 075/2025** por mais **226 (duzentos e vinte seis) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de outubro de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:

Benjamin Constant (AM), 30 de agosto de 2026.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:05FB7D43

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA - ERRATA – EXTRATO DO TERMO ADITIVO 060-C/2026 -PMBC

Na Publicação da **ERRATA EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060-C/2026**, referente a publicação NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 06 de julho de 2026, Edição nº 4142 e Código Identificador: EAA885D7
ONDE SE LÊ: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 076/2025** por mais **165 (cento e sessenta cinco) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de agosto de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:
LEIA-SE: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 076/2025** por mais **226 (duzentos e vinte seis) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de outubro de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:

Benjamin Constant (AM), 30 de agosto de 2026.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:360A2139

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA -ERRATA – EXTRATO DO TERMO ADITIVO 060-D/2026 -PMBC

Na Publicação do **ERRATA -EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060-D/2026**, referente a publicação no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 06 de julho de 2026, Edição nº 4142 e Código Identificador:2CAF1AD6
ONDE SE LÊ: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 077/2025** por mais **165 (cento e sessenta cinco) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de agosto de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:
LEIA-SE: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 077/2025** por mais **226 (duzentos e vinte seis) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de outubro de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:

Benjamin Constant (AM), 30 de agosto de 2026.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:8F21B8A4

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA - ERRATA – EXTRATO DO TERMO ADITIVO 060-E/2026 -PMBC

Na Publicação da **ERRATA - EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060-E/2026**, referente a publicação NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 06 de julho de 2026, Edição nº 4142 e Código Identificador:4EA0E2F
ONDE SE LÊ: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 078/2025** por mais **165 (cento e sessenta cinco) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de agosto de 2026,** nos termos da Lei ° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:
LEIA-SE: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 078/2025** por mais **226 (duzentos e vinte seis) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de outubro de 2026,** nos termos da Lei ° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:

Benjamin Constant (AM), 30 de agosto de 2026.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:4CAE6E39

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA - ERRATA – EXTRATO DO TERMO ADITIVO 060-F/2026 -PMBC

Na Publicação do **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060-F/2026**, referente a publicação NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 06 de julho de 2026, Edição nº 4142 e Código Identificador: AFB7EE1BC
ONDE SE LÊ: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 079/2025** por mais **165 (cento e sessenta cinco) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de agosto de 2026,** nos termos da Lei ° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:
LEIA-SE: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 079/2025** por mais **226 (duzentos e vinte seis) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de outubro de 2026,** nos termos da Lei ° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:

Benjamin Constant (AM), 30 de agosto de 2026.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:0437823D

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA - ERRATA – EXTRATO DO TERMO ADITIVO 060-G/2026 -PMBC

Na Publicação do **ERRATA - EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060-G/2026**, referente a publicação NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 06 de julho de 2026, Edição nº 4142 e Código Identificador: 441E1F1D
ONDE SE LÊ: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 080/2025** por mais **165 (cento e sessenta cinco) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de agosto de 2026,** nos termos da Lei ° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:
LEIA-SE: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 080/2025** por mais **226 (duzentos e vinte seis) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de outubro de 2026,** nos termos da Lei ° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:

Benjamin Constant (AM), 30 de agosto de 2026.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:2C4FCBEA

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA – ERRATA EXTRATO DO TERMO ADITIVO 060-H/2026 -PMBC

Na Publicação da **ERRATA - EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060-H/2026**, referente a publicação NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 06 de julho de 2026, Edição nº 4142 e Código Identificador: 69136227
ONDE SE LÊ: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 080-H/2025** por mais **165 (cento e sessenta cinco) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de agosto de 2026,** nos termos da Lei ° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:
LEIA-SE: DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 080-H/2025** por mais **226 (duzentos e vintes) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **18 de março de 2026 a 30 de outubro de 2026,** nos termos da Lei ° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:

Benjamin Constant (AM), 30 de agosto de 2026.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:5CA9594D

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA - ERRATA – EXTRATO DO TERMO ADITIVO 072-A/2026 -PMBC

Na Publicação da **ERRATA -EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 072-A/2026**, referente a publicação no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 08 de julho de 2026, Edição nº 4144 e Código Identificador: 2C5E1951
ONDE SE LÊ:
DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 083/2025** por mais **145 (cento e quarenta cinco) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **07 de abril de 2026 a 30 de agosto de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:
LEIA-SE:
DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 083/2025** por mais **205 (duzentos e cinco) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **07 de abril de 2026 a 29 de outubro de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:

Benjamin Constant (AM), 30 de agosto de 2026.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:5FB1A3DC

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA – EXTRATO DO TERMO ADITIVO 045-B/2026 - PMBC

Na Publicação da **ERRATA -EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 045-B/2026**, referente a publicação no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 10 de julho de 2026, Edição nº 4146 e Código Identificador: 18DE5F50
ONDE SE LÊ:
DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 052/2025** por mais **181 (cento e oitenta um) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **02 de março de 2026 a 30 de agosto de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:
LEIA-SE:
DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRIMEIRA PRORROGAÇÃO** da vigência da **ARP nº 052/2025** por mais **241 (duzentos e quarenta um) dias**, a contar da data do seu vencimento, a saber, de **02 de março de 2026 a 29 de outubro de 2026,** nos termos da Lei n° 14.133/2021, conforme valores abaixo descritos:

Benjamin Constant (AM), 30 de agosto de 2026.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:D3311FDD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 144, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE A SENHORA ELZA CARNEIRO DE FREITAS DOS SANTOS, DEPENDENTE DO SERVIDOR MUNICIPAL APOSENTADO ANTÔNIO FARIAS DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SEMEIDE BERMEGUY PORTO, M.D. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 3853/2026, de 21/07/2026, solicita Pensão Por Morte do ex-beneficiário do BCPREV o Senhor Antônio Farias dos Santos, requerida pelo seu cônjuge a Senhora Elza Carneiro de Freitas dos Santos;

CONSIDERANDO o Decreto nº 015/GP-PMBC/2011, de 17 de janeiro de 2011, que concedeu aposentadoria ao servidor municipal Antônio Farias dos Santos;
CONSIDERANDO os Pareceres da Assessoria Jurídica e da Controladoria Interna do BCPREV apensos nos autos do Processo nº 3853/2026;
CONSIDERANDO por fim, o Art. 40, §§ 7º inciso I, e 8º da Constituição Federal de 1988 (redação anterior à EC nº 103/2019), e, nos termos dos artigos 8º, inciso I, 11, 43, II, alínea "a", 60, 61 e 63, §2º, inciso V, alínea "c", item 6, da Lei Municipal nº 1.2472015.

DECRETA

Art. 1º Fica concedida a pensão por morte, de forma vitalícia, a Senhora **ELZA CARNEIRO DE FREITAS DOS SANTOS**, portadora da cédula de identidade nº 0707076-4 SSP/AM e CPF nº 566.581.682-53, viúva e dependente do ex-beneficiário **ANTÔNIO FARIAS DOS SANTOS,** aposentado no cargo de **GUARDA MUNICIPAL** do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant – AM, registrado sob a matrícula 3192, no IPSSBC/BCPREV, falecido em 04 de agosto de 2025, com proventos mensais com fundamento no Art. 40, §§ 7º inciso I, e 8º da Constituição Federal de 1988 (redação anterior à EC nº 103/2019), e, nos termos dos artigos 8º, inciso I, 11, 43, II, alínea "a", 60, 61 e 63, §2º, inciso V, alínea "c", item 6, da Lei Municipal nº 1.2472015.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais da pensão o valor do vencimento de R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) – (Decreto Municipal nº 015/GP-PMBC/2011), acrescido de complementação no valor de R$ 103,00 (cento e três reais), levado ao piso previdenciário mínimo aplicável (Art. 201, §2º da CF 88), totalizando os proventos sem paridade, em caráter vitalício no valor de **R$ 1.621,00** (um mil, seiscentos e vinte e um reais).
§ 1º Os proventos serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que ser der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
§ 2º A data de início do benefício e os efeitos financeiros ocorrerão a partir da data do requerimento.
Art. 3º A despesa da referida pensão por morte, correrá por conta do Instituto de Previdência Social dos Servidores de Benjamim Constant – IPSSBC/BCPREV.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

SEMEIDE BERMEGUY PORTO
Prefeito de Benjamin Constant

DADO CIÊNCIA, REGISTRADO E PUBLICADO NO MURAL PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA DATA SUPRA, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO § 1º DO ART. 88 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT.

SALANIZA BERMEGUY DA CRUZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Alice Josianne de Albuquerque Oliveira
Código Identificador:707CD709

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 145, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SERVIDORA ANGELÚCIA CÁSSIO NASCIMENTO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SEMEIDE BERMEGUY PORTO, M.D. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e constitucionais, e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 4499/2025, que trata do pedido de Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição da servidora municipal Angelúcia Cássio Nascimento da Silva;
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;
CONSIDERANDO o disposto no art. 46 da Lei Municipal nº 1.247, de 31 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Benjamin Constant;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico favorável e a manifestação do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Benjamin Constant – BCPREV.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais, a servidora municipal **ANGELÚCIA CÁSSIO NASCIMENTO DA SILVA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 0925604-0 SSP/AM, e inscrita no CPF nº 338.075.072-72, matrícula nº 248, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 6ºA9º NS-PF-ESP-II-L**, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 46 da Lei Municipal nº 1.247/2015.
Parágrafo Único: A Servidora acima mencionada conta 31 (trinta e um) anos, 9 (nove) mês e 22 (vinte e dois) dias de tempo de contribuição.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor do vencimento integral de R$ 5.097,15 (cinco mil noventa e sete reais com quize centavos), com fundamento na Lei Municipal nº 1.451/2026, acrescido de Adicional de Tempo de Serviço – 5% com valor de R$ 254,86 (duzentos e cinquenta e quatro reais com oitenta e seis centavos), com fundamento pela Lei Municipal nº 887/1993 e Lei Municipal nº 1031/2003, totalizando seus proventos de **R$ 5.352,01** (cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais com um centavo).
Art. 3º Os proventos de aposentadoria serão reajustados na mesma proporção e na mesma data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, em observância ao princípio da paridade previsto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Benjamin Constant – BCPREV.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT, EM 01 DE SETEMBRO DE 2026.

SEMEIDE BERMEGUY PORTO
Prefeito de Benjamin Constant

DADO CIÊNCIA, REGISTRADO E PUBLICADO NO MURAL PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA DATA SUPRA, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO § 1º DO ART. 88 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT.

SALANIZA BERMEGUY DA CRUZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Alice Josianne de Albuquerque Oliveira
Código Identificador:6F8FAD01

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 03/2026 – SME

Convoca os segmentos representados no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB) para os processos de escolha e de indicação dos conselheiros titulares e suplentes do mandato 2027-2030 e estabelece as respectivas regras e o calendário.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BENJAMIN CONSTANT/AM,** no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 34, inciso IV, e §§ 1º a 9º da Lei federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e na Portaria FNDE nº 808, de 29 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO que o art. 5º, § 2º, da Portaria FNDE nº 808/2022 impõe ao Poder Executivo local solicitar formalmente aos segmentos a indicação dos conselheiros com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término do mandato vigente;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.320, de 16 de março de 2021, que instituiu o CACS-FUNDEB no âmbito deste Município,
TORNA PÚBLICA a convocação dos segmentos abaixo relacionados para os processos de escolha e de indicação dos representantes que comporão o CACS-FUNDEB no mandato de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2030, nos termos deste Edital.

1. DO OBJETO E DOS SEGMENTOS CONVOCADOS

1.1. Este Edital convoca, em ato único, os processos de escolha e de indicação dos conselheiros titulares e suplentes do CACS-FUNDEB de BENJAMIN CONSTANT/AM, para o mandato 2027-2030, e constitui a **solicitação formal de indicação**.
1.2. Para cada vaga de titular deve ser escolhido ou indicado um suplente representante do mesmo segmento, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários e provisórios e em seus afastamentos definitivos ocorridos antes do fim do mandato (art. 34, § 8º, da Lei nº 14.113/2020).
1.3. Ficam convocados os seguintes segmentos, cujas vagas integram a composição do CACS/FUNDEB neste Município:

Segmento	Titulares	Forma de escolha ou indicação	Base legal
Poder Executivo municipal, sendo ao menos 1 da Secretaria Municipal de Educação	2	Ofício de indicação pelo Chefe do Poder Executivo	Art. 34, IV, "a", e § 2º, I
Professores da educação básica pública	1	Ata de indicação pela entidade sindical/representantes da categoria	Art. 34, IV, "b", e § 2º, III
Diretores das escolas básicas públicas	1	Ata do processo eletivo entre os pares	Art. 34, IV, "c", e § 2º, II
Servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas	1	Ata ou Ofício de indicação pelos representantes da categoria	Art. 34, IV, "d", e § 2º, III
Pais de alunos da educação básica pública	2	Ata do processo eletivo entre os pares	Art. 34, IV, "e", e § 2º, II
Estudantes da educação básica pública	2	Atas - 1 por processo eletivo entre os pares e 1 indicado pela entidade de estudantes secundaristas	Art. 34, IV, "f", e § 2º, II
Conselho Municipal de Educação	1	Ofício de indicação pelo dirigente do órgão	Art. 34, § 1º, I, e § 2º, I
Conselho Tutelar	1	Ofício de indicação pelos próprios conselheiros tutelares	Art. 34, § 1º, II

1.4. Somente poderá ser escolhido como conselheiro representante do segmento dos estudantes o aluno emancipado, exigência que alcança tanto o representante escolhido em assembleia quanto o indicado pela entidade de estudantes secundaristas.
1.5. Inexistindo estudantes emancipados na rede pública municipal, não haverá nomeação de representante do segmento e os campos correspondentes permanecerão sem preenchimento no SisCACS, que os trata como não obrigatórios nessa hipótese, na forma do art. 5º, §§ 19 e 20, da Portaria FNDE nº 808/2022.
1.6. Na hipótese do item 1.7, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho com direito a voz e sem direito a voto, não integrando o quórum de instalação nem o de deliberação do colegiado e não ostentando a condição de conselheiro, na forma do art. 34, § 10, da Lei nº 14.113/2020 e do art. 5º, § 18, da Portaria FNDE nº 808/2022.

2. DOS DEMAIS SEGMENTOS CUJA REPRESENTAÇÃO DEPENDE DE EXISTÊNCIA NO MUNICÍPIO

2.1. Nos termos do art. 34, § 1º, incisos III a VI, da Lei nº 14.113/2020, integrarão ainda o Conselho, **quando houver** no Município:
I - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;
II - 1 (um) representante das escolas indígenas,
III - 1 (um) representante das escolas do campo e
IV - 1 (um) representante das escolas quilombolas.
2.2. O critério de incidência dessas vagas é a existência do segmento no âmbito do Município, apurada a partir das unidades escolares e das entidades nele existentes.
2.3. A Secretaria Municipal de Educação procedeu à verificação da existência dos segmentos referidos no item 2.1, com base no Censo Escolar do ano de 2025 e na relação de unidades escolares da rede pública municipal, com o seguinte resultado:

Segmento	Existe? (Sim/Não)	Unidades / entidades	Forma de escolha
Organizações da sociedade civil	[ ]	[ ]	Processo eletivo com ampla publicidade (2 titulares)
Escolas indígenas	[ ]	[ ]	Processo eletivo entre os pares do segmento
Escolas do campo	[ ]	[ ]	Processo eletivo entre os pares do segmento
Escolas quilombolas	[ ]	[ ]	Processo eletivo entre os pares do segmento

2.4. Constatada a inexistência de qualquer dos segmentos referidos no item 2.1, a vaga não será preenchida, e a inexistência será registrada, com a respectiva motivação e os documentos que a lastreiam, no processo administrativo de composição do Conselho, para fins de comprovação perante os órgãos de controle e de cadastramento no SisCACS.

3. DO PRAZO

3.1. As assembleias destinadas à escolha dos representantes dos segmentos submetidos a processo eletivo serão realizadas em data, horário e local definidos pelos respectivos segmentos.
3.2. A ata da assembleia de escolha e os ofícios de indicação dos representantes titulares e suplentes, deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Educação até 30 de outubro de 2026, para fins de composição e cadastramento do CACS-FUNDEB referente ao mandato 2027–2030.
3.3. O prazo estabelecido no item 3.2 observará a abertura do sisCACS, prevista a partir de 1º de novembro de 2026 para antecipação cadastral do mandato 2027–2030.

4. DAS CANDIDATURAS

4.1. Poderá candidatar-se o participante que pertença ao respectivo segmento, não incida em nenhum dos impedimentos do item 6 e não tenha exercido mandato de conselheiro do CACS-FUNDEB no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026.
4.2. É vedada a recondução para o mandato subsequente, considerando-se recondução a participação, por qualquer período, de um mesmo conselheiro em dois mandatos consecutivos, inclusive para representação de segmento diverso daquele que representou no mandato findo (art. 34, § 9º, da Lei nº 14.113/2020 e art. 6º, § 1º, da Portaria FNDE nº 808/2022).
4.3. As candidaturas serão inscritas na própria assembleia, admitida também a inscrição prévia junto à Secretaria Municipal de Educação até 30/09/2026.

5. DOS IMPEDIMENTOS

5.1. São impedidos de integrar o Conselho, na forma do art. 34, § 5º, da Lei nº 14.113/2020:
a) os titulares dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito e de Secretário Municipal, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
b) o tesoureiro, o contador ou o funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundeb, bem como cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;
c) os estudantes que não sejam emancipados;
d) os pais de alunos e os representantes da sociedade civil que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo municipal gestor dos recursos, ou que prestem serviços terceirizados no âmbito do referido Poder Executivo.
5.2. O candidato firmará declaração de inexistência dos impedimentos referidos no item 6.1, que integrará a ata da respectiva assembleia ou o documento de indicação.

6. DA DESIGNAÇÃO E DA POSSE

6.1. O resultado de cada assembleia será consignado em ata própria, subscrita pela mesa condutora e pelos presentes, acompanhada da respectiva lista de presença.
6.2. As atas e os documentos de indicação serão encaminhados à Secretaria Municipal de Educação, que os remeterá ao Chefe do Poder Executivo municipal para a designação dos conselheiros, na forma do art. 34, § 4º, da Lei nº 14.113/2020.

6.3. O ato de nomeação conterá o nome completo dos membros titulares e suplentes, o nome do segmento representado e o período de vigência do mandato.
6.4. A composição do Conselho será registrada no Sistema Informatizado de Gestão de Conselhos (SisCACS), cujo cadastramento do novo mandato poderá ser antecipado a partir de 1º de novembro de 2026.
6.5. O mandato dos conselheiros terá início em 1º de janeiro de 2027 e término em 31 de dezembro de 2030.
6.6. A atuação dos conselheiros não é remunerada e é considerada atividade de relevante interesse social (art. 34, § 7º, I e II, da Lei nº 14.113/2020).
6.7. O presidente e o vice-presidente do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedidos de ocupar essas funções os representantes do Poder Executivo municipal gestor dos recursos do Fundo (art. 34, § 6º, da Lei nº 14.113/2020 e art. 5º, § 6º, da Portaria FNDE nº 808/2022).

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este Edital será publicado na imprensa oficial do Município, afixado na sede da Secretaria Municipal de Educação e em todas as unidades escolares da rede pública municipal e divulgado nos canais oficiais de publicidade do Município.
7.2. As unidades escolares darão ciência do teor deste Edital aos professores, aos diretores, aos servidores técnico-administrativos, aos pais e responsáveis e aos estudantes, mediante comprovação documental, promovendo-se comunicação específica ao Conselho Municipal de Educação, ao Conselho Tutelar e às comunidades atendidas pelas escolas indígenas, do campo e quilombolas, quando existentes.
7.3. Os casos omissos serão resolvidos pela mesa condutora de cada assembleia e, subsidiariamente, pela Secretaria Municipal de Educação, observadas a Lei nº 14.113/2020 e a Portaria FNDE nº 808/2022.
7.4. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN CONSTANT/AM, 28 de agosto de 2026.

SELOMI BERMEGUY PORTO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Alexandre Davila Costa
Código Identificador:E9941511

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO RAMOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Boa Vista do Ramos/AM, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o teor do Processo de Contratação Direta, realizado por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que os documentos constantes nos autos demonstram o atendimento aos requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que foi realizada pesquisa de preços, com obtenção de propostas válidas, restando demonstrada a compatibilidade do valor contratado com os preços praticados no mercado;
CONSIDERANDO que a proposta selecionada se mostrou a mais vantajosa para a Administração Pública;

RESOLVE:

1 – RECONHECER a situação de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2 – RATIFICAR a Dispensa de Licitação nº 002/2026, cujo objeto é a Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de materiais de consumo, compreendendo materiais de limpeza, materiais de expediente e gêneros alimentícios, destinados a atender às necessidades administrativas e operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Boa Vista do Ramos/AM, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

3 – AUTORIZAR a contratação da empresa AMAPA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE ALIMENTICIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.863.948/0001-39, com sede na Avenida do Turismo, n° 3100, Sala 28, CEP 69.041-010, Bairro Tarumã, Manaus/AM., no valor global de R$ 59.860,30 (cinquenta e nove mil oitocentos e sessenta reais e trinta centavos).

4 – DETERMINAR à Comissão Municipal de Licitação que proceda à publicação do presente ato nos meios oficiais competentes, bem como adote as providências necessárias à formalização do respectivo contrato.

Boa Vista do Ramos/AM, 01 de setembro de 2026.

JOSÉ BRUNO SIMÕES ALBUQUERQUE FERREIRA
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Portaria nº 167/2026

Publicado por:
Osni Dutra Cecílio
Código Identificador:175B3521

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BORBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026 – SRP Nº 023/2026

O MUNICÍPIO DE BORBA/AM, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, conforme as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026 – SRP Nº 023/2026
OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados à merenda escolar dos alunos da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) do Município de Borba/AM, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 16 de setembro de 2026.
HORÁRIO: 10h30min (horário de Brasília).
LOCAL: Portal Licitanet.
OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal Licitanet.
INFORMAÇÕES: poderão ser obtidas por meio do e-mail: coordplanejamentoborba@gmail.com.

Borba/AM, 01 de setembro de 2026.

NAYANDREA ROSARIO DE SOUZA
Pregoeira / Agente de Contratação
Comissão Permanente de Licitação – CPL
Prefeitura Municipal de Borba
Decreto Nº 025/2025, de 03 de Janeiro de 2025

Publicado por:
Nayandrea Rosario de Souza
Código Identificador:2C5CDCB1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 068/2026

O **MUNICÍPIO DE BORBA/AM**, por intermédio da Prefeitura Municipal de Borba, torna público o **EXTRATO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de **construção de escola em alvenaria, com 03 (três) salas de aula, na Comunidade Jutaí, Zona Rural do Município de Borba/AM**, conforme condições, especificações, projetos e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
EMPRESA VENCEDORA: TEREZA DA SILVA PINHEIRO.
LOTE 01: Construção de escola em alvenaria, com 03 (três) salas de aula, na Comunidade Jutaí, Zona Rural do Município de Borba/AM.

QUANTIDADE REGISTRADA:

Item	Especificação	Un.	Quant.	Valor Total
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	SERVIÇO	1,00	R$ 20.916,58
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	SERVIÇO	1,00	R$ 7.007,59
3	INFRAESTRUTURA	SERVIÇO	1,00	R$ 21.929,14
4	SUPRAESTRUTURA	SERVIÇO	1,00	R$ 25.865,08
5	PAREDES E PAINÉIS	SERVIÇO	1,00	R$ 35.064,07
6	REVESTIMENTOS	SERVIÇO	1,00	R$ 27.305,50
7	COBERTURA	SERVIÇO	1,00	R$ 55.996,08
8	PAVIMENTAÇÃO	SERVIÇO	1,00	R$ 19.757,89
9	PINTURAS	SERVIÇO	1,00	R$ 14.987,73
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	SERVIÇO	1,00	R$ 7.962,90
11	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	SERVIÇO	1,00	R$ 9.803,69
12	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	SERVIÇO	1,00	R$ 5.206,57
13	ESQUADRIAS	SERVIÇO	1,00	R$ 32.744,30
14	LOUÇAS E METAIS	SERVIÇO	1,00	R$ 4.023,04
15	SERVIÇOS FINAIS	SERVIÇO	1,00	R$ 1.317,84
	TOTAL DO LOTE 01			**R$ 289.888,00**

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 289.888,00 (duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais).

Borba/AM, 31 de agosto de 2026.

RAIMUNDO SANTANA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nayandrea Rosario de Souza
Código Identificador:C0E20485

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 068/2026

O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE BORBA/AM comunica aos interessados e participantes da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 011/2026 referente à CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ALVENARIA COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA - COMUNIDADE JUTAÍ - ZONA RURAL DE BORBA AMAZONAS., que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):
Fornecedor : TEREZA DA SILVA PINHEIRO - 52.678.874/0001-04

Descrição: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ALVENARIA COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA - COMUNIDADE JUTAÍ - ZONA RURAL DE BORBA AMAZONAS.

Total Adjudicado: R$ 289.888,00 — duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais.

Borba-AM , 31 de Agosto de 2026

RAIMUNDO SANTANA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nayandrea Rosario de Souza
Código Identificador:647A89B9

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026

PROCESSO LICITATÓRIO 068/2026

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ALVENARIA COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA - COMUNIDADE JUTAÍ - ZONA RURAL DE BORBA AMAZONAS. Empresas vencedoras valor total: R$ 289.888,00 . TEREZA DA SILVA PINHEIRO - 52.678.874/0001-04 com os Lotes: 1 no valor total de R$ 289.888,00.

Borba-AM ,31 de Agosto de 2026

RAIMUNDO SANTANA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nayandrea Rosario de Souza
Código Identificador:5F2E3EB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA
PORTARIA Nº 0265/2026 - SEMAP/SEMED/PMB, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a designação dos membros titulares e suplentes do Comitê Estratégico Municipal do Compromisso – CEMC para a Política de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Borba-Am, e dá outras providências.

Raimundo Santana de Freitas, Prefeito do Município de Borba, Estado do Amazonas, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 47.958 de 22 de agosto de 2023, que institui o Programa Amazonas + Alfabetizado, a ser desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar – SEDUC em regime de colaboração com os municípios do Estado do Amazonas, com a finalidade de fortalecer as redes públicas de ensino para garantir uma política educacional eficiente, que resulte na melhoria dos indicadores educacionais e assegurar o direito de alfabetização das crianças na idade certa;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 0906 de 23 de julho de 2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal do Compromisso – CEMC, com a finalidade de realizar a governança sistêmica de formulação da Política do Território Municipal de Alfabetização e do Plano de Ações do Território – PAT, no âmbito do município de Borba, estabelecendo sua composição, finalidade e competências, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 350./SEMED-RENALFA Municipal de 13 de julho de 2026, que requer do Executivo Municipal a criação do Comitê Estratégico Municipal do Compromisso – CEMC.

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR para a composição do Comitê Estratégico Municipal do Compromisso – CEMC, obediente ao disposto no Decreto Municipal, os seguintes membros (titulares / suplentes) e organismos representativos:

1. Núcleo Político-Diretivo

I – PAULO ANTONIO DE PAULA DA CRUZ – Secretário Municipal de Educação, na qualidade de Presidente do Comitê;
II – FRANCISCO FERREIRA DAS CHAGAS FILHO – Coordenador do Departamento de Educação Escolar Campo e Indígena, na qualidade de Vice-Presidente do Comitê;

III – ROSÂNGELA FOGASSA DOS SANTOS – Coordenadora do Departamento Pedagógico de Ensino Fundamental – SEMED, na qualidade de Secretária Executiva do Comitê;
IV – MARIA SALOMÉ QUEIROZ DOS SANTOS – Articuladora Municipal do PNE, na qualidade de Relatora do Comitê
V – ANTONIA OCINEIDE BOM JESUS – Chefe de Gabinete do Prefeito, na qualidade de Articuladora Executiva do Comitê.

2. Núcleo Técnico-Pedagógico

VI - ENANDO COSTA DE OLIVEIRA – Articulador Municipal de Gestão, Formação e Mobilização do CNCA/Renalfa Municipal, na qualidade de Coordenador Técnico Geral do Comitê
VII – MARTA LÚCIA ALVES NOGUEIRA – Supervisora de Gestão Escolar, na qualidade Coordenadora Técnica dos Grupos de Trabalho
VIII – MARILENE SILVA MOTTA – Supervisora Pedagógica Municipal, na qualidade de Coordenadora Técnica Pedagógica do Comitê.

3. Núcleo de Representação e Base

IX – ROSANGELA DAS CHAGAS GÓES (Titular) e MARCILENE MARQUES VALENTE (suplente), na qualidade de representantes da Gestão Escolar Municipal;
X – ANA PAULA MODA DA FONSECA (Titular) e MARIA CILENE CAMARÃO DOS SANTOS (suplente) – Representantes da Coordenação Pedagógica Escolar;
XI – ADRIANA DE LIMA BARROS (Titular) e ANISSA NYARA PAES AIDER (Suplente), na qualidade de representantes da Equipe de Formação Continuada em Educação Infantil e Alfabetização Inicial;
XII – GILDA SILVA ALMEIDA (Titular) ELDENORA PANTOJA MARQUES (Suplente), na qualidade de representantes dos Professores da Educação Infantil;
XIII- – TEDE MOISÉS MERCADO DOS SANTOS (Titular) e ALANA CAROL PANTOJA (Suplente), na qualidade de representante dos professores dos Anos Iniciais do ensino Fundamental;
XIV – JACICLEI LINHARES DA SILVA (Titular) e HUDSON MARCELO DOS SANTOS ALVES (Suplente), na qualidade de representantes da Educação Escolar do Campo;
XV – MARIA VANILDA SOARES FERREIRA (Titular) e IVO SOUZA NASCIMENTO (Suplente), na qualidade de representantes da Educação Escolar Indígena;
XVI – TELMA RIBEIRO DE JESUS (Titular) e PAULO HENRIQUE MOTTA, na qualidade de representantes da Educação de Tempo Integral;
XVII – GENIRA BATISTA DE SOUZA (Titular) e FRANCIANE RAMOS QUEIROZ (Suplente), na qualidade de representantes da Educação Especial Inclusiva;
XVIII – SEBASTIÃO MACHADO FILHO (Titular) e ELEN DOS SANTOS MOTTA (suplente), na qualidade de representantes do Programa Busca Ativa Escolar;
XIX – MARENILTON ANVERES DO NASCIMENTO (Titular) e JOHNILSON RANIERE GONZAGA DE PAULA (Suplente), na qualidade de representantes da Equipe de Análise e Monitoramento das Avaliações Externas e Simulados do Ensino Fundamental;
XX – MILENE MOTTA AROUCA (Titular) e SAMARA QUEIROZ LOBATO (suplente), na qualidade de representantes da Equipe Multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação.
XXI – LILIANE DOS SANTOS PINHEIRO (Titular) e JOSÉ VITOR DO ESPÍRITO SANTO CORREA (Suplente), na qualidade de representantes do CME e do Fórum Municipal de Educação;
XXII – MARIA BEATRIZ GÓES COSTA (Titular) e VALDILUCIA MARIA SOARES DE SOUZA (Suplente), na qualidade de representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA;
XXIII – LUZIANE LIMA DE CASTRO (Titular) e SUELLEN PANTOJA COUTINHO (Suplente), na qualidade de representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
XXIV – KÁTIA CRISTINA BARBOSA PIMENTEL (Titular) e DANIELLA MARIA DE GÓES (Suplente), na qualidade de representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogada a disposição ao contrário.

CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Borba, 01 de setembro de 2026.

CLEUDER MODA DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PAULO ANTÔNIO DE PAULA DA CRUZ
Secretário Municipal de Educação

RAIMUNDO SANTANA DE FREITAS
Prefeito Municipal de Borba

Publicado por:
Jeniffer Moreira Gama
Código Identificador:52135528

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2026

ESPÉCIE: CARTA CONTRATO Nº 030/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026. Objeto: CONTRATO A LOCAÇÃO PARA LICENCIAMENTO DE USO DE PROGRAMAS OU SISTEMAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E O TREINAMENTO DOS TÉCNICOS MUNICIPAIS REFERENTE(S) AO(S) SEGUINTE(S) PROGRAMA(S) OU SISTEMA(S), FUNDAMENTADA NO ARTIGO 75, II, DA LEI N° 14133/2021 E DECRETO MUNICIPAL N° 003/2024. Parte Contratante: MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA – PREFEITURA MUNICIPAL. Parte Contratada: EMPRESA FIORILLI SOFTWARE LTDA, inscrita no CNPJ: 01.704.233/0001-38. Valor Global do Contrato é: R$ 38.220,00 (trinta e oito mil e duzentos e vinte reais). *Unidade Orçamentária 02.02.02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Atividade: 04.122.0011.2.007 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERVEIROS DE PESSOA JURIDICA*, Vigência da Contratação: 12 (doze) meses.

Caapiranga/AM, 31de agosto de 2026

MATULINHO XAVIER BRAZ
Prefeito de Municipal

Publicado por:
Joice Tavares da Silva
Código Identificador:ACBD780C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 031/2026

TERMO DE CONTRATO Nº 031/2026 oriundo do PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2026. Objeto LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO: AMBULÂNCIA – TIPO B, DEFINIDA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ITEM 2.1 DA PORTARIA MS Nº 2048/2002, A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAAPIRANGA/AM. Parte Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPIRANGA. Parte Contratada: CPO CONSTRUTORA – ME., inscrita regularmente no CNPJ sob o nº 38.197.796/0001-97. Valor mensal do Contrato é: R$ 41.400,00 (Quarenta e um mil e quatrocentos reais), por um Período de: *12* (*doze*) *meses*. Dotação Orçamentaria; *Unidade Orçamentária 03.03.01 – FUNDO* municipal de saúde, atividade: 10.301.0051-2.041– manutenção do programa de atenção básica a saúde. elemento de despesa: 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica unidade orçamentária 03.03.01 – fundo municipal de saúde, atividade: 10.302.0052-2.044– manutenção do programa de atenção básica a

saúde da população p/ procedimento no mac - elemento de despesa: 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Caapiranga/AM, 01 de setembro de 2026.

MATULINHO XAVIER BRAZ
Prefeito de Municipal

Publicado por:
Joice Tavares da Silva
Código Identificador:6D82EE70

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CANUTAMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB (LEI N. 14.399/2022) – CICLO 2

A Política Nacional Aldir Blanc – PNAB (N. 14.399/2022) é uma oportunidade histórica de estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante os repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
Desse modo, a Prefeitura Municipal de Canutama-AM, torna público o presente edital do Ciclo 2, elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a realizar fomento cultural, conforme definido em consulta pública.
O proponente interessado (pessoa física e/ou jurídica do segmento cultural), deve realizar a inscrição online, para o e-mail pnab@canutama.am.gov.br, entre os dias 25 de agosto e 10 de setembro de 2026. O assunto no e-mail deve ser obrigatoriamente **INSCRIÇÃO EDITAL PNAB CICLO 2 + NOME DO PROPONENTE + NOME DA CATEGORIA** (de acordo com Anexo I) e devem ser enviados todos os documentos que constam no edital, no item **COMO SE INSCREVER.**
O valor do edital é de R$132.260,46 (cento e trinta e dois mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos), divididos entre as subcategorias de apoio descritas no **Anexo I** do referido edital.
O edital e anexos encontram-se na íntegra, no endereço eletrônico: www.canutama.am.gov.br.

JOSÉ ROBERTO TORRES DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gessinei Monteiro de Freitas
Código Identificador:CB0CE162

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CARAUARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2025.

ESPÉCIE: Prorrogação da Ata de Registro de Preços nº 049/2025.
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 049/2025.
OBJETO: Contratação, pelo maior desconto por item, de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, para fornecimento de passagens aéreas nacionais e fluviais, sob demanda, compreendendo os serviços de emissão, pesquisa de preços, reserva, marcação, remarcação e cancelamento, para formação de ata de registro de preços, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Carauari e suas Secretarias.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carauari/AM.
FORNECEDOR: BWL AGÊNCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA – CNPJ nº 30.374.925/0001-63.

PRAZO: Fica prorrogada a vigência da Ata pelo período de 12 (doze) meses, passando de 02/09/2026 à 02/09/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Carauari/AM, 01 de setembro de 2026

JOSÉ AIRTON FREITAS SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
John Audry Melo de Oliveira
Código Identificador:D03F483A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 147/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carauari/AM, CNPJ nº 04.530.044/0001-84.
CONTRATADA: A. AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA, CNPJ/Nº 64.455.972/001-53.
INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 147/2026.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI E SUAS SECRETARIAS.
VALORES: $ 60.932,00 (sessenta mil novecentos e trinta e dois reais)
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados da assinatura deste Termo de Contrato, contados a partir do dia 31/08/2026, findando em 28/02/2027.
SIGNATÁRIOS:
José Airton Freitas Siqueira – Prefeito Municipal de Carauari/AM.
Antônio Augusto Da Silva De Oliveira - A. AUGUSTO SILVA DE OLIVEIRA

Publicado por:
John Audry Melo de Oliveira
Código Identificador:3EBE64F8

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAREIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DESPACHO COMPLEMENTAR DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 – CML/PMC

DESPACHO COMPLEMENTAR DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 – CML/PMC

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAREIRO, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Despacho de Adjudicação e Homologação do Pregão Eletrônico nº 009/2026 – CML/PMC, exarado em 13 de agosto de 2026, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 040/2026, que teve por objeto o Registro de Preços para a Aquisição de Insumos Laboratoriais, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Careiro/AM, pelo menor preço por item;
CONSIDERANDO que a empresa **AGERDAN BARROSO JUNIOR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.094.501/0001-69, classificada em primeiro lugar para o item 41 (Maleta para coleta e transporte de amostra), pelo valor unitário de R$ 219,00 (duzentos e dezenove reais), foi regularmente convocada para a assinatura da Ata de Registro de Preços e deixou de assiná-la no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório;
CONSIDERANDO que a não assinatura da Ata de Registro de Preços pelo adjudicatário faculta à Administração, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do ajuste;

CONSIDERANDO que, retomada a sessão pública do certame, a empresa **SANTA MONICA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.292.903/0001-32, classificada na sequência para o item 41, foi convocada nas condições propostas pelo licitante originalmente vencedor e, não aceitando o valor de R$ 219,00 (duzentos e dezenove reais), manifestou aceite em celebrar o ajuste pelo valor unitário de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais), com fundamento no art. 90, § 4º, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme registrado na Ata da Sessão Pública retomada;
CONSIDERANDO que o valor de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por unidade permanece vantajoso para a Administração, por situar-se substancialmente abaixo do valor unitário orçado de R$ 436,67 (quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos), observado o valor estimado da contratação;
CONSIDERANDO a inexistência de recursos administrativos pendentes quanto ao referido item;
CONSIDERANDO, por fim, o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica Interna desta Prefeitura.

RESOLVE:
I – DECLARAR SEM EFEITO a adjudicação do item 41 anteriormente conferida à empresa AGERDAN BARROSO JUNIOR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.094.501/0001-69, em razão da não assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas;
II – ADJUDICAR o item 41 (Maleta para coleta e transporte de amostra) à empresa **SANTA MONICA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.292.903/0001-32, pelo valor unitário de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais), perfazendo o valor total de R$ 1.100,00 (mil e cem reais) para a quantidade de 5 (cinco) caixas;
III – HOMOLOGAR o resultado do item 41 do Pregão Eletrônico nº 009/2026 – CML/PMC, em complementação ao Despacho de Adjudicação e Homologação exarado em 13 de agosto de 2026, permanecendo íntegros e inalterados os demais itens já adjudicados e homologados no referido despacho;
IV – RETIFICAR o item II do Despacho de Adjudicação e Homologação de 13 de agosto de 2026, **ONDE SE LÊ** "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 – CML/PMC", **LEIA-SE** "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 – CML/PMC", por se tratar de mero erro material que não altera o mérito do ato;
V – PUBLIQUE-SE.

Careiro/AM, em 01 de setembro de 2026.

MARA ALVES DE LIMA
Prefeita Municipal de Careiro

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:D401ACFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 12 - CMS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAREIRO - AM
RESOLUÇÃO Nº. 012 DE 13 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação e nomeação/designação da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde de Careiro e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Careiro – CMS, em sua 268ª Assembleia Geral, e ordinária 229ª, realizada no dia 13 de agosto de 2026, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Municipal nº 604, de 16 de junho de 2015, e em conformidade com a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e de suas comissões;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho em reunião realizada nesta data,
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR a indicação e DESIGNAR a senhora SAMAI GUERREIRO LAGO COSTA, portadora do Registro Geral - CPF nº 455.785.832-53, para exercer a função de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde de Careiro – CMS.

Art. 2º Compete à Secretaria Executiva o suporte técnico-administrativo ao Plenário do CMS, a organização de pautas, a elaboração e guarda de atas, o encaminhamento das deliberações e as demais atribuições previstas no Regimento Interno deste Conselho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Careiro – AM, 24 de agosto de 2026.

MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA PICANÇO
Presidente/CMS-Careiro
Res. Nº 004/2025

HOMOLOGO as decisões contidas na Resolução Nº 012/2026, nos termos da legislação vigente e de acordo com a decisão do Pleno Conselho Municipal de Saúde do Careiro/AM.

NAYARA REGO DE LUNA
Secretária Municipal de Saúde/Careiro
Portaria Nª 073/2026

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:09F35EC7

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº. 005/2026-PMCV AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Contratação da Prefeitura Municipal do Careiro da Várzea, torna público que realizará **CONCORRÊNCIA Nº. 005/2026-PMCV,** na **forma Eletrônica**, com critério de julgamento**Menor Preço**, no dia **09 de Outubro de 2026**, às 10h00min (horário de Brasília), objetivando à **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA INTERVENÇÃO E QUALIFICAÇÃO VIÁRIA NO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO DO CAREIRO DA VÁRZEA/AM.** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1 ou na sede da Prefeitura Municipal do Careiro da Várzea, na Avenida José Ribamar Barbosa, n°. 04, Centro, Careiro da Várzea/AM, de segunda a sexta-feira (dias úteis), de 08h:00min às 14h:00min, podendo ser retirados gratuitamente em arquivo eletrônico por mídia portátil/removível ou arquivo impresso mediante o pagamento de DAM.

Careiro da Várzea/AM, 01 de Setembro de 2026.

DOUGLAS MATOS AMORA
Presidente da Comissão Permanente de Contratação/PMCV

Publicado por:
Douglas Matos Amora
Código Identificador:EB570FE9

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE COARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Coari, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSO** o Aviso referente à Chamada Pública nº 003/2026 – CCC / Dispensa de Licitação nº 003/2026 – CCC, Processo Administrativo nº 3139/2025-SEMED.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores indígenas, povos e comunidades tradicionais para o atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos da zona rural (indígenas, povos e comunidades tradicionais), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no calendário escolar de 2026, por meio de Chamada Pública.

A presente suspensão ocorre em razão da readequação do Termo de Referência e Edital.

Após a devida readequação do Termo de Referência e Edital e das demais peças pertinentes, caso mantido o interesse administrativo, o procedimento será oportunamente republicado, com a disponibilização integral do edital e seus anexos, observados os prazos legais aplicáveis.

Coari/Am, 01 de setembro de 2026.

JOSÉ IVAN MARINHO DA SILVA
Presidente da Comissão de Contratação de Coari

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:D66D46C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Concede ao servidor público municipal que especifica a Licença para Tratar de Interesses Particulares (LIP).

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI em Exercício, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora RAIMUNDA CLEUZE RIBEIRO LINHARES, protocolado sob o nº 1.357/2026, por meio do qual solicita a concessão de Licença para Tratar de Interesse Particular (LIP);
CONSIDERANDO, por fim, que a concessão da licença, ato de natureza discricionária, a critério da Administração, atende ao interesse público, por não representar ônus financeiro ao erário e por não comprometer o funcionamento dos serviços essenciais da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora RAIMUNDA CLEUZE RIBEIRO LINHARES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula nº 1617, **Licença para Tratar de Interesse Particular (LIP)**, com afastamento integral e sem remuneração, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início em 01 de setembro de 2026 e término em 31 de agosto de 2027, nos termos do Art. 127 da Lei Municipal nº 404/2003.
Parágrafo único. A licença ora concedida poderá ser interrompida ou revogada, a qualquer tempo, por interesse da Administração, mediante comunicação formal a servidora, nos termos do Art. 127 da Lei Municipal nº 404/2003.
Art. 2º A presente licença é concedida sem qualquer ônus para o Município de Coari, devendo a servidora observar as vedações e obrigações previstas na Lei Municipal nº 404/2003 durante o período de afastamento.
Art. 3º Determinar à Secretaria Municipal de Administração que:
I - Proceda às devidas anotações nos assentamentos funcionais da servidora e à imediata suspensão de sua remuneração a partir da data de início da licença, para todos os fins legais;
II – Encaminhe cópia deste Decreto e do Processo Administrativo nº 446/2026 à Controladoria-Geral para registro e controle interno.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 31 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Ciente em: ____/_____/____

_____

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:3C2DF2BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença-prêmio por assiduidade ao(à) servidor(a) municipal que especifica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI EM EXERCÍCIO, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 129 da Lei Municipal nº 404/2003 – Estatuto do Servidor Municipal, alterado pela Lei Municipal nº 655 de 12 de agosto de 2015;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 406/2026;
CONSIDERANDO o direito à licença-prêmio por assiduidade, assegurado aos servidores públicos municipais efetivos pelo Art. 129 da Lei Municipal nº 404, de 28 de maio de 2003 (Estatuto do Servidor Público do Município de Coari);
CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor WILLIAM DA COSTA PINHEIRO, protocolado e autuado sob o Processo Administrativo nº 406/2026;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Administração, que, por meio de parecer técnico nos autos do referido processo, atestou o cumprimento de todos os requisitos legais pelo servidor para a aquisição do direito, notadamente o quinquênio de efetivo e ininterrupto exercício no serviço público municipal, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de qualquer penalidade administrativa ou afastamento que obste a concessão do benefício, nos termos da legislação aplicável,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido ao servidor WILLIAM DA COSTA PINHEIRO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, matrícula nº 1096, 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, sem prejuízo de sua remuneração, para fruição no período de 1 de novembro de 2026 a 29 de janeiro de 2027, por este ato e nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O gozo da licença-prêmio ora concedida deverá ser registrado no **Sistema de Controle Funcional** da Secretaria Municipal de Administração, de forma a assegurar o acompanhamento da fruição e dos reflexos remuneratórios correspondentes.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá adotar as seguintes providências:
I - Realizar os devidos registros e anotações nos assentamentos funcionais do servidor;
II - Efetivar controle de frequência e folha de pagamento;
III - Dar ciência formal ao servidor e à sua chefia imediata na Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV – Encaminhar cópia deste Decreto, bem como do Processo Administrativo, à **Controladoria-Geral do Município**, para registro e controle interno e arquivamento.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 31 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:BBFE5B81

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI EM EXERCÍCIO, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 129 da Lei Municipal nº 404/2003 – Estatuto do Servidor Municipal, alterado pela Lei Municipal nº 655 de 12 de agosto de 2015;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 418/2026;
CONSIDERANDO o direito à licença-prêmio por assiduidade, assegurado aos servidores públicos municipais efetivos pelo Art. 129 da Lei Municipal nº 404, de 28 de maio de 2003 (Estatuto do Servidor Público do Município de Coari);
CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora CINTHIA CRISTINA OLIVEIRA PEIXOTO, protocolado e autuado sob o Processo Administrativo nº 418/2026;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Administração, que, por meio de parecer técnico nos autos do referido processo, atestou o cumprimento de todos os requisitos legais pelo servidor para a aquisição do direito, notadamente o quinquênio de efetivo e ininterrupto exercício no serviço público municipal, referente ao período aquisitivo de 2017/2022.
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de qualquer penalidade administrativa ou afastamento que obste a concessão do benefício, nos termos da legislação aplicável,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido à servidora CINTHIA CRISTINA OLIVEIRA PEIXOTO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula nº 903, 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, sem prejuízo de sua remuneração, para fruição no período de 1 de outubro de 2026 a 29 de dezembro de 2026, por este ato e nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O gozo da licença-prêmio ora concedida deverá ser registrado no **Sistema de Controle Funcional** da Secretaria Municipal de Administração, de forma a assegurar o acompanhamento da fruição e dos reflexos remuneratórios correspondentes.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá adotar as seguintes providências:
I - Realizar os devidos registros e anotações nos assentamentos funcionais do servidor;
II - Efetivar controle de frequência e folha de pagamento;
III - Dar ciência formal ao servidor e à sua chefia imediata na Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV – Encaminhar cópia deste Decreto, bem como do Processo Administrativo, à **Controladoria-Geral do Município**, para registro e controle interno e arquivamento.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 31 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

GOSTO DE 2026.

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:2C2CEE8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença-prêmio por assiduidade ao(à) servidor(a) municipal que especifica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI EM EXERCÍCIO, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 129 da Lei Municipal nº 404/2003 – Estatuto do Servidor Municipal, alterado pela Lei Municipal nº 655 de 12 de agosto de 2015;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 407/2026;
CONSIDERANDO o direito à licença-prêmio por assiduidade, assegurado aos servidores públicos municipais efetivos pelo Art. 129 da Lei Municipal nº 404, de 28 de maio de 2003 (Estatuto do Servidor Público do Município de Coari);
CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora ALZIRENE DA SILVA GOMES, protocolado e autuado sob o Processo Administrativo nº 407/2026;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Administração, que, por meio de parecer técnico nos autos do referido processo, atestou o cumprimento de todos os requisitos legais pelo servidor para a aquisição do direito, notadamente o quinquênio de efetivo e ininterrupto exercício no serviço público municipal, referente ao período aquisitivo de 2011/2016, 2016/2021 e 2021/2026.
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de qualquer penalidade administrativa ou afastamento que obste a concessão do benefício, nos termos da legislação aplicável,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido à servidora ALZIRENE DA SILVA GOMES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, matrícula nº 1946, 270 (duzentos e setenta) dias de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, sem prejuízo de sua remuneração, para fruição no período de 03 de agosto de 2026 a 29 de abril de 2027, por este ato e nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O gozo da licença-prêmio ora concedida deverá ser registrado no **Sistema de Controle Funcional** da Secretaria Municipal de Administração, de forma a assegurar o acompanhamento da fruição e dos reflexos remuneratórios correspondentes.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá adotar as seguintes providências:
I - Realizar os devidos registros e anotações nos assentamentos funcionais do servidor;
II - Efetivar controle de frequência e folha de pagamento;
III - Dar ciência formal ao servidor e à sua chefia imediata na Secretaria Municipal de Educação;
IV – Encaminhar cópia deste Decreto, bem como do Processo Administrativo, à **Controladoria-Geral do Município**, para registro e controle interno e arquivamento.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 31 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:D26B5E3F

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença-prêmio por assiduidade ao(à) servidor(a) municipal que especifica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI EM EXERCÍCIO, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 129 da Lei Municipal nº 404/2003 – Estatuto do Servidor Municipal, alterado pela Lei Municipal nº 655 de 12 de agosto de 2015;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 326/2026;
CONSIDERANDO o direito à licença-prêmio por assiduidade, assegurado aos servidores públicos municipais efetivos pelo Art. 129 da Lei Municipal nº 404, de 28 de maio de 2003 (Estatuto do Servidor Público do Município de Coari);
CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor MARCOS TRINDADE DOS SANTOS, protocolado e autuado sob o Processo Administrativo nº 326/2026;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Administração, que, por meio de parecer técnico nos autos do referido processo, atestou o cumprimento de todos os requisitos legais pelo servidor para a aquisição do direito, notadamente o quinquênio de efetivo e ininterrupto exercício no serviço público municipal, referente ao período aquisitivo de 2007/2012.
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de qualquer penalidade administrativa ou afastamento que obste a concessão do benefício, nos termos da legislação aplicável,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido ao servidor MARCOS TRINDADE DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de COZINHEIRO, matrícula nº 3273, 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, sem prejuízo de sua remuneração, para fruição no período de 1 de agosto de 2026 a 29 de outubro de 2026, por este ato e nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O gozo da licença-prêmio ora concedida deverá ser registrado no **Sistema de Controle Funcional** da Secretaria Municipal de Administração, de forma a assegurar o acompanhamento da fruição e dos reflexos remuneratórios correspondentes.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá adotar as seguintes providências:
I - Realizar os devidos registros e anotações nos assentamentos funcionais do servidor;
II - Efetivar controle de frequência e folha de pagamento;
III - Dar ciência formal ao servidor e à sua chefia imediata na Secretaria Municipal de Saúde;
IV – Encaminhar cópia deste Decreto, bem como do Processo Administrativo, à **Controladoria-Geral do Município**, para registro e controle interno e arquivamento.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 31 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:832634A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença-prêmio por assiduidade ao(à) servidor(a) municipal que especifica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI EM EXERCÍCIO, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 129 da Lei Municipal nº 404/2003 – Estatuto do Servidor Municipal, alterado pela Lei Municipal nº 655 de 12 de agosto de 2015;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 404/2026;
CONSIDERANDO o direito à licença-prêmio por assiduidade, assegurado aos servidores públicos municipais efetivos pelo Art. 129 da Lei Municipal nº 404, de 28 de maio de 2003 (Estatuto do Servidor Público do Município de Coari);
CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora FRANCISCA DAS CHAGAS DOS SANTOS ANDES, protocolado e autuado sob o Processo Administrativo nº 404/2026;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Administração, que, por meio de parecer técnico nos autos do referido processo, atestou o cumprimento de todos os requisitos legais pelo servidor para a aquisição do direito, notadamente o quinquênio de efetivo e ininterrupto exercício no serviço público municipal, referente ao período aquisitivo de 2006/2011 e 2013/2018.
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de qualquer penalidade administrativa ou afastamento que obste a concessão do benefício, nos termos da legislação aplicável,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido à servidora FRANCISCA DAS CHAGAS DOS SANTOS ANDES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR 20H, matrícula nº 2246, 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, sem prejuízo de sua remuneração, para fruição no período de 1 de agosto de 2026 a 27 de janeiro de 2027, por este ato e nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O gozo da licença-prêmio ora concedida deverá ser registrado no **Sistema de Controle Funcional** da Secretaria Municipal de Administração, de forma a assegurar o acompanhamento da fruição e dos reflexos remuneratórios correspondentes.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá adotar as seguintes providências:
I - Realizar os devidos registros e anotações nos assentamentos funcionais do servidor;
II - Efetivar controle de frequência e folha de pagamento;
III - Dar ciência formal ao servidor e à sua chefia imediata na Secretaria Municipal de Educação;
IV – Encaminhar cópia deste Decreto, bem como do Processo Administrativo, à **Controladoria-Geral do Município**, para registro e controle interno e arquivamento.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 31 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:358AD3B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

A Prefeita Municipal de Coari em Exercício, a senhora JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO, no exercício da competência que lhe confere o artigo 78, inciso IV da Lei Orgânica do Município, Resolve:

COLOCAR à disposição do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, a contar de 20 de setembro de 2026, pelo prazo de 12 (doze) meses, com ônus para o órgão de origem, ANA CREUZA FERNANDES DANTAS, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Coari.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 31 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:EAEC5843

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CODAJÁS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 332 DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Comissionado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CODAJÁS, Estado do Amazonas, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo **Art. 72, Parágrafo Único, e Art. 103, inciso II, da Lei Orgânica Municipal**, bem como nos termos da **Lei Complementar Municipal nº 33 de 26 de março de 2025**, e da **Lei Ordinária Municipal nº 470, de 26 de março de 2025.**

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. **PEDRO FERREIRA DA SILVA FILHO**, do cargo de **ASSESSOR II,** matrícula nº 9256-2 vinculado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**, a exoneração seja efetivada a partir do dia 10 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Codajás, Estado do Amazonas, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2026.

ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marceana da Silva Nunes
Código Identificador:1438B328

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
DECRETO Nº 092/2026/GABPRE/PME, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 092/2026/GABPRE/PME, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a proibição da comercialização, fornecimento e ingresso de bebidas alcoólicas acondicionadas em garrafas de vidro nas imediações das Praças Largo Governador Amazonino Mendes e Expedito Barroso de Alencar durante as 8 (oito) noites festivas em comemoração ao aniversário de 132 (cento e trinta e dois) anos do Município de Eirunepé, sendo as 5 (cinco) primeiras noites destinadas exclusivamente à realização de manifestações e atividades voltadas à diversidade religiosa predominante no Município, com respeito à liberdade e à diversidade religiosa, e as 3 (três) últimas noites destinadas ao público em geral, nas quais será permitida a comercialização de bebidas alcoólicas, desde que não acondicionadas em garrafas de vidro, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ**, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO o disposto nos arts. pelos arts. 77, inciso VI e 104, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a celebração do Aniversário de 132 anos de emancipação política do Município de Eirunepé;
CONSIDERANDO que as 5 (cinco) primeiras noites da programação festiva serão dedicadas a eventos de caráter religioso, cultural e ecumênico, promovidos pelas diversas matrizes religiosas atuantes no município;
CONSIDERANDO o dever do Poder Público Municipal de garantir a segurança, a ordem pública, a paz social e a incolumidade física dos cidadãos e das famílias presentes nas festividades;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o respeito mútuo à diversidade religiosa, proporcionando um ambiente harmônico, seguro e propício à manifestação da fé e da cultura sem as interferências negativas decorrentes do consumo excessivo de álcool;

DECRETA:

Art. 1º Fica terminantemente **proibida a venda, a comercialização, o fornecimento gratuito ou oneroso, bem como o ingresso e o consumo de bebidas alcoólicas** de qualquer natureza, inclusive em recipientes de vidro, lata, plástico ou similares, nas dependências e imediações das praças **Largo Governador Amazonino Mendes e Expedito Barroso de Alencar** nas noites dos dias01, 02, 03, 04 e 05 de setembro.
§ 1ºO previsto no Art. 1º em razão da programação destinada às manifestações e celebrações da diversidade religiosa predominante no Município.
§ 2ºA não permissão prevista no caput não autoriza, em nenhuma hipótese, a entrada, comercialização ou fornecimento de bebidas alcoólicas acondicionadas em garrafas ou recipientes de vidro, permanecendo esta vedação durante todas as oito noites de festividades.
§ 3ºO descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator às medidas administrativas e demais sanções previstas na legislação aplicável e neste ato normativo.
Art. 2º A restrição estabelecida neste Decreto aplica-se a ambulantes locais e externos credenciados para o evento:
I - Barracas, quiosques, food trucks e estruturas provisórias montadas no perímetro da festa.
II - Estabelecimentos comerciais fixos (bares, restaurantes, mercearias e conveniências) localizados num raio de até 200 (duzentos) metros do limite das praças Largo Governador Amazonino Mendes e Expedito Barroso de Alencar, durante o horário estipulado para os eventos das noites religiosas.
Art. 3º Fica autorizado o livre comércio e consumo de bebidas não alcoólicas, tais como água, refrigerantes, sucos e energéticos, preferencialmente em embalagens descartáveis que não ofereçam riscos à segurança do público.
Art. 4º O descumprimento das normas contidas neste Decreto sujeitará o infrator, seja pessoa física ou jurídica, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis:
I - Advertência verbal e determinação de interrupção imediata da conduta.
II – Em caso de reincidência ocorrerá a apreensão imediata das bebidas alcoólicas encontradas em desacordo com este Decreto.
Parágrafo Único – Em caso de reincidência prevista no inciso II, haverá a aplicação de multa administrativa no valor de R$ 1.000,00 a 5.000,00.
Art. 5º. Fica permitida, exclusivamente nas noites dos dias**06, 07 e 08 de setembro**, durante as festividades comemorativas do**132º aniversário do Município de Eirunepé – AM**, a venda, comercialização e fornecimento de bebidas alcoólicas ao público legalmente permitido, desde que**não acondicionadas, comercializadas ou fornecidas em garrafas ou recipientes de vidro**.
Parágrafo Único: Fica expressamente proibido a qualquer comerciante ou ambulante vender, fornecer, servir ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, bebida alcoólica a criança ou adolescente, nos termos do art. 81, inciso II, Art. 243 da Lei Federal nº 8.069/1990.
Art. 6º A fiscalização do cumprimento deste Decreto ficará a cargo do Setor de Coordenação de Arrecadação, Fiscalização e Tributos vinculado a Secretaria Municipal de Finanças, Receitas e Controle das Secretarias Municipais competentes, tendo atuação da Guarda Civil Municipal e o apoio das forças de Segurança Pública do Estado do Amazonas (Polícia Militar e Polícia Civil).
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Eirunepé - AM, em 01 de setembro de 2026.

ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES
Prefeita Municipal de Eirunepé -AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:D27263B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
DECRETO Nº 093/2026/GABPRE-PME, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 093/2026/GABPRE-PME, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a programação da semana da pátria e do aniversário do município de Eirunepé, estabelece feriado municipal e ponto facultativo no âmbito da administração pública municipal, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ**, Estado do Amazonas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,
CONSIDERANDOa importância da Semana da Pátria para a valorização do civismo, da cidadania e dos símbolos nacionais;
CONSIDERANDOa importância histórica, cultural e social das comemorações alusivas ao Aniversário do Município de Eirunepé;
CONSIDERANDOque o dia**7 de setembro**é feriado nacional, em comemoração à Independência do Brasil;
CONSIDERANDOque o dia**8 de setembro**constitui feriado municipal, em razão das comemorações do Aniversário do Município de Eirunepé;
CONSIDERANDOa conveniência administrativa de estabelecer ponto facultativo no dia**9 de setembro de 2026**, em razão das comemorações alusivas à Semana da Pátria e ao Aniversário do Município;
CONSIDERANDOa necessidade de organizar a programação oficial das festividades e assegurar o adequado funcionamento dos serviços públicos municipais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida a**Programação Oficial da Semana da Pátria e das comemorações alusivas ao Aniversário do Município de Eirunepé**, para o exercício de 2026, tornando a conhecimento de todos o seguinte:
I - Dia**7 de setembro de 2026 (segunda-feira) feriado nacional**, em comemoração à Independência do Brasil, na forma da legislação federal vigente;
II - Dia**8 de setembro de 2026 (terça-feira)feriado municipal**, em comemoração ao**Aniversário do Município de Eirunepé**, conforme a legislação municipal aplicável;
III - Dia**9 de setembro de 2026 (quarta-feira)**, declarado**ponto facultativo**, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, em razão da programação comemorativa da Semana da Pátria e do Aniversário do Município de Eirunepé.
Art. 2º. O disposto nos incisos I, II e III do **Art. 1º** deste Decreto aplica-se aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, ressalvados os serviços públicos considerados essenciais e aqueles que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção.
Parágrafo único. Caberá aos titulares dos órgãos e entidades municipais assegurar a manutenção dos serviços essenciais, mediante a organização de escalas de trabalho e plantões, quando necessários.
Art. 3º. As atividades administrativas não essenciais poderão ter seu expediente suspenso no dia estabelecido como ponto facultativo, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais à população.
Art. 4º. A programação comemorativa prevista neste Decreto poderá compreender:
I – solenidades cívicas;
II – hasteamento e arriamento dos Pavilhões Nacional, Estadual e Municipal;
III – execução dos Hinos Nacional, do Estado do Amazonas e do Município de Eirunepé;
IV – desfile cívico e escolar;
V – apresentações culturais e artísticas;
VI – atividades esportivas, recreativas e comunitárias;
VII – eventos religiosos e culturais;
Art. 5º. As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública Municipal prestarão o apoio necessário à realização da programação oficial, observadas suas respectivas competências.
Art. 6. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Eirunepé, Estado do Amazonas, em 01 de setembro de 2026.

ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES
Prefeita Municipal de Eirunepé

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:23F10501

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
EXTRATO AO TERMO DE CONTRATO Nº 073/2026

EXTRATO AO TERMO DE CONTRATO Nº 073/2026

Espécie: Termo de Contrato nº 073/2026

Objeto: Prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica em gestão de saúde, compreendendo apoio técnico-gerencial à gestão pública, organização e revisão de fluxos assistenciais e administrativos, acompanhamento de metas, resultados e indicadores institucionais, visando ao fortalecimento dos processos de gestão, à qualificação da tomada de decisão e à melhoria contínua dos serviços de saúde do Município de Eirunepé/AM.

Parte Contratante: MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ – Prefeitura Municipal.

Parte Contratada: I DE A LINS GESTÃO E APOIO ADMINISTRATIVO – ME - CNPJ 27.513.024/0001-09.

Valor do Contrato: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da Rubrica:

Unidade Orçamentária: 02.06.01 - Secretaria Municipal de Saúde.
Programa de Trabalho: 10.122.0049.2023.0000 – Man. e Func. da Secretaria Mun. de Saúde.
Elemento despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - PJ.

Prazo:10/08/2026 a 10/08/2027.

Eirunepé/AM, 10 de agosto de 2026.

ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES
Prefeita de Eirunepé/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:8AB0E002

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
PORTARIA Nº 092/2026 – GABPRE/PME, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 092/2026 – GABPRE/PME, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Exonera Aldenize Soares Barroso do cargo de Subsecretária da Prefeitura Municipal de Eirunepé e dá outras providências.

A**PREFEITA DO MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ**, ESTADO DO AMAZONAS, a Excelentíssima Senhora**ÁUREA MARIA ESTER**

ALVES MARQUES, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Eirunepé, em consonância com o inciso II do art. 37 da Constituição Federal,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 77, inciso VI e 104, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOa necessidade de reorganização administrativa do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Eirunepé;
CONSIDERANDOo ato de nomeação da servidora por meio da Portaria nº 423, de 02 de outubro de 2026;
R E S O L V E:

Art. 1º–**EXONERAR**a Sr.ª**ALDENIZE SOARES BARROSO**, portadora da Cédula de Identidade nº XXX.141.782-XX/SSP-AM e inscrita no CPF sob o nº XXX.141.782-XX, do cargo comissionado de**Subsecretária**, vinculado àSecretaria Municipal de Finanças, Receita e Controle, integrante do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Eirunepé, sob o símbolo**CC.2**.
Art. 2º– Esta Portaria entra em vigor a partir de01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Eirunepé, em01 de setembro de 2026.

ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES
Prefeita do Município de Eirunepé

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:97151A03

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ/AM, CNPJ nº 22.812.242/0001-12.
CONTRATADA: POSTO AMAZONA LTDA, inscrita no CNPJ nº **34.639.403/0001-05**, credenciada para atendimento em Guajara/Am.
OBJETO: Fornecimento de combustíveis automotivos destinados ao abastecimento da frota de veículos, máquinas, equipamentos e embarcações do Município de Guajará/AM, conforme o Credenciamento nº 001/2026.

PERCENTUAL E QUANTITATIVO ESTIMADO: Fica destinado à localidade de Guajará/AM o percentual de 70% (setenta por cento) do quantitativo global estimado do credenciamento, correspondente a 379.400 litros, sendo: 168.000 L de Gasolina Comum; 17.500 L de Etanol; 121.100 L de Diesel S-500; e 72.800 L de Diesel S-10. O quantitativo será distribuído entre todas as empresas credenciadas e contratadas para atendimento em Guajará/AM, sem garantia de quantitativo mínimo, faturamento ou exclusividade.
VALOR ESTIMADO:

Produto	Quantidade Estimada	Preço Médio de Referência	Valor Unitário após Desconto de 1%*	Valor Total Estimado após Desconto
Gasolina Comum	168.000 L	R$ 8,11	R$ 8,0289	R$ 1.348.855,20
Etanol Hidratado	17.500 L	R$ 6,40	R$ 6,3360	R$ 110.880,00
Óleo Diesel S-500	121.100 L	R$ 8,47	R$ 8,3853	R$ 1.015.459,83
Óleo Diesel S-10	72.800 L	R$ 8,75	R$ 8,6625	R$ 630.630,00
TOTAL	**379.400 L**	—	—	**R$ 3.105.825,03**

DESCONTO: 1,00% (um por cento), conforme condições do Edital.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
SEC. ADMINISTRAÇÃO
DETALHAMENTO: 02.03.04.122.02.2008.339030.500
Órgão 02 – Poder Executivo
Unidade 03 – Sec. Mun. De Administração - SEMAD
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 02 – Gestão Político-Administrativa do Governo Municipal
Projeto/Atividade: 2.008 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração
Elemento: 339030 – Material de Consumo
Recurso: 500

SEC. DE EDUCAÇÃO – PNATE
DETALHAMENTO: 02.08.12.361.32.2029.339030.553
Órgão 02 – Poder Executivo
Unidade 08 – Sec. Mun. De Educação - SEMED
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361– Ensino Fundamental
Programa: 32 – Qualidade do Ensino Fundamental
Projeto/Atividade: 2.029 – Encargos com o Programa de Transporte Escolar – Ens. Fundamental
Elemento: 339030 – Material de Consumo
Recurso: 553

SEC. DE EDUCAÇÃO – SALÁRIO EDUCAÇÃO
DETALHAMENTO: 02.08.12.361.32.2021.339030.550
Órgão 02 – Poder Executivo
Unidade 08 – Sec. Mun. De Educação - SEMED
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361– Ensino Fundamental
Programa: 32 – Qualidade do Ensino Fundamental
Projeto/Atividade: 2.021 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental
Elemento: 339030 – Material de Consumo
Recurso: 550

SEC. DE EDUCAÇÃO – RP
DETALHAMENTO: 02.08.12.122.02.2019.339030.500
Órgão 02 – Poder Executivo
Unidade 08 – Sec. Mun. De Educação - SEMED
Função: 12 – Educação
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 02 – Gestão Político-Administrativa do Governo Municipal
Projeto/Atividade: 2.019 – Manutenção da Sec. Mun. De Educação
Elemento: 339030 – Material de Consumo
Recurso: 500

SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL
DETALHAMENTO: 03.01.08.244.34.2051.339030.660
Órgão 03 – Fundos Municipais
Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 34 – Atenção Comunitária
Projeto/Atividade: 2.051 – Funcionamento do Bloco de Proteção Social Básica
Elemento: 339030 – Material de Consumo
Recurso: 660

SEC. DE SAUDE - RP
DETALHAMENTO: 03.02.10.122.02.2018.339030.500
Órgão 03 – Fundos Municipais
Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 02 – Gestão Político-Administrativa do Governo Municipal
Projeto/Atividade: 2.018 – Manutenção da Gestão da Secretaria de Saúde
Elemento: 339030 – Material de Consumo
Recurso: 500

SEC. DE SAUDE - PAB
DETALHAMENTO: 03.02.10.301.12.2042.339030.600
Órgão 03 – Fundos Municipais
Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 12 – Atenção a Saúde Pública de Qualidade
Projeto/Atividade: 2.042 – Funcionamento do Bloco de Atenção Básica
Elemento: 339030 – Material de Consumo
Recurso: 600

SEC. DE SAUDE - MAC
DETALHAMENTO: 03.02.10.302.12.2043.339030.600
Órgão 03 – Fundos Municipais
Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 12 – Atenção a Saúde Pública de Qualidade
Projeto/Atividade: 2.043 – Funcionamento do Bloco de Média e Alta Complexidade
Elemento: 339030 – Material de Consumo
Recurso: 600
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Arts. 74, IV, e 79.

Guajará/AM, 31 de agosto de 2026.

ADAILDO DA COSTA MELO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dilena Rodrigues de Paula
Código Identificador:453C6094

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

GABINETE DO PREFEITO
CERTIDÃO DE VIABILIDADE AMBIENTAL

Processo nº: 002318/2026

Certidão concedida com base na legislação vigente

Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998/ Lei de Crime Ambientais
Lei nº 1.532/1982
Lei Orgânica do Município de Humaitá-AM
Código de Postura do Município

Interessado: ALCEU JOSÉ DILL

CPF/CNPJ: 638.776.279-00

Localização do Empreendimento: Município de Humaitá

Atividade: Extração de areia, cujo área é de 7,17 ha.

Coordenadas Geográfica:
P1- 07°20'27"492" S; -62°58'45"228" W
P2 - 07°20'26"340"S; -62°58'45"228" W
P3 - 07°20'26"340"S; -62°58'49"548" W
P4 - 07°20'39"696"S; -62°58'50"736" W
P5 - 07°20'48"804"S; -62°58'51"960" W
P6 - 07°20'53"232"S; -62°58'52"428" W
P7 - 07°20'57"912"S; -62°58'52"896" W
P8 - 07°21'00"324"S; -62°58'53"436" W
P9 - 07°21'00"324"S; -62°58'49"188" W
P10 - 07°20'27"492"S; -62°58'49"188" W

Esta Certidão não exime o requerente das demais licenças pertinentes.

Esta Certidão é possível de suspensão ou cancelamento em caso de transgressão à legislação vigente.

OBS: ESTA CERTIDÃO TERÁ VALIDADE DE 2 ANOS

Certifico em razão do meu cargo e a requerente da pessoa jurídica, acima caracterizada, nos termos do que dispõe o art. 10, § 1º, item I do Decreto nº 10.028/87 do IPAAM, que o local e a atividade propostos, acima descritos, estão de acordo com as posturas e leis municipais, esclarecendo ainda que o local do empreendimento não se encontra em área de proteção ambiental do município de Humaitá.

Por ser expressão da mais pura e cristalina verdade, firmo o presente para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Humaitá-AM, 27 de agosto de 2026

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito

JOHN ELTON AULER
Secretário Municipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável
Decreto nº 081/25 Gab-Pref.

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:58625CC7

GABINETE DO PREFEITO
CERTIDÃO DE VIABILIDADE AMBIENTAL

Processo nº: **002316/2026**

Certidão concedida com base na legislação vigente

Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998/ Lei de Crime Ambientais
Lei nº 1.532/1982
Lei Orgânica do Município de Humaitá-AM
Código de Postura do Município

Interessado: ALCEU JOSÉ DILL

CPF/CNPJ: 638.776.279-00

Localização do Empreendimento: Município de Humaitá

Atividade: Extração de areia, cujo área é de 49,8 ha.

Coordenadas Geográfica:

P1- 07°02'50"676" S; -62°44'19"356" W
P2 -07°02'55"536" S; -62°44'07"944" W
P3 -07°02'58"848" S; -62°43'56"568" W
P4 -07°02'59"784" S; -62°43'47"640" W
P5 -07°03'00"468"S; -62°43'41"268" W
P6 -07°03'00"324" S; -62°43'35"328" W
P7 -07°02'59"928" S; -62°43'30"468" W
P8 -07°02'59"712" S; -62°43'23"196" W
P9 -07°02'58"776" S; -62°43'17"112" W
P10 -07°02'56"400" S; -62°43'11"172" W
P11 -07°02'50"676" S; -62°43'02"208' W

Esta Certidão não exime o requerente das demais licenças pertinentes.

Esta Certidão é possível de suspensão ou cancelamento em caso de transgressão à legislação vigente.

OBS: ESTA CERTIDÃO TERÁ VALIDADE DE 2 ANOS

Certifico em razão do meu cargo e a requerente da pessoa jurídica, acima caracterizada, nos termos do que dispõe o art. 10, § 1º, item I do Decreto nº 10.028/87 do IPAAM, que o local e a atividade propostos, acima descritos, estão de acordo com as posturas e leis municipais, esclarecendo ainda que o local do empreendimento não se encontra em área de proteção ambiental do município de Humaitá.

Por ser expressão da mais pura e cristalina verdade, firmo o presente para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Humaitá-AM, 27 de agosto de 2026

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito

JOHN ELTON AULER
Secretário Municipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável
Decreto nº 081/25 GAB-PREF.

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:0592BBEB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 127/2026 – GAB.PREF

Humaitá-AM, 28 agosto de 2026.

DISPÕE SOBRE A 14º CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS 2025 – EDIÇÃO EMERGENCIAL, REALIZADO PARA A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED.

O Senhor **JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO**, Prefeito do Município de Humaitá no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº: 01/2025, homologado pelo Decreto Municipal nº. 196/2025-GAB.PREF.
Considerando o oficio 2958/2026-SEMED, de 27 de agosto de 2026;

DECRETA

Art. 1º - A **14º CONVOCAÇÃO** dos candidatos selecionados pelo Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 01/2025, realizado para a seleção de servidores administrativos, docentes e técnicos para suprir necessidades da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, conforme relação constante dos anexos.

Art. 2º - Os candidatos convocados deverão atender rigorosamente às orientações abaixo descritas:

Data da Apresentação com todos os documentos: 02 de setembro de 2026.
Horário: 08:00 às 12:00 – 14:00 às 17:00
Local: Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Nome dos convocados: em anexo
Documentos Necessários: em anexo

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revoguem-se as disposições em contrário.

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Humaitá

JHONATHAN MACIEL DE SOUZA
Secretário Municipal de Gabinete
Decreto Municipal 001/2025-GAB.PREF.

ANEXO
14º CONVOCAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 127/2026

PROFESSOR NÍVEL I – ESCOLA INDIGENA CUJUBIM

ORD	CLASSIFICADO (A)	PONTUAÇÃO
1	EMILY KATRILY CRUZ DE FREITAS	68

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Das condições para a contratação:
Ter nacionalidade brasileira ou gozar das prerrogativas do Decreto n° 70.436/72, Artigo 12, parágrafo 1° da Constituição Federal;
Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;
Estar quite com as obrigações eleitorais (para ambos os sexos);
Estar quite com o serviço militar, se do sexo masculino;
Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da inscrição;

2.Entregar 1 cópia (acompanhada da apresentação dos originais) de todos os documentos pessoais e daqueles que comprovem as informações declaradas no formulário de inscrição, a saber, no dia **31 de agosto de 2026;**
Cópia da Carteira de Identidade;
Cópia do cartão de CPF;
Cópia do Título de Eleitor;
Comprovante de Quitação Eleitoral - última votação
Certificado de quitação do serviço militar- Cópia do Cartão de Reservista (apenas para o sexo masculino);
Cópia do Cartão PIS/PASEP;
Cópia do comprovante de residência (água, luz ou telefone);
Declaração quanto ao exercício de outro cargo (s), emprego(s) ou função(ões) pública(s);
Declaração de idoneidade;
Certidão de Nada Consta do setor de distribuição do fórum criminal dos locais em que tenha residido nos últimos cinco anos- Justiça Estadual (http://consultasaj.tjam.jus.br);
Certidão de Quitação Eleitoral disponível em: (https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao)
Diploma ou Certificado acompanhado do Histórico Escolar;
Conta salário da Caixa Econômica Federal;
01 foto 3x4;
Atestado de Aptidão Física e Mental;
Exame admissional (hemograma completo);
Cópia da folha de identificação da Carteira de Trabalho (frente e verso);
Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (quando for o caso);
Cópia da Carteira de Vacinação dos dependentes de 0 a 7 anos (quando for o caso);
Cópia da Declaração de Escolaridade dos dependentes de 7 a 14 anos (quando for o caso);
Cópia do cartão de CPF dos filhos (quando for o caso);
Cópia do Registro de Nascimento ou Casamento;
Se casado (a) documentos pessoais do cônjuge.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE

Eu, ...,selecionado (a) no Processo Seletivo Simplificado- PSS 2025-SEMED/PMH- **Edição Emergencial**, agora convocado(a) para firmar contrato de prestação de serviços por tempo **determinado** junto à Prefeitura Municipal de Humaitá (Amazonas), declaro para estes fins, que **tenho disponibilidade de horários** para exercer as funções do cargo a que se destina a vaga que preencherei, em conformidade com os dispositivos legais que me são assegurados pela Constituição Federal Brasileira, sem conflito de horário com qual(is)quer outra(s) atividade(e) ou com acúmulo ilegal de vínculo empregatício.

Humaitá (AM), ...de..... de 2026

.....
Contratado(a)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Eu, ..., portador da RG ..... e CPF , DECLARO, para os fins exclusivos da Prefeitura Municipal de Humaitá, que **não sou detentor (a) de qualquer sanção administrativa ou judicial** que me impeça de firmar o contrato de prestação de serviços por tempo determinado junto a este órgão para suprir a demanda no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) desta prefeitura.

Humaitá (AM), ...de..... de 2026.
.....
Contratado(a)

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

Eu, ..., portador da RG ..... e CPF , para os fins exclusivos do contrato assumido junto à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de Humaitá, COMPROMETO-ME a fixar residência na mesma localidade onde se encontra a unidade escolar para a qual fui lotado (a).

Humaitá (AM), ...de..... de 2026.

.....
Contratado(a)

DECLARAÇÃO DE BENS	
Preenchimento obrigatório (Resolução nº 15/1999 - T.C.E/Amazonas)	
Este formulário pode ser substituído pela Declaração de Rendas da RFB (DAA-IRPF)	
Discriminação do Bem:	Valor Venal

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:074E83BB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 130/2026 – GAB.PREF

Humaitá/AM de 01 de setembro de 2026

Ementa: AUTORIZA REMANEJAMENTO DENTRE OS CANDIDATOS APROVADOS NO CADASTRO DE RESERVA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2024.

O senhor **JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO,** Prefeito do Município de Humaitá no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Educação é um direito de todos, assegurado pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica, e um dever do ente público;

CONSIDERANDO as dimensões geográficas do Município de Humaitá e os desafios de promoção de uma educação inclusiva e de qualidade tanto na zona urbana quanto no campo, em especial comunidades ribeirinhas e indígenas;

CONSIDERANDO o disposto no Edital PSS 001/2024, que prevê em seu item 3.12 a possibilidade de remanejamento havendo vacância no campo, mediante formulário de inscrição;

CONSIDERANDO que segundo o Edital PSS 001/2024 o remanejamento se dará preferencialmente entre polos do campo (zona rural), e em segundo momento, de zona urbana para o campo;

CONSIDERANDO a existência de vagas abertas uma vez que todos os candidatos aprovados para os polos (campo) relacionados já foram convocados.

CONSIDERANDO a existência de vagas no campo (zona rural) e que todos os candidatos aprovados para os respectivos polos já foram convocados, e a existência de candidatos aprovados que estão em cadastro de reserva para zona urbana e para outros polos do campo.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam abertas inscrições para remanejamento de pessoal entre os aprovados do Processo Seletivo Edital 001/2024, para polos do campo (zona campo).

Art. 2º O candidato aprovado em cadastro de reserva para zona urbana ou zona campo em polo diverso, poderá inscrever-se para pleitear uma vaga em um dos polos abaixo, conforme vagas disponibilizadas.

Art. 3º O candidato aprovado que figure no cadastro de reserva no Processo Seletivo Edital 001/2024 interessado em inscrever-se para o polo abaixo deverá preencher a Ficha de Inscrição de Remanejamento para o Campo, indicando o polo que deseja concorrer.

Art. 5º O candidato poderá inscrever seu pedido de remanejamento para mais de um polo disponível.

Art. 6º Havendo mais de um candidato inscrito para remanejamento no mesmo polo, o critério de classificação será o mesmo do Edital do Processo Seletivo 001/2024.

Art. 7º Caso o candidato esteja em cadastro de reserva da zona urbana e deseja inscrever-se para o campo (zona campo), a entrega da ficha de inscrição e sua aprovação por parte da SEMED para o campo (zona campo) acarretará sua desistência da vaga urbana, para evitar descontinuidade do serviço educacional.

Art. 8º Não sendo classificado na vaga de remanejamento prevista neste decreto, o candidato permanecerá em sua colocação originária.

Art. 9º Caso o candidato seja remanejado da zona urbana para o campo fará jus ao benefício "auxílio localidade", previstos no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais em Educação do Município

Art. 10 Os polos e vagas disponíveis para inscrição são:

CARGO	POLO	VAGAS
Professor II – Matemática	Polo X - REALIDADE	01

Art. 11 O prazo para inscrição será até às 14h do dia 02 de setembro de 2026, devendo o candidato protocolar sua ficha de inscrição preenchida no Protocolo da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, situada na Av. 5 de setembro, s/nº.

Art. 12 Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revoguem-se as disposições em contrário.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

JOSE CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Humaitá /AM

JHONATHAN MACIEL DE SOUZA
Secretária Municipal de Gabinete
Decreto Municipal nº 001/2025-GAB.PREF.

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇAO DE REMANEJAMENTO

NOME: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____
CARGO: _____

CARGO DO PROCESSO SELETIVO (ATUAL): _____
CARGO QUE DESEJA REMANEJAMENTO: _____

ESTOU CIENTE QUE O DEFERIMENTO DO PRESENTE REQUERIMENTO DE REMANEJAMENTO ACARRETARÁ AUTOMATICAMENTE MINHA (DESISTÊNCIA) DO CARGO ORIGINALMENTE CLASSIFICADO.

Anexo PSS

EDITAL 01/2024 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REMANEJAMENTO
1. Dados do Professor
Nome completo: _____
Matrícula funcional: _____
CPF:_____
Cargo: _____
2. Dados de Contato

Telefone: ( ) _____ E-mail: _____
3. Detalhes da Solicitação
Cargo necessitado pela Secretaria_____
5. Declaração e Assinatura
Declaro que as informações fornecidas neste formulário são verdadeiras e compreendo que a aprovação do remanejamento está sujeita à análise e disponibilidade da Secretaria de Educação.

Assinatura do professor: _____

Data: ___ /____/_____

6. Para Uso Interno da SEMED
Recebido por: _____ Data:__ /___/_____

Análise preliminar: ( ) Deferido ( ) Indeferido
Observações: _____

Encaminhado para: _____
Data: ___/___/_____

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:BB84401A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 131/2026 – GAB.PREF

Humaitá-AM, 01 setembro de 2026.

DISPÕE SOBRE A 26º CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS, REALIZADO PARA A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED.

O Senhor **JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO**, Prefeito do Município de Humaitá no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o oficio 2973/2026-SEMED, de 31 de agosto de 2026;

DECRETA
Art. 1º - A 26º CONVOCAÇÃO dos candidatos selecionados pelo Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 01/2024, realizado para a seleção de servidores administrativos, docentes e técnicos para suprir necessidades da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, conforme relação constante dos anexos.

Art. 2º - Os candidatos convocados deverão atender rigorosamente às orientações abaixo descritas:

Data da Apresentação com todos os documentos: 03 de setembro 2026.
Horário: 08:00 às 12:00 – 14:00 às 17:00
Local: Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Nome dos convocados: em anexo
Documentos Necessários: em anexo

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revoguem-se as disposições em contrário.

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Humaitá

JHONATHAN MACIEL DE SOUZA
Secretário Municipal de Gabinete
Decreto Municipal 001/2025-GAB.PREF.

ANEXO
26º CONVOCAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 131/2026

AGENTE DE PORTARIA – PCD - ZONA URBANA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NOTA FINAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
0004829	MARCIO ARLEI GERHARDT	58,00	04°

SERVENTE DE LIMPEZA– ZONA URBANA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NOTA FINAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
0000996	LUCIANE DA SILVAVIEIRA	52,00	114°

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
São requisitos para a assinatura do contrato:

Ter nacionalidade brasileira ou gozar das prerrogativas do Decreto n° 70.436/72, Artigo 12, parágrafo 1° da Constituição Federal;

Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;

Estar quite com as obrigações eleitorais (para ambos os sexos);

Estar quite com o serviço militar, se do sexo masculino;

Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

Entregar cópias (acompanhadas da apresentação dos originais) de todos os documentos pessoais a saber, no dia **03/09/2026**

Diploma, certificado e Histórico que comprove que o (a) candidato (a) selecionado (a) tem a escolaridade mínima exigida para o cargo; em caso de cargo que exige o **Conselho**, entregar a **declaração de nada consta**;

Cópia da Carteira de Identidade;

Cópia do cartão de CPF;

Cópia do Cartão PIS/PASEP;

Cópia da folha de identificação da Carteira de Trabalho (frente e verso);

Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

Cópia do Cartão de Reservista (somente para o sexo masculino);

Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (quando for o caso);

Cópia da Carteira de Vacinação dos dependentes de 0 a 7 anos (quando for o caso);

Cópia da Declaração de Escolaridade dos dependentes de 7 a 14 anos (quando for o caso);

Cópia do cartão de CPF dos filhos (quando for o caso);

Cópia do Registro de Nascimento ou Casamento;

Cópia de Endereço;

01 foto 3x4;

Conta salário da Caixa econômica Federal;

Se casado (a) documentos pessoais do cônjuge.

3.Além dos documentos listados acima, o (a) convocado (a) ainda deverá:

apresentar atestado médico evidenciando a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

entregar um hemograma completo em seu nome;

apresentar declaração de acumulação lícita de cargo público nos termos do inciso XIII do artigo 7° e dos incisos XVI e XVII do artigo

37 da Constituição Federal e no Decreto 2.027 de 11/10/1996 (quando for o caso);

apresentar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (disponíveis nos sites abaixo:

CND – disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir

Certidão de quitação eleitoral – disponível em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao- eleitoral

Certidão Criminal e a Cível – disponível emhttps://www2.trf1.jus.br/trf1/processos/certidao/index.php

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE

Eu, ..., agora convocado(a) para firmar contrato de prestação de serviços por tempo **determinado** junto à Prefeitura Municipal de Humaitá (Amazonas), declaro para estes fins, que **tenho disponibilidade de horários** para exercer as funções do cargo a que se destina a vaga que preencherei, em conformidade com os dispositivos legais que me são assegurados pela Constituição Federal Brasileira, sem conflito de horário com qual(is)quer outra(s) atividade(e) ou com acúmulo ilegal de vínculo empregatício.

Humaitá (AM), ...de..... de 2026.

.....
(Assinatura do (a) declarante)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Eu, ..., portador da RG ..... e CPF , DECLARO, para os fins exclusivos da
Prefeitura Municipal de Humaitá, que **não sou detentor (a) de qualquer sanção administrativa ou judicial** que me impeça de firmar o contrato de prestação de serviços por tempo determinado junto a este órgão para suprir a demanda no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) desta prefeitura.

Humaitá (AM), ...de..... de 2026.

.....
(Assinatura do (a) declarante)

DECLARAÇÃO DE BENS	
Preenchimento obrigatório (Resolução nº 15/1999 - T.C.E/Amazonas)	
Este formulário pode ser substituído pela Declaração de Rendas da RFB (DAA-IRPF)	
Discriminação do Bem:	Valor Venal

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:6145B155

GABINETE DO PREFEITO
E X T R A T O

Processo Administrativo nº. 2252/2026

1. **ESPÉCIE E DATA**: Contrato de Prestação de Serviços n.º **038/2026**, celebrado em 10 de junho de 2026.

2. CONTRATANTES: O **MUNICÍPIO DE HUMAITÁ – PREFEITURA MUNICIPAL** e a Empresa **OLIVEIRA NETTO ADVOGADOS ASSOCIADOS,** inscrito no **CNPJ** nº. **24.337.892/0001-89**.

3. **OBJETO**: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, consistentes em consultoria jurídica especializada, assessoria jurídica especializada e patrocínio administrativo perante o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, destinados ao assessoramento da Secretaria Municipal de Gabinete - SEMGAB.

4. VALOR MENSAL: R$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais).

5. PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, que dar-se-á em 10 de junho de 2026 e encerrará em 09 de junho de 2027.

6. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: As despesas decorrentes do presente contrato, referentes ao exercício 2026 correrão à conta da rubrica orçamentária: 3.3.90.39.99.00.00.00.1.500.0000. Nota de Empenho sob o nº. 1505/2026, datado de 09/06/2026.

7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, bem como pelo Decreto Municipal nº 129/2023, que regulamenta a aplicação da nova Lei de Licitações no Município de Humaitá-AM.

8. ORIGEM DO CONTRATO: O Contrato teve origem e embasamento no Processo Administrativo n° 2252/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 5/2026 (Art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei Federal nº 14.133/2021)..

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:63892B56

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 670/2026 – GAB.PREF

Humaitá-AM, 31 de agosto de 2026.

NOMEIA O FISCAL PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO 038/2026, CELEBRADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO**, Prefeito do Município de Humaitá no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1 – DESIGNAR o servidor **JHONATHAN MACIEL DE SOUZA**, matrícula nº xxx, como fiscal de contrato, para fiscalizar a prestação de serviços de técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, consistentes em consultoria jurídica especializada, assessoria jurídica especializada e patrocínio administrativo perante ao Tribunal D Contas Do Estado Do Amazonas - TCE, objeto do Contrato nº 038/2026 – Prefeitura Municipal de Humaitá através da Secretaria Municipal de Gabinete, celebrado com a empresa **OLIVEIRA NETTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ,** inscrito sob o CNPJ nº 24.337.892/0001-89

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revoguem-se as disposições em contrário.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Humaitá

JHONATHAN MACIEL DE SOUZA
Secretário Municipal de Gabinete
Decreto Municipal 001/2025-GAB.PREF.

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:D879B638

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE IPIXUNA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CL
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Prefeitura do Município de Ipixuna/AM, através de sua Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, torna público, a todos que possam interessar, que estará realizando **COTAÇÃO DE PREÇOS** para **"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS**"** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
O detalhamento, características e descrições dos produtos almejados, encontra-se à disposição de todos os eventuais interessados, podendo ser obtido **na sede da Prefeitura Municipal de Ipixuna**, localizada na Avenida Varcy Herculano Barroso, nº 248 – Centro, **no horário de 08h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira e no e-mail cotacaoipx@gmail.com. As cotações de preços deverão ser enviadas até o dia 09 de Setembro de 2026**, para o endereço acima identificado.

Ipixuna/Am, 01 de Setembro de 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Publicado por:
Carloneris Martins de Lima
Código Identificador:80186ECD

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CL
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 042/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025

Data: 01/09/2026; Prazo: 12 (doze) meses; Objeto: Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o município de Ipixuna (Convenio Transferegov.BR nº 966443/2026; Partes: Prefeitura Municipal de Ipixuna e a firma XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, CNPF nº 14.707.364/0001-10, no Valor de R$ 1.383.300,00 (um milhão, trezentos e oitenta e três mil e trezentos reais);
Dotação Orçamentária: 020205.15.452.0011.2.038.
Elemento de Despesa: 44.90.52;
Fonte de Recurso: 1.700-Transf. de Convênio/União;
Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico Nº 90010/2025.

PAULA AUGUSTA MONTEIRO DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura Municipal de Ipixuna, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Ipixuna, 01 de setembro de 2026.

PAULA AUGUSTA MONTEIRO DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carloneris Martins de Lima
Código Identificador:D40D0D8D

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE IRANDUBA

COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO - CGL
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA**, por intermédio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, solicita cotações de preços para compor processo administrativo oriundo da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSINSTÊNCIA SOCIAL**, cujo objeto trata-se: **COTAÇÃO PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES DIVERSOS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA AS ATIVIDADES DO SCFV E CCI PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Os interessados devem entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação para obter o descritivo do objeto para cotação através do e-mail: **cpl2023iranduba@gmail.com**. Prazo para entrega da cotação até **08/09/2026 (segunda-feira)**.

Iranduba 01 de Setembro de 2026

EMERSON TAKESHI TASHIRO CHIRANO
Agente de Contratação

Publicado por:
Emerson Takeshi Tashiro Chirano
Código Identificador:5B2CC254

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) BRUNO PESSONI NEVES, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de maio de 2026.

Iranduba, 01 de maio de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:ABF9F165

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) ANNA JOYCE DA CRUZ CUNHA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de junho de 2026.

Iranduba, 01 de junho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:7CD8D557

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.
CONTRATADO: O (a) Sr. (a) ELISANDRA ALVES DE AZEVEDO, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:D31F5C43

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) YASMIN DA SILVA ANDES, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:5569B2C7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) BIANCA FARIAS MIRANDA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:505C59DB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) THAYNARA FARIAS DA SILVA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:D1F0F42D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) JOSIMAR TEIXEIRA DA SILVA, na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:42672761

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) JOAQUIM PEREIRA DA SILVA FILHO, na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-Gab/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:B6A0AF82

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) FRANCISCO SILVA DE OLIVEIRA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-Gab/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:53123AD6

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) RAQUEL ALENCAR DAS NEVES, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-Gab/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:EB393C50

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) ANA PAULA SORIANO DOS SANTOS, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-Gab/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:E305F04B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) CLEUVANY ALVES PINHEIRO, na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:B3100C2F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) LUCIMAR BRITO DE MENDONÇA, na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:78E0088D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) ROSANIRA FARIA DE SENA, na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:1B4A8576

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) ROBERT DA SILVA BRITO, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:90306CEE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) IRANICE MONTEIRO DA COSTA, na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:02E6659D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) GUSTAVO AZEVEDO DE SOUZA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba,01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:68703AD6

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) KATRIANA DOS SANTOS CABRAL, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-Gab/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:FCCCF530

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) JOÃO RENATO AZEVEDO DE ARAÚJO, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-Gab/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:4B86741B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) JULIANA PINHEIRO DE LIMA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:8CABA508

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) MEIDIAN FERNANDES CORDOVIL, na função de Merendeira.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:F726AA56

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) FRANCINELE DA SILVA PEREIRA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-Gab/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:1FE8701B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) SARAH CONCEIÇÃO DA SILVA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:EAF4156F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) DAYANA MEDEIROS DA SILVA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:7A5F5E42

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) ELIS REGINA DA SILVA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-Gab/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:C5180BEF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) LAILSON FERNANDES OLIVEIRA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:3B511BED

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) SHAYANNE BELIZARIO FONSECA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 13 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-Gab/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:333DFE98

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) RENATA DANTAS DA SILVA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 15 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:600DCA3B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) PERPÉTUO SOCORRO ROCHA GONZAGA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 15 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:51DF5175

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) TATIANE SOUZA DE FREITAS, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 16 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:1009CFCB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) MARIA EDUARDA MORAES DA CUNHA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:999EF2D1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) LAIS MIRANDA BUENO, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:0639C0F2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) REIVER AFONSO SANTOS DA COSTA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01 de julho de 2026.

Iranduba, 01 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:AA801889

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) MERY FRANCIS SILVA DE SOUZA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 14 de julho de 2026.

Iranduba, 14 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:4265DA5A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2026-CCI/PMI

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide de Regime de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: O Município de Iranduba, por meio da Casa Civil do Município de Iranduba.

CONTRATADO: O (a) Sr. (a) MARIA HELOISA SILVA DE PAIVA, na função de Agente Administrativo.

OBJETO: O Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado para atender à necessidade temporária de excepcional Interesse Público, sob o Regime de Direito Administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 110 de 11 de março de 2005, combinado com o Art. 37, IX capítulo VII da Administração Pública, Seção I das Disposições Gerais da Constituição Federal Brasileira.

VIGÊNCIA: Por força do presente contrato fica a vigência do referido contrato por Tempo determinado 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 20 de julho de 2026.

Iranduba, 20 de julho de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

WALDIR JUNIOR DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Casa Civil
Portaria nº 1.128/2023-GAB/PMI

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:D774D2D3

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ITAMARATI

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMARATI
EXTRATO DE AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
A Câmara Municipal de Itamarati/AM, por meio da Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a sessão pública do Pregão Presencial SRP nº 02/2026, do tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, destinado a atender às necessidades da Câmara Municipal de Itamarati/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital, originalmente designada para o dia 01 de setembro de 2026, às 09h30min (horário local), fica ADIADA por motivo de ordem administrativa do Poder Legislativo Municipal.
A nova sessão pública realizar-se-á na seguinte data:
Nova Data da Sessão Pública: 16 de setembro de 2026.
Horário: 09h30min (horário local) — mantido o mesmo horário original.
Local: Câmara Municipal de Itamarati/AM, situada na Rua Boa Vista, nº 89, Centro, CEP 69.510-000, Itamarati/AM.
Permanecem inalteradas todas as demais condições, exigências e prazos estabelecidos no Edital e seus anexos, os quais continuam disponíveis, gratuitamente, por meio do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Itamarati/AM, no endereço eletrônico: https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/itamarati-camara, podendo também ser solicitados pelo e-mail agentecontracao.cmi@gmail.com, ou obtidos presencialmente na sede da Câmara Municipal, no endereço acima indicado, em dias úteis e durante o horário de expediente.

Itamarati/AM, 31 de agosto de 2026.

SANIA DA SILVA LEMOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:890F2E38

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

ERRATA
No EXTRATO AO TERMO DE CONTRATO Nº 053/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, Edição 4183, Código Identificador: CF432210, publicado no dia 01 de setembro de 2026:
ONDE SE LÊ:
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO Nº 051/2026.
LEIA-SE:
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO Nº 053/2026.
Itamarati/AM, 01 de setembro de 2026.

JOÃO MEDEIROS CAMPELO
Prefeito Municipal de Itamarati/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:C825F48D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2563/2026.

PORTARIA Nº 2563/2026.

Exonera Fabiano Alexandre Pissolato do cargo de Assessor Especial de Gabinete – CC.0, da Prefeitura Municipal de Itamarati e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ITAMARATI**, Em Exercício, no uso dos direitos que lhe são atribuídos pelos incisos VI e VII do art. 67 e Parágrafo Único do art. 74, e inciso II do art. 92 da Lei Orgânica do Município de Itamarati, combinado com o inciso II, art. 37 da Constituição Federal
CONSIDERANDO o ato de nomeação pela Portaria n.º 2038, datada de 02.01.2025,
CONSIDERANDO os termos do Processo Administrativo nº 01.01.017101.020755/2026-95 da Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM), que apura o acúmulo de cargos públicos;
CONSIDERANDO que o servidor optou por permanecer exclusivamente vinculado ao cargo efetivo de Auxiliar de Patologia Clínica na Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM);
CONSIDERANDO o requerimento de exoneração voluntária apresentado pelo próprio servidor em 6 de julho de 2026, protocolado sob o nº 877 junto a esta municipalidade;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a vacância do cargo em comissão decorrente da cessação da disposição autorizada anteriormente pela Portaria nº 2038, de 2 de janeiro de 2025, e em consonância com o Decreto Municipal nº 796, de 3 de agosto de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º – **EXONERAR, a pedido**, o senhor **FABIANO ALEXANDRE PISSOLATO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1266582-7/SESEG.AM e do CPF nº 578.583.572-04, do cargo de provimento em comissão de **Assessor Especial de Gabinete**, nível CC.0, integrante da estrutura administrativa do Gabinete do Prefeito de Itamarati, para o qual havia sido disponibilizado pela Portaria nº 2038/2025.

Art. 2º – Em conformidade com o Decreto Municipal nº 796/2026, este ato produzirá seus efeitos retroativamente a contar de **3 de agosto de 2026**, data em que se operou o desligamento definitivo do servidor dos quadros de pessoal desta municipalidade.
Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itamarati (AM), 31 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Itamarati
RIAME MAGALHÃES LASMAR
Prefeita Municipal – Em Exercício

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:7C026D90

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE JAPURÁ

COMISSÃO MUNICPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 030/2025-PMJ

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 030/2025-PMJ

ESPECIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 030/2025-PMJ, oriundo da Inexigibilidade nº. 007/2025.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ e SEBASTIÃO BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO.

OBJETO: Prorrogação do prazo de aluguel de imóvel destinado para o funcionamento das Secretarias de Cultura, Esporte e Defesa Civil, por mais 06 (seis) meses, contados a partir do dia 01 de Agosto de 2026.

Ratificação: As demais disposições não alteradas são ratificadas por este instrumento para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Japurá, 15 de Junho de 2026.

VANILSO MONTEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal de Japurá

Publicado por:
Rode Lídia da Rocha Pontes
Código Identificador:40979653

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 186/2026 – GPMJ DE 01 DE AGOSTO DE 2026

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURA
FAIXA DE FRONTEIRA
DECRETO Nº 186/2026 – GPMJ DE 01 DE AGOSTO DE 2026

Excelentíssimo senhor **Vanilso Monteiro da Silva,** Prefeito Municipal de Japurá-Am, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Japurá, Amazonas.

RESOLVE:

I – Conceder aos Servidores abaixo relacionados, 30 (trinta) dias de Férias, no período de 01 de agosto a 31 de agosto de 2026.

FUNCIONARIOS PARA PAGAMENTO DO 1/3 TERÇO FÉRIAS

	NOMES	CARGO	SITUAÇÃO	SETOR
01	ADRIANA DE SOUZA MATOS	MERENDEIRA	EFETIVA	SEMED
02	ROSANGELA CAVALCANTE DE LIMA	AUX. S.GERAIS	EFETIVA	SEMAS
03	CICERO MONTEIRO CAVALCANTE	ARTÍFICE	EFETIVO	SEMOB
04	ALDEJANEA ANAQUIRI FAÇANHA	TEC.ANALISES CLÍNICAS	EFETIVA	SEMSA
05	CHARLES BENJAMIN MACIEL	GARI	EFETIVO	SEMOB
06	MAIKSON DE LIMA ROCHA	VIGIA	EFETIVO	SEMUCS
07	ALTEMAR ABREU FERNANDES	VIGIA	EFETIVO	SEMED
08	DANIELE TEIXEIRA ALVES	AUX.ADMINISTRATIVO	EFETIVA	SEMED
09	FRANCISCO DUARTE MENDONÇA FILHO	VIGIA	EFETIVO	SEMED
10	MARIA SILVA DE OLIVEIRA	AUX.DE ENFERMAGEM	EFETIVA	SEMSA

II – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contraio.

Cientifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Japurá- AM, 01 de agosto 2026.

VANILSO MONTEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura Municipal de Japurá/AM, a partir da data supra, para fins e eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

RENILTON DOS SANTOS SOLARTH
Secretário Municipal de Administração e Coordenação
Decreto nº 001/2025 - GPMJ

Publicado por:
Rode Lídia da Rocha Pontes
Código Identificador:7DFD5F1A

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE JURUÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE PROROGAÇÃO DA ARP Nº 019/2025

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2025**
DATA DA ASSINATURA: **18 DE AGOSTO DE 2026**
PARTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ**
E A EMPRESAS: **JS REPRESENTACOES E COMERCIO DE ARTIGOS LTDA - CNPJ nº 36.442.712/0001-08**
OBJETO DA PRORROGAÇÃO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JURUÁ PELO PERÍODO DE 12 MESES.**
PRAZO PRORROGADO: **12 (DOZE) MESES**
FUNDAMENTO LEGAL: **ART. 84, DA LEI 14.133/2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, **EM 18 DE AGOSTO DE 2026**.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal de Juruá

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:035E2AC9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE PROROGAÇÃO DA ARP Nº 021/2025

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2025**
DATA DA ASSINATURA: **18 DE AGOSTO DE 2026**
PARTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ**
E A EMPRESA: **NOVA OLINDA PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 41.228.310/0001-45**
OBJETO DA PRORROGAÇÃO: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ-AM.**
PRAZO PRORROGADO: **12 (DOZE) MESES**
FUNDAMENTO LEGAL: **ART. 84, DA LEI 14.133/2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, **EM 18 DE AGOSTO DE 2026**.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal de Juruá

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:B5C29388

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE PROROGAÇÃO DA ARP Nº 021/2025

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2025**
DATA DA ASSINATURA: **18 DE AGOSTO DE 2026**
PARTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ**
E A EMPRESAS: **TOTAL MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA - CNPJ nº 22.085.155/0001-00**
OBJETO DA PRORROGAÇÃO: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ-AM.**
PRAZO PRORROGADO: **12 (DOZE) MESES**
FUNDAMENTO LEGAL: **ART. 84, DA LEI 14.133/2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, **EM 18 DE AGOSTO DE 2026**.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal de Juruá

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:7217C3A1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE PROROGAÇÃO DA ARP Nº 023/2025

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2025**
DATA DA ASSINATURA: **18 DE AGOSTO DE 2026**
PARTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ**
E A EMPRESAS: **P. C. MIGUEL LTDA - CNPJ nº 48.100.730/0001-90**
OBJETO DA PRORROGAÇÃO: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUÁ.**
PRAZO PRORROGADO: **12 (DOZE) MESES**
FUNDAMENTO LEGAL: **ART. 84, DA LEI 14.133/2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, **EM 18 DE AGOSTO DE 2026**.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal de Juruá

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:FC18CD7C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE PROROGAÇÃO DA ARP Nº 024/2025

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2025**
DATA DA ASSINATURA: **21 DE AGOSTO DE 2026**
PARTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ**
E A EMPRESAS: **PUBLICIDADE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA - CNPJ nº 28.321.315/0001-50**
OBJETO DA PRORROGAÇÃO: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO/AM E EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA - DIGITAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JURUÁ.**
PRAZO PRORROGADO: **12 (DOZE) MESES**
FUNDAMENTO LEGAL: **ART. 84, DA LEI 14.133/2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, **EM 21 DE AGOSTO DE 2026**.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal de Juruá

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:464DD036

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE PROROGAÇÃO DA ARP Nº 025/2025

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2025**
DATA DA ASSINATURA: **18 DE AGOSTO DE 2026**
PARTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ**
E A EMPRESAS: **P. C. MIGUEL LTDA - CNPJ nº 48.100.730/0001-90**
OBJETO DA PRORROGAÇÃO: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUÁ.**
PRAZO PRORROGADO: **12 (DOZE) MESES**
FUNDAMENTO LEGAL: **ART. 84, DA LEI 14.133/2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, **EM 18 DE AGOSTO DE 2026**.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal de Juruá

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:5B5D5177

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE PROROGAÇÃO DA ARP Nº 026/2025

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2025**
DATA DA ASSINATURA: **24 DE AGOSTO DE 2026**
PARTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ**
E A EMPRESAS: **FUTURE DIGITAL LTDA - CNPJ nº 07.685.638/0001-52**
OBJETO DA PRORROGAÇÃO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET DEDICADA, COM REDUNDÂNCIA VIA SATÉLITE, FORNECIMENTO DE IP PÚBLICO/30 PARA FACILITAR O ACESSO REMOTO, TRANSPORTE DE DADOS COM VLAN EXCLUSIVA PARA COMUNICAÇÃO LOCAL, INSTALAÇÃO COMPLETA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DE SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL E REMOTO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS RURAIS E URBANAS E COMUNIDADES RURAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ-AM, PELO PERÍODO DE 12 MESES.**
PRAZO PRORROGADO: **12 (DOZE) MESES**
FUNDAMENTO LEGAL: **ART. 84, DA LEI 14.133/2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, **EM 24 DE AGOSTO DE 2026**.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal de Juruá

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:A17D4EC5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE PROROGAÇÃO DA ARP Nº 027/2025

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2025**
DATA DA ASSINATURA: **24 DE AGOSTO DE 2026**
PARTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ**
E A EMPRESAS: **JG SOLUÇÕES EM CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ nº 42.307.927/0001-19**
OBJETO DA PRORROGAÇÃO: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS – ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE JURUÁ.**
PRAZO PRORROGADO: **12 (DOZE) MESES**
FUNDAMENTO LEGAL: **ART. 84, DA LEI 14.133/2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, **EM 24 DE AGOSTO DE 2026**.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal de Juruá

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:9137C8A5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE PROROGAÇÃO DA ARP Nº 028/2025

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2025**
DATA DA ASSINATURA: **24 DE AGOSTO DE 2026**
PARTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ**
E A EMPRESAS: **JG SOLUÇÕES EM CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ nº 42.307.927/0001-19**
OBJETO DA PRORROGAÇÃO: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JURUÁ PELO PERÍODO DE 12 MESES.**
PRAZO PRORROGADO: **12 (DOZE) MESES**
FUNDAMENTO LEGAL: **ART. 84, DA LEI 14.133/2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, **EM 24 DE AGOSTO DE 2026**.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal de Juruá

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:D78C5464

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DO

PLANO PLURIANUAL – PPA 2026-2029

(art. 165, § 1º, da Constituição Federal; art. 48, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal)

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (08/09/2025), às dezoito horas (18h00min), no Auditório da Prefeitura Municipal de Juruá, situado no **Rua Francisco de Paula, 98 Centro, Juruá-AM, CEP 69.520-000**, realizou-se a Audiência Pública destinada à apresentação, discussão e coleta de contribuições da sociedade para a elaboração do Plano Plurianual – PPA do Município de Juruá para o período de 2026 a 2029, convocada por meio de Aviso de Audiência Pública publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas em 04 de setembro de 2025 (Edição 3934, Código Identificador nº 8FF2953F), nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e do art. 165, § 1º, da Constituição Federal.
Os trabalhos foram presididos por **Jose Leland Herculano Saraiva, Vice-Prefeito de Juruá-AM**, e secretariados por **Edson de Oliveira Serrão, Chefe de Gabinete**, responsável pelo registro dos trabalhos e pela lavratura da presente ata.

1. PRESENÇAS
Estiveram presentes representantes do Poder Executivo Municipal, servidores das Secretarias Municipais e membros da sociedade civil, conforme Ficha de Inscrição que integra esta ata como **Anexo I**, destacando-se as seguintes presenças:
Eldo Pereira da Silva – Vereador
Alessandro Pereira – Secretário Municipal de Administração e Finanças
Cleudemar da Silva – Secretária Municipal de Cultura

2. ORDEM DOS TRABALHOS
A audiência pública teve a seguinte pauta:
a) Abertura dos trabalhos e apresentação do objetivo da audiência;
b) Explanação sobre o que é o Plano Plurianual – PPA, sua natureza de instrumento de planejamento de médio prazo (quatro anos) e sua função de orientar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA);
c) Apresentação da base legal aplicável (Constituição Federal, art. 165; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei Orgânica do Município);
d) Apresentação do processo de construção do PPA: diagnóstico situacional do Município, definição de programas e ações, participação popular e consolidação do documento para envio à Câmara Municipal;
e) Apresentação do diagnóstico socioeconômico do Município de Juruá e dos principais desafios identificados;
f) Apresentação dos eixos estratégicos do PPA 2026-2029: Educação e Cultura; Saúde e Assistência Social; Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano; Meio Ambiente e Sustentabilidade; e Economia, Trabalho e Renda;

g) Apresentação preliminar de metas e indicadores por eixo estratégico;
h) Espaço aberto para manifestações, sugestões e contribuições da população e das entidades presentes;
i) Encerramento dos trabalhos.

3. MANIFESTAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Registra-se, para os devidos fins, as manifestações, sugestões e contribuições apresentadas pelos participantes durante a realização da Audiência Pública destinada à discussão e elaboração do Plano Plurianual – PPA 2026-2029. Na oportunidade, Cristiane Lima sugeriu a construção de uma área destinada ao lazer e à convivência familiar; Eldo Pereira propôs a construção de uma ponte destinada à ligação entre o bairro Tancredo Neves e a margem do rio, com vistas à implantação de um novo porto para atendimento da população; Maria Lucineide sugeriu a recuperação e revitalização dos córregos e igarapés localizados na zona urbana do Município; Antônio Clovis propôs a implementação, recuperação e manutenção das calçadas e passeios públicos da cidade; Antônio Rodrigo sugeriu a disponibilização de transporte destinado ao apoio aos produtores rurais, especialmente para o escoamento da produção; Ruty Freitas propôs a implantação de uma rede de tratamento de esgoto sanitário no Município; Antônio Santos sugeriu a criação e implantação de um porto alternativo para a cidade, como forma de ampliar e melhorar a infraestrutura portuária municipal; Jucineide Pereira sugeriu a criação de uma Secretaria Municipal da Mulher, com a finalidade de fortalecer as políticas públicas voltadas às mulheres; Flávio Mendes propôs a construção de um novo hospital municipal, visando à ampliação e melhoria da estrutura de atendimento à saúde da população; Douglas Rodrigues sugeriu a realização de obras de pavimentação, recuperação e drenagem em estradas de baixa rodagem, especialmente nos trechos das localidades do Paranaguá, Ferrugem e Desvio do Japó; Cleudemar da Silva propôs a realização de um mini festival afro, bem como a transformação do Igarapé Grande em espaço destinado ao lazer, à cultura e ao turismo; Edson Serrão sugeriu a criação de uma escola pública de música, destinada à formação e incentivo cultural da população; Jorge Nascimento propôs a implantação de uma orla municipal dotada de espaços de convivência e lazer, incluindo quadras poliesportivas e de areia, além de pista destinada à caminhada; e Esley da Cunha sugeriu a criação de uma Secretaria Municipal de Inovação, Tecnologia e Ciência, com o objetivo de fomentar a modernização da Administração Pública e o desenvolvimento de iniciativas relacionadas à inovação, tecnologia e ciência no âmbito municipal.

Registra-se, por fim, que as manifestações apresentadas durante a Audiência Pública constituem contribuições da sociedade para o processo de planejamento governamental e deverão ser consideradas pela Administração Municipal na análise das prioridades, diretrizes, objetivos e metas que integrarão o Plano Plurianual – PPA 2026-2029, observadas a viabilidade técnica, orçamentária e financeira, bem como as disposições legais aplicáveis.

Registra-se, ainda, que a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA apresentou, por meio de formulário próprio subscrito pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Claudejane Guedes dos Santos, em 04 de setembro de 2025, propostas setoriais para composição do PPA 2026-2029, contemplando os eixos de gestão e financiamento do SUS, organização e ampliação da rede assistencial, princípios e inovações da atenção primária, qualificação profissional e transformação digital, e vigilância em saúde, as quais passam a integrar o processo de elaboração do Plano Plurianual como subsídio técnico.

Registra-se que a Secretaria Municipal de Transportes de Juruá apresentou, por meio de formulário próprio, devidamente subscrito por seu Secretário Executivo, propostas destinadas à composição do Plano Plurianual – PPA 2026-2029. As proposições apresentadas contemplam a reforma estrutural dos dois terminais fluviais existentes no Município; a implantação de rampas mecanizadas destinadas ao embarque e desembarque de veículos e cargas; a aquisição e instalação de defensas para a proteção das embarcações e das estruturas dos terminais; a construção de compartimentos administrativos climatizados, devidamente equipados com computadores e impressoras; bem como a instalação de rede Wi-Fi, destinada tanto ao uso administrativo quanto à disponibilização de acesso gratuito aos passageiros. Tais propostas visam ao aprimoramento da infraestrutura e das condições de funcionamento dos terminais fluviais, contribuindo para a melhoria da prestação dos serviços de transporte e para a oferta de maior segurança, eficiência e comodidade aos usuários.

Registra-se que a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Juruá apresentou, por meio de formulário próprio, devidamente subscrito por seu Secretário Executivo, propostas para a composição do Plano Plurianual – PPA 2026-2029, contemplando ações e medidas destinadas ao atendimento das demandas e necessidades identificadas tanto na Zona Rural quanto na Zona Urbana do Município, conforme as propostas apresentadas pela respectiva Coordenadoria, abrangendo, de forma específica, as ações previstas para a Zona Rural e para a Zona Urbana, a serem consideradas na definição das diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para o período de 2026 a 2029.

Registra-se que a Secretaria Municipal de Fomento à Produção e Abastecimento Rural de Juruá apresentou, por meio de formulário próprio, devidamente subscrito por seu Secretário Executivo, propostas destinadas à composição do Plano Plurianual – PPA 2026-2029, contemplando um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da produção rural, do empreendedorismo e da agricultura familiar no Município. Entre as proposições apresentadas, destacam-se a criação e o fortalecimento de associações e cooperativas de empreendedores rurais de Juruá; a criação de Feiras Livres do Empreendedor, destinadas à comercialização e divulgação da produção local; o estabelecimento de cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal e os piscicultores para a criação e implantação de tanques destinados à atividade de piscicultura; a contratação de consultoria especializada para apoio à municipalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; a aquisição de insumos agrícolas destinados ao apoio e subsídio aos agricultores da região de Juruá; o incentivo e fortalecimento das atividades de apicultura e meliponicultura, como alternativas de geração de renda e melhoria das condições socioeconômicas das famílias rurais; bem como a promoção de encontros e eventos destinados à integração, capacitação, divulgação e fortalecimento dos empreendedores do Município de Juruá. As propostas apresentadas evidenciam a intenção de promover o desenvolvimento sustentável das atividades produtivas rurais, ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda e fortalecer as políticas públicas de apoio à produção, ao abastecimento e ao empreendedorismo local.

4. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, **JOSE LELAND HERCULANO SARAIVA** agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos às **20:00 horas**, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes e pela mesa condutora dos trabalhos.

Juruá-AM, 08 de setembro de 2025.

JOSE LELAND HERCULANO SARAIVA
Vice-Prefeito de Juruá-AM

EDSON DE OLIVEIRA SERRÃO
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Antônio Sabóia da Silva
Código Identificador:6A6204E3

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE JUTAÍ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 027/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 027/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

APROVA E NOMEIA A NOVA DIRETORIA DO CMAS PARA A GESTÃO 2026/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A**PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ,**Estado do Amazonas, a Sra. MERCEDES MENDES VARGAS, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e respaldada no art. 92 e seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Jutaí (AM) resolve:

CONSIDERANDOa Lei Municipal nº 105/2009 que institui a estrutura do CMAS com representantes do governo municipal e da sociedade civil;

DECRETA:

Art. 1º -Ficam nomeados os novos membros a seguir para constituírem o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no gestão 2026/2028, a contar desta data, no Município de Jutaí (AM), quais sejam:

QUAT	NOME	CATEGORIA	REPRSENTAÇÃO
I -	Nilton Carlos de Souza	Presidente	Associação Cultural de letras
II -	Welliton de Oliveira Ferreira	Suplente	Associação Cultural de letras
III -	Isleny T. Neves Souza	Vice-Presidente	Sec. Mun. De Assistência Social
IV -	Ivanilde Barros da Silva	Suplente	Sec. Mun. De Assistência Social
V -	Maria Leniza Freitas de Barros	Secretária	INSS Digital
VI -	Francinildes Mendes da Silva	Titular	Sec. Mun. Meio Ambiente
VII -	Cristian Estevão Cooper	Suplente	Sec. Mun. Meio Ambiente
VIII -	Milene Aguiar Fernandes	Titular	Sec. Municipal de Saude
IX -	Isanara Garcia Aguiar	Suplente	Sec. Municipal de Saúde
X -	Amanda Souza da Silva	Titular	Sec. Municipal de Educação
XI -	Alexander Marinho de Sales	Suplente	Sec. Municipal de Educação
XII -	Marilis Acipar Paiva	Titular	CMDCA
XIII -	Randolfo Carvalho Januario	Suplente	CMDCA
XIV -	Eliane da Silva Nunes	Titular	Pastoral do Menor
XV -	Jarella de Andrade Gomes	Suplente	Pastoral do Menor
XVI -	Arlos Maricaua Pereira	Titular	Centro de Convivência da Pessoa Idosa
XVII -	Eurilucia Lozano de Oliveira	Suplente	Centro de Convivencia da Pessoa Idosa
XVIII -	Karine Guerreiro Bardalhes	Titular	Associação dos Pescadores
XIX -	Gracieme Feitosa Pinho	Suplente	Associação dos Pescadores
XX -	Antonio Cardoso Junior	Titular	Câmara Municipal de Jutaí

Art. 2º -O desempenho do mandato dos conselheiros nomeados por este Decreto será gratuito, e considerado como serviço relevante prestado ao Município de Jutaí (AM).

Art. 3º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Art. 4º -PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JUTAÍ (AM),ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

MERCEDES MENDES VARGAS
Prefeita Municipal de Jutaí (AM)

Publicado por:
Natalia di Paula Araujo de Aquino
Código Identificador:B188E211

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 041/2026-GP, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESFAZIMENTO DE BENS DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ (AM), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ, Estado do Amazonas, a**Sra. MERCEDES MENDES VARGAS**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e respaldada no art. 92 e seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Jutaí (AM).

CONSIDERANDOo disposto no Decreto Municipal nº 026/2026, de 27 de agosto de 2026, que estabelece normas e procedimentos para o desfazimento de bens móveis pertencentes ao patrimônio público municipal;

CONSIDERANDOo disposto no art. 5º do Decreto Municipal nº 026/2026, que determina que o(a) Prefeito(a) Municipal constituirá, por Portaria, a Comissão de Avaliação e Desfazimento de Bens, composta preferencialmente por, no mínimo, 3 (três) servidores públicos municipais;

CONSIDERANDOa necessidade de assegurar a adequada avaliação, classificação, destinação e baixa patrimonial dos bens móveis considerados inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica constituída aComissão de Avaliação e Desfazimento de Bens do Município de Jutaí (AM), destinada a realizar os procedimentos necessários à avaliação, classificação e indicação da destinação dos bens móveis pertencentes ao patrimônio municipal, nos termos do Decreto Municipal nº 026/2026, de 27 de agosto de 2026.

Art. 2º -A Comissão de que trata o art. 1º será composta pelos seguintes servidores públicos municipais:

I-DIEGO PEREIRA OLIVEIRA	Assessor Executivo I	matrícula nº 12155	**Presidente**
II – LETÍCIA RÓL DA SILVA	Fiscal de Meio Ambiente	matrícula nº 13356	**Membro**
III – FRANCISCO MENDES DE PAULA	Chefe do Setor de Tributos – Portaria nº 19/2025	matrícula nº 11972	**Membro**

Parágrafo único.A Comissão poderá solicitar, sempre que necessário, o apoio técnico de servidores de outros órgãos ou setores da Administração Pública Municipal, especialmente das áreas de patrimônio, contabilidade, engenharia, tecnologia da informação ou outras áreas relacionadas aos bens objeto de avaliação.

Art. 3º -Compete à Comissão de Avaliação e Desfazimento de Bens:
I– realizar vistoria dos bens objeto de análise;
II– conferir os respectivos números de tombamento e demais registros patrimoniais;
III– verificar o estado de conservação e as condições de uso dos bens;
IV– avaliar a possibilidade de recuperação, manutenção ou reaproveitamento dos bens;
V– classificar os bens de acordo com as categorias previstas no Decreto Municipal nº 026/2026;
VI– estimar o valor dos bens, quando necessário;
VII– indicar a forma de desfazimento mais adequada, observada a legislação aplicável;
VIII– elaborar relatório ou laudo de avaliação dos bens;
IX– recomendar, conforme o caso, a transferência, cessão, doação, alienação ou descarte dos bens;
X– apresentar relatório conclusivo à autoridade competente, contendo a relação dos bens avaliados e a respectiva destinação proposta.

Art. 4º -O relatório da Comissão deverá conter, sempre que possível, as seguintes informações:
I– número de tombamento;
II– descrição do bem;
III– marca e modelo;
IV– número de série;
V– localização do bem;
VI– valor contábil ou de aquisição;
VII– estado de conservação;
VIII– classificação do bem;
IX– avaliação econômica, quando cabível;
X– justificativa para o desfazimento; e
XI– indicação da destinação proposta.

Art. 5º -A Comissão deverá fundamentar suas conclusões nas condições efetivamente verificadas durante a vistoria, observando os princípios dalegalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

Art. 6º -As decisões da Comissão serão registradas em relatório ou laudo próprio, devidamente assinado por seus membros, e encaminhadas à autoridade competente para apreciação e adoção das providências necessárias à efetivação do desfazimento.

Art. 7º -Os membros da Comissão desempenharão suas atribuições sem prejuízo das funções ordinárias de seus respectivos cargos,**não**

fazendo jus a qualquer remuneração adicionalpelo exercício das atividades previstas nesta Portaria, salvo disposição legal em contrário.

Art. 8º -A Comissão poderá requisitar aos órgãos e setores da Administração Municipal informações, documentos e demais elementos necessários ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 9º -A Comissão terá vigência pelo prazo de**24 (vinte e quatro) meses**, podendo seus membros ser substituídos ou a Comissão ser prorrogada ou renovada mediante ato da autoridade competente.

Art. 10 -Os casos omissos serão dirimidos pela autoridade competente, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 026/2026, da legislação patrimonial aplicável e demais normas pertinentes.

Art. 11 -Revoguem-se as disposições em contrário,esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 -PUBLIQUE-SE, CERTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JUTAÍ (AM), ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

MERCEDES MENDES VARGAS
Prefeita Municipal de Jutaí (AM)

Publicado por:
Natalia di Paula Araujo de Aquino
Código Identificador:89852476

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE LÁBREA

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO-CPC
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 067/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LÁBREA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026-PML**, oriundo da Comissão Permanente de Contratação-CPC, referente à licitação na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 067/2026-CPC/PML**;

CONSIDERANDO que o processo de contratação direta foi instruído com todas as peças necessárias para sua materialização (Documento de Formalização de Demanda; Justificativa para escusa de Estudo Técnico Preliminar; Pesquisa de Mercado e Justificativa de Preço, com cotações de preços; Dotação Orçamentária; Termo de Referência; Parecer Jurídico);

RESOLVE:

I - AUTORIZAR a Dispensa de Licitação nº 067/2026-CPC/PML, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, para Aquisição de lonas para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Lábrea, em favor da empresa SC Serv. e Locações de tendas geradores e climatizadores Ltda, CNPJ nº 33.837.655/0001-78, que apresentou o MENOR VALOR, conforme demonstrado na Pesquisa Mercadológica. O valor global da contratação é de R$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais), em conformidade com o Termo de Referência, a Proposta de Preços e os demais documentos que integram o Processo Administrativo;

II - CONVOCAR a empresa para assinatura do termo de contrato;

III - ENCAMINHAR os autos à Comissão Permanente de Contratação para as providências cabíveis, incluindo a elaboração do Termo de Contrato e demais documentos que se fizerem necessários;

IV - REGISTRE-SE, CERTIFIQUE-SE E PUBLIQUE-SE o presente despacho, na forma da Lei, para fins de eficácia**.**

GABINETE DO PREFEITO, em Lábrea/AM, 25 de agosto de 2026.

GERLANDO LOPES DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Lábrea

Publicado por:
Augusto Melo da Silva
Código Identificador:FF515620

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO-CPC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 243/2025-CPC/PML

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 243/2025-CPC/PML

ESPECIE: **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 243/2025-CPC/PML**,

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 032/2025-CPL/PML, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 202/2025-CPC/PML.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA e a Senhora **Kercia Mary Neves Fermim, Inscrita no CPF: 642.255.852-04**

OBJETO:PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 243/2025-CPC/PML, Que visa a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE LÁBREA/AM.

VALOR GLOBAL: R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze meses) podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 105 e 107 da lei Nº 14.133/2021. Passando a vigorar a partir de 02 de setembro de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0205.10.302.0011.2047.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; 3.3.90.36-500 – Outros serviços de terceiros - Pessoa Física – RP.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei n° 14.133/2021.

ASSINATURA: 01 de Setembro de 2026

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LÁBREA/AM,em 01 de Setembro de 2026.

GERLANDO LOPES DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Lábrea/AM

Publicado por:
Augusto Melo da Silva
Código Identificador:3F02A9B5

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO-CPC
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 230/2026-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 115/2026-PML

ESPÉCIE:EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 230/2026-PML

MODALIDADE:DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 067/2026-CPC/PML

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREAe a empresa SC Serv. e Locações de Tendas Geradores e Climatizadores Ltda, CNPJ nº 33.837.655/0001-78.

OBJETO: Aquisição de lonas para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Lábrea.

VALOR GLOBAL:R$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Administração. Projeto/Atividade: Manutenção da Secretaria Municipal de Administração. Natureza de Despesa: 3.3.90.30.500 (Material de consumo).

FUNDAMENTO: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, em Lábrea/AM, 25 de agosto de 2026.

GERLANDO LOPES DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Lábrea

Publicado por:
Augusto Melo da Silva
Código Identificador:AA6B5A58

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA PORTARIA 049-2026 – LABREA PREV

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE LÁBREA – LÁBREA PREV
ERRATA DA PORTARIA 049/2026 – LABREA PREV

ERRATA DA PORTARIA 049/2026 DE 26 DE AGOSTO DE 2026, publicada no D.O.M. em 27/08/2026. Edição 4180. Código Identificador: 1915A77C, que concede Pensão por Morte a partir de 19/08/2026. **Exclusivamente para correção do nome da beneficiária constante no Art. 1º.**
ONDE SE LÊ:
"MARIA BRAGA DA PENHA (Cônjuge), com cota de 100%";

LEIA-SE:
"MARIA BRAGA DE SOUZA (Cônjuge), com cota de 100%";

Ficam mantidos e inalterados todos os demais termos, condições, valores, datas, fundamentos legais e demais disposições constantes da Portaria nº 049/2026 – LÁBREA PREV.

Lábrea, 01 de setembro de 2026.

GERCIVALDO LIMA ALVES
Diretor/Presidente do LÁBREA PREV

Publicado por:
Ormizio de Souza Leitão
Código Identificador:623D55D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0336-2026-GPML

PORTARIA Nº 0336/2026-GPML LABREA, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

O SR. GERLANDO LOPES DO NASCIMENTO, PREFEITO MUNICIPAL DE LÁBREA, ESTADO DO AMAZONAS NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ETC.

CONSIDERANDO que os cargos de confiança são de livre escolha, nomeação e exoneração do Prefeito Municipal nos termos da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração do senhor Mauricio de Oliveira Santos.

R E S O L V E:

ART. 1º- EXONERAR O SENHOR MAURICIO DE OLIVEIRA SANTOS, RG: 1212061-8; CPF: 604.526.332-49, do cargo comissionado de **ASSESSOR MUNICIPAL,** do Município de Lábrea, simbologia CC-12, anexos II, da Lei Municipal nº 504/2025 de 18/03/2025, Altera o Anexo II da Lei Municipal Nº 370/2013, Que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Prefeitura Municipal de Lábrea e dá outras Providências, vinculado a Secretaria Municipal de Produção, com lotação na Agencia de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas -ADAF.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a contar de 01/09/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Lábrea, 01 de setembro de 2026.

GERLANDO LOPES DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal
CPF:511.306.532-34

Publicado por:
Ormizio de Souza Leitão
Código Identificador:635CC9B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 335-2026 – GPML

PORTARIA Nº 335/2026 – GPL Lábrea/ Am., 27 de agosto de 2026.

O SENHOR GERLANDO LOPES DO NASCIMENTO, PREFEITO MUNICIPAL DE LÁBREA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, PREVISTA NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ETC...

CONSIDERANDO que ao Governo Municipal, compete zelar e prover tudo que diz respeito ao interesse público;

CONSIDERANDO ainda que é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, as Leis e Atos que disciplinam e normatizam seus trabalhos, previsto na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo,

CONSIDERANDO os ditames do Artigo 37º Inciso IX, da Constituição Federal - A Lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse do serviço público e, Oficio nº 3763/2026-SEMED.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a servidora infra relacionada**, Licença Maternidade**, **120 dias**, em conformidade com as Leis nº 11.770/2008 e 6.202 de 17/04/1975, e em cumprimento ao art. 10, inciso II, alínea B do ADCT e art. 7º, inciso XVIII c/c o Art. 39 § 3º, e Lei nº 12.812 de 2013, art. 392, § 4º, ambos da Constituição Federal, pelas considerações acima expostas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FUNDEB
PROFESSORA RURAL TEMPORARIA

Nº ORD	SERVIDORA	MAT	PERIODO	UNIDADE DE CUSTEIO
	BIANCA SANTANA DE ALENCAR	3763-3	23/08 a 23/12/2026	FUNDEB 70% TEMP. RURAL

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeito retroativo conforme tabela de período**.**

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE,

Gabinete do Prefeito Municipal de Lábrea, 27 de agosto de 2026**.**

GERLANDO LOPES DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Lábrea
CPF:511.306.532-34

Publicado por:
Ormizio de Souza Leitão
Código Identificador:4A565C74

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MANACAPURU

COMISSÃO GERAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Manacapuru/AM torna público aos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório:

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 011/2026.
OBJETO: Eventual contratação de empresa especializada na aquisição de materiais de permanentes, para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Manacapuru/AM, através da Secretaria Municipal De Governo – SEGOV, oriunda do processo administrativo interno nº 14061/2026.

ABERTURA: 15/09/2026, às 10:00h (Horário de Brasília/DF)
LOCAL: Portal Licitanet. https://www.licitanet.com.br/

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Portal Licitanet – https://www.licitanet.com.br/, e na Comissão de Contratação a partir de 02/09/2026, situada na Trav. Maria Walcacer Nogueira, nº 567, Terra Preta – Manacapuru/AM. O edital físico será disponibilizado mediante o pagamento de DAM no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, no horário das 09h às 12h (Horário de Manacapuru-AM) ou gratuitamente mediante a apresentação de uma mídia óptica (CD ou DVD) ou mídia portátil (Pen-Drive) com capacidade suficiente para gravação do arquivo do edital e seus anexos.

Manacapuru-AM, 26 de agosto de 2026.

MAYCITA NAYANA DE MENEZES PINHEIRO
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Maycita Nayana de Menezes Pinheiro
Código Identificador:3CC98E08

COMISSÃO GERAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2025

ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2025–PMM/SEMAS; **DATA DA ASSINATURA**: 28/08/2026; **PARTES:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MANACAPURU/AM e A DE A VILAGELIM LTDA – CNPJ: 26.852.167/0001-74; **OBJETO:** Prorrogação por mais 120 (cento e vinte) dias, referente a Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para estruturação de rede de serviços do sistema único de Assistência Social – SUAS– construção de centro de referência de Assistência Social – CRAS, localizado na rua principal S/Nº - Bairro Monte Cristo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, através do Termo de Convênio nº 930687/2022 –Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome – MDS, oriundo do Processo Administrativo Interno nº 14021/2026; **VIGÊNCIA**: 29/08/2026 a 27/12/2026; **FISCALIZADOR**: Arquiteto e Urbanista IAGO BATISTA DE OLIVEIRA – CAU-AM A167089; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal nº 14.133/2021.

Manacapuru/AM, 28 de agosto de 2026.

VALCILEIA FLORES MACIEL
Prefeita de Manacapuru

Publicado por:
Maycita Nayana de Menezes Pinheiro
Código Identificador:B6A7B7EA

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MANAQUIRI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 549 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

EXONERA CIDADÃ DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANAQUIRI, ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 91, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal e art. 7º, inciso II, combinado com o art. 11 da Lei Complementar nº 001 de 27 de fevereiro de 2006, que Dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município de Manaquiri e dá outras providências;

CONSIDERANDO o pedido de exoneração de cargo manifestado por Maria Jacineide de Araújo Oliveira;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a senhora MARIA JACINEIDE DE ARAÚJO OLIVEIRA, do cargo de provimento em comissão de Controlador, matrícula nº 11355-4, a contar de 1º de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01.09.2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MANAQUIRI, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner de Almeida
Código Identificador:3FB40F90

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 550 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a designação de servidor para responder interinamente pelo expediente da Secretaria Municipal de Administração.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANAQUIRI, ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o requerimento do Titular da Secretaria Municipal de Administração- SEMAD;

CONSIDERANDO o Parecer da Assessoria Jurídica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o pedido de adiantamento de 10 dias de férias regulamentares em favor do Senhor WAGNER DE ALMEIDA, Titular da Secretaria Municipal de Administração –SEMAD, a contar de 1º de setembro de 2026.

Art. 2º Designar o servidor SEBASTIÃO DE MELO BERNARDO, matrícula nº 12432-6, para responder interinamente pelo expediente da Secretaria Municipal de Administração, no período de 01/09/2026

à 11/09/2026, por ocasião da ausência do Secretário Titular por motivo de férias regulamentares.

Art. 2º O Substituto designado exercerá as atribuições do cargo em conformidade com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MANAQUIRI, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner de Almeida
Código Identificador:37AC7500

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 551 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a designação de servidor para responder interinamente pelo expediente da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANAQUIRI, ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o requerimento da Titular da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS;

CONSIDERANDO o Parecer da Assessoria Jurídica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o pedido de gozo de férias regulamentares em favor da senhora MIRLEY GARGANTA CUNHA, Titular da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, a contar de 1º de setembro de 2026.

Art. 2º Designar o servidor JHONATAS DE MORAES VERAS, matrícula nº 4701-1, para responder interinamente pelo expediente da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, durante o período de ausência da Secretária Titular por motivo de férias regulamentares.

Art. 3º O Substituto designado exercerá as atribuições do cargo em conformidade com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Por necessidade do serviço, a féria concedida poderá ser interrompida a qualquer tempo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MANAQUIRI, EM 01 DE SETEMBRO DE 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner de Almeida
Código Identificador:92F064B4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 556 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a designação de servidor para responder interinamente pela Coordenaria Municipal de Proteção Defesa – COMPDEC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANAQUIRI, ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 070 de 04 de agosto de 2025;

CONSIDERANDO o afastamento temporário por motivo de férias da Titular da Coordenadoria Municipal de Proteção Defesa - COMPDEC;

CONSIDERANDO o Parecer da Assessoria Jurídica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor DENILSON AGUIAR SOUTO, matrícula nº 10-1, para responder interinamente pelas ações da Coordenadoria Municipal de Proteção Defesa - COMPDEC, durante o período de ausência da Coordenadora Titular por motivo de férias regulamentares.

Art. 2º O Substituto designado exercerá as atribuições do cargo em conformidade com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, até posterior deliberação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MANAQUIRI, EM 01 DE SETEMBRO DE 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner de Almeida
Código Identificador:F08B4757

GERENCIA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA CARTA CONTRATO Nº 143/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2026.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAQUIRI CNPJ sob o nº 04.461.551/0001-95 e a empresa D F CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 55.901.448/0001-78.
OBJETO: Contratação de representação Artistas Musicais (Banda Locais) para shows musicais no evento FESTA DO PRODUTOS RURAL DO ITALIANO 2026, nos dias 08 e 09 de agosto de 2026, na zona rural do Município de Manaquiri.
VALOR GLOBAL: R$ 72.737,50 (setenta e dois mil, setecentos e trinta e sete reais, e cinquenta centavos.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/08/2026 à 05/09/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à a seguinte dotação orçamentária:
02 12 01 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
13.392.0071.2026.0000 Encargos com Eventos Culturais
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Manaquiri/AM, 06 de agosto de 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Manaquiri

Publicado por:
Elem Nara Freitas de Arruda
Código Identificador:9A7896B5

GERENCIA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA CARTA CONTRATO Nº 144/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 046/2026

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAQUIRI CNPJ sob o nº 04.461.551/0001-95 e a empresa G M EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.319.496/0001-85.
OBJETO: Contratação de representação Artistas Musicais (BANDAS LOCAIS) para apresentação e shows no TRADICIONAL EVENTO ESPORTIVO E CULTURAL DO ORIENTE FUTEBOL CLUBE, no dia 15 de agosto de 2026, na zona rural do Município de Manaquiri/AM.
VALOR GLOBAL: R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12/08/2026 à 11/09/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à a seguinte dotação orçamentária:
02 12 01 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
13.392.0071.2026.0000 Encargos com Eventos Culturais
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Manaquiri/AM, 12 de agosto de 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Manaquiri

Publicado por:
Elem Nara Freitas de Arruda
Código Identificador:C2BD8EB6

GERENCIA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA CARTA CONTRATO Nº 145/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 047/2026.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAQUIRI CNPJ sob o nº 04.461.551/0001-95 e a empresa D F CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 55.901.448/0001-78.
OBJETO: Contratação de representação Artistas Musicais (Banda Locais) para shows musicais no evento Cultural 4ª Cavalgada 2026, nos dias 28 e 29 de agosto de 2026, na zona rural do Município de Manaquiri.
VALOR GLOBAL: R$ 60.950,00 (setenta mil, novecentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/08/2026 à 24/09/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à a seguinte dotação orçamentária:
02 12 01 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
13.392.0071.2026.0000 Encargos com Eventos Culturais
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Manaquiri/AM, 25 de agosto de 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Manaquiri

Publicado por:
Elem Nara Freitas de Arruda
Código Identificador:1EC62BBF

GERENCIA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CARTA CONTRATO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026. ORIUNDO DO CREDENCIAMENTO PÚBLICO 003/2026

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAQUIRI CNPJ sob o nº 04.461.551/0001-95 e a empresa JK SERVICOS E COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA, CNPJ: 23.502.409/0001-01.
OBJETO: Contratação de PADARIAS CREDENCIADAS PARA O FORNECIMENTO CONTINUO DE PÃES E PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MANAQUIRI-AM.
VALOR GLOBAL: R$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/07/2026 à 21/10/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à a seguinte dotação orçamentária:
02 04 01 Secretaria Municipal de Educação e Esporte
12 361 0065 2014 0000 programação de Alimentação Escolar – Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 Material de Consumo

Manaquiri/AM, 23 de julho de 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Manaquiri

Publicado por:
Elem Nara Freitas de Arruda
Código Identificador:7C44233B

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MANICORÉ

LICITAÇOES E CONTRATOS
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – CPC/PMM/SEMED

Com base nas informações constantes do **PROCESSO Nº. 032/2026 – CPC/PMM/SEMED**, referente à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2026 - CPC/PMM**, que tem como objeto: **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM.** E considerando que foram observados os prazos recursais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 71, adjudico o objeto licitado cotado por menor preço por item, pelas empresas:

1. BELA VISTA TEXTIL LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 30.824.284/0001-00 - Endereço: Rua Madre Teresa de Calcutá - CEP: 31520085 - UF: MG - Município: Belo Horizonte - Telefone: (31) 97247-4161, para o item: 17, no valor global de R$ 30.860,00 (Trinta mil, oitocentos e sessenta reais).

2. JC COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim – Documento 47.452.287/0001-54 - Endereço: AV RAMOS FERREIRA - CEP: 69020080 - UF: AM - Município: Manaus - Telefone: (92) 9444-5064, para os itens: 07, 18 e 19, no valor global de R$ 5.810,00 (Cinco mil e Oitocentos e Dez Reais).

3. MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 47.484.691/0001-00 Endereço: Travessa UM - CEP: 95770000 - UF: RS - Município: Feliz - Telefone: (51) 99730-2643, para os itens: 03, 05, 06, 12, 13, 20, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60 e 61, no valor global de R$ 55.975,00 (cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais).

4. **MAX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA** | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 33.442.649/0001-11 - Endereço: Avenida Urucará - CEP: 69065180 - UF: AM - Município: Manaus - Telefone: (92) 99397-6548 para os itens: 10, 11, 54, 56, e 57, no valor global de R$ 8.420,00 (oito mil, quatrocentos e vinte reais).

5. **R N ALBUQUERQUE BRASIL & CIA LTDA** | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 03.699.397/0001-40 - Endereço: Avenida Santos Dumont - CEP: 69280000 - UF: AM - Município: Manicoré - Telefone: (97) 99612-7044 para os itens: 01, 02, 04, 08, 14, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49, no valor global de R$ 443.785,00 (quatrocentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais).

6. T M BITENCOURT LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 40.011.521/0001-69 - Endereço: Travessa 7 de Setembro,

- CEP: 69280000 - UF: AM - Município: Manicoré - Telefone: (97) 99185-6950, para os itens: 09, 15, 16 e 23, no valor global de R$ 23.150,00 (vinte e três mil, cento e cinquenta reais).

7. **TELLES C. DE SANTANA & CIA LTDA** | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 11.421.679/0002-90 - Endereço: R QUINTINO BOCAIUVA - CEP: 69280000 - UF: AM - Município: Manicoré - Telefone: (97) 98805-3015, para os itens: 38 e 55, no valor global de R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).

Encaminho o referido Processo para superior homologação por parte do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Manicoré.

Manicoré – Amazonas, 01 de setembro de 2026.

AUGUSTO VIEIRA DO NASCIMENTO
Agente de Contratação Municipal

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:157C900A

LICITAÇOES E CONTRATOS
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – CPC/PMM/SEMED

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANICORÉ, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** o que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão Permanente de Contratação, referente à Licitação na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – CPC/PMM**;
CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitados todos os prazos estabelecidos pela legislação vigente;
CONSIDERANDO que foram atendidos todos os prazos de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.

RESOLVE:
I – HOMOLOGAR a deliberação da Comissão Permanente de Contratação, constante do processo supracitado, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2026 – CPC/PMM/SEMED**, pelo "MENOR PREÇO POR ITEM", contratação de empresa Jurídica especializada em **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM.**
II – HOMOLOGAR o Objeto da Licitação para as Empresas:

1. BELA VISTA TEXTIL LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 30.824.284/0001-00 - Endereço: Rua Madre Teresa de Calcutá - CEP: 31520085 - UF: MG - Município: Belo Horizonte - Telefone: (31) 97247-4161, para o item: 17, no valor global de R$ 30.860,00 (Trinta mil, oitocentos e sessenta reais).

2. JC COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim – Documento 47.452.287/0001-54 - Endereço: AV RAMOS FERREIRA - CEP: 69020080 - UF: AM - Município: Manaus - Telefone: (92) 9444-5064, para os itens: 07, 18 e 19, no valor global de R$ 5.810,00 (Cinco mil e Oitocentos e Dez Reais).

3. MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 47.484.691/0001-00 Endereço: Travessa UM - CEP: 95770000 - UF: RS - Município: Feliz - Telefone: (51) 99730-2643, para os itens: 03, 05, 06, 12, 13, 20, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60 e 61, no valor global de R$ 55.975,00 (cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais).

4. **MAX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA** | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 33.442.649/0001-11 - Endereço: Avenida Urucará - CEP: 69065180 - UF: AM - Município: Manaus - Telefone: (92) 99397-6548 para os itens: 10, 11, 54, 56, e 57, no valor global de R$ 8.420,00 (oito mil, quatrocentos e vinte reais).

5. **R N ALBUQUERQUE BRASIL & CIA LTDA** | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 03.699.397/0001-40 - Endereço: Avenida Santos Dumont - CEP: 69280000 - UF: AM - Município: Manicoré - Telefone: (97) 99612-7044 para os itens: 01, 02, 04, 08, 14, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49, no valor global de R$ 443.785,00 (quatrocentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais).

6. T M BITENCOURT LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 40.011.521/0001-69 - Endereço: Travessa 7 de Setembro, - CEP: 69280000 - UF: AM - Município: Manicoré - Telefone: (97) 99185-6950, para os itens: 09, 15, 16 e 23, no valor global de R$ 23.150,00 (vinte e três mil, cento e cinquenta reais).

7. **TELLES C. DE SANTANA & CIA LTDA** | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 11.421.679/0002-90 - Endereço: R QUINTINO BOCAIUVA - CEP: 69280000 - UF: AM - Município: Manicoré - Telefone: (97) 98805-3015, para os itens: 38 e 55, no valor global de R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).

III - PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia**.**

Gabinete do Prefeito de Manicoré - Amazonas, 01 de setembro de 2026.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:9BF7007F

LICITAÇOES E CONTRATOS
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA 021/2026 – CPC/PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANICORÉ, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** o que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão Permanente de Contratação, referente à Licitação na modalidade de Dispensa nº. 021/2026 – CPC/PMM;
CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitados todos os prazos estabelecidos pela legislação vigente;
CONSIDERANDO que foram atendidos todos os prazos de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR a deliberação da Comissão Permanente de Contratação, constante do processo supracitado, referente a dispensa de licitação nº 021/2026, pelo menor preço global, para a Contratação de pessoa física ou jurídica especializada para a prestação de serviço técnico simplificado na área de Geologia, sob demanda, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SEMINFRA.

II – ADJUDICAR os objetos da Licitação a empresa: **TATIANA ATAIDE PERES**, inscrita no CPF n° 572.380.652-15, para o item 1.

III - PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia**.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MANICORÉ, em 01 de setembro de 2026.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:73A649AC

LICITAÇOES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 399/2026 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026 - PMM

ESPÉCIE: Termo de Contrato de Serviço.
DATA DA ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.
PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE MANICORÉ e a empresa **ADRIANO E DA SILVA - ME**, inscrita no CNPJ n° 09.437.089/0001-22, localizada na Rua dos Japoneses, 346, Parque 10 de Novembro, Manaus – Amazonas – CEP: 69.054-650.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento de uso de sistema informatizado integrado de gestão pública, contemplando os módulos de Contabilidade Pública, Compras, Licitações, Contratos, Frota, Almoxarifado, Patrimônio e Transparência Web, incluindo implantação, eventual conversão ou migração de dados, treinamento, atualização, manutenção e suporte técnico, visando atender às necessidades administrativas, contábeis e gerenciais do Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré – SISPREV.

VALOR TOTAL: R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO: 06.000 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
UNIDADE: 06.001 – ENCARGOS COM O SISPREV
PROJETO/ATIVIDADE: 2.073 – ENCARGOS COM O SISPREV
ELEMENTO: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTES: 800.

CERTIFICO QUE ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO DA PREFEITURA E NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.

Manicoré – Amazonas, 31 de agosto de 2026.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal de Manicoré/AM

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:C18DA877

LICITAÇOES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 400/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – PMM/SEMED

ESPÉCIE: Eventual Aquisição De Materiais Didáticos Pedagógicos, Destinados A Suprir As Demandas Da Secretaria Municipal De Educação, Os Quais São Necessários Para A Realização Das Atividades Cotidianas Em Todas As Unidades Escolares E Administrativas E Educacionais No Município De Manicoré/Am.

DA LEGALIDADE: regerá pelas disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. E alterações posteriores, Código Civil Brasileiro.
DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.

PARTICIPES: Município De Manicoré/AM por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED** e a empresa: **BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ: 30.824.284/0001-00**. Para o item: 17, no valor global de R$ 30.860,00 (Trinta mil, oitocentos e sessenta reais).

OBJETO: O presente contrato tem por fim a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:
Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
ORGÃO: 02.000 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
UNIDADE: 2.005 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO URBANA
PROJETO ATIVIDADE: 2.015 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO URBANA
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 500

Manicoré/AM, 01 de setembro de 2026.

CERTIFICO QUE ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO DA PREFEITURA E NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:05B49240

LICITAÇOES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 401/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – PMM/SEMED

ESPÉCIE: Eventual Aquisição De Materiais Didáticos Pedagógicos, Destinados A Suprir As Demandas Da Secretaria Municipal De Educação, Os Quais São Necessários Para A Realização Das Atividades Cotidianas Em Todas As Unidades Escolares E Administrativas E Educacionais No Município De Manicoré/Am.

DA LEGALIDADE: regerá pelas disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. E alterações posteriores, Código Civil Brasileiro.
DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.

PARTICIPES: Município De Manicoré/AM por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED** e a empresa: **JC COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, CNPJ: 47.452.287/0001-54**. Para os itens: 07, 18 19 e no valor global de R$ 5.810,00 (Cinco mil e Oitocentos e Dez Reais).

OBJETO: O presente contrato tem por fim a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:
Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
ORGÃO: 02.000 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
UNIDADE: 2.005 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO URBANA
PROJETO ATIVIDADE: 2.015 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO URBANA
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 500

Manicoré/AM, 01 de setembro de 2026.

CERTIFICO QUE ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO DA PREFEITURA E NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:1BB04301

LICITAÇOES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 402/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – PMM/SEMED

ESPÉCIE: Eventual Aquisição De Materiais Didáticos Pedagógicos, Destinados A Suprir As Demandas Da Secretaria Municipal De Educação, Os Quais São Necessários Para A Realização Das Atividades Cotidianas Em Todas As Unidades Escolares E Administrativas E Educacionais No Município De Manicoré/Am.

DA LEGALIDADE: regerá pelas disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. E alterações posteriores, Código Civil Brasileiro.
DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.

PARTICIPES: Município De Manicoré/AM por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED** e a empresa: **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 47.484.691/0001-00**. Para os itens: 03, 05, 06, 12, 13, 20, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60 e 61, no valor global de R$ 55.975,00 (cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais).

OBJETO: O presente contrato tem por fim a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:
Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
ORGÃO: 02.000 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
UNIDADE: 2.005 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO URBANA
PROJETO ATIVIDADE: 2.015 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO URBANA
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 500

Manicoré/AM, 01 de setembro de 2026.

CERTIFICO QUE ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO DA PREFEITURA E NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:12471802

LICITAÇOES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 403/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – PMM/SEMED

ESPÉCIE: Eventual Aquisição De Materiais Didáticos Pedagógicos, Destinados A Suprir As Demandas Da Secretaria Municipal De Educação, Os Quais São Necessários Para A Realização Das Atividades Cotidianas Em Todas As Unidades Escolares E Administrativas E Educacionais No Município De Manicoré/Am.

DA LEGALIDADE: regerá pelas disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. E alterações posteriores, Código Civil Brasileiro.
DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.

PARTICIPES: Município De Manicoré/AM por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED** e a empresa: **MAX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA, CNPJ: 33.442.649/0001-11**. Para os itens: 10, 11, 54, 56, e 57, no valor global de R$ 8.420,00 (oito mil, quatrocentos e vinte reais).

OBJETO: O presente contrato tem por fim a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:
Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
ORGÃO: 02.000 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
UNIDADE: 2.005 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO URBANA
PROJETO ATIVIDADE: 2.015 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO URBANA
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 500

Manicoré/AM, 01 de setembro de 2026.

CERTIFICO QUE ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO DA PREFEITURA E NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:AF4427B3

LICITAÇOES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 404/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – PMM/SEMED

ESPÉCIE: Eventual Aquisição De Materiais Didáticos Pedagógicos, Destinados A Suprir As Demandas Da Secretaria Municipal De Educação, Os Quais São Necessários Para A Realização Das Atividades Cotidianas Em Todas As Unidades Escolares E Administrativas E Educacionais No Município De Manicoré/Am.

DA LEGALIDADE: regerá pelas disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. E alterações posteriores, Código Civil Brasileiro.
DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.

PARTICIPES: Município De Manicoré/AM por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED** e a empresa: **R N ALBUQUERQUE BRASIL & CIA LTDA, CNPJ: 30.824.284/0001-00**. Para os itens: 01, 02, 04, 08, 14, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49, no valor global de R$ 443.785,00 (quatrocentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais).

OBJETO: O presente contrato tem por fim a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E**

ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:
Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
ORGÃO: 02.000 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
UNIDADE: 2.005 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO URBANA
PROJETO ATIVIDADE: 2.015 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO URBANA
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 500

Manicoré/AM, 01 de setembro de 2026.

CERTIFICO QUE ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO DA PREFEITURA E NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:30C04339

LICITAÇOES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 405/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – PMM/SEMED

ESPÉCIE: Eventual Aquisição De Materiais Didáticos Pedagógicos, Destinados A Suprir As Demandas Da Secretaria Municipal De Educação, Os Quais São Necessários Para A Realização Das Atividades Cotidianas Em Todas As Unidades Escolares E Administrativas E Educacionais No Município De Manicoré/Am.

DA LEGALIDADE: regerá pelas disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. E alterações posteriores, Código Civil Brasileiro.
DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.

PARTICIPES: Município De Manicoré/AM por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED** e a empresa: **T M BITENCOURT LTDA, CNPJ: 40.011.521/0001-69**. Para os itens: 09, 15, 16 e 23, no valor global de R$ 23.150,00 (vinte e três mil, cento e cinquenta reais).

OBJETO: O presente contrato tem por fim a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:
Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
ORGÃO: 02.000 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
UNIDADE: 2.005 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO URBANA
PROJETO ATIVIDADE: 2.015 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO URBANA
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 500

Manicoré/AM, 01 de setembro de 2026.

CERTIFICO QUE ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO DA PREFEITURA E NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:256BD14C

LICITAÇOES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 406/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – PMM/SEMED

ESPÉCIE: Eventual Aquisição De Materiais Didáticos Pedagógicos, Destinados A Suprir As Demandas Da Secretaria Municipal De Educação, Os Quais São Necessários Para A Realização Das Atividades Cotidianas Em Todas As Unidades Escolares E Administrativas E Educacionais No Município De Manicoré/Am.

DA LEGALIDADE: regerá pelas disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. E alterações posteriores, Código Civil Brasileiro.
DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.

PARTICIPES: Município De Manicoré/AM por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED** e a empresa: **TELLES C. DE SANTANA & CIA LTDA, CNPJ: 11.421.679/0002-90**. Para o item: 38 e 55, no valor global de R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).

OBJETO: O presente contrato tem por fim a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:
Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
ORGÃO: 02.000 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
UNIDADE: 2.005 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO URBANA
PROJETO ATIVIDADE: 2.015 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO URBANA
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 500

Manicoré/AM, 01 de setembro de 2026.

CERTIFICO QUE ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO DA PREFEITURA E NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:71FC01D3

LICITAÇOES E CONTRATOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (ACRÉSCIMO) DA ATA Nº 003/2025 - DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0002/2025

Pelo presente instrumento, a Comissão Permanente de Contratação, neste ato, representado pelo Sr. Augusto Vieira do Nascimento, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº. 213.404.122-68, portador do RG n°. 630.211 SSP/AM, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominado Agente de Contratação da CPC, juntamente com o Exmo. Senhor Prefeito Municipal Lúcio Flávio do Rosário, casado, residente e domiciliado em Manicoré/Amazonas, na Rua Capitão Antônio Franco dos Reis, Bairro de Mazzarello, CEP 69.280-000, portador do RG n° 615011 SSP/AM e do CPF n° 230.893.692-

49, nos termos do art. 124, Inciso II da Lei Federal, n° 14.133/21, Lei Federal n° 10.520/2002, e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico Nº 002/2025, Processo Administrativo nº 002/2025 que tem como objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADO A MERENDA ESCOLAR DO MUNICIPIO DE MANICORÉ-AM, que assim gerou a Ata de Registro de Preço, tendo sua publicação em modo Extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas e transcorrido todos os ditames legais e assim transcrevemos as disposições legais:

Trata-se de um direito previsto na Constituição Federal, que garante que devem ser "mantidas as condições efetivas da proposta" (art. 37, inc. XXI). Também é regulamentado pelasleis responsáveis por normatizar as Licitações e Contratações Públicas.

LEI nº. 14.133/21

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II – por acordo entre as partes:

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Assim a Empresa:

1) R N ALBUQUERQUE BRASIL & CIA LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.699.397/0001-40, estabelecida à Avenida Santos Dumont, Nº 487, Bairro Auxiliadora - CEP: 69280000 - UF: AM - Município: Manicoré.
A empresa acima mencionada é representada neste ato pelo Sr. MICHEL BRASIL DE PAULA, residente e domiciliado à Rua Capitão Antônio Franco dos Reis, nº 770, Auxiliadora, Manicoré/AM, CEP 69280-000, portador do RG 1747598-8 SSP/AM e CPF 726.500.792-15, que firma o presente Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro com Acréscimo do Item: 10, da Ata de Registro de Preço nº 003/2025, oriunda do Processo Administrativo nº 002/2025, em função da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro apresentada, conforme comprovação extraída das Tabelas de Preços anexadas ao requerimento e mediante verificação com critérios técnicos dos valores apresentados, para readequação do valor pactuado. E assim é assinado entre as partes em 01/09/2026 o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o valor unitário do Item abaixo discriminado, da seguinte forma:

ITEM COM VALOR DO REEQUILÍBRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	PREÇO CONTRATADO	PREÇO A SER REEQUILIBRADO
10	CHARQUE BOVINO. TIPO: DIANTEIRO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SADIO, DEVENDO APRESENTAR COLORAÇÃO E ODOR CARACTERÍSTICO. ISENTO DE: COLORAÇÃO ARROXEADA, ACINZENTADA E ESVERDEADA, VESTÍGIOS DE DECOMPOSIÇÃO, ODOR FORTE E DESAGRADÁVEL, PARASITAS, SUJIDADES, LARVAS E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICA, RESISTENTE, A VÁCUO, TRANSPARENTE E RESISTENTE, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS, SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAÇÃO: SEPARADOS EM PACOTES DE 1 KG.	KG	R$ 45,00	R$ 55,13

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços sob aditamento.

CLAUSULA TERCEIRA: Em conformidade com o previsto no art. 124 da Lei nº. 14.133/21, este Instrumento será publicado no Diário Oficial dos Municípios, em forma de extrato.

CLAUSULA QUARTA: Fica eleito pelas partes, com renúncia de qualquer outro, o Foro da Comarca de Manicoré para dirimir quaisquer questões oriundas deste Instrumento.

E por estarem assim, justos e contratados, lido o presente e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam, para que produzam os efeitos devidos.

Manicoré/Am, 01 de setembro de 2026

LUCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal de Manicoré

AUGUSTO VIEIRA DO NASCIMENTO
Agente de Contratação Municipal

Empresa:

R N ALBUQUERQUE BRASIL & CIA LTDA
CNPJ nº. 03.699.397/0001-40

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:7EE2E55E

LICITAÇOES E CONTRATOS
VIGÉSIMO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 123/2022 DA TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022 – CPC/PMM

Vigésimo Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Contrato de Prestação de Serviços de Obra de Engenharia nº 123/2022, que tem como objeto: **SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PERFURAÇÃO DE 12 POÇOS TUBULARES COM 60 METROS DE PROFUNDIDADE COM ESTRUTURA, CHAFARIZ E CAIXA D´ÁGUA DE 15.000L, NAS COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM,** firmando entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ** e a Empresa: **HP CONSTRUÇÃO E PERFURAÇÃO DE POÇOS – LTDA.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ, situada na Avenida Getúlio Vargas nº 574, centro, inscrito no CNPJ nº 04.197.166/0001-09 doravante designada simplesmente**CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Titular, o Senhor: **LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Manicoré (AM), na Rua: Capitão Antônio Franco dos Reis S/Nº - Mazzarello, CEP: 69.280-000 portador do RG nº. 615011-SSP/AM, e do CPF. Nº. 230.893.692-49 e a empresa:**HP CONSTRUÇÃO E PERFURAÇÃO DE POÇOS – LTDA,** adiante designado simplesmente CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 34.521.302/0001-27, com sede na Rua São Roque, n° 180, Alvorada, Manaus/Amazonas CEP 69.043-630, neste ato representada por seu Representante Legal a Senhora: **HELMA PATRÍCIA DIAS TRINDADE**, inscrito no CPF n° 456.390.512-72, Carteira de Identidade nº. 906532-6, residente e domiciliado na Rua Viena, nº. 14, Quadra 30, Conjunto Campos Elíseos – Planalto, CEP: 69.045-570**,** ajustam e acordam

entre si o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ao contrato de nº 123/2022, que tem como objeto: **SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PERFURAÇÃO DE 12 POÇOS TUBULARES COM 60 METROS DE PROFUNDIDADE COM ESTRUTURA, CHAFARIZ E CAIXA D´ÁGUA DE 15.000L, NAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM.** E diante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O objeto do presente aditivo é a prorrogação de prazo da execução dos serviços e da vigência do Termo de Contrato nº 123/2022, por mais **360 (trezentos e sessenta) dias** a contar de **07 de Outubro de 2026, ficando sua vigência até 02 de Outubro de 2027**, do contrato original celebrado entre as partes em 25 de Abril de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 25 de Abril de 2022, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Manicoré/Am: 01 de Setembro de 2026.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal
Contratante

HP Construção e Perfuração de Poços – LTDA
CNPJ: 34.521.302/0001-27
HELMA PATRÍCIA DIAS TRINDADE
Proprietário
Contratado

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:208770B6

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MARAÃ

GABINETE DO PREFEITO
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS- JULHO DE 2026

Aos Trinta dias do mês de Julho de dois mil e vinte e Seis, com início às Quinze Horas no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, na sala de reunião dos Conselhos, reuniram-se os Conselheiros (as): Representante da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã: Conselheiro Titular e Presidente do Conselho- Ozanak Ferreira Gaia; Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social de Maraã, Conselheira Titular e Vice-Presidente - Lenilda da Silva de Almeida, Representante da Secretaria Municipal de Educação: Conselheiro Titular – Elielson Sena da Silva, Representante da Secretaria Municipal de Saúde: Conselheiro Suplente- Fabio Roberto Braga, Representante da Secretaria Municipal de Finanças: Conselheiro Titular- Pedro Henrique Ramos da Silva, Conselheira Suplente- Edilane Teixeira Costa Castelo Branco; Representante da Associação dos Povos Indígenas Kanamari- Conselheiro Titular- Risomar Batista Carvalho Kanamari; Representante da Paróquia Nossa Senhora de Imaculada Conceição: Conselheiro Titular- Jocenira Matos do Nascimento; Ordem do dia**: (1ª- Aprovação de Ordem de Serviços para realizar Reparo, Manutenção na Lancha da Assistência Social; 2ª- Aprovação do Demonstrativo Sintético anual do Exercício Físico-Financeiro, repasse do Cofinanciamento Estadual: Exercício de 2022 (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do SUAS, Benefícios Eventuais), 3ª- Prestação de Conta dos Recursos Federais transferidos na modalidade Fundo a Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao exercício de 2025, compreendendo os recursos destinados aos: (Serviços e Programas Sociassistenciais, Transferência EstruturaSUAS, IGD-PBF e ao IGD-SUAS)**. Com a palavra o presidente do Conselho Municipal de Assistência Social Senhor Ozanak Ferreira Gaia, agradeceu todos os (as) conselheiros (as) presente pela disponibilidade de estarem na Reunião, destacou que todo o processo de explanação da pauta ora apresentada será conduzido pela Senhora: **Ana Kátia Bezerra Fogassa- Secretária Municipal de Assistência Social**. A Senhora Ana Kátia Bezerra Fogassa iniciou sua fala com votos de agradecimentos aos conselheiros (as) presentes pela disponibilidade em atender a convocação e ressaltou que a pauta do dia é fundamental para que haja transparência e confiança entre o conselho e a Secretaria Municipal de Assistência Social, destacou ainda a importância da aprovação das pautas do dia uma vez que se faz necessário para que haja recursos financeiros disponíveis para a continuidade do desenvolvimento das atividades oferecidas, tanto nos Serviços de Proteção Básica com Proteção Especial de Média Complexidade. Em seguida a secretária municipal de Assistência Social iniciou a 01ª pauta doa dia: **1ª- Aprovação de Ordem de Serviços para realizar Reparo, Manutenção na Lancha da Assistência Social,** na qual utilizará recursos oriundos do Cofinanciamento Federal de sua manutenção por meio do Piso Básico Variável-PVB; na oportunidade a secretária explicou aos conselheiros presentes às reformas e melhorias que serão realizadas na Lancha da Assistência Social, destacou ainda que haverá uma ampliação e modificação no motor de propulsão da referida lancha, destacou também a importância das referidas melhorias para garantir atendimentos adequados e de qualidade às comunidades ribeirinhas, depois de esclarecidas todas as dúvidas a pauta em questão foi posta em votação, a qual houve anuência de todos os conselheiros presentes. Dando continuidade a Secretária Municipal de Assistência Social apresentou aos conselheiros a 02ª pauta do dia: **Aprovação do Demonstrativo Sintético anual do Exercício Físico-Financeiro, repasse do Cofinanciamento Estadual: Exercício de 2022 (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do SUAS, Benefícios Eventuais)** a mesma explicou detalhadamente aos conselheiros onde e como os recursos foram aplicados, e disponibilizou todos os valores repassados, esclareceu ainda que os valores referidos ao Cofinanciamento do ano de 2022 foram divididos em duas parcelas na (01ª parcela- Abril de 2022 com total de 88.443,65) e a (02ª parcela- Setembro de 2025 com o total de 88.445,00), esclareceu que esses valores foram divididos entre (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão SUAS e Benefícios Eventuais) após sanadas todas a dúvidas a referida pauta foi colocada em votação, e no momento foi aprovada por todos os conselheiros presente. Em seguida houve a apresentação da 03ª pauta: **Prestação de Conta dos Recursos Federais transferidos na modalidade Fundo a Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao exercício de 2025,** no momento a secretaria municipal de Assistência Social entregou aos conselheiros presentes a prestação de contas do exercício de 2025 referentes a **(Serviços e Programas Socioassistenciais, IGD-PBF, Estrutura SUAS e IGD-SUAS)** depois de lidas e realizada a explicação detalhada referente aos gastos e aplicações, e esclarecidas todas ás duvidas o senhor: Ozanak Ferreira Gaia- Presidente deste Conselho colocou a pauta em análise e votação, a qual foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. Não havendo mais nada a acrescentar eu Greice Nunes Leandro- Secretária Executiva deste conselho lavra a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes, Maraã/AM, 30 de Julho de 2026.

OZANAK FERREIRA GAIA
Presidente- Conselheiro Titular- Representante da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã

LENILDA DA SILVA DE ALMEIDA-
Vice-Presidente
Conselheiro Titular- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

ELIELSON SENA DA SILVA
Conselheiro Titular- Representante da Secretaria Municipal de Educação

FABIO ROBERTO BRAGA
Conselheiro Suplente- Representante da Secretaria Municipal de Saúde

PEDRO HENRIQUE RAMOS DA SILVA
Conselheiro Titular- Representante da Secretaria Municipal de Finanças

EDILANE TEIXEIRA COSTA CASTELO BRANCO
Conselheiro Suplente- Representante da Secretaria Municipal de Finanças

RISOMAR BATISTA CARVALHO KANAMARI
Conselheiro Titular- Associação dos Povos Indígenas Kanamari

JOCENIRA MATOS DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular- Representante da Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição

Publicado por:
Maria Mística Neves Pinheiro
Código Identificador:F23D0E14

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE RECRUTAMENTO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 – SEMAS

Dispõe sobre recrutamento simplificado para contratação temporária emergencial de Motorista, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, especialmente do Conselho Tutelar de Maraã.

O **MUNICÍPIO DE MARAÃ, ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, por meio da Comissão designada pela Portaria nº 041/2026-GPMM, torna pública a abertura de **RECRUTAMENTO SIMPLIFICADO** destinado à contratação temporária emergencial de pessoal, nos termos da legislação municipal vigente e do Decreto Municipal nº 008/2026-GPMM, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente recrutamento simplificado destina-se à seleção de profissional para contratação temporária emergencial, em caráter excepcional e transitório, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
1.2. A contratação terá fundamento na legislação municipal vigente relativa à contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público e no Decreto Municipal nº 008/2026-GPMM.
1.3. O recrutamento observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e transparência.
1.4. A contratação decorrente deste Edital terá prazo máximo de **90 (noventa) dias**, vedada a prorrogação.
1.5. O presente recrutamento não se destina ao provimento permanente de cargo público.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação decorre de necessidade temporária emergencial identificada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e formalizada na Justificativa Administrativa nº 001/2026 – SEMAS.
2.2. A necessidade específica refere-se à disponibilização de 01 (um) motorista habilitado para atendimento do Conselho Tutelar de Maraã, destinado à condução do veículo utilizado em diligências e demais deslocamentos indispensáveis ao funcionamento do órgão.
2.3. A necessidade encontra-se documentada no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas – Promotoria de Justiça da Comarca de Maraã, que, na Notícia de Fato nº 124.2025.000059, registrou a ausência de motorista habilitado e determinou ao Município e à Secretaria Municipal de Assistência Social providências para sua designação.
2.4. A apuração foi posteriormente convertida em Procedimento Preparatório, mantendo-se entre os objetos de acompanhamento ministerial a necessidade de disponibilização de veículo com motorista habilitado para atendimento do Conselho Tutelar.

3. DA FUNÇÃO, VAGA E CONDIÇÕES

Função	Vagas	Lotação/Atuação	Carga horária	Remuneração
Motorista	01	Secretaria Municipal de Assistência Social / Conselho Tutelar	44 horas	R$ 2.000,00

3.1. A contratação será realizada pelo prazo de até **90 (noventa) dias**, vedada a prorrogação.
3.2. O profissional contratado deverá possuir disponibilidade para exercício das atividades no prazo fixado pela Administração.

4. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

Poderá participar do recrutamento o candidato que preencher os seguintes requisitos:
I – possuir idade mínima de 18 anos;
II – possuir documentação pessoal regular;
III – possuir escolaridade compatível com a função, na forma da legislação municipal aplicável;
IV – possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria "AB", válida;
V – possuir habilitação há, no mínimo, 18 (dezoito) meses, considerada, para esse fim, a data da primeira habilitação constante da CNH ou de documento oficial expedido pelo órgão de trânsito competente;
VI – apresentar os documentos exigidos neste Edital;
VII – comprovar experiência profissional, quando apresentada para fins de classificação;
VIII – possuir disponibilidade imediata para exercício das atividades.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições serão realizadas no período de 03 de Setembro de 2026 a 04 de Setembro de 2026.
5.2. As inscrições ocorrerão no seguinte local:
Local: Sede da Prefeitura de Maraã/AM
Endereço: Av. Castelo Branco n. 110, Maraã/AM.
Horário: 09:00 às 11:00

5.3. A inscrição será gratuita.

5.4. No ato da inscrição, o candidato deverá entregar:

I – Ficha de Inscrição, devidamente preenchida e assinada, conforme modelo constante do ANEXO I deste Edital;
II – cópia de documento oficial com fotografia;
III – cópia do CPF;
IV – cópia da CNH válida;
V – comprovante de escolaridade;
VI – currículo atualizado;
VII – documentos comprobatórios da experiência profissional;
VIII – documentos comprobatórios de formação acadêmica ou técnica pertinente;
IX – demais documentos previstos neste Edital.

5.5. A Ficha de Inscrição constante do ANEXO I constitui parte integrante deste Edital e deverá ser devidamente preenchida e assinada pelo candidato no ato da inscrição.

6. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO

6.1. A seleção será realizada pela Comissão designada por Portaria específica.

6.2. Nos termos do Decreto Municipal nº 008/2026-GPMM, poderão ser utilizados, isolada ou cumulativamente, os seguintes critérios:

I – análise curricular;
II – comprovação de experiência profissional;

III – formação acadêmica ou técnica compatível com a função;
IV – disponibilidade imediata para exercício das atividades.

6.3. A avaliação será realizada exclusivamente com base nos documentos apresentados pelo candidato dentro do prazo de inscrição.

7. DA PONTUAÇÃO

Como o Decreto nº 008/2026-GPMM estabelece os critérios, mas o material apresentado até aqui **não fixa tabela numérica de pontuação**, esta deverá ser definida pela Administração antes da publicação do edital.

Sugestão de estrutura, a ser preenchida oficialmente:

Critério	Pontuação máxima
Experiência profissional como motorista	01 pontos
Experiência em serviço público	01 pontos
Cursos de capacitação relacionados à função	02 pontos
Formação compatível/adicional	02 pontos
Total	06 pontos

7.1. Somente serão considerados documentos que permitam comprovar objetivamente a informação apresentada.

7.2. A experiência profissional deverá ser comprovada mediante documento idôneo, contendo período e atividade exercida.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Em caso de empate, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I – maior tempo de experiência profissional na função;
II – maior pontuação em formação/capacitação;
III – maior idade.

9. DO RESULTADO PRELIMINAR

9.1. O resultado preliminar será divulgado em 09/09/2026.
9.2. A divulgação ocorrerá nos meios oficiais utilizados pelo Município de Maraã.
9.3. A publicação conterá, no mínimo:
I – nome do candidato;
II – pontuação obtida;
III – classificação provisória.

10. DOS RECURSOS

10.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar no prazo de 02 dia(s) útil(eis), contado da publicação.
10.2. O recurso deverá ser apresentado por escrito e dirigido à Comissão do Recrutamento Simplificado.
10.3. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo ou sem identificação do candidato.

11. DO RESULTADO FINAL

11.1. Após julgamento dos recursos, a Comissão publicará o resultado final.
11.2. O resultado final será encaminhado à autoridade competente para homologação.
11.3. A classificação no procedimento não gera direito automático à contratação além da vaga prevista, observada a necessidade administrativa.

12. DA CONVOCAÇÃO

12.1. O candidato classificado será convocado pela Administração Municipal.
12.2. O convocado deverá apresentar-se no prazo estabelecido no ato de convocação.
12.3. O não comparecimento no prazo fixado poderá implicar desistência, possibilitando a convocação do candidato subsequente.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. A contratação terá natureza administrativa e temporária.
13.2. O contrato terá prazo máximo de 90 dias, vedada sua prorrogação.
13.3. O contratado ficará sujeito às atribuições, deveres e condições previstas no instrumento contratual e na legislação municipal aplicável.
13.4. O contrato poderá extinguir-se nas hipóteses previstas na legislação municipal e no Decreto Municipal nº 008/2026-GPMM.

14. DAS ATRIBUIÇÕES DO MOTORISTA

Constituem atribuições do profissional contratado, sem prejuízo de outras compatíveis com a função:
I – conduzir veículo oficial utilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo Conselho Tutelar;
II – realizar deslocamentos necessários ao atendimento de diligências e atividades institucionais;
III – observar a legislação de trânsito;
IV – zelar pela conservação e utilização adequada do veículo;
V – comunicar irregularidades ou necessidades de manutenção;
VI – cumprir as determinações administrativas relacionadas ao serviço;
VII – manter conduta compatível com a natureza do atendimento prestado.

15. DO CRONOGRAMA

Etapa	Data
Publicação do Edital	***02/09***/2026
Inscrições	***03/09/26*** a ***04/09***/2026
Análise documental	***08/09/26 09/09/26***
Resultado preliminar	***10/09***/2026
Recursos	***11/09***/2026 a 14/09/26
Julgamento dos recursos	***15/09***/2026
Resultado final	***16/09***/2026
Homologação	***18/09***/2026
Convocação	***21/09***/2026

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A inscrição do candidato implica conhecimento e aceitação das regras deste Edital.
16.2. O candidato é responsável pela veracidade das informações e documentos apresentados.
16.3. A apresentação de informação ou documento falso acarretará eliminação do candidato, sem prejuízo das demais consequências legais.
16.4. Os casos omissos serão apreciados pela Comissão, observada a legislação municipal aplicável.
16.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Maraã/AM, 01 de setembro de 2026.

_____
Presidente da Comissão

_____
Membro

_____
Membro

_____
Secretário(a) Municipal de Administração

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO
EDITAL DE RECRUTAMENTO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 – SEMAS

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº DA INSCRIÇÃO: _____

1. FUNÇÃO PRETENDIDA

Função: MOTORISTA
Lotação/Atuação: Secretaria Municipal de Assistência Social / Conselho Tutelar de Maraã

2. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo:_____
CPF: _____

RG: _____
Órgão expedidor: _____

Data de nascimento: _____/_____/_____

Endereço:

Bairro/Comunidade: _____

Município: _____

Telefone/WhatsApp: _____

E-mail, se houver:_____

3. DADOS DA HABILITAÇÃO

CNH nº: ____

Categoria: _____

Validade: _____/_____/_____

Data da primeira habilitação: _____/_____/_____

4. ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO

Escolaridade:
( ) Ensino Fundamental
( ) Ensino Médio
( ) Ensino Técnico
( ) Ensino Superior
( ) Outro: _____

Curso/Formação, quando aplicável:
_____
_____

5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Possui experiência profissional como motorista?

( ) SIM
( ) NÃO

Tempo total de experiência comprovável:
_____ anos e _____ meses.

Possui experiência como motorista no serviço público?

( ) SIM
( ) NÃO

Período: _____

6. DOCUMENTOS ENTREGUES

Para conferência da Comissão:

Documento Entregue Conferência:
Documento oficial de identificação com foto ( ) ( )
CPF ( ) ( )
Carteira Nacional de Habilitação – CNH ( ) ( )
Comprovante de escolaridade ( ) ( )
Currículo ( ) ( )
Comprovante(s) de experiência profissional ( ) ( )
Certificados/cursos apresentados ( ) ( )
Outros documentos previstos no Edital ( ) ( )

Quantidade total de folhas/documentos entregues: _____

Observações:

7. DISPONIBILIDADE

Declaro possuir disponibilidade para assumir as atividades no prazo estabelecido pela Administração Municipal, caso seja convocado, observadas as condições previstas no Edital de Recrutamento Simplificado nº 002/2026 – SEMAS.

( ) SIM
( ) NÃO

8. DECLARAÇÃO DO CANDIDATO

Declaro, para os devidos fins, que:

I – As informações prestadas nesta ficha são verdadeiras; ( ) SIM ( ) NÃO

II – Tenho conhecimento e aceito as condições estabelecidas no Edital de Recrutamento Simplificado nº 001/2026 – SEMAS; ( ) SIM ( ) NÃO

III – Os documentos apresentados são autênticos e correspondem às informações declaradas; ( ) SIM ( ) NÃO

IV – Estou ciente de que a constatação de informação ou documento falso poderá acarretar minha eliminação do procedimento, sem prejuízo das demais consequências legais; ( ) SIM ( ) NÃO

V – Estou ciente de que a inscrição e eventual classificação não geram direito automático à contratação, que observará a classificação, a necessidade administrativa e as demais condições estabelecidas no Edital.
( ) SIM ( ) NÃO

Maraã/AM, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do candidato

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

EDITAL DE RECRUTAMENTO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 – SEMAS

Inscrição nº: _____

Candidato: _____

Função: MOTORISTA

Data da inscrição: ____/____/2026

Horário: :_____

Quantidade de folhas/documentos recebidos: _____

_____
Servidor/Membro da Comissão Responsável Pelo Recebimento

_____
Candidato

Publicado por:
Maria Mística Neves Pinheiro
Código Identificador:A0B453EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 041/2026-GPMM

Dispõe sobre a designação da Comissão responsável pela condução do Procedimento Simplificado de Recrutamento para contratação temporária emergencial de pessoal no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MARAÃ, ESTADO DO AMAZONAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 003/2001 e suas alterações, que disciplinam a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 008/2026-GPMM, que regulamenta o procedimento simplificado de recrutamento para contratação temporária emergencial de pessoal no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a Justificativa Administrativa nº 001/2026 – SEMAS, que demonstra a necessidade de contratação temporária emergencial para assegurar a continuidade dos serviços públicos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a autorização para prosseguimento do recrutamento simplificado constante do Processo Administrativo nº 003/2026;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 6º do Decreto Municipal nº 008/2026-GPMM, a seleção dos profissionais compete à Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com a secretaria demandante;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para comporem a Comissão responsável pela condução do Procedimento Simplificado de Recrutamento para contratação temporária emergencial de pessoal no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS:

I – EDEMILTON DA SILVA ROCHA, Agente de Segurança, matrícula nº 2535, Presidente;

II – JHON HEBERT DA SILVA DUARTE, Chefe de Setor Pessoal, matrícula nº 1034240, Membro;

III – DENNISSON ROBERTO COELHO, Assistente Administrativo, matrícula nº 1034237, Membro.

Art. 2º Compete à Comissão, observadas as disposições da legislação municipal, do Decreto Municipal nº 008/2026-GPMM e do respectivo instrumento convocatório:

I – promover os atos necessários à execução do procedimento simplificado de recrutamento;

II – receber e analisar a documentação apresentada pelos candidatos;

III – proceder à análise curricular;

IV – avaliar a comprovação de experiência profissional;

V – verificar a formação acadêmica ou técnica compatível com a função;

VI – verificar o atendimento dos demais requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;

VII – proceder à avaliação e classificação dos candidatos;

VIII – elaborar e subscrever atas relativas aos atos praticados no procedimento;

IX – promover a divulgação dos resultados, na forma estabelecida no instrumento convocatório;

X – receber, analisar e decidir os recursos administrativos interpostos pelos candidatos;

XI – elaborar o resultado final do procedimento e encaminhá-lo à autoridade competente para homologação;

XII – praticar os demais atos necessários à regular condução e conclusão do procedimento.

Art. 3º A Comissão deverá observar, em todas as etapas do recrutamento, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e transparência.

Art. 4º O membro da Comissão que possuir interesse direto ou indireto no resultado do procedimento ou circunstância que possa comprometer sua imparcialidade em relação a determinado candidato deverá comunicar o fato e abster-se de participar da respectiva análise.

Art. 5º Os trabalhos da Comissão serão considerados concluídos após o encerramento do procedimento simplificado de recrutamento e o encaminhamento do resultado final à autoridade competente para homologação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Maraã/AM, 25 de Agosto de 2026.

EDIR COSTA CASTELO BRANCO
Prefeito Municipal de Maraã/AM

Publicado por:
Maria Mística Neves Pinheiro
Código Identificador:6114B323

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 005/2026.

Dispõe sobre a Aprovação de Ordem de Serviços para realizar Reparo, Manutenção na Lancha da Assistência Social.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS de Maraã, no uso de suas atribuições que lhe confere, conforme a Lei Municipal nº003/2018, em reunião Ordinária realizada no dia 30 de Julho de 2026, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Maraã.

CONSIDERANDO a deliberação da 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada em 30 de Julho de 2026;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade da execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais cofinanciados pelo Estado;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovação de **Aprovação de Ordem de Serviços para realizar Reparo, Manutenção na Lancha da Assistência Social.**

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em 30 de julho de 2026.

OZANAK FERREIRA GAIA
Presidente - CMAS

Publicado por:
Maria Mística Neves Pinheiro
Código Identificador:34D61946

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 006/2026.

Dispõe sobre a aprovação Do Demonstrativo Sintético Anual do Exercício Físico-Financeiro-2022, repasse do Cofinanciamento Estadual: exercício de 2022 (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do SUAS, Benefícios Eventuais).

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS de Maraã, no uso de suas atribuições que lhe confere, conforme a Lei Municipal nº 003/2018, em reunião Ordinária realizada no dia 30 de Julho de 2026, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Maraã.

CONSIDERANDO a deliberação da 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada em 30 de Julho de 2026;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade da execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais cofinanciados pelo Estado;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a **Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual do exercício de 2022 (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do SUAS, Benefícios Eventuais).**

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em 30 de julho de 2026.

OZANAK FERREIRA GAIA
Presidente – CMAS

Publicado por:
Maria Mística Neves Pinheiro
Código Identificador:530CBD2E

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 2244, DE 01 DE SETEMBRO DE 2025, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS EM 14/07/2026, EDIÇÃO 4148, CÓDIGO IDENTIFICADOR 76AA4C55.

ONDE SE LÊ: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA,

LEIA-SE: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA FILHO,

Maués/AM, 31 de Agosto de 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:747D1FA2

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0596, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - NOMEAR o (a) Senhor (a) **RAIMUNDA DO SOCORRO CORREA**, no Cargo Comissionado de **Agente de Controle Interno – CC-1,** com lotação na Controladoria Geral do Município - CGM, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/02/2025.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 03 DE FEVEREIRO DE 2025.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA PRADO
Secretária de Governo - SEPLAN

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:FD9E84F1

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0613, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ELEOMAR DOS SANTOS DE OLIVEIRA**, no Cargo Comissionado de **Assessor Executivo – Coordenação Política – CC-1,** com lotação na Secretaria Municipal de Interior - SEMI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/02/2025, revogando a Portaria nº 0543, de 20 de janeiro de 2025.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 07 DE FEVEREIRO DE 2025.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA PRADO
Secretária de Governo - SEPLAN

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:B9DCC4CD

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0756, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:
I - NOMEAR o (a) Senhor (a) **HELIO MARCIO BRAGA PEREIRA**, no Cargo Comissionado de **Gerente I – Departamento Administrativo – CC-3,** com lotação na Secretaria Municipal de Governo em Manaus - SEGOM, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 02/01/2025.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/02/2025, revogando a Portaria nº 0501, de 20 de janeiro de 2025.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2025.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA PRADO
Secretária de Governo - SEPLAN

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:9105B885

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0757, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **JOSÉ DANILO OLIVEIRA DOS SANTOS**, da Função Gratificada de **Assessor Especial de Manutenção – FG-1,** Matrícula nº **1534,** com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a contar de 01/02/2025.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2025.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA PRADO
Secretária de Governo - SEPLAN

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:C941EFC9

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0847, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - NOMEAR o (a) Senhor (a) **FRANCISCO CARLOS PINTO DE VASCONCELOS**, na Função Gratificada de **Assessor Administrativo e Financeiro – FG-4,** com lotação na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 03/02/2025.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA PRADO
Secretária de Governo - SEPLAN

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:06BF3248

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0848, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - NOMEAR o (a) Senhor (a) **EDIMILSON PEREIRA DANTAS**, na Função Gratificada de **Assessor Administrativo e Financeiro – FG-4,** com lotação na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 03/02/2025.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA PRADO
Secretária de Governo - SEPLAN

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:A4F6EBF0

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1040, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,
RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ANDRE LAVOR MONTEIRO**, do Cargo Comissionado de **Gerente II – Cadastro, Controle e Informações – CC-4**, Matrícula nº 11226-1, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ANDRE LAVOR MONTEIRO**, no Cargo Comissionado de **Gerente II – Departamento Administrativo – CC-4,** com lotação na Controladoria Geral do Município - CGM, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:669A4923

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1042, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **RAINISON LEÃO DE OLIVEIRA**, do Cargo Comissionado de **Gerente I – Setor de Fiscalização - CC-3**, Matrícula nº 12190-1, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:51A69CE8

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1043, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **HILDERIN RIBEIRO ALVES DA COSTA JUNIOR**, do Cargo Comissionado de **Gerente I – Departamento de Apoio Administrativo - CC-3**, Matrícula nº 12725-1, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento -SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 04/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:180FA4B8

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1044, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **JOSE RENESSON GONÇALVES FONTINELE**, do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos - CC-5**, Matrícula nº 6553-1, com lotação na Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 04/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:C2155807

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1045, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **EMERSON DE SOUZA PAIXÃO**, do Cargo Comissionado de **Gerente II – CC-4**, Matrícula nº 12868-1, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 04/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:743E18E5

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1046, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **CHRISTIAN LUCAS BRAGA TAPAJOS**, do Cargo Comissionado de **Gerente I – Departamento Administrativo - CC-3**, Matrícula nº 11621-1, com lotação na Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 04/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:8C1ADDDB

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1048, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,
RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **EDNEY LAIRANY COSTA DE SOUZA**, do Cargo Comissionado de **Gerente II – Programas Comunitários – CC-4**, Matrícula nº 12537-1, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **EDNEY LAIRANY COSTA DE SOUZA**, no Cargo Comissionado de **Assessor (a) Executivo (a) – CC-1,** com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:C5B3FA08

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1059, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **MARIANA DE ALMEIDA CARMO NETA**, do Cargo Comissionado de **Gerente II– Departamento de Programas e Proposituras - CC-4**, Matrícula nº 9918-3, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 04/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:6E5BAE55

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1061, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,
RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **JOCIELEN CASTRO AMARAL**, do Cargo Comissionado de **Assessor (a) Executivo (a) – CC-1**, Matrícula nº 11336-1, com lotação na Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **JOCIELEN CASTRO AMARAL**, no Cargo Comissionado de **Assessor (a) Executivo (a) – CC-1,** com lotação na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:324CCC2A

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1063, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o requerimento protocolado em 28/04/2026;

RESOLVE:
I - CONCEDER à Servidora **ELIANE CAVALCANTE DOS SANTOS**, Assessor de Serviços Municipais – Limpeza Pública - CC-5, Matrícula nº 11208-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, órgão vinculado a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal, 120 (Cento e Vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** a considerar o período de 09/04/2026 a 06/08/2026, com base no art. 7º, inciso XVIII da Constituição Federal.
II – Esta Portaria entra em vigor a considerar de 09/04/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:960B67D2

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1064, DE 04 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o requerimento protocolado em 24/04/2026;

RESOLVE:
I - CONCEDER à Servidora **LAURA SIQUEIRA VIEIRA**, Professora I - Contratada, Matrícula nº 7687-6, com lotação na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, órgão vinculado a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal, 120 (Cento e Vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** a considerar o período de 22/04/2026 a 19/08/2026, com base no art. 7º, inciso XVIII da Constituição Federal.
II – Esta Portaria entra em vigor a considerar de 22/04/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 04 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:B436A707

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1097, DE 12 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,
RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **LEONARDO SOUZA DO NASCIMENTO**, do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5**, Matrícula nº 12038-1, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **LEONARDO SOUZA DO NASCIMENTO**, no Cargo Comissionado de **Assessor (a) Técnico – Assuntos Sociais – CC-2,** com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.

III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 11/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 12 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:3D92CC83

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1106, DE 12 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor do Art. 56, II e Art. 61, II, da Lei Complementar nº 05, de 14 de outubro de 2015, alterada pela Lei Complementar nº 10, de 19 de junho de 2018 e pela Lei Complementar nº 023, de 26 de dezembro de 2022;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao (a) Servidor (a) **TATIANA PASSOS GOMES,** Professor (a) I – Efetivo (a), Matrícula nº 552-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, **Gratificação de Incentivo ao Aperfeiçoamento e à Qualificação Profissional – GIAQP**, na proporção de vinte e cinco por cento (25%) sobre o vencimento base pela titulação de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de especialização em **Educação Especial**, concluído em 2026.
Art. 2º - A Gratificação de Incentivo ao Aperfeiçoamento e à Qualificação Profissional – GIAQP, constitui vantagem de caráter permanente, conforme previsto em Lei.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 12/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 12 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:49BA9E7B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1107, DE 12 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor do Art. 56, II e Art. 61, I, da Lei Complementar nº 05, de 14 de outubro de 2015, alterada pela Lei Complementar nº 10, de 19 de junho de 2018 e pela Lei Complementar nº 023, de 26 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao (a) Servidor (a) **JUDSON DA SILVA SOUZA,** Professor (a) I – Efetivo (a) / Reintegrado (a), Matrícula nº **12471-1**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, **Gratificação de Incentivo ao Aperfeiçoamento e à Qualificação Profissional – GIAQP**, na proporção de vinte por cento (20%) sobre o vencimento base pela titulação de Curso de Graduação em **Bacharelado em Acompanhamento em TEA,** concluído em 2025.
Art. 2º - A Gratificação de Incentivo ao Aperfeiçoamento e à Qualificação Profissional – GIAQP, constitui vantagem de caráter permanente, conforme previsto em Lei.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 12/05/2026.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 12 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:FCA84C94

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1156, DE 14 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o requerimento protocolado em 13/05/2026;

RESOLVE:
I - CONCEDER à Servidora **VANESSA DA SILVA DANTAS**, GERENTE II – Departamento Administrativo – CC-4, Matrícula nº 11312-1, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, órgão vinculado a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal, 120 (Cento e Vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** a considerar o período de 29/04/2026 a 26/08/2026, com base no art. 7º, inciso XVIII da Constituição Federal.
II – Esta Portaria entra em vigor a considerar de 29/04/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 14 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:5A9BF80D

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1162, DE 15 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **RONY MARTINS DA SILVA**, do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Desporto de Rendimento – CC-5**, Matrícula nº 9926-2, com lotação na Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 15/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 15 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:61AAEC20

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1163, DE 15 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ANTONIO CARLOS DE SOUZA FERREIRA**, do Cargo Comissionado de **Gerente I– Setor de Fiscalização - CC-3**, Matrícula nº 12565-1, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 15/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 15 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:A5541132

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1195, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA FRANCINILDES GOMES DA CRUZ,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a)/Reintegrado (a), Matrícula nº 10880-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:088FA9CF

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1196, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **REGIANE MARIA MEDEIROS DA SILVA,** Gerente II – Executivo de Saúde I – CC-4, Matrícula nº 11262-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:7F702A99

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1197, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA EUGENIA BATISTA FREIRE,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a)/Reintegrado (a), Matrícula nº 10879-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:195C4832

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1198, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **JUCIANE DE SOUZA SOUZA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 11289-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D4E8C39F

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1199, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **REINEI VIANA TRINDADE,** Diretor (a) de Executivo (a) – CC-1, Matrícula nº 11720-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:59FBB995

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1200, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **NATHALIA DO CARMO DE LIMA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5, Matrícula nº 11752-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:21B874C9

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1201, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **RAISSA DO CARMO DE LIMA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 11375-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:AF952D39

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1202, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ISABELA MARIA GUIMARAES BARBOSA,** Gerente II – Executivo de Saúde I – CC-4, Matrícula nº 11734-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:3C675E79

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1203, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **KETIANE SANTOS DOS SANTOS,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5, Matrícula nº 11779-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:790472D0

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1204, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ANTONIA IVANI PANTOJA DE SOUZA,** Agente Comunitário de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 1151-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:6DE00921

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1205, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **CHARLES ANDERSON DE ANDRADE,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Transporte – CC-5, Matrícula nº 12471-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/05/2026 a 30/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D3E1F035

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1207, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ELENICE FREITAS DOS SANTOS,** Auxiliar de Enfermagem – Efetivo (a), Matrícula nº 871-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2023/2024,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:B71DAF15

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1208, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **EMILY DAS DORES DIAS DE SOUZA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5, Matrícula nº 11750-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:3E29ACCA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1209, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **EMILY DOS SANTOS SOUZA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5, Matrícula nº 11878-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:AF18D901

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1210, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ENOQUE MAGALHÃES BORGES,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Farmácia Popular – CC-5, Matrícula nº 11745-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D485E3E8

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1211, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ELIZANDRA MONTEIRO PIMENTEL,** Agente Comunitário (a) de Saúde -ACS - Estável, Matrícula nº 10669-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:847677D1

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1212, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **FRANCINEIA DE NELIS MELO,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 973-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 02/05/2026 a 31/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:5D029F1B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1213, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **JOYCE REGINA MARTINS DA CUNHA,** Enfermeiro (a) – Efetivo (a), Matrícula nº 822-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:7C2F284E

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1214, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **LINEKER GOMES DA FONSECA,** Diretor (a) I – Administrativo e Financeiro – CC-1, Matrícula nº 9871-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:30FFF892

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1215, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MAIARA MEDEIROS DA SILVA,** Gerente I – Departamento Administrativo – CC-3, Matrícula nº 11727-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:EAAF5286

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1216, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIELENE MAFRA TAVARES,** Auxiliar de Enfermagem – Efetivo (a), Matrícula nº 1170-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:AA5D01C6

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1219, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **VANESSA DIAS MIRANDA,** Chefe de Setor – Atenção Básica – CC-2, Matrícula nº 1031-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:E82C1FE4

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1220, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **WALDERNUZE SILVA RAMOS,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5, Matrícula nº 101869-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F6A6B246

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1222, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **JOSE LUIS DE SOUZA MATOS,** Motorista de Autos – CAT B - Contratado, Matrícula nº 3243-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 06/05/2026 a 04/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:29435A65

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1223, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **KIOCESAR KOIDE BELEM,** Assessor de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos - CC-5, Matrícula nº 11693-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 06/05/2026 a 04/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:012496C4

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1670, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **ADRIANO CORREA RAITZ,** Assessor Executivo – Assuntos Estratégicos – CC-1, Matrícula nº 11376-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:2A0D5D42

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1671, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **GILBERTO FERREIRA DE SOUZA,** Assessor Executivo – CC-1, Matrícula nº 11027-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:BF2689E2

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1672, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **DAWIS LINCOLN MICHILES,** Subcontrolador Geral – SE-C, Matrícula nº 1470-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:E3FE9B32

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1673, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **RAIMUNDO JOSE TRAVASSO PEREIRA,** Auxiliar de Serviços Municipais - Efetivo, Matrícula nº 65-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento - SEPROR, relativo ao período aquisitivo de **2014/2015.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:40DD7652

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1674, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **FRANCISCO CARLOS PINTO DE VASCONCELOS,** Assistente Administrativo – Efetivo, à disposição do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUT, Matrícula nº 204-1, relativo ao período aquisitivo de **2013/2014.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:419867D1

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1675, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **WESLEY PEREIRA UCHIYAMA,** Diretor I – Departamento de Ensino – CC-1, Matrícula nº 12490-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:C3625C3D

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1676, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:
I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **ROSELY OLIVEIRA PEREIRA,** Secretária Municipal de Administração e Planejamento – SG-C, Matrícula nº 1794-2, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:B662CB50

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1677, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **JOAO BATISTA RODRIGUES,** Auxiliar de Serviços Municipais - Efetivo, Matrícula nº 551-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos – SEMOSP, relativo ao período aquisitivo de **2015/2016.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:1C63C0CC

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1687, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **ADRIANO RALPH NOGUEIRA COSTA,** Assistente Administrativo Efetivo, exercendo atualmente a Função Gratificada de Chefe do Setor Previdenciário - FG-1, Matrícula nº 55-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:5FF61DE8

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1706, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO a necessidade de Assistente Administrativo na Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

I – ALTERAR A LOTAÇÃO do (a) Senhor (a) **LÁZARO DE SOUZA ANTUNES**, Assistente Administrativo - Efetivo, Matrícula nº 622-1, para a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:63BA79EB

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1708, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ANDRESA DA SILVA DOCE,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS-Estável, Matrícula nº 10394-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:9A79D94A

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1709, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ALDECY CALDAS DE OLIVEIRA,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS-Estável, Matrícula nº 8313-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:46D08C9E

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1710, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ALEXANDRE MAGNO SILVA DOS SANTOS,** Assessor de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo - CC-5, Matrícula nº 8844-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:78305446

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1711, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ALFA LAVAREDA ANSELMO,** Assistente Administrativo (a) -Efetivo (a)/Reintegrado (a), Matrícula nº 11336-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:1610C789

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1712, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **BRENDA CRISTINA SANTOS DOS SANTOS,** Gerente I – Departamento Administrativo – CC-3, Matrícula nº 11270-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:C921A1F2

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1713, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **DANUZA MONTEIRO LEAO,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS, Matrícula nº 1000-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:95007A00

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1714 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **DAIANE CRISTINA VERÇOSA,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 991-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:A9192344

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1715 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **DELMA PINHEIRO RODRIGUES,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 1005-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:184D399B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1716 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **DAVI FREIRE BARBOSA,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 8211-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2023/2024,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:E004EAAA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1717, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **DINELZA DE SOUZA TAVARES,** Agente de Combate às Endemias - ACE - Estável, Matrícula nº 940-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:10D55A7A

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1718, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **DAIANE BELIZARIO DANTAS,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 1940-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2020/2021,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:CD7AB28B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1719, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **EUNICE DOS PASSOS PINTO,** Gerente II – Setor de Arquivos – CC-4, Matrícula nº 12512-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F3A410A8

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1720, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ERLANE FARIAS DE OLIVEIRA,** Gerente II – Executivo de Saúde I – CC-4, Matrícula nº 2585-4, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:3DEE4378

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1721, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **FRANCISCA FERREIRA DOS SANTOS,** Técnica em Enfermagem – Efetivo (a), Matrícula nº 984-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:C66ED13B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1722 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **GABRIEL SILVA MICHILES,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 10660-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/07/2026 a 30/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:1E3CFEFC

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1723, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **HEWERTON WESLLEY MEDEIROS DOS SANTOS,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 1186-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:E8961717

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1724, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **IZAILDA OLIVEIRA DA SILVA,** Auxiliar de Enfermagem – Efetivo (a)/Reintegrado (a), Matrícula nº 10862-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:3962F9EF

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1725, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **JORGE MIRANDA DE LIMA,** Agente de Combate às Endemias - ACE - Estável, Matrícula nº 9691-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:22F3814D

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1726, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **JULIANA BELTRAM DA COSTA,** Assessor de Serviços Municipais – Limpeza Pública – CC-5, Matrícula nº 11866-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F65FEC4B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1727, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **LEANDRO BRAGA SILVA JUNIOR,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 10261-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:CA79D3A9

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1728, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **LENARA ALMEIDA DE SOUZA,** Diretor (a) I – Departamento Financeiro – CC-1, Matrícula nº 11257-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:E303D9C2

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1729, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA GOMES BARBOSA,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 1041-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:0FB318BC

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1730, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARCIELE DA SILVA VIANA,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 1314-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:205990DD

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1731, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA JUCILENE DOS SANTOS PINTO,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 1398-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:39FCDCCF

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1732, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ROZEMAR MATOS MICHILES,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 1054-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:34DBD0FF

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1733, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ROMENA FLAVIA PENA DOS SANTOS,** Assessor de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5, Matrícula nº 11877-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:E22CC371

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1734, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **RENNER DE MATOS BATISTA,** Gerente II – Departamento Administrativo – CC-4, Matrícula nº 11739-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:410D91CE

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1735, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **SUELEN LIMA MARTINS,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 1270-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D8B3E046

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1736, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **VALDERLAN CARVALHO DA SILVA,** Agente de Combate às Endemias - ACE - Estável, Matrícula nº 702-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:392263BA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1737, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **VALDEMIRA MARINHO,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 1318-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/08/2026 a 30/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:1970FED8

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1738, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ZUSETE DE SOUZA PEREIRA,** Agente de Combate às Endemias - ACE - Estável, Matrícula nº 1491-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:E5E00835

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1740, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ALBERSON MICHILES DE LIMA,** Agente Comunitário (a) de Saúde – ACS - Estável, Matrícula nº 1129-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:16F297E7

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1741, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ZANNY DA SILVA MARTINS,** Agente de Combate às Endemias - ACE - Estável, Matrícula nº 1488-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 17/07/2026 a 15/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:1AC1C9C8

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1742, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **RAFAEL DOS SANTOS BARBOSA,** Gerente II – Executivo de Saúde I – CC-4, Matrícula nº 11275-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/08/2026 a 30/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D1FBD48A

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1743, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA ELBA MARTINS DA CUNHA,** Auxiliar de Laboratório – Efetivo (a), Matrícula nº 1139-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 13/07/2026 a 11/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:B4243BCB

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1744, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ARINAUVA NEGREIROS MENDES,** Diretor (a) II – Administrativo (a) – CC-2, Matrícula nº 12336-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/07/2026 a 30/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:68F6986F

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1745, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **CLEUMARIO DA SILVA ABUAB,** Assistente Administrativo – Efetivo (a), Matrícula nº 802-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/07/2026 a 30/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D04A0FCB

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1746, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA DOMINGAS GUEDES,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 1134-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2023/2024,** a considerar de 01/08/2026 a 30/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:9FEE7ECE

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1747, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **KESSIA BRANDAO DOS ANJOS,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 11290-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/08/2026 a 30/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:70FA2952

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1748, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA SALETE SÁ BATISTA,** Técnico (a) em Hemoterapia – Efetivo (a), Matrícula nº 1163-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2014/2015,** a considerar de 01/08/2026 a 30/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:FF53F6BA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1750, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **JOSE EDENILSON VIANA RODRIGUES,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a)/FG-2, Matrícula nº 876-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2011/2012,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:E4223621

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1751, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **FABIOLA DOS SANTOS SOARES,** Gerente II – Cadastro, Controle e Informações – CC-4, Matrícula nº 11228-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D9A2BFBE

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1752, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **HANDREWN KAIQUE DA SILVA MARQUES,** Gerente II – Cadastro, Controle e Informações – CC-4, Matrícula nº 11227-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D28E6114

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1753, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **IDAIANE SILVA DA CRUZ,** Assessor (a) Executivo (a) – CC-1, Matrícula nº 11125-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:3E527AE4

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1754, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **CLEICIMARA DA SILVA ARAUJO,** Gerente II – Cadastro, Controle e Informações – CC-4, Matrícula nº 11219-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F395A56C

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1755 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **EDNEY LAIRANY COSTA DE SOUZA,** Assessor (a) Executivo (a) - CC-1, Matrícula nº 12537-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:33B835DE

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1756 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA MARTA RODRIGUES ARRUDA,** Gerente I – Departamento Administrativo – CC-3, Matrícula nº 2620-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:E5550A68

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1757 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **NIVEA CRISTINA MARTINS FERNANDES,** Assistente Social – Contratado (a), Matrícula nº 10475-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:3B6C3391

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1758, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIELLI MAFRA TAVARES,** Gerente I – Departamento Administrativo – CC-3, Matrícula nº 11126-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:5EA00C46

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1759, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **KAYNNAN FELIPE CARVALHO COLARES,** Psicólogo – Contratado, Matrícula nº 11497-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:504A80A0

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1760 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ANNE SILVA DE SOUZA,** Assessor (a) Executivo (a) – CC-1, Matrícula nº 12034-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D82F8163

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1761 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **CLAUDETE GARCIA GOES,** Gerente II – Departamento de Programas e Projetos – CC-4, Matrícula nº 6589-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:23C7D3B2

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1762 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **LIVIA MARIA NUNES DA SILVA,** Gerente II – Departamento Administrativo – CC-4, Matrícula nº 11936-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:8D6AE709

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1763 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o)Servidor(a) **ALINE BATISTA DOS SANTOS,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos - CC-5, Matrícula nº 11831-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:BD42B0BF

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1764 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **LUANA SOUZA BRUCE,** Assessor (a) de Serviços Municipais – CC-5, Matrícula nº 6611-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:314DCC30

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1765 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA POLIANA MOREIRA PEREIRA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos - CC-5, Matrícula nº 11832-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:091D6141

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1766 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **VILMA LEAO DOS SANTOS,** Gerente II – Cadastro, Controle e Informações - CC-4, Matrícula nº 11236-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:57523C61

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1767 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA AUXILIADORA BARAUNA MIRANDA,** Auxiliar de Serviços Municipais – Contratado (a), Matrícula nº 11468-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:4B3E3107

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1768 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **LINO QUEIROZ DE OLIVEIRA NETO,** Assessor Executivo - CC-1, Matrícula nº 12507-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:44BAC251

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1769 DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **VANUZA SANTOS GONÇALVES,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Limpeza Pública - CC-5, Matrícula nº 11490-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 10/07/2026 a 08/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:B2A1F895

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1770, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ELIONEY GONDIM LOPES,** Chefe de Setor – Segurança – CC-2, Matrícula nº 12361-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Governo em Manaus – SEGOM, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:A37741FC

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1771, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ANTONIA JANIA DA SILVA BELIZARIO,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Limpeza Pública – CC-5, Matrícula nº 11635-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas - SEMAI, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:08F26A8C

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1772, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **GRAZIELA GOMES PEREIRA,** Diretor I – Executivo (a) – CC-1, Matrícula nº 11330-1, lotado (a) na Procuradoria Geral do Município - PGM, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 08/08/2026 a 06/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:FDCC4627

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1773, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA PRISCILA MAZARA PEREIRA,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 136-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECTUR, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 06/07/2026 a 04/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:DE31D612

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1774, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **JOSE NEUTON MARTINS DA CUNHA,** Diretor I – Departamento de Arrecadação e Tributos – CC-1, Matrícula nº 1500-2, lotado(a) na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:A94B1A45

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1775, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ANDREZA FREIRE DA SILVA,** Assessor (a) Técnico (a) – CC-2, Matrícula nº 11075-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:3D53093A

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1776, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **BRUNA RAFAELA PANDURA NEVES,** Gerente I – Departamento Administrativo – CC-3, Matrícula nº 11306-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários - SEMHAF, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 09/07/2026 a 07/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F13339AA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1777, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ARTUR SANTOS PINTO,** Assessor de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 7420-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários - SEMHAF, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 09/07/2026 a 07/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:3942968F

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1778, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MACIRLEI LOPES DA SILVA,** Gerente I – Departamento de Apoio Administrativo - CC-3, Matrícula nº 11320-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/07/2026 a 30/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:4DA122B2

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1779, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ERIKA DAS NEVES RODRIGUES LOPES,** Diretor I – Departamento de Administração - CC-1, Matrícula nº 11311-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/07/2026 a 30/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:CBCC2F2E

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1780, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA HELENA RODRIGUES LEAO,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 9037-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:FB61B12B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1781, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ANTONIO CARLOS AGUIAR FERNANDES,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 10459-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:BE500DB3

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1782, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA MARGARETE LOBO DE SOUZA,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a)/Reintegrado (a), Matrícula nº 10894-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 06/08/2026 a 04/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:BEABE2E7

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1783, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **CRISTINA COSTA DA SILVA NOBREGA,** Gerente I - Técnico (a) de Licitação – CC-3, Matrícula nº 11083-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 24/07/2026 a 22/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:1ECDE2FC

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1784, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MAURICIO GURJAO BRANDAO,** Diretor I - Setor de Almoxarifado – CC-1, Matrícula nº 12345-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 06/07/2026 a 04/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D68C904F

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1785, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **SIDIA CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 501-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 06/07/2026 a 04/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:8E6A67FF

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1786, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ADRIANE GOMES MOUTINHO,** Gerente II – Setor de Pessoa – CC-4, Matrícula nº 8558-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 04/08/2026 a 02/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:53F5A9B1

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1787, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **FRANCISMAR MOREIRA DE SOUZA,** Assistente Administrativo – Efetivo (a), Matrícula nº 865-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - SEDEMA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 15/07/2026 a 13/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:7D5ED2E0

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1788, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **RAIMUNDO LAZARO DE OLIVEIRA JUNIOR,** Secretário de Governo – SG-C, Matrícula nº 11394-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - SEDEMA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 15/07/2026 a 13/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:8C4ADAC4

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1789, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **LUIZA ESTER FREITAS PEREIRA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Fiscalização – CC-5, Matrícula nº 12556-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - SEDEMA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/08/2026 a 30/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:CE9DE22A

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1790, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ALINE LIMA NEGREIROS,** Gerente I – Departamento de Apoio Administrativo – CC-3, Matrícula nº 11570-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - SEDEMA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:C7291510

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1791, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **FRANCISCO RODRIGUES DA FONSECA,** Gerente II – Fiscalização de Trânsito – CC-4, Matrícula nº 1455-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:744F04FF

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1792, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **BENEVALDO GONZAGA DE OLIVEIRA,** Vigia - Efetivo, Matrícula nº 778-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2018/2019,** a considerar de 01/08/2026 a 30/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:BB14DF80

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1793, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARCOS ANTONIO DA SILVA CASTRO,** Desenhista – Normografista - Efetivo, Matrícula nº 73-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2023/2024,** a considerar de 01/08/2026 a 30/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:AA8D2180

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1794, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ELIAS PEREIRA DE OLIVEIRA,** Assistente Administrativo - Efetivo, Matrícula nº 485-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2023/2024,** a considerar de 01/07/2026 a 30/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:4F7C7DBE

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1795, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **CLEILTON OLIVEIRA PEREIRA,** Técnico Agrícola – Efetivo/FG-1, Matrícula nº 248-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento - SEPROR, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 13/07/2026 a 11/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:8CC57205

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1796, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **LIANDER MARTINS VASCONCELOS,** Técnico Agrícola – Efetivo/FG-1, Matrícula nº 285-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento - SEPROR, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/08/2026 a 30/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:5E7400C4

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1797, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **VALDIR PINHEIRO MEDEIROS,** Gerente I – Projetos Autossustentáveis – CC-3, Matrícula nº 11324-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento - SEPROR, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:4ECD814B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1798, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ANTONIA LUZINETE QUEIROZ PEREIRA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 11525-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento - SEPROR, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 05/07/2026 a 03/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:B0207A0A

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1799, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **INALDO GONZAGA CALDAS,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 11872-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento - SEPROR, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 06/07/2026 a 04/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:2D55C4D5

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1800, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **PEDRO HELCIO CASTILHO COELHO,** Gerente I – Feira do Peixe – CC-3, Matrícula nº 12388-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento - SEPROR, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 07/07/2026 a 05/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:6A1957B9

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1801, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
Considerando o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER ao (a) Servidor (a) **ROSILENE DA COSTA LAVAREDA,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 493-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Duzentos e dez (210) dias de **FÉRIAS**, relativo aos períodos aquisitivos abaixo, a considerar de 01/07/2026 a 26/01/2027, para fins de aposentadoria.

PERÍODO DE AQUISIÇÃO	MÊS DE PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
2014/2015	JULHO/2026	01/07/2026 a 30/07/2026
2015/2016	AGOSTO/2026	31/07/2026 a 29/08/2026
2021/2022	SETEMBRO/2026	30/08/2026 a 28/09/2026
2022/2023	OUTUBRO/2026	29/09/2026 a 28/10/2026
2023/2024	NOVEMBRO/2026	29/10/2026 a 27/11/2026
2024/2025	DEZEMBRO/2026	28/11/2026 a 27/12/2026
2025/2026	JANEIRO/2027	28/12/2026 a 26/01/2027

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:9D8C7C56

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1802, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **HILASON LIMA MARTINS,** Vigia – Efetivo (a), Matrícula nº 319-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2019/2020,** usufruído no período de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:7DDC482B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1803, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA JOSE MOREIRA DE SOUZA,** Assessor (a) Executivo (a) – CC-1, Matrícula nº 1626-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de período de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:2B36E92C

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1805, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o)Servidor(a) **KIMBERLLY LIVRAMENTO LOPES REPOLHO,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 12483-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 07/08/2026 a 05/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:34C4E71E

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1806, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **GABRIELLE VASCONCELOS AMARAL,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 11824-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 20/07/2026 a 18/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:B84FD798

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1807, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **CARLOS ANDRE MOURA PINTO,** Diretor II - Administrativo – CC-2, Matrícula nº 11594-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 21/08/2026 a 19/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:AA07541C

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1872, DE 21 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA MIRACILDA MORAES DOS SANTOS,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 885-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 15/07/2026 a 13/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 21 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:0CF06A02

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1873, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
Considerando o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER ao (a) Servidor (a) **SALUCIMAR PUREZA DA SILVA DE CASTRO,** Cozinheira/Merendeira – Efetivo (a), Matrícula nº 496-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Cento e vinte (120) dias de **FÉRIAS**, relativo aos períodos aquisitivos abaixo, a considerar de 01/08/2026 a 28/11/2026.

PERÍODO DE AQUISIÇÃO	MÊS DE PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
2009/2010	JULHO	01/08/2026 a 30/08/2026
2010/2011	AGOSTO	31/08/2026 a 29/09/2026
2011/2012	SETEMBRO	30/09/2026 a 29/10/2026
2015/2016	OUTUBRO	30/10/2026 a 28/11/2026

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:DBCBFFD1

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1874, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO a necessidade de Assistente Administrativo na Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

I – ALTERAR A LOTAÇÃO do (a) Senhor (a) **WALMIRA MARIA ALEGRIA MENDONÇA**, Assistente Administrativo (a) – Efetivo (a), Matrícula nº 1344-1, para a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D1888DAC

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1891, DE 23 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **RAMILLY MENEZES OLIVEIRA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Segurança - CC-5, Matrícula nº 12411-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Geração de Emprego e Renda - SEGER, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 23 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:2D5C1AC8

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1896, DE 24 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **CLEDENILSON MENEZES DOS SANTOS,** Técnico em Contabilidade – Efetivo (a), Matrícula nº 4-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2016/2017,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 24 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:97C37DBA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1897, DE 24 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ROSANGELA DE SOUZA MAMUD,** Auxiliar de Obras e Manutenção – Efetivo (a), Matrícula nº 4-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 24 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:DE590F57

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1898, DE 24 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **OSNY CORREA RODRIGUES,** Técnico em Contabilidade – Efetivo (a), Matrícula nº 25-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Geração de Emprego e Renda - SEGER, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2022/2023,** a considerar de 03/08/2026 a 01/09/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 24 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:18182958

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1906, DE 27 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **KESSY KATHELLEN TOSCANO DOS SANTOS**, do Cargo Comissionado de **Gerente I – Departamento Administrativo - CC-3**, Matrícula nº 11508-1, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 23/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 27 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:18B5AC94

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1990, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO a necessidade de Auxiliar de Obras e Manutenção na Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

I – ALTERAR A LOTAÇÃO do (a) Senhor (a) **ALESSANDRO SOARES DA SILVA**, Auxiliar de Obras e Manutenção - Efetivo, Matrícula nº 461-1, para a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/08/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 07 DE AGOSTO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:0390449A

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE NHAMUNDÁ

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
DESPACHO DE SUSPENSÃO DO CERTAME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 054/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 020/2026
SISTEMA: Registro de Preços – SRP
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do Município de Nhamundá/AM.

DESPACHO
Considerando a necessidade de assegurar a regularidade, a segurança jurídica, a isonomia entre os licitantes, a competitividade e a adequada formulação das propostas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 020/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 054/2026;
Considerando que, no curso da revisão administrativa do instrumento convocatório e de seus anexos, foram identificados pontos que demandam ajustes e aperfeiçoamentos, especialmente quanto à coerência entre as disposições do Edital, do Termo de Referência e das minutas anexas;
Considerando, em especial, a necessidade de revisão da minuta contratual, que contém campos e referências ainda não individualizados para a presente contratação, bem como a necessidade de harmonização de disposições relativas à validade das propostas, prazo de validade dos produtos, critérios de avaliação de amostras, qualificação técnica e econômico-financeira, tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte e demais condições de execução do objeto;
Considerando que a Administração Pública deve promover o saneamento de impropriedades e assegurar que o instrumento convocatório contenha regras claras, objetivas e coerentes, de modo a evitar interpretações divergentes e potenciais prejuízos à competitividade e à seleção da proposta mais vantajosa;
Considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica e competitividade;
Considerando o disposto no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável à sistemática adotada no certame, e a necessidade de que o procedimento observe integralmente as condições estabelecidas no instrumento convocatório;
Considerando o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, quanto à adequada instrução da fase preparatória e à motivação das condições do edital;
Considerando o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o edital deverá estabelecer as regras relativas à licitação e à execução do contrato, de forma clara e suficiente;
Considerando o art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual eventuais modificações no edital que comprometam a formulação das propostas exigem nova divulgação e observância dos mesmos prazos originalmente estabelecidos;
Considerando, ainda, o art. 71, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
Diante do exposto, no exercício das atribuições inerentes à função de Agente de Contratação, DETERMINO A SUSPENSÃO da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 020/2026, Processo Administrativo nº 054/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual aquisição de cestas básicas, anteriormente prevista para o dia 03 de setembro de

2026, até a conclusão da revisão e adequação do instrumento convocatório e de seus anexos.
DETERMINO, ainda, que sejam promovidas as correções e adequações necessárias no Edital, no Termo de Referência e nas respectivas minutas anexas, com especial atenção à eliminação de inconsistências, à objetivação dos critérios de habilitação e aceitação das amostras, à compatibilização dos prazos e condições de fornecimento e à conferência das regras de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
Após a conclusão das adequações, os autos deverão ser encaminhados para a análise e manifestação dos setores competentes, inclusive quanto à necessidade de nova apreciação jurídica, quando cabível, antes da republicação do instrumento convocatório.
Caso as alterações realizadas sejam capazes de comprometer a formulação das propostas ou afetar as condições de participação dos licitantes, deverá ser providenciada a republicação do edital e a reabertura dos prazos legais, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, com a divulgação da nova data da sessão pública pelos meios oficiais aplicáveis.
Dê-se ciência aos interessados acerca da suspensão, por meio do sistema eletrônico utilizado para o certame e dos meios oficiais de publicidade adotados para a licitação.
Após o cumprimento das providências acima, retornem os autos para prosseguimento do certame, com a definição e divulgação da nova data da sessão pública, observada a legislação vigente.

Nhamundá/AM, 1º de setembro de 2026.

ADRIANO FERREIRA SCHUAB
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Ferreira Schuab
Código Identificador:612FEB5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 001/2023/IMPAM

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 001/2023/IMPAM
A PREFEITA DO MUNICIPIO DE NHAMUNDÁ, ESTADO DO AMAZONAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC, EM ESPECIAL O DISPOSTO NO § 1º DO ART. 78 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NHAMUNDÁ
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, publicidade, segurança jurídica e eficiência previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da publicidade do presente ato administrativo, originalmente expedido em 1º de setembro de 2023, cuja publicação oficial não ocorreu à época por omissão administrativa;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 50, inciso VIII, e 55 da Lei Federal nº 9.784/1999, aplicável subsidiariamente à Administração Municipal na ausência de norma local específica, conforme Súmula nº 633 do Superior Tribunal de Justiça;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Sra. **VICTORIA OLIVEIRA DE ANDRADE**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/AM sob o nº 17.850, para exercer o cargo de Assessora Especial na Área Jurídica, símbolo CC, junto ao Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria dos Servidores Públicos do Município de Nhamundá – IMPAN.
Art. 2º A nomeada exercerá suas funções com dedicação e responsabilidade, prestando apoio técnico-jurídico à gestão do IMPAN, conforme as competências atribuídas ao cargo na legislação vigente.
Art. 3º Fica reconhecida, para fins de regularização administrativa, a expedição do presente ato em 1º de setembro de 2023, determinando-se sua publicação extemporânea no órgão oficial de imprensa, para saneamento da omissão de publicidade verificada à época.
Parágrafo único. A presente publicação extemporânea destina-se à regularização da publicidade do ato administrativo originalmente expedido em 1º de setembro de 2023, preservados os respectivos registros funcionais e administrativos referentes ao período de efetivo exercício.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nhamundá/AM, 01 de setembro de 2023.

RAIMUNDA MARINA BRITO PANDOLFO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Sergio Dos Santos Guimaraes
Código Identificador:DBD29F50

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA DO NORTE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2026 – CMC/PMNON

A **Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte (AM),** por intermédio de sua Pregoeira e da Comissão Municipal de Contratação (CMC), instituída pelo Decreto nº 300/PMNON/GP/2025, torna público aos interessados o **CANCELAMENTO** do processo licitatório na modalidade **Pregão Presencial SRP nº 016/2026**, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 18/08/2026, Edição 4173.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES, QUANTIDADES, E EXIGÊNCIAS A SEREM ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA"

Motivação: A decisão fundamenta-se na identificação de inconsistências técnicas insanáveis no instrumento convocatório, especificamente **erros nas descrições dos produtos e nos quantitativos estimados**, inviabilizando a formulação de propostas fidedignas por parte dos licitantes.

Fundamentação Legal: O cancelamento ocorre em estrito respeito ao **Princípio da Autotutela,** consagrado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal (STF) e expressamente previsto no **Artigo 169 da Lei Federal nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que confere à Administração Pública o dever-poder de sanar ou anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais.

Ficam, portanto, canceladas as entregas e a abertura das propostas previstas para o dia 02/09/2026. Oportunamente, após as devidas correções no Termo de Referência, uma nova data para a realização do certame será publicada nos meios oficiais de divulgação.

Nova Olinda do Norte/AM, 01 de setembro de 2026

ELISSELMA FREIRE MAGALHÃES
Pregoeira Decreto nº 300/PMNON/GP/2025

Publicado por:
Hilton Alves Arouca Junior
Código Identificador:774A2620

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE NOVO ARIPUANÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025.

Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã/AM.
Pregão Presencial: 027/2025.

Objeto da Ata: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL, GABINETE DO EXECUTIVO, SECRETARIAS MUNICIPAIS, ÓRGÃOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROGRAMAS CONEXOS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO ARIPUANÃ/AM, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

Contratada: AMAZON INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA.
CNPJ: 28.682.844/0001-89.

Contratada: E S DA CRUZ COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA.
CNPJ: 06.136.794/0001-00.

Objeto do Termo Aditivo: A prorrogação da Ata de Registro de Preços nº 025/2025, permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços.

Prazo de Prorrogação: Por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 02 de setembro de 2026 à 01 de setembro de 2027.

Fundamento Legal: Dispositivo legal aplicável pela Lei 14.133/21.

Novo Aripuanã/AM, 01 de setembro de 2026.

RAYMUNDO LOPES DE ALBUQUERQUE SOBRINHO
Prefeito Municipal de Novo Aripuanã/AM

Publicado por:
Maria Olímpia Dos Santos Passos
Código Identificador:D2278B8B

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 079/2026 INEXIGIBILIDADE N°. 011/2026-CPC

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ

CONTRATADA: JU MARQUES PRODUÇÕES ARTISTICA LTDA - EPP (CNPJ Nº. 60.998.497/0001-00)

ESPÉCIE: TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE REALIZAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA

OBJETO: ALTERAÇÃO DE DATA DE REALIZAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA.

RATIFICAÇÃO: PERMANECEM INALTERADAS E RATIFICADAS TODAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO TERMO DE CONTRATO Nº 079/2026 QUE NÃO TENHAM SIDO EXPRESSAMENTE MODIFICADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

Novo Aripuanã/AM, 31 de agosto de 2026.

RAYMUNDO LOPES DE ALBUQUERQUE SOBRINHO
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Olímpia Dos Santos Passos
Código Identificador:6BB0197C

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE PARINTINS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
ATA DA SOLENIDADE DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES SUPLENTES ELEITOS NO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS SUPLENTES DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE PARINTINS – AMAZONAS

Aos **vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis**, às **nove horas**, no **Auditório Dom Arcângelo Cerqua**, situado à Avenida Nações Unidas, Centro, no Município de Parintins, Estado do Amazonas, realizou-se a **Solenidade de Posse dos Conselheiros Tutelares Suplentes eleitos no Processo de Escolha dos Membros Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Parintins – AM**, promovida pelo **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Parintins**, em conformidade com a legislação vigente e com as normas estabelecidas no respectivo processo de escolha. Registrou-se a presença de **64 (sessenta e quatro) participantes**, conforme **Lista de Presença anexa**, que passa a integrar a presente Ata para todos os fins. Entre os presentes, encontravam-se autoridades públicas, representantes de órgãos e instituições integrantes da **Rede de Proteção e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**, membros do CMDCA, Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, familiares dos empossados e demais convidados. Para composição da **Mesa de Honra**, estiveram presentes o **Prefeito Municipal de Parintins, Senhor Mateus Ferreira Assayag**; a **Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Senhora Milena Miranda de Souza**; o **Excelentíssimo Senhor Doutor Nilo da Rocha Marinho Neto, Juiz de Direito**; a **Doutora Camila Cavalcante, representante da Defensoria Pública**; a **Senhora Zeila Márcia Lima Cardoso, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH**; a **Senhora Daizes Caldeira Pimentel, representante da Secretaria Municipal de Saúde**; a **Senhora Gizelle Batista Soares, Secretária Municipal de Educação**; a **Senhora Joyce da Rocha Ramos, Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha Suplementar dos Membros do Conselho Tutelar**; e o **Senhor Demian Bentes Gomes, representante do Conselho Tutelar de Parintins**. Após a composição da Mesa de Honra, a solenidade foi oficialmente iniciada, com a execução do **Hino Nacional Brasileiro**. Dando prosseguimento à solenidade, foi concedida a palavra à **Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Senhora Milena Miranda de Souza**, que realizou uma explanação acerca de todo o processo de escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar, destacando o cumprimento das etapas previstas, a organização e o acompanhamento realizados pelo CMDCA e pela Comissão Especial responsável pelo processo. Em sua manifestação, a Presidente do CMDCA ressaltou a importância da **atuação intersetorial das Secretarias Municipais e dos demais órgãos que integram a Rede de Proteção**, enfatizando que o trabalho articulado entre as instituições é fundamental para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A Presidente destacou, ainda, que o **apoio e o aporte da Prefeitura Municipal de Parintins foram essenciais para a realização do processo**, contribuindo para que as etapas administrativas, eleitorais, formativas e solenes fossem realizadas de maneira adequada, organizada e em observância aos procedimentos estabelecidos. Na oportunidade, a Senhora **Milena Miranda de Souza** saudou os **cinco Conselheiros Tutelares titulares do Município de Parintins**, reconhecendo e agradecendo o trabalho desenvolvido por eles no exercício de suas atribuições, bem como o compromisso demonstrado na proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Em seguida, a Presidente do CMDCA informou, em primeira mão aos presentes, que o **Município de Parintins alcançou a liderança no Ranking Estadual de utilização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA**, resultado relacionado ao trabalho desenvolvido pela **Coordenadora Municipal do SIPIA, Senhora Joelilce Trindade Sarmento**, em conjunto com os **cinco Conselheiros Tutelares titulares do Conselho Tutelar de Parintins – CTP**. Destacou que esse resultado demonstra o comprometimento dos profissionais com a utilização adequada do sistema, especialmente no registro e acompanhamento das situações de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes, contribuindo para o fortalecimento das ações de proteção e para a produção de informações necessárias ao

planejamento das políticas públicas municipais. A Presidente ressaltou, ainda, que os **cinco Conselheiros Tutelares Suplentes eleitos já se encontravam devidamente capacitados para eventual exercício de suas atribuições**, tendo participado, nos dias **26 e 27 de agosto de 2026**, de atividades formativas e de capacitação. Foi registrado que, nos dias **26 e 27 de agosto de 2026**, os Conselheiros Tutelares Suplentes participaram do **Curso de Formação Inicial (Básico) para Conselheiros Tutelares Suplentes**, com carga horária total de **8 (oito) horas**, sendo **4 (quatro) horas por dia, das 18h às 22h**, realizado na modalidade **remota (on-line)**, sob a responsabilidade da **Professora Silvia Carla Macedo Cardoso Furtado**, da **Escola de Conselhos do Estado do Amazonas – ECAM/UFAM**. No mesmo período, os cinco Conselheiros Tutelares Suplentes participaram da **Capacitação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA**, realizada na modalidade **presencial**, nos dias **26 e 27 de agosto de 2026**, das **14h às 17h**, na **Sede do Conselho Tutelar de Parintins**, juntamente com os **cinco Conselheiros Tutelares titulares do Conselho Tutelar de Parintins – CTP**, sob a condução da **Coordenadora Municipal do SIPIA, Senhora Joelilce Trindade Sarmento**. A Presidente do CMDCA destacou que a realização das capacitações antes da posse demonstra o compromisso institucional com a preparação dos novos suplentes, proporcionando-lhes conhecimentos necessários para eventual exercício das atribuições do Conselho Tutelar e para a adequada utilização dos instrumentos e sistemas relacionados à atuação do órgão. Na sequência, foi concedida a palavra à **Senhora Zeila Márcia Lima Cardoso, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH**, que cumprimentou as autoridades, os Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, os representantes da Rede de Proteção, os familiares e os demais presentes. Em sua manifestação, destacou a importância da atuação integrada entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, o CMDCA, o Conselho Tutelar e os demais órgãos que compõem a Rede de Proteção, ressaltando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas destinadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Município de Parintins. Na oportunidade, parabenizou os Conselheiros Tutelares Suplentes pela posse e desejou-lhes êxito no exercício de suas futuras atribuições. Em seguida, foi concedida a palavra ao **Excelentíssimo Senhor Doutor Nilo da Rocha Marinho Neto, Juiz de Direito**, que cumprimentou as autoridades, os Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, os representantes da Rede de Proteção e os demais presentes. Em sua manifestação, ressaltou a importância do Conselho Tutelar na garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, destacando a responsabilidade dos conselheiros no exercício de suas atribuições e a necessidade de atuação comprometida, ética e articulada com os demais órgãos que integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na sequência, foi concedida a palavra à **Doutora Camila Cavalcante, representante da Defensoria Pública**, que saudou as autoridades, os Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, os representantes da Rede de Proteção, os familiares e os demais participantes da solenidade. Em sua manifestação, destacou a relevância da atuação do Conselho Tutelar na proteção integral de crianças e adolescentes, ressaltando a importância da articulação entre os órgãos da Rede de Proteção e do compromisso institucional com a efetivação dos direitos assegurados pela legislação. Por último, foi concedida a palavra ao **Prefeito Municipal de Parintins, Senhor Mateus Ferreira Assayag**, que, inicialmente, **saudou nominalmente cada uma das autoridades que compunham a Mesa de Honra**, cumprimentando a Presidente do CMDCA, Senhora Milena Miranda de Souza; o Excelentíssimo Senhor Doutor Nilo da Rocha Marinho Neto, Juiz de Direito; a Doutora Camila Cavalcante, representante da Defensoria Pública; a Senhora Zeila Márcia Lima Cardoso, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH; a Senhora Daizes Pimentel, representante da Secretaria Municipal de Saúde; a Senhora Gizelle Batista Soares, Secretária Municipal de Educação; a Senhora Joyce da Rocha Ramos, Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha Suplementar dos Membros do Conselho Tutelar; e o Senhor Demian Bentes Gomes, representante do Conselho Tutelar de Parintins, estendendo sua saudação às demais autoridades, aos representantes da Rede de Proteção, aos Conselheiros Tutelares, aos familiares e aos demais presentes. Em sua manifestação, o Prefeito destacou a **importância do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes e da solenidade de posse**, ressaltando a responsabilidade assumida por cada um dos empossados e a relevância da atuação do Conselho Tutelar na defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes do Município de Parintins. O Prefeito saudou especialmente os **cinco Conselheiros Tutelares titulares**, agradecendo pelo trabalho realizado, pelo compromisso demonstrado no exercício da função e pelos serviços prestados à população, especialmente na proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Ressaltou, ainda, a importância da integração entre o Poder Público, o CMDCA, o Conselho Tutelar, o Sistema de Justiça, a Defensoria Pública, as Secretarias Municipais e os demais integrantes da Rede de Proteção, destacando que a atuação conjunta das instituições é indispensável para o fortalecimento da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente. Ao dirigir-se aos novos Conselheiros Tutelares Suplentes, o Prefeito parabenizou-os pela conquista e pelo compromisso assumido, desejando-lhes êxito e ressaltando a importância de estarem preparados para contribuir com o Conselho Tutelar sempre que regularmente convocados para o exercício das atribuições legais. Dando continuidade à solenidade, procedeu-se à leitura do resultado oficial do **Processo de Escolha dos Membros Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Parintins – AM**, com a chamada nominal dos **cinco Conselheiros Tutelares Suplentes eleitos**, observada a ordem de classificação estabelecida no resultado oficial, sendo eles: **1º – Salomão Amaral dos Santos; 2º – Antonia Pereira Pontes; 3º – Stivel Cleiton Rocha da Silva; 4º – José Soares dos Santos Filho; e 5º – Alessandra Guimarães Sarmento**. Os Conselheiros Tutelares Suplentes foram convidados a se posicionar para a realização do ato solene de posse. Na oportunidade, procedeu-se à leitura do **Compromisso de Posse**, mediante o qual os empossados assumiram o compromisso de exercer suas atribuições com responsabilidade, dedicação, zelo, independência funcional e observância da legislação de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente. Os empossados comprometeram-se a cumprir e fazer cumprir as disposições do **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**, bem como as demais normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício das atribuições do Conselho Tutelar, pautando sua atuação na defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Após a leitura do compromisso, cada um dos cinco Conselheiros Tutelares Suplentes declarou seu compromisso perante as autoridades e o público presente, sendo, em seguida, **formalmente empossado pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Senhora Milena Miranda de Souza**. Na oportunidade, foi ressaltado que os Conselheiros Tutelares Suplentes deverão observar a ordem de classificação e as disposições legais aplicáveis para eventual convocação e exercício das atribuições do Conselho Tutelar, quando houver necessidade de substituição ou afastamento de Conselheiro Tutelar titular, nos termos da legislação vigente. Registra-se que a **Solenidade de Posse transcorreu de forma regular, organizada e em observância aos trâmites legais e administrativos pertinentes**, tendo sido cumpridas as etapas previstas para o ato, desde a composição da Mesa de Honra, abertura da solenidade, manifestações das autoridades, apresentação do processo, chamada dos eleitos, leitura do compromisso e formalização da posse dos Conselheiros Tutelares Suplentes. Registra-se, ainda, a participação dos representantes dos diversos órgãos e instituições que compõem a **Rede de Proteção e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**, reforçando o caráter interinstitucional da solenidade e a importância da atuação integrada na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Município de Parintins. Ao final, a Presidente do CMDCA agradeceu a presença das autoridades, do colegiado do CMDCA, dos representantes da Rede de Proteção, dos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, dos familiares e dos demais convidados, destacando a importância da solenidade para o fortalecimento da política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Nada mais havendo a registrar, a solenidade foi encerrada. Para constar, eu, **HEVELIN GUERREIRO MESQUITA, Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**, lavrei a presente Ata, que registra os atos e acontecimentos da Solenidade de Posse dos Conselheiros Tutelares Suplentes, realizada em 28 de agosto de 2026. A presente Ata será arquivada junto à documentação oficial do **Conselho Municipal dos**

Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ficando a **Lista de Presença, contendo 64 (sessenta e quatro) participantes, anexa e integrante desta Ata**, para todos os fins administrativos e documentais.

Parintins/AM, 28 de agosto de 2026.

HEVELIN GUERREIRO MESQUITA
Secretária Executiva do CMDCA

Publicado por:
Kellen Alves Dos Santos
Código Identificador:FE0EF995

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
ATA Nº 017/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

PAUTA: - Apresentação das Visitas as Instituições realizadas pela Comissão de Ética.

Aos dias vinte e sete de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, as 09:30 horas, aconteceu a Reunião Extraordinária no Auditório da Casa dos Conselhos, solicitada pela Presidente, Sra. Joelilce Trindade Sarmento, onde estavam presentes os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social com a presença das seguintes Instituições: **Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação- SEMASTH** Suplente e Presidente Sra. Joelilce Trindade Sarmento; **Representante dos Idosos** a Titular Sra. Rosiene Pontes de Araújo e a Suplente Sra. Benedita da Costa Assis; **Representante de Pessoa com Deficiência- PESTALOZZI** Suplente Sra. Margareth Costa Teixeira; **Representante da Diocese de Parintins** a Titular Sra. Maria Julia da Silva Teixeira e a Suplente Sra. Dilene Pimentel de Castro; **Representante da Secretaria de Comunicação** Titular Sra. Josene de Araújo de Jesus; **Representante dos Pedagogos** a Titular Sra. Elcilene Gomes Teixeira e a Suplente Sra. Josete dos Santos Guerreiro; **Secretaria de Educação- SEMED** Titular Sra. Mayara Barroso Caldeira e a Suplente Sra. Jeane Campos Marinho Sicsu; **Representante do boi bumba garantido** Titular Sra. Milena Miranda de Souza; **Representantes dos Assistentes Sociais** Titular Sra. Antônia Pereira Pontes e a Suplente Sra. Ananice Pereira Pontes; **Secretaria Municipal de Cultura** Titular Sra. Adejane Silva Santos e o Suplente Sr. Dalvan da Silva Souza; **Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento- SEMPA** Titular Sra. Mayara Gama Figueira e a Gabrielle Brandão Azêdo; **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** Titular Sra. Denise Maria Marinho Dias e a Suplente Sra. Thayssa Matos Sarraff; e presente a **Secretária Executiva do CMAS** Sra. Dàvila Gato Bitencourt. Após a verificação de quórum, a Presidente Joelilce Trindade Sarmento declarou aberta a reunião, cumprimentou e agradeceu a presença de todos em seguida, anunciou as Pautas, a presidente inicia apresentando aos presentes sobre a pauta referente a Visita da Comissão de ética deste conselho, que no dia anterior realizou duas visitas as instituições, mediante as solicitação de pedido de inscrição junto a este conselho. Diante da pauta apresentada, a Comissão representada pela Sra. Milena Miranda; Mayara Gama realizaram as visitas solicitadas, e a primeira visita foi a Instituição Cáritas Diocesana de Parintins, onde a visita foi realizada com sucesso e a comissão fez todo o processo mediante o protocolo deste conselho, onde a comissão visitou em loco, fiscalizando e conhecendo o trabalho de perto deste órgão, onde esta comissão avalia através de documentos solicitado por este conselho e diante da visita é realizado um formulário para preenchimentos referente a instituição que está sendo visita e junto avaliada pela comissão de etica, diante do processo executado a comissão prepara relatório e apresenta ao colegiado para juntos a aprovação ou não desta inscrição. Diante do ocorrido, seguindo visita, logo visitou a segunda instituição a Centro Espirita Anna Prado- Amor e Caridade onde a comissão realizou a visita conhecendo o espaço e o trabalho desenvolvido neste ambiente, onde a comissão vem fiscalizar, avaliar, e realizar todo o protocolo que este conselho atende, em seguida a comissão prepara o relatório e posterior ele é apresentado ao colegiado onde vai citado tudo que a comissão fiscalizou e analisou. Diante do exposto a Comissão coloca em apresentação tudo que foi realizado em visita e apresenta para o conselho fazer sua aprovação ou não deste processo de fiscalização realizado pela comissão de ética, diante disso a presidente coloca para assembleia aprovar as visitas realizadas. Diante de tudo exposto, a presidente levou para votação da pauta aos presentes para aprovação o colegiado que se fazia presente nessa reunião, aprovou com unanimidade e parecer favorável à aprovação das inscrição das certificações para as instituições solicitadas. Não tendo mais nada a relatar se encerra a reunião deste conselho, a Secretaria Executiva Dávila Gato Bitencourt, para efeito legal, lavrei e assinei a presente ATA, que segue com a lista assinada por todos os presentes.

Parintins, 27 de Agosto de 2026.

DÁVILA GATO BITENCOURT
Secretaria Executiva- CMAS

Publicado por:
Joyce da Rocha Ramos
Código Identificador:C7361E02

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
ATA Nº 018/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

PAUTA: - Eleição da Nova Diretoria para o mandato Biênio 2026/2028.

Aos dias vinte e sete de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, as 10:30 horas, aconteceu a Reunião Extraordinária no Auditório da Casa dos Conselhos, solicitada pela Presidente, Sra. Joelilce Trindade Sarmento, onde estavam presentes os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social com a presença das seguintes Instituições: **Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação- SEMASTH** Suplente e Presidente Sra. Joelilce Trindade Sarmento; **Representante dos Idosos** a Titular Sra. Rosiene Pontes de Araújo e a Suplente Sra. Benedita da Costa Assis; **Representante de Pessoa com Deficiência- PESTALOZZI** Suplente Sra. Margareth Costa Teixeira; **Representante da Diocese de Parintins** a Titular Sra. Maria Julia da Silva Teixeira e a Suplente Sra. Dilene Pimentel de Castro; **Representante da Secretaria de Comunicação** Titular Sra. Josene de Araújo de Jesus; **Representante dos Pedagogos** a Titular Sra. Elcilene Gomes Teixeira e a Suplente Sra. Josete dos Santos Guerreiro; **Secretaria de Educação- SEMED** Titular Sra. Mayara Barroso Caldeira e a Suplente Sra. Jeane Campos Marinho Sicsu; **Representante do boi bumba garantido** Titular Sra. Milena Miranda de Souza; **Representantes dos Assistentes Sociais** Titular Sra. Antônia Pereira Pontes e a Suplente Sra. Ananice Pereira Pontes; **Secretaria Municipal de Cultura** Titular Sra. Adejane Silva Santos e o Suplente Sr. Dalvan da Silva Souza; **Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento- SEMPA** Titular Sra. Mayara Gama Figueira e a Gabrielle Brandão Azêdo; **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** Titular Sra. Denise Maria Marinho Dias e a Suplente Sra. Thayssa Matos Sarraff; e presente a **Secretária Executiva do CMAS** Sra. Dàvila Gato Bitencourt. Após a verificação de quórum, a Presidente Joelilce Trindade Sarmento declarou aberta a reunião, cumprimentou e agradeceu a presença de todos em seguida, logo se deu início a Pauta referente a Eleição da Nova Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social para o mandato do Biênio 2026 a 2028, em seguida a Presidente ressalta ao colegiado que no dia 13 de agosto ficou em aberto a preparação para as chapas que fossem se candidatar para concorrer ao processo e no decorrer do processo, que no dia 27 de agosto seria realizado a Votação para a escolha da Diretoria. Diante do exposto pela presidente ressalta ao colegiado presente se manifestar diante do processo, onde as chapas que fossem concorrer que pudessem se manifestar e participar do pleito para a votação e concorrer a nova diretoria do CMAS. Não havendo nenhuma chapa para concorrer, a diretoria anterior colocou-se à disposição para concorrer mais dois anos de mandato, logo foi aberto para votação onde ficou à disposição do colegiado aprovar, não havendo manifestação de nenhuma chapa, a diretoria anterior composta pela Sra. Joelilce Trindade Sarmento Presidente e a Sra. Elcilene Gomes Teixeira Vice- Presidente, portanto não havendo nenhuma chapa inscrita, a diretoria anterior foi aclamada para continuar mais dois anos de mandato para o Biênio 2026 a 2028. Portanto o Colegiado presente votou com unanimidade a nova diretoria deste conselho.

Diante do processo executado o colegiado que se fazia presente nessa reunião, aprovou com unanimidade e parecer favorável. Não tendo mais nada a relatar se encerra a reunião deste conselho, a Secretaria Executiva Dávila Gato Bitencourt, para efeito legal, lavrei e assinei a presente ATA, que segue com a lista assinada por todos os presentes.

Parintins, 27 de Agosto de 2026.

DÁVILA GATO BITENCOURT
Secretaria Executiva- CMAS

Publicado por:
Joyce da Rocha Ramos
Código Identificador:C5E5E3B4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
RESOLUÇÃO Nº 025/2026 – CMAS

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS, PARA ASSOCIAÇÃO CÁRITAS DIOCESANA DE PARINTINS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e, considerando a deliberação do colegiado em Reunião Extraordinaria, realizada no dia 27.08.2026 tendo como base a ata de nº 017/2026.

CONSIDERANDO que dispõe o Art. VII da Lei 148/1995/ PGPMP que o Conselho Municipal de Assistência Social, deve acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados á população pelos órgãos, entidades públicos e privadas no município;

CONSIDERANDO o Capitulo IV no art. 7º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS que compete ao conselho.
Inciso V- Registrar as entidades não governamentais que realizem programas de Assistência Social nos limites territoriais de Parintins.
Inciso VI- Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades Governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas legais pertinentes.

CONSIDERANDO a Cáritas Diocesana de Parintins, denominada pela sigla CD, é uma Associação Civil de direito privado com personalidade jurídica própria, de caráter beneficiente, de assistência social e sem fins lucrativos, formada e informada pelos princípios da fé cristã, fundada em 21/11/2018 tendo sede e foro na cidade de Parintins Estado do Amazonas.

RESOLVE:

Art. 1ºAPROVAR a visita técnica Institucional realizada pela Comissão de Ética do Conselho CMAS, para a Cáritas Diocesana de Parintins.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se.

Parintins, 27 de Agosto de 2026

JOELILCE TRINDADE SARMENTO
Presidente do CMAS- Parintins- AM

Publicado por:
Joyce da Rocha Ramos
Código Identificador:93A2DADB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
RESOLUÇÃO Nº 026/2026 – CMAS

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS, PARA ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPÍRITA ANNA PRADO-AMORE CARIDADE.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e, considerando a deliberação do colegiado em Reunião Extraordinaria, realizada no dia 27.08.2026 tendo como base a ata de nº 017/2026.

CONSIDERANDO que dispõe o Art. VII da Lei 148/1995/ PGPMP que o Conselho Municipal de Assistência Social, deve acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistencia prestados á população pelos orgãos, entidades públicos e privadas no municipio;

CONSIDERANDO o Capitulo IV no art. 7º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS que compete ao conselho.
Inciso V- Registrar as entidades não governamentais que realizem programas de Assistência Social nos limites territoriais de Parintins.
Inciso VI- Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades Governamentais que operem no Municipio, fazendo cumprir as normas legais pertinentes.

CONSIDERANDO a Entidade tem como missão promover o estudo e a difusão da doutrina espirita, a prática da caridade espitual e material, além de açoes voltadas ao interesse público, especialmente no amparo a pessoa e familias em situação de vulnerabilidade social.

RESOLVE:

Art. 1ºAPROVAR a visita técnica Institucional realizada pela Comissão de Ética do Conselho CMAS, para o Centro Espírita Anna Prado- Amor e Caridade.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se

Parintins, 27 de Agosto de 2026

JOELILCE TRINDADE SARMENTO
Presidente do CMAS- Parintins- AM

Publicado por:
Joyce da Rocha Ramos
Código Identificador:32C6995A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
RESOLUÇÃO Nº 027/2026 – CMAS

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA NOVA DIRETORIA E DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO MUNCICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE PARINTINS, MANDATO 2026/2028.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais e, considerando a atualização e deliberação do Colegiado em Reunião Extraordinária, realizada no dia 27 de Agosto de 2028

CONSIDERANDO Art. 17 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão escolhidos dentre os membros-titulares, eleitos pelos membros, ***em reunião plenária,***a serem nomeados pelo Prefeito Municipal.

CONSIDERANDO Art. 18 - Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social:
I- Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho.

II- Representar o Conselho Municipal em juízo ou fora dele, podendo delegar a sua representação.
III - Cumprir e diligenciar para o fiel cumprimento das normas estabelecidas na Lei n°148/95-PGPMP, neste regimento, bem como em toda legislação pertinente.
IV - Inteirar-se de todos os assuntos e ações que digam respeito à Assistência social.

Art. 1- **RESOLVE APROVAR** a Lista da nova Diretoria e demais membros do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS.

DIRETORIA
Joelilce Trindade Sarmento – **PRESIDENTE**
CPF: 837.992.902-06
EMAIL: julia.trindade@hotmail.com
TELEFONE: 92 994938053

Elcilene Gomes Teixeira– **VICE- PRESIDENTE**
CPF: 635.765.032-34
EMAIL: lene.gomes146@gmail.com
TELEFONE: 92 994185131

Dávila Gato Bitencourt – **SECRETÁRIA EXECUTIVA**
CPF: 011.955.372-47
EMAIL: davila.bgato@gmail.com
TELEFONE: 92 991015150

CONSELHEIROS GORVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal de Assistência
TITULAR: Marinilson Coimbra de Sena
CPF: 682.549.972-68
EMAIL: desenacoimbra@gmail.com
TELEFONE: 92 994428301
SUPLENTE: Joelilce Trindade Sarmento
CPF: 837.992.902-06
EMAIL: julia.trindade@hotmail.com
TELEFONE: 92 94938053

Secretaria Municipal de Saúde
TITULAR: Sandrele Cristina Souza Santos Melo
CPF: 879.183.662-04
EMAIL: sandrele_cristina@yahoo.com.br
TELEFONE: 92 991347620
SUPLENTE: Micheles Teixeira dos Santos
CPF: 004.348.402-62
EMAIL: Micheles_tsantos@hotmail.com
TELEFONE: 92 993689922

Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento
TITULAR: Mayara Gama Figueira
CPF: 020.983.602-40
EMAIL: mayaragama396@gmail.com
TELEFONE: 92 991352335
SUPLENTE: Gabrielle Brandão Azêdo
CPF: 014.623.052-37
EMAIL: gaabi_agro@hotmail.com
TELEFONE: 92 991935538

Secretaria Municipal de Educação
TITULAR: Mayara Barroso Caldeira
CPF: 022.402.022-62
EMAIL: may09barroso@gmail.com
TELEFONE: 92 994199984
SUPLENTE: Jeane Campos Marinho Sicsú
CPF: 732.949.852-15
EMAIL: jessa.sicsu@hotmail.com
TELEFONE: 92 991122245

Secretaria Municipal de Finanças
TITULAR: Admilson Henriques Santarém
CPF: 620.752.502-78
EMAIL: adm.santarem@ymail.com
TELEFONE: 92 985123606
SUPLENTE: Gracy Maria Santos
CPF: 032.342.812-62
EMAIL: gracymaria8@gmail.com
TELEFONE: 92 984500406

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
TITULAR: Denise Maria Marinho Dias
CPF: 193.583.262-04
EMAIL: denizedias@hotmail.com
TELEFONE: 92 995228602
SUPLENTE: Thayssa Matos Sarraff
CPF: 973.081.882-72
EMAIL: thayssasarraff@gmail.com
TELEFONE: 92 992569393

Secretaria Municipal de Obras
TITULAR: Roziane Henrique Macêdo
CPF: 406.162.232-34
EMAIL: rozianemacedo9@gmail.com
TELEFONE: 92 992948634
SUPLENTE: Pironcy Godinho de Souza
CPF: 789.002.042-20
EMAIL: godinhopironcy9@gmail.com
TELEFONE: 992311188

Secretaria de Cultura
TITULAR: Adejane Silva Santos
CPF: 002.906.762-66
EMAIL:
TELEFONE: 92 991910401
SUPLENTE: Dalvan da Silva Souza
CPF: 940.605.092-72
EMAIL: silvadalvan@gmail.com
TELEFONE: 992740373

Secretaria Municipal de Comunicação
TITULAR: Josene de Araújo de Jesus
CPF: 444.521.872-34
EMAIL: josene.araujo@gmail.com
TELEFONE: 92 992625273
SUPLENTE: Gabrielle Amazonas Fonseca
CPF: 001.346.742-51
EMAIL: gabrielleamjornalista2gmail.com
TELEFONE: 92 992184901

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS

Representantes dos Idosos
TITULAR: Rosiene Pontes Araújo
CPF: 474.693.152-68
EMAIL: rosedenildo@gmail.com
TELEFONE: 92 991940607
SUPLENTE: Benedita da Costa Assis
CPF: 785.676.372-87
EMAIL: beneditadacostaassis@gmail.com
TELEFONE: 92 993593938

Representante de Pessoas com Deficiência
TITULAR: Dalva Maria Ribeiro Nascimento
CPF: 026.234.202-20
EMAIL: dalva_maria_ribeiro@hotmail.com
TELEFONE: 92 991939463
SUPLENTE: Margareth Costa Teixeira
CPF: 682.498.962-2
EMAIL: margarethpoliana@gmail.com
TELEFONE: 92 991424976

Instituto Boi Bumba Garantido
TITULAR: Milena Miranda de Souza
CPF: 493.429.082-68
EMAIL: milena_smiranda@hotmail.com
TELEFONE: 92 992141181
SUPLENTE: Camila Cardoso de Lacerda
CPF: 006.551.942-66

EMAIL: camilacardosolacerda@gmail.com
TELEFONE: 984947974

Fundação Boi Bumba Caprichoso
TITULAR: Glenda Nogueira Azevedo
CPF: 044.129.192-93
EMAIL: glendhanogueira17@gmail.com
TELEFONE: 92 994310425
SUPLENTE: Sanna Kellen Damasceno Matos
CPF: 021.981.592-52
EMAIL: damascenosanna@gmail.com
TELEFONE: 92 993406975

Representantes das Associações de Bairro
TITULAR: Jorgenilda Viana Azevedo
CPF: 618.141.482-72
EMAIL: jorgenildaazevedo@gmail.com
TELEFONE: 92 994629547
SUPLENTE: Celeste M. Oliveira Santos
CPF: 805.277.602-34
EMAIL: celeste.mariasantos39@gmail.com
TELEFONE: 92 985658491

Representantes da Instituição Religiosa
TITULAR: Maria Julia da Silva Teixeira
CPF: 656.486.092-72
EMAIL: o_amor_regenera@yahoo.com.br
TELEFONE: 92 994596732
SUPLENTE: Dilene Pimentel de Castro
CPF: 629.879.922-20
EMAIL: dilenepimenteldecastro@gmail.com
TELEFONE: 92 991817530

Representantes dos Assistentes Sociais
TITULAR: Antônia Pereira Pontes
CPF: 003.931.562-22
EMAIL: appontes1@gmail.com
TELEFONE: 984911120
SUPLENTE: Ananice da Silva Machado
CPF: 44198329249
EMAIL: ananice250@gmail.com
TELEFONE: 992795181

Representantes dos Psicólogos
TITULAR: Fatima de Jesus Ferreira David
CPF: 672.633.562-87
EMAIL: ferreirfatima@gmail.com
TELEFONE: 92 991941188
SUPLENTE: Francesca Aimeé Cardoso Pontes
CPF: 014.663.962-61
EMAIL: francescacardoso@outlook.com
TELEFONE: 92 992838184

Representantes dos Pedagogos
TITULAR: Elcilene Gomes Teixeira
CPF: 635.765.032-34
EMAIL: lene.gomes146@gmail.com
TELEFONE: 92 994185131
SUPLENTE: Josete dos Santos Guerreiro
CPF: 651.234.502-97
EMAIL: josete.guerreiro08@gmail.com
TELEFONE: 92 992888167

Art. 2- Revogam-se a disposição contraria.

Art. 3- Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

Registre-se, Publique-se.

Parintins, 27 de agosto de 2026.

JOELILCE TRINDADE SARMENTO
Presidente do CMAS- Parintins- AM

Publicado por:
Joyce da Rocha Ramos
Código Identificador:B9CF936A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 013/2022

Contratada: CONSTRUTORA JEP CONSTRUCAO E PROJETOS CIVIL LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 10.739.604/0001-08. Concorrência Pública Nº 001/2022-CML/PMP. Objeto da licitação: Construção de 1(uma) escola com 12 (doze) salas de aula, com ginásio coberto no município de Parintins-AM. Objeto do aditamento: Alterar o valor do contrato primitivo fixado na CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, e aditar o acréscimo do valor em R$ 226.408,26, com amparo no artigo 65, inciso I, alínea "b" e parágrafo primeiro, do mesmo artigo, da Lei Federal n° 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores. Valor do contrato primitivo: R$ 6.535.334,04. Valor do contrato primitivo com acréscimo: R$ 6.761.742,30. U.O.: 021501 SEMED; Programa: 12 361 0061 1021 0000 Construção, Restauração e/ou Ampliação de Escolas Municipais; Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras E Instalações; Fonte de Recurso: STN 1.542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT (Exerc.Corrente) – 011-FUNDEB 30%/ VAAT 15% - Valor: R$ 67.922,48; Programa: 12 361 0062 1023 0000 Construção de Quadras Poliesportiva em Escola Municipais;Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras E Instalações; Fonte de Recurso STN 1.500 Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)-Valor: R$ 158.485,78.

Parintins (AM), 13 de agosto de 2026.

MATEUS FERREIRA ASSAYAG
Prefeito de Parintins

Publicado por:
Aluilson Sampaio Bentes
Código Identificador:AC178CDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 55/2024

Contratada: J C CONSTRUCOES DE EDIFICIOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 20.708.317/0001-94. Concorrência Presencial nº 11/2024. Objeto da licitação: Construção de Ginásio Poliesportivo no Distrito do Mocambo do município de Parintins/AM. Objeto do aditamento: Alterar o valor do contrato primitivo fixado na Cláusula Terceira – Valor Do Contrato, e aditar o acréscimo do valor em R$ 144.329,05 com fundamento no art. 124, II, "d", da Lei 14.133/21. Valor do contrato primitivo: R$ 1.335.565,50. Valor do contrato primitivo com acréscimo: R$ 1.479.894,55. U.O.: 021501 - SEMED; Programa: 12 361 0062 1024 0000 Construção de Quadras Poliesportivas em Escolas Municipais – Zona; Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras E Instalações; Fonte de Recurso: STN 1.542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT (Exerc.Corrente) – 011-FUNDEB 30%/ VAAT 15%.

Parintins (AM), 14 de agosto de 2026.

MATEUS FERREIRA ASSAYAG
Prefeito de Parintins

Publicado por:
Aluilson Sampaio Bentes
Código Identificador:EB7D5AE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESULTADO DA ANALISE DOCUMENTAL DA 6ª CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE, em conformidade com o item 15 do Edital n. 03/2025-GSEMSA, bem como, com o item 3 do Edital de Convocação publicado em 20.08. 2026 e tendo em vista a análise feita pela Comissão de Recepção dos

Documentos Necessários à Contratação (Portaria n. 007/2026-GSESMSA), divulga o resultado da análise documental, para fins de contratação dos selecionados, conforme abaixo:

RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

INSC.	NOME	CARGO	CATEG.	LOTAÇÃO	RESULTADO
0001247	NAILCE PIRES XAVIER(CR)	ACS	AC	UBS MÃE PALMIRA	DEFERIDA
0002757	TASSIA OLIVEIRA TAVARES(CR)	ACS	AC	UBS MÃE PALMIRA	DEFERIDA
0001344	NIRIA DA COSTA BULCÃO(CR)	ACS	AC	UBS UNIÃO	INDEFERIDA Inconformidade com o item 4.1 (Residir na área da comunidade que concorrerá à vaga, desde a data da publicação do Edital).
0000397	LUIZ GUILHERME DE MENEZES SEIXAS(CR)	ACS	AC	UBS TIA LEÓ	DEFERIDO

Fica assegurado o período de 01 a 02 de setembro para Entrega de Recursos contra o Resultado da Análise Documental a ser enviado no E-mail: smspin@parintinsnet.com ou entregar na Recepção da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Herberth de Azevedo, Santa Clara, aos cuidados da Presidente da Comissão.

Parintins/AM, de 31 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.

Portaria Nº 09/2025-SEMAD-PMPA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE, em conformidade com o item 15 do Edital n. 03/2025-GSEMSA, bem como, com o item 3 do Edital de Convocação publicado em 20.08. 2026 e tendo em vista a análise feita pela Comissão de Recepção dos Documentos Necessários à Contratação (Portaria n. 007/2026-GSESMSA), divulga o resultado da análise documental, para fins de contratação dos selecionados, conforme abaixo:

RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

INSC.	NOME	CARGO	CATEG.	LOTAÇÃO	RESULTADO
0001247	NAILCE PIRES XAVIER(CR)	ACS	AC	UBS MÃE PALMIRA	DEFERIDA
0002757	TASSIA OLIVEIRA TAVARES(CR)	ACS	AC	UBS MÃE PALMIRA	DEFERIDA
0001344	NIRIA DA COSTA BULCÃO(CR)	ACS	AC	UBS UNIÃO	INDEFERIDA Inconformidade com o item 4.1 (Residir na área da comunidade que concorrerá à vaga, desde a data da publicação do Edital).
0000397	LUIZ GUILHERME DE MENEZES SEIXAS(CR)	ACS	AC	UBS TIA LEÓ	DEFERIDO

Fica assegurado o período de 01 a 02 de setembro para Entrega de Recursos contra o Resultado da Análise Documental a ser enviado no E-mail: smspin@parintinsnet.com ou entregar na Recepção da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Herberth de Azevedo, Santa Clara, aos cuidados da Presidente da Comissão.

Parintins/AM, de 31 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.
Portaria Nº 09/2025-SEMAD-PMP

Publicado por:
Juliete Batalha de Souza
Código Identificador:7B142FD6

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026-SRP/CC/PMPF

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – CC, da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo/AM, torna público aos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026 – SRP/CC/PMPF - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE FARDAMENTO OPERACIONAL E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DE UNIFORMIZAÇÃO, IDENTIDADE INSTITUCIONAL E PROTEÇÃO DOS AGENTES DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA E DA GUARDA PATRIMONIAL MUNICIPAL, VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E INTEGRAÇÃO – SEMOPI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM**.** Tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**

ABERTURA: 17/09/2026 ÀS 10H00MIN (HORÁRIO DE BRASILIA), através do endereço eletrônico https://www.licitanet.com.br.

O Edital do Pregão Eletrônicos está disponível no site: **https://www.licitanet.com.br e https://www.transparenciamunicipalaam.org.br/p/presidentefigueiredo,**

Eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados por meio do e-mail: cml@pmpf.am.gov.br e/ou https://www.licitanet.com.br.

Presidente Figueiredo (AM), 02 de setembro de 2026.

CAROLINA SOUSA PAIVA DA SILVA
Agente de Contratação
Decreto nº 3756 de 05/01/2026

Publicado por:
Eudione do Nascimento Martins
Código Identificador:B91BD572

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 0284/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2410/2026-SEMPLAF
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº006/2025-PMPF
ASSINATURA: 04/06/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL N° 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DO DIA 06 DE JUNHO DE 2026 A 05 DE JUNHO DE 2027.
CONTRATADA: SKYMAIL SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO E PROVIMENTO DE INFORMAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ Nº 17.644.286/0001-40
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE FIGUEIREDO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE EMAIL E BACKUP EM NUVEM, HOSPEDAGEM DE SITE E DNS PARA O COMPLEXO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM.
VALOR TOTAL: R$ 21.386,40 (VINTE E UM MIL E TREZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE: 02.02.03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS – SEMPLAF; PROJETO ATIVIDADE: 04.123.0011.2007.0000 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS; ELEMENTO DE DESPESAS:

3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA FONTE DE RECURSO: 1.500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

ANTÔNIO FERNANDO FONTES VIEIRA
Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo/AM

Publicado por:
Carolina Sousa Paiva da Silva
Código Identificador:AFFD4B58

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 0263/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3374/2026-SEMS
ESPÉCIE: 5° TERMO ADITIVO DE PRAZO.
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025 - CC
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZDA PARA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL VISANDO A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS
PARTES: J W VIANA JUNIOR ENGENHARIA LTDA, CNPJ N° 17.783.899/0001-69 E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ Nº 12.804.343/0001-98;
VIGÊNCIA: 120 (CENTO E VINTE) DIAS, 04 DE AGOSTO A 01 DE DEZEMBRO DE 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 14.133 /21.

Presidente Figueiredo/AM, 03 de agosto de 2026.

ANTÔNIO FERNANDO FONTES VIEIRA
Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo/AM

Publicado por:
Carolina Sousa Paiva da Silva
Código Identificador:784D86AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 045 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a readaptação de função de servidor(a) sob o Regime Estatuário e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO o **Laudo Médico de 134/2026** datado de 08/07/2026 da Junta Médica do Município de Presidente Figueiredo;
CONSIDERANDO o teor **Ofício 685/2026-G.SEMAD** de 08/07/2026, sobre a formalização de Portaria Interna de **Readaptação Definitiva/Permanente de Função.**
CONSIDERANDO o Art. 107 da Lei Promulgada nº 02 de 14 de dezembro de 2007, a qual determina que o provimento mediante readaptação é feito através de ato próprio, emitido pelo Chefe do Poder competente ao qual o servidor estiver desempenhando suas funções.
R E S O L V E:
Art. 1º. DETERMINAR que o(a) servidor(a) **MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA FURTUNATO,** servidor(a) no cargo de Professora Fundamental I Nível 2-B, matrícula 21917-2 do Regime Estatutário da Secretaria Municipal de Educação/SEMED, Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo/AM com admissão em 03/05/2017, **seja readaptado(a) definitivamente a contar de 13/07/2026,** da função inerente ao seu cargo de origem do Regime Estatutário **para nova função de Apoio Pedagógico e/ou Administrativo**, de acordo com as necessidades da Gestão da Unidade Educacional a qual é lotado(a), em consonância ao Laudo Médico Pericial da Junta Municipal.
Parágrafo único – A readaptação de que trata o caput do artigo não acarretará redução de vencimento e das vantagens de caráter permanente do servidor, de acordo com o que preceitua o Artigo 107 da Lei Promulgada nº 02/2007 (Estatuto dos Servidores Públicos de Presidente Figueiredo).
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, **retroagindo seus efeitos a contar de 13/07/2026**, revogando-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação/SEMED de Presidente Figueiredo, em 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Roosihelen Karoline Magalhaes
Código Identificador:8CDE1E0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 046 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a readaptação de função de servidor(a) sob o Regime Estatuário e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO o **Laudo Médico de 165/2026** datado de 26/08/2026 da Junta Médica do Município de Presidente Figueiredo;
CONSIDERANDO o teor **Ofício 836/2026-G.SEMAD** de 26/08/2026, sobre a formalização de Portaria Interna de **Readaptação Definitiva/Permanente de Função.**
CONSIDERANDO o Art. 107 da Lei Promulgada nº 02 de 14 de dezembro de 2007, a qual determina que o provimento mediante readaptação é feito através de ato próprio, emitido pelo Chefe do Poder competente ao qual o servidor estiver desempenhando suas funções.
R E S O L V E:
Art. 1º. DETERMINAR que o(a) servidor(a) **JESSENEIDE PEREIRA LAMONGI,** servidor(a) no cargo de Professora Fundamental I Nível 2-B, matrícula 22260-7 do Regime Estatutário da Secretaria Municipal de Educação/SEMED, Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo/AM com admissão em 02/05/2017, **seja readaptado(a) definitivamente a contar de 26/08/2026,** da função inerente ao seu cargo de origem do Regime Estatutário **para nova função de Apoio Pedagógico e/ou Administrativo**, de acordo com as necessidades da Gestão da Unidade Educacional a qual é lotado(a), em consonância ao Laudo Médico Pericial da Junta Municipal.
Parágrafo único – A readaptação de que trata o caput do artigo não acarretará redução de vencimento e das vantagens de caráter permanente do servidor, de acordo com o que preceitua o Artigo 107 da Lei Promulgada nº 02/2007 (Estatuto dos Servidores Públicos de Presidente Figueiredo).
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, **retroagindo seus efeitos a contar de 26/08/2026**, revogando-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação/SEMED de Presidente Figueiredo, em 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Roosihelen Karoline Magalhaes
Código Identificador:F2B2F9E8

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 031, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

CRIA, no Âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, a Comissão de Farmácia e Terapêutica Municipal – CFT e Estabelece suas Atribuições, Composição e Funcionamento, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO PRETO DA EVA, ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a Política Nacional de Medicamentos, aprovada pela Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece, entre suas diretrizes, a adoção de Relação de Medicamentos Essenciais e a revisão permanente dessa relação;
CONSIDERANDO a Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004, do Conselho Nacional de Saúde, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica – PNAF e estabelece seus princípios e eixos estratégicos; (BVSMS)
CONSIDERANDO a Resolução nº 449, de 2006, que dispõe sobre as atribuições do profissional farmacêutico na Comissão de Farmácia e Terapêutica;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios técnicos para a seleção, padronização, avaliação e utilização de medicamentos, materiais, insumos e fórmulas nutricionais especiais no âmbito da rede municipal de saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir que a seleção de medicamentos essenciais seja baseada em critérios de eficácia, segurança, qualidade e custo-efetividade, visando à promoção do uso racional de medicamentos e à adequada aplicação dos recursos públicos;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO E FINALIDADE
Art. 1º Fica criada, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Preto da Eva – SEMSA, a Comissão de Farmácia e Terapêutica Municipal – CFT, órgão de caráter técnico, consultivo e deliberativo, destinado a subsidiar e apoiar a gestão municipal nas decisões relacionadas à seleção, padronização e utilização de medicamentos, materiais, insumos e fórmulas nutricionais especiais.
Art. 2º A Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT tem por finalidade assessorar tecnicamente a Secretaria Municipal de Saúde na definição do elenco de medicamentos, materiais, insumos e fórmulas nutricionais especiais a serem disponibilizados no âmbito da rede municipal de saúde.
Art. 3º Compete à CFT avaliar e deliberar sobre os itens que irão compor a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME, bem como sobre materiais, insumos e demais produtos padronizados para utilização nos serviços de saúde do Município, observados os critérios de:
I – eficácia e efetividade;
II – segurança;
III – qualidade;
IV – custo-efetividade;
V – disponibilidade orçamentária e financeira;
VI – necessidades epidemiológicas da população;
VII – protocolos e diretrizes terapêuticas vigentes;
VIII – promoção do uso racional de medicamentos.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO
Art. 4º A Comissão de Farmácia e Terapêutica será composta por profissionais integrantes da rede municipal de saúde, de caráter multiprofissional, incluindo farmacêuticos, médicos, enfermeiros, cirurgiões-dentistas e outros profissionais cuja participação seja considerada necessária.
§ 1º A CFT será composta pelos seguintes membros:
I – Presidente: Adriele Freitas Pinto; Farmacêutica – CRF/AM nº 05560
II – Vice-Presidente: Évilon da Silveira Adôrno – Enfermeiro – COREN/AM nº 404715
III – 1ª Secretária: Tafne de Moura Nogueira – Farmacêutica – CRF/AM nº 08852
IV – 2º Secretário: Daniel Lacerda de Azevedo – Farmacêutico – CRF/AM nº 08439
V – Membro: Barbara Portela – Médica. – CRM/AM nº 11076
VI – Membro: Alice Rodrigues – Enfermeira – COREN/AM
VII – Membro: Cláudio Batista – Enfermeiro – COREN/AM;
VIII – Membro: Dalluna Fonseca – Cirurgiã – Dentista – CRO/AM;
IX – Membro: Diego Machado de Brito – Farmacêutico – CRF/AM nº 04552;
§ 2º A Presidência da CFT será exercida obrigatoriamente por profissional farmacêutico integrante da Comissão.
§ 3º Na ausência ou impedimento do Presidente, o Vice-Presidente exercerá suas atribuições.
§ 4º Poderão ser designados suplentes para os membros da Comissão, mediante ato da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 5º Os membros da CFT deverão possuir formação técnica compatível com as matérias submetidas à apreciação da Comissão e deverão atuar de acordo com os princípios técnicos, éticos e legais aplicáveis à Administração Pública e ao exercício de suas respectivas profissões.
§ 1º A CFT poderá solicitar, sempre que necessário, pareceres, estudos ou manifestações técnicas de profissionais especializados, vinculados ou não à Secretaria Municipal de Saúde.
§ 2º Os membros da Comissão deverão apresentar declaração de ausência de conflito de interesses relacionada às matérias submetidas à apreciação da CFT.
CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º Compete à Comissão de Farmácia e Terapêutica:
I – Elaborar, revisar e atualizar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME;
II – avaliar propostas de inclusão, exclusão ou substituição de medicamentos, materiais e insumos;
III – Estabelecer critérios técnicos para a seleção e padronização de medicamentos e produtos para saúde;
IV – analisar solicitações de inclusão ou exclusão de medicamentos e demais itens padronizados;
V – avaliar evidências científicas relacionadas à eficácia, segurança, qualidade e custo-efetividade dos produtos submetidos à apreciação;
VI – contribuir para a promoção do uso racional de medicamentos;
VII – propor protocolos e diretrizes relacionados à utilização de medicamentos e demais produtos padronizados;
VIII – acompanhar e avaliar periodicamente a utilização dos medicamentos e produtos padronizados na rede municipal;
IX – emitir pareceres técnicos referentes às solicitações encaminhadas à Comissão;
X – propor medidas para qualificação da Assistência Farmacêutica municipal;
XI – desenvolver outras atividades relacionadas à seleção, padronização e utilização racional de medicamentos e insumos no âmbito do SUS municipal.
Art. 7º A padronização e a aquisição de medicamentos, materiais, fórmulas nutricionais especiais e insumos destinados à utilização no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde deverão observar as deliberações e pareceres técnicos da CFT, respeitadas as competências administrativas, orçamentárias e legais dos setores responsáveis.
Art. 8º As solicitações de inclusão, exclusão ou substituição de medicamentos, materiais ou insumos deverão ser formalizadas pelos profissionais ou serviços da rede municipal de saúde, mediante formulário próprio e encaminhadas à Comissão de Farmácia e Terapêutica.
Parágrafo único. Caberá à Presidência da CFT coordenar o processo de análise e comunicar formalmente ao solicitante a decisão ou parecer emitido pela Comissão.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO
Art. 9º O funcionamento, a periodicidade das reuniões, o quórum, os procedimentos de análise e votação, as atribuições específicas dos membros e demais normas necessárias ao funcionamento da Comissão serão estabelecidas em Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado pela CFT no prazo de até 90 (noventa) dias após a publicação deste Decreto.
Art. 10. A CFT reunir-se-á ordinariamente em periodicidade definida em seu Regimento Interno e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade, mediante convocação de sua Presidência.
Art. 11. As decisões da Comissão deverão ser registradas em ata e fundamentadas tecnicamente, especialmente nos casos de inclusão, exclusão ou substituição de medicamentos e demais produtos padronizados.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. O exercício das atividades pelos membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica será considerado de relevante interesse público e não será remunerado, não fazendo jus os seus membros a

qualquer gratificação ou vantagem pecuniária específica pelo desempenho das atividades da CFT.
Art. 13. Os membros da Comissão poderão ser substituídos ou reconduzidos mediante ato do Poder Executivo Municipal ou da autoridade competente, observadas as disposições legais e administrativas aplicáveis.
Art. 14. Os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT serão nomeados por Decreto da Chefe do Poder Executivo Municipal, para mandato de 12 (doze) meses, permitida a recondução por igual período.
Parágrafo único. A substituição, inclusão ou exclusão de membros da Comissão poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante novo Decreto do Poder Executivo Municipal, sempre que houver necessidade administrativa ou alteração na composição da equipe.
Art. 15. A Secretaria Municipal de Saúde fornecerá o suporte administrativo e técnico necessário ao funcionamento da Comissão de Farmácia e Terapêutica, dentro das disponibilidades administrativas e orçamentárias do Município.
Art. 16. A Comissão deverá observar, no desenvolvimento de suas atividades, a legislação sanitária, as normas do Sistema Único de Saúde – SUS, as diretrizes da Política Nacional de Medicamentos, da Política Nacional de Assistência Farmacêutica e demais normas aplicáveis.
Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.
CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE RIO PRETO DA EVA – AM, **01 de setembro de 2026.**

MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA FONTINELE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renata Almeida da Silva
Código Identificador:B1EDEE7C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 537, DE 01 DE SETEMBRO 2026.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO a servidora, que menciona, no amparo da Lei específica em vigor, e dá outras providências.

A PREFEITA DE RIO PRETO DA EVA, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei Orgânica em vigor, e tendo em vista o que consta **PARECER Nº 151/2026, REFERENTE AO PROCESSO Nº 866/2026,**

R E S O L V E:

I – Conceder a servidora **ANA MARIA ALVES FERREIRA,** funcionária pública, concursada na função de **Auxiliar de Serviços Gerais, LICENÇA PRÊMIO**, a ser gozada no período de **90 (noventa) dias**, a contar de **01 de setembro a 30 de novembro de 2026**, no amparo do art. 125, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

II – Esta **Portaria** entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE RIO PRETO DA EVA, em 01 de setembro de 2026.

MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA FONTINELE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renata Almeida da Silva
Código Identificador:E37BA93C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 538, DE 01 DE SETEMBRO 2026.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO a servidora, que menciona, no amparo da Lei específica em vigor, e dá outras providências.

A PREFEITA DE RIO PRETO DA EVA, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei Orgânica em vigor, e tendo em vista o que consta **PARECER Nº 152/2026, REFERENTE AO PROCESSO Nº 888/2026,**

R E S O L V E:

I – Conceder a servidora **GISELE BERNARDES SILVA,** funcionária pública, concursada na função de **Auxiliar Administrativo I, Nível II, Classe A, LICENÇA PRÊMIO**, a ser gozada no período de **90 (noventa) dias**, a contar de **01 de setembro a 30 de novembro de 2026**, no amparo do art. 125, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

II – Esta **Portaria** entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE RIO PRETO DA EVA, em 01 de setembro de 2026.

MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA FONTINELE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renata Almeida da Silva
Código Identificador:F1673E7F

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 103 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de servidores vinculados ao Gabinete do Prefeito do Município de Santa Isabel do Rio Negro – AM, e dá outras providências.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM, no uso de atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no artigo 37 "caput" da Carta Magna, assegurado pelo parágrafo único do art. 73, e pelo art. 90, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º -**NOMEAR** o Senhor **SANDOMAR GARCIA DA SILVA,** no cargo Comissionado de **ASSESSOR V,** do Município de Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro / Estado do Amazonas, em 01 de setembro de 2026.

ALICE IZABEL DA CUNHA BELEZA
Prefeita Municipal, em Exercício.

Publicado por:
Camilly Vitória Fernandes Roque
Código Identificador:35DB39BA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 104 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM, no uso de atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o que dispõem o artigo n° 6°, inciso de XVII da Constituição Federal e artigo 93 da Lei Municipal N° 096 de 18 de setembro de 1982.

RESOLVE:
Art. 1º - **CONCEDER**férias aos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, no período do mês de setembro de 2026, conforme a especificação abaixo:

Nº	NOME	SETOR	EXERCÍCIO
01	ANILTON SOARES ALIPIO	DEFENSORIA PIBLICA	2025/2026
02	GRACIMAR NERY	E.M.T.B.E.G	2025/2026
03	HELENILDA REIS MONTEIRO	SEMED	2025/2026
04	IRINEU CELESTINO FILHO	SEMAD	2025/2026
05	JESUINO JOSE BATISTA GOMES	SEMED	2025/2026
06	JOÃO BRAGA FONSECA	SEMAD	2025/2026
07	JOAQUIM DA GAMA MELGUEIRO	SEMED	2025/2026
08	JOSE HERMANO PINHEIRO CORDEIRO	ESC. TENENTE	2024/2025
09	JOSE MARIA GAMA XAVIER	SEMED	2024/2025
10	JOSE OLIVEIRA AGUIAR	SEMED	2025/2026
11	LAZARO AGOSTINHO SORIANO DA CRUZ	SEMED	2025/2026
12	LECINDA SILVEIRA DA SILVA	ESC. TENENTE	2025/2026
13	LUSTERDES COSTA BEZERRA	SEMEL	2025/2026

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro / Estado do Amazonas, em 01 de setembro de 2026.

ALICE IZABEL DA CUNHA BELEZA
Prefeita Municipal, Em Exercício.

Publicado por:
Camilly Vitória Fernandes Roque
Código Identificador:D3947FE5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 185 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio ao servidor efetivo vinculado à Secretaria Municipal de Administração do Município de Santa Isabel do Rio Negro-AM.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM, no uso de atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no artigo 37 "caput" da Carta Magna, assegurado pelo parágrafo único do art. 73, e pelo art. 90, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER Licença Prêmio** ao servidor **VANILDO MURILO SOARES do quadro efetivo desta Prefeitura Municipal na função GUARDA MUNICIPAL, matrícula nº C.119.10A, relativo ao exercício 2016/2021, a contar 01/09/2026 a 30/11/2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro / Estado do Amazonas, em 01 de setembro de 2026.

ALICE IZABEL DA CUNHA BELEZA
Prefeita Municipal, em Exercício.

Publicado por:
Camilly Vitória Fernandes Roque
Código Identificador:CF6C3027

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 186 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio a servidora efetiva vinculada à Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Isabel do Rio Negro-AM.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM, no uso de atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no artigo 37 "caput" da Carta Magna, assegurado pelo parágrafo único do art. 73, e pelo art. 90, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER Licença Prêmio** a servidora **ALBERTA RIBEIRO LOPES do quadro efetivo desta Prefeitura Municipal na função AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula nº B.046.5A, relativo ao exercício 2020/2025, a contar 01/09/2026 a 30/11/2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro / Estado do Amazonas, em 01 de setembro de 2026.

ALICE IZABEL DA CUNHA BELEZA
Prefeita Municipal, em Exercício.

Publicado por:
Camilly Vitória Fernandes Roque
Código Identificador:E8C893BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 187 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA RESPONDER PELA COORDENAÇÃO DA ARBOVIROSE DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM, no uso de atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no artigo 37 "caput" da Carta Magna, assegurado pelo parágrafo único do art. 73, e pelo art. 90, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** o servidor **SANDOMAR GARCIA DA SILVA**, para responder pela Coordenação da Arbovirose do Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM, sem que isso implique em alteração de sua remuneração.

Art. 2º - Compete ao servidor designado coordenar, acompanhar e executar as ações inerentes à Coordenação da Arbovirose, bem como praticar os atos necessários ao regular funcionamento do setor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro / Estado do Amazonas, em 01 de setembro de 2026.

ALICE IZABEL DA CUNHA BELEZA
Prefeita Municipal em Exercício.

Publicado por:
Camilly Vitória Fernandes Roque
Código Identificador:1A56E0E8

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 90003/2026

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá/AM torna pública a presente ERRATA, para correção do objeto de Licitação, oriundo da Pregão Eletrônico 90003/2026. **Código Identificador:**28F36D9F publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 16/04/2026. Edição 4087.
Onde se lê:
"Contratação de Empresa de Engenharia para Aquisição de um veículo…."
.
Leia-se:
"Contratação de Empresa para Aquisição de um veículo…"

Santo Antônio do Içá/AM, 01 de Setembro de 2026.

MARCELO DA CRUZ ALVES
Agente de Contração

Publicado por:
Tiago da Silva Garcia
Código Identificador:E42B1389

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº011/SEMAD, DE 28 DE AGOSTO DE 2026
INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DE SITUAÇÃO FUNCIONAL DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DESIGNA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº011/SEMAD, DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Instaura Sindicância Administrativa para apuração de situação funcional de servidora pública municipal, designa Comissão Sindicante e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o poder discricionário da Administração Pública, conforme o Art. 84, incisos I, Art. 86, incisos I e II, Art. 126 inciso II, da Lei Orgânica do Município de São Gabriel da Cachoeira – AM em conformidade com o Art. 14 da Lei nº 210, de 07 de dezembro de 2023 e,

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, devido processo legal, contraditório e ampla defesa,
CONSIDERANDO o teor da Comunicação Interna nº 0154/2026/RH/SEMAD, de 27 de agosto de 2026, que noticia a necessidade de verificação da situação funcional de servidora efetiva anteriormente lotada na Casa de Apoio;
CONSIDERANDO que o expediente informa não terem sido identificados, até o momento, registros suficientes de frequência, justificativas ou outros assentamentos funcionais capazes de esclarecer, de forma conclusiva, a situação narrada;
CONSIDERANDO que o art. 211, inciso I, alínea "a", da Lei Municipal nº 159/2021 determina a apuração por sindicância quando os dados disponíveis forem insuficientes para a determinação segura dos fatos ou quando a falta não estiver confessada, documentalmente provada ou evidente;
CONSIDERANDO a necessidade de delimitar os fatos, reunir documentação funcional idônea e evitar antecipação de juízo de responsabilidade, sem prejuízo da posterior instauração de Processo Administrativo Disciplinar, caso a apuração revele fato que, em tese, possa ensejar penalidade para a qual o PAD seja obrigatório;

R E S O L V E:

Art. 1º INSTAURAR Sindicância Administrativa, de natureza apuratória, destinada a esclarecer, sem antecipação de responsabilidade, a situação funcional da servidora **ROSE ANE FONTES PONCE DE LEON**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir das informações constantes da **Comunicação Interna nº 0154/2026/RH/SEMAD.**
§ 1º A apuração deverá abranger, especialmente:
I – a existência e o conteúdo de atos formais de lotação, remoção, relotação, cessão, disposição, designação ou exercício funcional desde o ano de 2024;
II – os registros de frequência, folhas de ponto, escalas, comunicações, justificativas, férias, licenças, afastamentos e demais assentamentos funcionais pertinentes ao período apurado;
III – a unidade administrativa em que houve, ou deveria ter havido, efetivo exercício, bem como eventual determinação formal de apresentação ou mudança de lotação;
IV – a eventual ocorrência de ausências ao serviço, com identificação precisa das datas, períodos e respectivas justificativas, caso existentes;
V – outros elementos documentais ou testemunhais estritamente necessários à completa elucidação dos fatos e à definição da providência administrativa cabível.
§ 2º A Comissão deverá preservar a presunção de não culpabilidade e limitar a apuração aos fatos funcionalmente relevantes, evitando qualificações conclusivas antes da formação do conjunto probatório.
Art. 2º DESIGNAR, para compor a Comissão Sindicante, os seguintes servidores:
I – CLEIDIMAR DA SILVA CORDEIRO – Sindicante;
II – EZILENE MARÁGUA GARCIA – Escrivã;
III – MARIA DE JESUS GALVÃO DE MACEDO – Membro.
§ 1º Antes da instalação dos trabalhos, a Coordenadoria de Recursos Humanos deverá certificar nos autos que os membros designados são servidores efetivos e estáveis e possuem hierarquia ou escolaridade igual ou superior à da servidora implicada, nos termos do art. 212, § 1º, da Lei Municipal nº 159/2021.
§ 2º Constatado impedimento, suspeição ou ausência de requisito legal de qualquer membro, deverá ser promovida sua substituição por novo ato antes da prática de atos instrutórios.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para concluir os trabalhos, contado da publicação desta Portaria, admitida prorrogação por até igual período, mediante justificativa e decisão da autoridade competente, na forma do art. 212 da Lei Municipal nº 159/2021.
Art. 4º Para a instrução da sindicância, a Comissão poderá requisitar documentos e informações aos órgãos municipais, realizar diligências, promover oitivas e praticar os demais atos necessários ao esclarecimento dos fatos, observadas as garantias do devido processo legal.
Parágrafo único. Caso os elementos reunidos conduzam a conclusão de culpabilidade, deverá ser assegurada à servidora a defesa prevista no art. 213, § 2º, da Lei Municipal nº 159/2021, antes da conclusão definitiva da sindicância.
Art. 5º O relatório final deverá descrever os fatos efetivamente comprovados, indicar os elementos probatórios considerados e propor, de forma fundamentada, o arquivamento, a providência administrativa cabível ou, quando presentes os pressupostos legais, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, vedada a aplicação de penalidade fora dos limites de competência e do rito legalmente exigido.
Art. 6º Os órgãos e unidades da Administração Municipal deverão prestar à Comissão, com prioridade, as informações e os documentos necessários à apuração, resguardados os dados pessoais e o acesso restrito aos elementos que assim o exigirem.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 28 de agosto de 2026.

DILENE DA SILVA MORAIS
Secretária Municipal de Administração
Decreto de 02 de Janeiro de 2025

Publicado por:
Ezilene Maragua Garcia
Código Identificador:6C476F96

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE SPO/AM
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DO TERMO DE CONTRATO Nº 062/2025.

I- Licitação: Concorrência Eletrônica nº 90.029/2025.
II- Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA, CNPJ nº. 05.829.577/0001-24.
III – Contratada: LUC SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.410.550/0001-09.
IV – Valor do Contrato: R$ 5.922.095,86 (cinco milhões, novecentos e vinte e dois mil e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos) global.
V – Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) CRECHE INFANTIL COM QUADRA ESPORTIVA, NO BAIRRO NOVO SÃO JOÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA/AM - SEMED.
VI – Objeto do Aditivo: O prazo de Vigência do Contrato e Execução do serviço está prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a contar de sua assinatura.
VII- Fundamentação Legal: O Presente aditivo encontra embasamento legal no artigo 91, parágrafo 4º da Lei 14.133/2021, e de suas alterações posteriores.
VIII- Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Contrato, assinado em 18/08/2025.

Publique-se, com efeito ex tunc, a partir da data de assinatura.

São Paulo de Olivença/AM, em 13 de agosto de 2026.

NAZARENO SOUZA MARTINS
CPF Nº. 336.274.362-53
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dicsoney Nascimento Martins
Código Identificador:5499D851

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 – PMSSU

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 0418/2026 - SEMINFRA, referente a Concorrência Eletrônica nº 005/2026 – PMSSU, que visa CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE SANTA ETELVINA DO BACABAL, VISANDO À MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ/AM;
CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitados todos os prazos estabelecidos pela legislação vigente;
CONSIDERANDO a deliberação do(a) Agente de Contratação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 – PMSSU;
CONSIDERANDO a inexistência de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.

RESOLVE:

I – ADJUDICAR em favor da empresa A. ROBERTA PEREIRA IAMANE & CIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 13.025.159/0001-02, com sede na Rua 1, nº 100 – Bairro Cacau Pirera, Iranduba/AM – CEP 69.421-000, para o objeto acima citado, perfazendo o valor global de R$ 346.301,87 (trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e um reais, oitenta e sete centavos).
II – HOMOLOGAR a decisão final do Prefeito, referente a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 – PMSSU.
III – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.

São Sebastião do Uatumã/AM, 02 de setembro de 2026.

JANDER PAES DE ALMEIDA
Prefeito do Município de São Sebastião do Uatumã

Publicado por:
Silvia Michele Magalhaes Bichara Moura
Código Identificador:BB711AF4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026 – PMSSU

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 0420/2026 - SEMINFRA, referente a Concorrência Eletrônica nº 007/2026 – PMSSU, que visa CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E MELHORIAS NO HOSPITAL FABIANO FALABELLA, VISANDO À MELHORIA DE SUA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO EM SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ/AM;
CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitados todos os prazos estabelecidos pela legislação vigente;
CONSIDERANDO a deliberação do(a) Agente de Contratação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026 – PMSSU;
CONSIDERANDO a inexistência de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.

RESOLVE:

I – ADJUDICAR em favor da empresa S FERREIRA SANTANA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 43.246.459/0001-82, com sede na Rua Manoel Marques de Souza, nº 216, Conjunto Castelo Branco – Bairro Parque 10 de Novembro, Manaus/AM – CEP 69.055-240, para o objeto acima citado, perfazendo o valor global de R$ 713.231,16 (setecentos e treze mil, duzentos e trinta e um reais, dezesseis centavos).
II – HOMOLOGAR a decisão final do Prefeito, referente a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026 – PMSSU.
III – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.

São Sebastião do Uatumã/AM, 02 de setembro de 2026.

JANDER PAES DE ALMEIDA
Prefeito do Município de São Sebastião do Uatumã

Publicado por:
Silvia Michele Magalhaes Bichara Moura
Código Identificador:CAFFD65B

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SILVES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

O Município de Silves, por intermédio da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal, torna público o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**. Objeto: **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUIDOS DE FREIO, ADITIVOS DE RADIADOR E INSUMOS CORRELATOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS, MOTOCICLETAS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS E PROGRAMAS DO MUNICÍPIO DE SILVES/AM.** A data e o horário da sessão de abertura constarão no Edital, garantindo-se a observância do prazo mínimo de publicidade exigido pelo art. 55 da Lei nº 14.133/2021. Local da abertura: Portal de Compras Públicas www.licitanet.com.br. Informações: O Edital completo e seus anexos poderão ser consultados e obtidos de forma gratuita no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência da Prefeitura de Silves (https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/silves). Esclarecimentos poderão ser solicitados formalmente através do e-mail: licitacao@silves.am.gov.br.

Silves/AM, 01 de setembro de 2026.

NUBIA CARVALHO BATISTA
Equipe de Apoio
Comissão de Contratação

Publicado por:
Jhonata da Silva Calheiros
Código Identificador:46E232DB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA Nº 006/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES**, por intermédio da **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – CC,** torna público, para conhecimento dos interessados, a **RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA da CONCORRÊNCIA Nº 006/2026 – CC**, destinada à contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia destinados à **PROVISÃO HABITACIONAL NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE SILVES**, cujo certame teve sua sessão suspensa em 18 de agosto de 2026, para análise técnica das propostas de preços apresentadas pelas licitantes habilitadas.

A sessão será retomada no **dia 04 de setembro de 2026 (sexta-feira), às 13h30**, para divulgação do resultado da análise e julgamento das propostas de preços e prosseguimento dos demais atos subsequentes do certame.

LOCAL: Sede da Representação da Prefeitura Municipal de Silves em Manaus, situada na Rua Ernesto Pinto Filho, nº 07, Bairro Parque Dez, Manaus/AM.

Ficam convocadas as empresas participantes e demais interessados para acompanhamento da sessão.

Silves, 02 de setembro de 2026.

NUBIA CARVALHO BATISTA
Equipe de Apoio
Comissão de Contratação

Publicado por:
Jhonata da Silva Calheiros
Código Identificador:5CD81C76

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO PE 027/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SILVES, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, os documentos acostados no **PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº020903.2026.07.027-10,** objetos do Pregão Eletrônico nº 027/2026/SRP, o qual teve por finalidade a AQUISIÇÃO DE KITS DE EMERGÊNCIA E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE POPULAÇÕES AFETADAS POR DESASTRES NATURAIS, SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA OU ESTADO DE EMERGÊNCIA, para atendimento do município de Silves-AM, **através do sistema de registro de preço,**pelo menor preço de itens.
CONSIDERANDO o que consta na Ata de Recebimento e Julgamento das Propostas de Preços e Documentações do Pregão Eletrônico nº 027/2026, realizado por Sistema de Registro de Preços, elaborada pelo Pregoeiro através do LICITANET.
CONSIDERANDO que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência a legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo;
CONSIDERANDO a inexistência de recursos administrativos pendentes ao referido procedimento licitatório;
CONSIDERANDO, ainda, que os documentos que se encontram acostados aos autos demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e 13.709/2018;
CONSIDERANDO, por fim, o Parecer Conclusivo emitido pela Assessoria Jurídica Interna desta Prefeitura;

I - HOMOLOGAR a deliberação final do presente procedimento licitatório, realizada através do Pregão Eletrônico nº 027/2026 - SRP,em favor das empresas vencedoras dos itens registrados e adjudicados, pelo critério menor valor por grupos**: COMERCIAL ANDRADE LTDA,** inscrita sob o CNPJ nº 45.296.529/0001-32, localizada na Rua Coaraci, 62 Casa 64, Sala 01, Bairro: Novo Aleixo – CEP 69096-750, Manaus/AM, com o grupo 1, no valor total de R$ R$ 910.450,00 (novecentos e dez mil, quatrocentos e cinquenta reais); **PROTEGE COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALAR E PROTECAO INDIVIDUAL LTDA,** inscrita sob o CNPJ nº 55.760.817/0001-50, localizada na Rua Joao Gomes, 5, Bairro: Novo Aleixo – CEP 69.058-579, Manaus/AM, com os grupos 2, 3, 5, no valor total de R$ 327.599,00 (trezentos e vinte e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais); **CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA,** inscrita sob o CNPJ nº 10.430.444/0001-10, localizada na R Doze De Setembro- Nº 1364, Bairro: Vila Guilherme – CEP 02052-001, São Paulo/SP, com o grupo 4, no valor total de R$ 184.060,00 (cento e oitenta e quatro mil e sessenta reais).

Referente ao **Pregão Eletrônico n. 027/2026 - SRP**, tendo por objeto AQUISIÇÃO DE KITS DE EMERGÊNCIA E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE POPULAÇÕES AFETADAS POR DESASTRES NATURAIS, SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA OU ESTADO DE EMERGÊNCIA, **através do sistema de registro de preço**, visando atender as necessidades do município de Silves/AM.

II- PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.

Silves, 31 de agosto de 2026.

RAIMUNDO PAULINO DE ALMEIDA GRANA
Prefeito Municipal de Silves

Publicado por:
Lara Mirele Farias da Silva
Código Identificador:72EAE1AB

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE TABATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 340/GP-PMT DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE

E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PLINIO SOUZA DA CRUZ, M.D. PREFEITO DE TABATINGA/AM, no uso de suas atribuições legais, ex vi, tendo em vista o que dispõe o Art. 72 e inciso VI e IX do Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Tabatinga;
CONSIDERANDO, o Art. 40, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
CONSIDERANDO, o dispositivo do Art. 95 da Lei Orgânica do Município de Tabatinga de 05 de abril de 1990.
CONSIDERANDO, a Lei Municipal n.º 1.016, de 14 de agosto de 2025;
CONSIDERANDO, o Ofício n.º 243/2026 – IPRETAB, 25 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO, as disposições legais, previstas no artigo 37 da Constituição Federal, e o poder de discricionariedade do administrador público.
DECRETA
Art. 1º - Conceder **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** ao senhor **ALCINEY CARVALHO MARQUES**, Matrícula n.º 1459-1, ocupante do cargo de **Professor ED-ESP-III/REF: J**, nomeado através do **Decreto n.º 16 de 24 de março de 1994**, do quadro de pessoal **efetivo** da Prefeitura Municipal de Tabatinga/AM, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos mensais no valor de **R$ 5.803,76** (**Cinco mil, oitocentos e três reais e setenta e seis centavos)**, discriminado na forma abaixo:
VALOR DO BENEFÍCIO – Com fundamento no Artigo 6.º da EC 41/03 – Prof. Educação Infantil, Fundamental e Médio. Provento Integral – com Paridade – Última Remuneração e Artigo 45 da Lei Municipal n.º 1.016/2025 **R$ 5.803,76 (Cinco mil, oitocentos e três reais e setenta e seis centavos).**

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
VENCIMENTO BASE Lei Municipal n.º 973/2024, 26 de Abril de 2024.	R$ 5.803,76
TOTAL	R$ 5.803,76

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE TABATINGA/AM, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

PLINIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga/AM

DADO CIÊNCIA, REGISTRADO E PUBLICADO NO SERVIÇO DE DECRETO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, NA DATA SUPRA, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 100 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TABATINGA.

BÁRBARA JUVENTINO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Sabrina do Nascimento Ramos
Código Identificador:712CDFAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA e a **COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o que estabelece os procedimentos licitatórios, regidos pelas Lei 14.133/2021 e legislações adicionais;
CONSIDERANDO o teor da Ata emitida pela Comissão Especial de Contratação, resultado do processo de licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2026/CEC - PMTBT** destinados a "**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.** a inexistência de recursos, quanto ao presente certame licitatório.

RESOLVE:

I – ADJUDICAR a empresa C M U PRODUTOS HOSPITALARES, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.360.050/0001-90, estabelecida na Rua Alice Salerno, N°489, – Bairro São Jorge, CEP 69.033-090 – Cidade Manaus/AM. Vencedor do lote 03.
II – HOMOLOGAR a decisão da Comissão Especial de Contratação – CEC, declarando a empresa acima citada como vencedora, convocando-a a assinar o contrato para a Execução do Serviço Licitado.

Tabatinga (AM), 11 de junho de 2026.

PLINIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga

Publicado por:
Marcelia Tenazor Catique
Código Identificador:CE9D9235

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA e a **COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o que estabelece os procedimentos licitatórios, regidos pelas Lei 14.133/2021 e legislações adicionais;
CONSIDERANDO o teor da Ata emitida pela Comissão Especial de Contratação, resultado do processo de licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2026/CEC - PMTBT** destinados a "**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.** a inexistência de recursos, quanto ao presente certame licitatório.

RESOLVE:

I – ADJUDICAR a empresa FALCON EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.358.769/0001-54, estabelecida na Avenida Alexandre Quinto, s/n, – Bairro Centro, CEP 45.500-0050 – Cidade Ibirapitinga/BA. Vencedor do lote 02.
II – HOMOLOGAR a decisão da Comissão Especial de Contratação – CEC, declarando a empresa acima citada como vencedora, convocando-a a assinar o contrato para a Execução do Serviço Licitado.

Tabatinga (AM), 11 de junho de 2026.

PLINIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga

Publicado por:
Marcelia Tenazor Catique
Código Identificador:FCBCF204

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA e a **COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o que estabelece os procedimentos licitatórios, regidos pelas Lei 14.133/2021 e legislações adicionais;
CONSIDERANDO o teor da Ata emitida pela Comissão Especial de Contratação, resultado do processo de licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2026/CEC - PMTBT** destinados a "**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E**

IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS. a inexistência de recursos, quanto ao presente certame licitatório.

RESOLVE:

I – ADJUDICAR a empresa GEOVANE P DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.126.800/0001-30, estabelecida na Rua Santa Marta, nº 524, – Bairro Colônia Santo Antônio, CEP 69.093-288 – Cidade Manaus/AM. Vencedor do lote 05.
II – HOMOLOGAR a decisão da Comissão Especial de Contratação – CEC, declarando a empresa acima citada como vencedora, convocando-a a assinar o contrato para a Execução do Serviço Licitado.

Tabatinga (AM), 11 de junho de 2026.

PLINIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga

Publicado por:
Marcelia Tenazor Catique
Código Identificador:123C1AB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA e a **COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o que estabelece os procedimentos licitatórios, regidos pelas Lei 14.133/2021 e legislações adicionais;
CONSIDERANDO o teor da Ata emitida pela Comissão Especial de Contratação, resultado do processo de licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2026/CEC - PMTBT** destinados a "**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.** a inexistência de recursos, quanto ao presente certame licitatório.

RESOLVE:
I – ADJUDICAR a empresa HADAR COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.577.050/0001-55, estabelecida na Rua Criciúma, N°296, – Bairro Alvorada, CEP 69.043-140 – Cidade Manaus/AM. Vencedor do lote 04.
II – HOMOLOGAR a decisão da Comissão Especial de Contratação – CEC, declarando a empresa acima citada como vencedora, convocando-a a assinar o contrato para a Execução do Serviço Licitado.

Tabatinga (AM), 11 de junho de 2026.

PLINIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga

Publicado por:
Marcelia Tenazor Catique
Código Identificador:90F06087

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 014/2026 PMT

ESPÉCIE:**TERMO DE CONTRATO Nº 014/2026-PMT.**
DATA DE ASSINATURA: 09/06/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 07/2026
PARTES:
PARTES: MUNICIPIO DE TABATINGA/AM e a empresa FALCON EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.358.769/0001-54, com sede na Avenida Alexandre Quinto, S/N, Bairro Centro, CEP: 45.500-000, – Cidade Ibirapitinga/BA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.

RUBRICA ORÇAMENTARIA:
Gestão/Unidade: 02.27.01 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Programa de Trabalho: 27.812.0011.2096.0000 Manutenção da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Elemento de Despesa 4.4.90.52.00
Fonte de Recursos: 500 (RP).
Gestão/Unidade: 02.27.01 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Programa de Trabalho: 27.812.0011.2096.0000 Manutenção da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Elemento de Despesa 4.4.90.52.00
Fonte de Recursos: 500 (RP).
Prazo de vigência de 06 **(seis)** meses.
Fundamento do Ato: Despacho de Homologação datado em 11 de junho 2026.

Fundamento do Ato:Processo Administrativo nº 015A/2026 e Lei nº 14.133/2021.

Tabatinga/AM, 11 de junho de 2026.

PLÍNIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga/AM

Publicado por:
Marcelia Tenazor Catique
Código Identificador:57D77A86

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 015/2026 PMT

ESPÉCIE:**TERMO DE CONTRATO Nº 015/2026-PMT.**
DATA DE ASSINATURA: 09/06/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 07/2026
PARTES:
PARTES: MUNICIPIO DE TABATINGA/AM e a empresa C M U PRODUTOS HOSPITALARES, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.360.050/0001-90, com sede na Rua Alice Salerno, n°489, Bairro São Jorge, CEP: 69.033-090, – Cidade Manaus/AM.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.

RUBRICA ORÇAMENTARIA:
Gestão/Unidade: 03.01.01 – Fundo municipal de Saúde.
Programa de Trabalho: 10.302.0052.2059.0000 Bloco de atenção de média e alta Complex. Ambulatorial e
hospitalar-Mac
Elemento de Despesa 4.4.90.52.00
Fonte de Recursos: 500 (RP).
Gestão/Unidade: 03.01.01 – Fundo municipal de Saúde.
Programa de Trabalho: 10.302.0052.2059.0000 Bloco de atenção de média e alta Complex. Ambulatorial e
hospitalar-Mac
Elemento de Despesa 4.4.90.52.00
Fonte de Recursos: 500 (RP).

Prazo de vigência de 06 **(seis)** meses.
Fundamento do Ato: Despacho de Homologação datado em 11 de junho 2026.

Fundamento do Ato:Processo Administrativo nº 015A/2026 e Lei nº 14.133/2021.

Tabatinga/AM, 11 de junho de 2026.

PLÍNIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga/AM

Publicado por:
Marcelia Tenazor Catique
Código Identificador:9ACA782D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 017/2026 PMT

ESPÉCIE:**TERMO DE CONTRATO Nº 017/2026-PMT.**
DATA DE ASSINATURA: 09/06/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 07/2026
PARTES:
PARTES: MUNICIPIO DE TABATINGA/AM e a empresa HADAR COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.577.025/0001-55, com sede na Rua Criciúma, n°296, Bairro Alvorada, CEP: 69.043-140, – Cidade Manaus/AM.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.

RUBRICA ORÇAMENTARIA:
Gestão/Unidade: 02.26.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA PÚBLICA.
Programa de Trabalho: 15.452.0091.2095.0000 MANUNTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA
PÚBLICA
Elemento de Despesa 4.4.90.52.00
Fonte de Recursos: 500 (RP).
Gestão/Unidade: 02.26.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA PÚBLICA.
Programa de Trabalho: 15.452.0091.2095.0000 MANUNTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA
PÚBLICA
Elemento de Despesa 4.4.90.52.00
Fonte de Recursos: 500 (RP).

Prazo de vigência de 06 **(seis)** meses.
Fundamento do Ato: Despacho de Homologação datado em 11 de junho 2026.

Fundamento do Ato:Processo Administrativo nº 015A/2026 e Lei nº 14.133/2021.

Tabatinga/AM, 11 de junho de 2026.

PLÍNIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga/AM

Publicado por:
Marcelia Tenazor Catique
Código Identificador:745C8395

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 018/2026 PMT

ESPÉCIE:**TERMO DE CONTRATO Nº 018/2026-PMT.**
DATA DE ASSINATURA: 09/06/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 07/2026
PARTES:
PARTES: MUNICIPIO DE TABATINGA/AM e a empresa GEOVANE P DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.126.800/0001-30, com sede na Rua Santa Marta, nº 524 Bairro Santo Antônio, CEP: 69.093-288, – Cidade Manaus/AM.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.

RUBRICA ORÇAMENTARIA:
Gestão/Unidade: 02.06.01 – Secretaria Municipal de Produção Rural.
Programa de Trabalho: 20.605.0011.2016.0000 Manutenção da Secretaria Municipal de produção Rural.
Elemento de Despesa 4.4.90.52.00
Fonte de Recursos: 500 (RP).
Gestão/Unidade: 02.06.01 – Secretaria Municipal de Produção Rural.
Programa de Trabalho: 20.605.0011.2016.0000 Manutenção da Secretaria Municipal de produção Rural.
Elemento de Despesa 4.4.90.52.00
Fonte de Recursos: 500 (RP).

Prazo de vigência de 06 **(seis)** meses.
Fundamento do Ato: Despacho de Homologação datado em 11 de junho 2026.

Fundamento do Ato:Processo Administrativo nº 015A/2026 e Lei nº 14.133/2021.

Tabatinga/AM, 11 de junho de 2026.

PLÍNIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga/AM

Publicado por:
Marcelia Tenazor Catique
Código Identificador:AFB2E86E

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE TEFÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 16º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/2022.

EXTRATO DO 16º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/2022.

ESPÉCIE E DATA: 16º Termo Aditivo de prazo do Contrato nº 100/2022, celebrado em 19/09/2022.
CONTRATANTES: A Prefeitura Municipal de Tefé e a Empresa **TGC – TECNOLOGIA GERENCIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF Nº** 03.127.054/0001-00 a seguir denominada **CONTRATADA**.

OBJETO: Construção da Ponte de Concreto da Rua Irmão Falco com a Rua Rodrigo Correa e Rua José Lindoso– Bairro: Nova Esperança no Município de Tefé/AM, o presente Termo Aditivo de Prazo tem, por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 100/2022.

PRAZO: O prazo de vigência do presente aditivo de prazo é de 90 (noventa) dias corridos a contar de 29/08/2026 a 27/11/2026.

Tefé, 28 de agosto de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal de Tefé

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:3EC42825

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 256/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 256/2025.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025

ESPÉCIE E DATA: 1º Termo Aditivo de prazo do Contrato nº 256/2025, celebrado em 18/09/2025.
CONTRATANTES: A Prefeitura Municipal de Tefé e a Empresa **ELP SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ Nº** 34.294.555/0001-05 a seguir denominada **CONTRATADA**.

OBJETO: Contratação de Empresa para Execução da Ampliação do Centro Especializado em Reabilitação - CER-IV do Município De Tefé-AM, o presente Termo Aditivo de Prazo tem, por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 256/2025.

PRAZO: O prazo de vigência do presente aditivo de prazo é de 180 (cento e oitenta) dias corridos a contar de 13/09/2026 a 12/03/2027.

Tefé, 02 de setembro de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal de Tefé

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:F59040FE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 24º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 100/2022. TOMADA DE PREÇO Nº 010/2022 - CPL

EXTRATO DO 24º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 100/2022.
TOMADA DE PREÇO Nº 010/2022 - CPL

ESPÉCIE E DATA: 24º Termo Aditivo de prazo do Contrato nº 100/2022, celebrado em 19/09/2022.
CONTRATANTES: A Prefeitura Municipal de Tefé e a Empresa **TGC – TECNOLOGIA GERENCIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF Nº** 03.127.054/0001-00 a seguir denominada **CONTRATADA**.

OBJETO: Construção da Ponte de Concreto da Rua Diogo Torres – Bairro São João no Município de Tefé, o presente Termo Aditivo de Prazo tem, por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 100/2022.

PRAZO: O prazo de vigência do presente aditivo de prazo é de 60 (sessenta) dias corridos a contar de 29/08/2026 a 28/10/2026.

Tefé, 28 de agosto de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal de Tefé

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:E8824018

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 24º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/2022. TOMADA DE PREÇO Nº 010/2022 - CPL

EXTRATO DO 24º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/2022.
TOMADA DE PREÇO Nº 010/2022 - CPL

ESPÉCIE E DATA: 24º Termo Aditivo de prazo do Contrato nº 100/2022, celebrado em 19/09/2022.
CONTRATANTES: A Prefeitura Municipal de Tefé e a Empresa **TGC – TECNOLOGIA GERENCIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF Nº** 03.127.054/0001-00 a seguir denominada **CONTRATADA**.

OBJETO: O presente Termo Aditivo de Prazo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência Construção da Ponte de Concreto do Beco da Rua João Estefano – Bairro São José no Município de Tefé, o presente Termo Aditivo de Prazo tem, por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 100/2022.

PRAZO: O prazo de vigência do presente aditivo de prazo é 60 (sessenta) dias corridos a contar de 29/08/2026 a 28/10/2026.

Tefé, 28 de agosto de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal de Tefé

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:A3A87D68

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	ANDRESSON DE LIMA SILVA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001164548CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 18.058,53 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

ANDRESSON DE LIMA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:5C029CBC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	RUTHE MEDEIROS GURGEL , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM072023.01.000559483CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 22.211,20 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

RUTHE MEDEIROS GURGEL
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:0DDB8C42

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	ROGÉRIO BENIGNO DO CARMO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM072023.01.000559483CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 22.211,20 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

ROGÉRIO BENIGNO DO CARMO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:6DA04863

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	RAISSA MOTA DA SILVA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM122023.01.001016379CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 23.398,40 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

RAISSA MOTA DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:BD620131

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	ROSAMY DA SILVA MACEDO , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM122023.01.001015764CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 23.398,40 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

ROSAMY DA SILVA MACEDO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:A10B8396

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	ANÁDIA LEOCÁDIO DE OLIVEIRA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001215733CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 38.769,88 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

ANÁDIA LEOCÁDIO DE OLIVEIRA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:3DE6EF45

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	RAILSON MACEDO DA SILVA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001215733CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 37.537,88 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

RAILSON MACEDO DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:BA40CA86

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	CISNEY DA SILVA BARBOSA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM102023.01.000859495CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.744,91 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

CISNEY DA SILVA BARBOSA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:88FD2788

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	DAVID WILLIAN LIMA DE CASTRO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM032025.01.002747655CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 0,00 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

DAVID WILLIAN LIMA DE CASTRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:424F1580

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	EVERTON DE LIMA CASTRO , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM032025.01.002725485CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.988,40 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

EVERTON DE LIMA CASTRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:1EA0B605

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	HUREULES DE LIMA DE CASTRO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM032025.01.002724336CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.988,40 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

HUREULES DE LIMA DE CASTRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:5D1CC138

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 141/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 141/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	FRANCIMAR MACEDO BATISTA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001197811CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.988,40 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

FRANCIMAR MACEDO BATISTA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:29D7119F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 142/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 142/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	ELI QUEIROZ GONÇALVES , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM042025.01.003387022CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 269.295,60 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

ELI QUEIROZ GONÇALVES
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:E46C4339

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	COOPERATIVA AGRÍCOLA INDÍGENA NOVA ESPERANÇA-COOINE, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM102023.02.00000139CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 534.546,40 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

COOPERATIVA AGRÍCOLA INDÍGENA NOVA ESPERANÇA-COOINE
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:BE66B965

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	JOHN PATRICK LIMA BATALHA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM042024.01.001386826CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 34.593,19 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

JOHN PATRICK LIMA BATALHA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:51E4564E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	BRUNO DE ALENCAR SOUZA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM122025.01.004402553CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 34.852,41 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

BRUNO DE ALENCAR SOUZA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:B0EAA2C2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	GENILSON ALENCAR DE SOUZA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM042024.01.001354346CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 34.852,41 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

GENILSON ALENCAR DE SOUZA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:BD733417

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita

	no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	NAIARA ALENCAR DE SOUZA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001167594CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 34.852,41 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

NAIARA ALENCAR DE SOUZA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:FE2ECB98

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	RODRIGO DE ALENCAR SOUZA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM042024.01.001368737CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 34.852,41 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

RODRIGO DE ALENCAR SOUZA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:A8F25736

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	EDIMAR SILVA DE CASTRO , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM012025.01.002522368CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

EDIMAR SILVA DE CASTRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:36F59453

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	GILMAR DA SILVA NATIVIDADE, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001179255CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais,

	destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

GILMAR DA SILVA NATIVIDADE
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:4BAB7E12

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	RUBEM CAXIAS NATIVIDADE, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001177783CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

RUBEM CAXIAS NATIVIDADE
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:833DC49E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	ELIAS SILVA DE CASTRO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001198570CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

ELIAS SILVA DE CASTRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:07A731EF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	ELIABE DOS SANTOS DE CASTRO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM032025.01.002756621CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.

VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

ELIABE DOS SANTOS DE CASTRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:0160799E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	JANSEN RIBEIRO DE LIMA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM032024.01.001238683CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

JANSEN RIBEIRO DE LIMA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:FC2CC792

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	JACKSON OLIVEIRA DA SILVA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001178501CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

JACKSON OLIVEIRA DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:9064BB3A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	REGINALDO SILVA DE CASTRO , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM082023.01.000686784CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento

	contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

REGINALDO SILVA DE CASTRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:8957C81A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	GEORGE RAMOS BATALHA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM02023.011.003742155CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

GEORGE RAMOS BATALHA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:2795350A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	PAULO ALVES DA SILVA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM032025.01.002766879CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

PAULO ALVES DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:F90026AF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	HERCULES SILVA DE CASTRO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001164296CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de

LEGAL:	gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

HERCULES SILVA DE CASTRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:4837CF8D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	MAIKO SILVA DE CASTRO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM122024.01.001130436CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

MAIKO SILVA DE CASTRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:D7E59AE4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 161/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 161/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	GILSON GOMES BATISTA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM082023.01.000706541CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

GILSON GOMES BATISTA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:972C33FE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 162/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 162/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	FERNANDO DO CARMO DA SILVA , agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM082023.01.000706187CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.836,68 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota

	Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

FERNANDO DO CARMO DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:8120FF80

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 163/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 163/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	MARLEY DA MOTA DE JESUS, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM032024.01.001256141CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 30.702,44 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

MARLEY DA MOTA DE JESUS
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:9245EE34

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	MARCIO DA SILVA SANTOS, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM0522024.01.001479716CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

MARCIO DA SILVA SANTOS
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:80585688

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 165/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 165/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	IGSON VALE GOMES, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM112023.01.000941592CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

IGSON VALE GOMES
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:1828A5B3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 166/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 166/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	MIGUEL ROCHA GOMES, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM042025.01.003423651CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

MIGUEL ROCHA GOMES
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:EB0775BC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 167/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 167/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	DEBORA DOS SANTOS ALE, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM042024.01.001473167CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

DEBORA DOS SANTOS ALE
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:86B64340

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	VANIA DA SILVA SANTOS, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM052023.01.000314036CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

VANIA DA SILVA SANTOS
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:EFBAB61D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	IZAIAS DOS SANTOS, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM052024.01.001480343CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ºCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

IZAIAS DOS SANTOS
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:606F729E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	DARLIANE RAMOS MEDEIROS, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM042024.01.001473076CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ºCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

DARLIANE RAMOS MEDEIROS
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:0F0C79FF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 171/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 171/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	ADEILDO DA SILVA SANTOS, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM052023.01.000313052CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ºCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

ADEILDO DA SILVA SANTOS
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:E05D1F80

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 172/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 172/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	JOSIAS MEDEIROS RIBEIRO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM052024.01.001534292CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

JOSIAS MEDEIROS RIBEIRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:919CE0E5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	GLEICIANE PINTO DA SILVA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM042024.01.001471682CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

GLEICIANE PINTO DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:33AD318D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	FABIO DANTAS DOS SANTOS, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022023.01.000182848CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

FABIO DANTAS DOS SANTOS
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:FBD6EF44

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	ELIEL DOS SANTOS MEDEIROS, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM042024.01.001471408CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

ELIEL DOS SANTOS MEDEIROS
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:8A0F280A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 176/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 176/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	TONI FABRICIO MEDEIROS FRAZAO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM052023.01.000316561CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

TONI FABRICIO MEDEIROS FRAZAO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:FAD73075

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	JO INHUMA RIBEIRO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM052024.01.001478155CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

JO INHUMA RIBEIRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:0185CC52

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 178/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 178/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.

CONTRATADO(A):	JOEL DOS SANTOS RIBEIRO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM052024.01.001535878CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.853,84 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

JOEL DOS SANTOS RIBEIRO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:608EB347

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 179/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 179/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	NILTON ORLANGE RIBEIRO DE LIMA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM012024.01.001130691CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 12.789,64 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

NILTON ORLANGE RIBEIRO DE LIMA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:CFA2FC25

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 180/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 180/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	FRANCISCO CUNHA DA SILVA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM032025.01.002742295CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 0,00 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

FRANCISCO CUNHA DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:BF6670A6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 181/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 181/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	JOSE ZANE RIBEIRO LIMA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022024.01.001138682CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos

	dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 0,00 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ºCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

JOSE ZANE RIBEIRO LIMA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:5ED0351E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 182/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 182/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	SEBASTIÃO MACEDO FILHO, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM012024.01.001130759CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 0,00 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ºCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

SEBASTIÃO MACEDO FILHO
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:FA0F6C6D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 183/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 183/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	GELCIANE DA SILVA GOMES, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM032025.01.002725053CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 20.513,94 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ºCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

GELCIANE DA SILVA GOMES
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:76DEE697

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 184/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 184/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	FRANCIANE DA SILVA GOMES, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM012025.01.002517317CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 21.994,93 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento

	contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

FRANCIANE DA SILVA GOMES
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:D2B3A3C4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 185/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 185/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	MARCO ANTONIO LOPES DA SILVA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM022025.01.002671043CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 8.260,99 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

MARCO ANTONIO LOPES DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:41F91708

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 186/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 186/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	JONIVAN MOTA DA SILVA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM0320224.01.001231824CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 34.888,44 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

JONIVAN MOTA DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:B4ED3B30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 187/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 187/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	GIDEÃO PAIVA DA SILVA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM052025.01.003499510CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 30.702,44 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art.

	14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

GIDEÃO PAIVA DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:B53F1506

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	DEIBSON RIBEIRO BARBOSA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº AM042025.01.003336325CAF, conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 17.153,09 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

DEIBSON RIBEIRO BARBOSA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:A3A7A907

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 189/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 189/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	RAIMUNDO NONATO DA SILVA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº , conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 8.946,56 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

RAIMUNDO NONATO DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:C6074288

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 191/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 191/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58.2026	
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PNAE/PCTs	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NICSON MARREIRA LIMA.
CONTRATADO(A):	ANAILTON BRAZ DA SILVA, agricultor(a) familiar pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais, identificado(a) pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF nº , conforme documentação de habilitação e Projeto de Venda apresentados na Chamada Pública.
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos dessas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, conforme especificações, quantitativos, Projeto de Venda e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública e seus anexos.
VALOR GLOBAL:	R$ 10.047,08 (vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública, no instrumento contratual e na legislação aplicável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, mediante a correspondente classificação funcional programática e nota de empenho constantes dos autos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A contratação decorre de Chamada Pública específica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar de agricultores Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e pela Lei nº 15.226/2025, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, da Lei Federal nº 11.326/2006, do Decreto Federal nº 6.040/2007, da Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF e da Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, aplicando-se, no que couber, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

Tefé/AM, 20 de julho de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

ANAILTON BRAZ DA SILVA
Agricultor Familiar – PCT
Contratado

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:D859FB6F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026/PMT PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026/PMT
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE TEFÉ, ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 71, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o que consta na Ata Circunstanciada da Sessão Pública e na Ata de Homologação do Pregão Eletrônico nº 12/2026/PMT;

CONSIDERANDO que o procedimento transcorreu de forma regular, em estrita observância à legislação vigente, não sendo verificado vício capaz de macular sua validade;

CONSIDERANDO que a licitante vencedora apresentou proposta válida e atendeu às exigências editalícias aplicáveis;

CONSIDERANDO a inexistência de recursos administrativos pendentes;

CONSIDERANDO o teor dos atos de instrução e controle constantes dos autos, favoráveis à regularidade do certame;

CONSIDERANDO que as propostas vencedoras se mostram vantajosas para a Administração Pública;

RESOLVE:
I - ADJUDICAR o objeto do Pregão Eletrônico nº 12/2026/PMT à empresa **W. OLIVEIRA DOS SANTOS**, inscrita no CNPJ nº 03.715.355/0001-55, vencedora dos Lotes 01, 02 e 03, conforme segue:
Lote 01 – valor total de R$ 107.580,00; **Lote 02 –** valor total de R$ 49.590,00; **Lote 03 –** valor total de R$ 81.600,00, perfazendo o valor global adjudicado de R$ 238.770,00.
II - HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico nº 12/2026/PMT, Processo Administrativo nº 067/2026, em favor da empresa **W. OLIVEIRA DOS SANTOS**, relativamente aos Lotes 01, 02 e 03, no valor global de R$ 238.770,00, cujo objeto compreende a aquisição de barco de alumínio, motor de popa e motores de rabeta, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Tefé/AM, em conformidade com o Plano de Ação nº 09032025-079683 (Emenda Parlamentar nº 202541370005).
III - ENCAMINHE-SE o referido processo à Secretaria Municipal de Administração para as providências subsequentes.
IV - PUBLIQUE-SE o presente Termo, na forma da Lei, para fins de eficácia.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tefé/AM, 19 de agosto de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:2702E236

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE TONANTINS

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML
EXTRATO DE CONTRATO

1.ESPÉCIE E DATA: Carta Contrato nº 089/2026/PMTNT**,**celebrado em 01/09/2026
2.CONTRATANTES:PREFEITURA MUNICIPAL DE TONANTINS/AM, CNPJ: 04.628.608/0001-16 E A EMPRESA; 24.138.672 JOÃO CRUZ TRALDI, inscrito no CNPJ n° 24.138.672/0001-26.
3.OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços no gerenciamento das informações hospitalares e ambulatoriais no faturamento do Hospital Frei Francisco – HFF no Município de Tonantins-AM;
4.VALOR GLOBAL: O valor global do presente contrato será de R$ 63.240,00 (sessenta e três mil duzentos e quarenta reais);
5.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias vigente:
Unidade: 04.001 – Fundo Municipal de Saúde: 2.033 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso: 500 – Recurso Ordinário.
6.PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar de 01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027;
7. FUNDAMENTAÇÃO: art. 75, inciso II, art. 176 caput da Lei 14.133 de 2021 e Decreto nº 120 de 2024

Tonantins/AM, 01 de setembro de 2026

FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Tonantins

Publicado por:
Gilvan da Costa Ramos
Código Identificador:621FE35A

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DO TERMO CONTRATO Nº 006/2023/PMTNT.

I- Licitação: Tomada de Preços nº 004/2023/PMTNT.
II- Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TONANTINS, CNPJ nº. 04.628.608/0001-16.
III – Contratada: IMPERIUS CONSTRUCTIONE ET OFFICIA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.867.013/0001-72.
IV – **Valor do Contrato**: R$ 852.223,75 (Oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos).
V – Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica na execução de Obra e Serviços de Engenharia para Construção Ponto de apoio a UBS São Francisco, localizado na Estrada São Francisco, no Município de Tonantins/AM.
VI – Prazo de Vigência: O prazo de execução dos serviços está prorrogado por mais 90 (noventa) dias, a contar de 24/07/2026 a 21/10/2026.
VII- Fundamentação Legal: O Presente aditivo encontra embasamento legal no artigo 57, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, e de suas alterações posteriores.
VIII- Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Contrato, assinado em 08/08/2023.

Publique-se, com efeito, ex.tunc, a partir da data de assinatura.

Tonantins/AM, 23 de julho de 2026.

FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA
CPF Nº. 276.034.152-68
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Gilvan da Costa Ramos
Código Identificador:6763BAF2

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E VALOR DO TERMO DE CONTRATO Nº 060/2025.

I- Licitação: Inexigibilidade de Licitação n° 019/2025.
II- Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TONANTINS, CNPJ nº. 04.628.608/0001-16.
III – Contratada: SABRINA MAFRA CASTRO, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-20.
IV – **Valor do Contrato**: R$ 6.000,00 (Seis mil reais) Valor Global.
V – Objeto: Locação de imóvel para apoio administrativo em atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração no município de Tonantins/AM.
VI – Objeto do Aditivo: O Prazo de vigência e valor do contrato está prorrogado por mais 04 (quatro) meses a contar, 28/08/2026 a 28/12/2026 a partir da data deste ato.
VII- Fundamentação Legal: O Presente aditivo encontra embasamento legal no artigo 91, parágrafo IV da Lei 14.133/21, e de suas alterações posteriores.
VIII- Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Contrato, assinado em 03/02/2025.

Tonantins/AM, 28 de agosto de 2026.

FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA
CPF Nº. 276.034.152-68
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvan da Costa Ramos
Código Identificador:8DF369E4

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 006/2023/PMTNT ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TONANTINS E A EMPRESA IMPERIUS CONSTRUCTIONE ET OFFICIA LTDA

I- Licitação: Tomada de Preços nº 004/2023/PMTNT.
II- Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TONANTINS, CNPJ nº. 04.628.608/0001-16.
III – Contratada: IMPERIUS CONSTRUCTIONE ET OFFICIA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.867.013/0001-72.
IV – **Valor do Contrato**: R$ 852.223,75 (Oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos).
V – Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica na execução de Obra e Serviços de Engenharia para Construção Ponto de apoio a UBS São Francisco, localizado na Estrada São Francisco, no Município de Tonantins/AM.
VI – Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato está prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 23/07/2026 a 18/01/2027.
VII- Fundamentação Legal: O Presente aditivo encontra embasamento legal no artigo 57, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, e de suas alterações posteriores.
VIII- Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Contrato, assinado em 08/08/2023.

Publique-se, com efeito, ex.tunc, a partir da data de assinatura.

Tonantins/AM, 22 de julho de 2026.

FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA
CPF Nº. 276.034.152-68
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Gilvan da Costa Ramos
Código Identificador:DE5EC7EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE TONANTINS
DECRETO Nº 108/2026 - GP-PMTNT, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR QUE ESPECIFICA POR MOTIVO DE FALECIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA, M.D. PREFEITO DE TONANTINS, no uso de suas atribuições legais, *ex vi*, tendo em vista o que dispõe o artigo 42, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Tonantins/AM.

DECRETA:

Art. 1° - EXONERAR a partir desta data 31 de agosto de 2026, o servidor Público Municipal, LAERCIO FERREIRA DE CASTRO, Matricula 71, portador do CPF nº 838.540.292-68, do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR (A) – ED-LPL-IV-I, por motivo de falecimento ocorrido em 25 de agosto de 2026.

Art.2°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO DE TONANTINS/AM, em 31 de agosto de 2026.

FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmar Gustavo de Lima Alves
Código Identificador:13995A31

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE UARINI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 299-2026/PMU-GP, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 299-2026/PMU-GP, de 31 de agosto de 2026.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL EM PROVIMENTO TEMPORÁRIO DO MUNICÍPIO DE UARINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UARINI, Estado do Amazonas, **Sr. MARCOS SOUZA MARTINS**, no uso das atribuições legais, em especial conforme o Art. 90, inciso III, combinado com o Art. 113, inciso II Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria.

- CONSIDERANDO ainda as disposições legais, previstas no artigo 37 inciso XVI, alíneas "*a*", "*b*" e "*c*" da Constituição Federal/88, e o poder de discricionariedade do administrador público, e;

- CONSIDERANDO por fim, o requerimento protocolado em 30 de julho de 2026, pelo servidor público municipal requerendo sua exoneração a pedido do cargo/função exercida pelo mesmo em provimento temporário na Prefeitura Municipal de Uarini.

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, do quadro de servidores em provimento temporário da Prefeitura do Município de Uarini, o servidor abaixo qualificado:

ORD.	SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	ADMISSÃO
01	Ederson Lima Araújo	Motorista TEMP.	130221-4	02/03/2026

***Parágrafo único*:** Determina-se à Secretaria Municipal de Administração e ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Uarini que adote as providências necessárias para o fiel cumprimento do presente ATO.

Art. 2º - Agradecer ao ex-servidor **EDERSON LIMA ARAÚJO** pelos serviços prestados e contribuição à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, esta **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

I - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UARINI/AM, aos 31 dias do mês de agosto do ano de 2026.

MARCOS SOUZA MARTINS
Prefeito do Município de Uarini

PUBLICAÇÃO:

Atesto para os fins e efeitos legais que a presente **PORTARIA DE Nº 299/2026**, foi publicada por afixação no Mural da Prefeitura em local destinado a publicação dos **ATOS** do Poder Executivo Municipal, podendo ser acessão por meio do endereço eletrônico: https://diariomunicipalaam.org.br, tudo de acordo com o Art. 111 da Lei Orgânica do Município de Uarini.

JASON JOSÉ GOMES PROTÁSIO
Secretário Municipal de Administração
Port. Nº 010/2025/PMU-GP

Publicado por:
Jason José Gomes Protásio
Código Identificador:E02947A9

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE URUCURITUBA

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Urucurituba, no uso de suas atribuições legais e, nos termos Art. 79. Inc. I - paralela e não excludente da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto 11.878/2024, do Decreto Municipal nº 053/2024, com suas devidas alterações, em face da classificação das propostas apresentadas, **CONSIDERANDO** o resultado do Credenciamento **nº 009/2026**, realizado no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Urucurituba, situado na Av. Presidente Castelo Branco, nº 445, Centro, visando as empresas especializadas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição, componentes, materiais e mão de obra especializada em aparelhos de ar-condicionados, freezers, geladeiras e bebedouros pertecentes ao complexo Administrativo, conforme necessidade da Município de Urucurituba/AM;
CONSIDERANDO a análise documental e técnica realizada pela Comissão Municipal de Credenciamento, bem como a manifestação favorável do Agente de Contratação e da respectiva Equipe de Apoio, que atestaram a regularidade das propostas apresentadas e a conformidade com as exigências do Edital de referente ao credenciamento 009/2026;

RESOLVE:
I – ADJUDICAR em favor de:

1 - **JADSON GALVAO DE CASTRO -** ME sediada à AV. ARCO-ÍRIS, S/N - CENTRO, – CEP: – Manaus/AM, CEP – 69.180,000 inscrita no CNPJ: nº 73.590.0372-53, credenciada para os lotes: **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38**, **39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146 e 147** do edital constante no item 1.2 do termo de referência;

2 - M P MIRANDA LTDA com sede na TRAVESSA 06, Liberdade - CEP. 69.180.000 Urucurituba-AM, inscrita no CNPJ nº 02-453.378/228, credenciada para os lotes: **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38**, **39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146 e 147** do edital constante no item 1.2 do termo de referência;

3 - ELCIMAR GABINO A. DE CASTRO - ME, com sede Av. Presidente Getulio Vargas, 173 - Aparecida – CEP 69.180-000 – Urucurituba/Am, inscrita no CNPJ n.º 11.050.610/0001-16, credenciada para os lotes: **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38**, **39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146 e 147** do edital constante no item 1.2 do termo de referência;

II – DO OBJETO: Credenciamento de pessoas juridicas especializadas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição, componentes, materiais e mão de obra especializada em aparelhos de ar-condicionados, freezers, geladeiras e bebedouros pertecentes ao complexo Administrativo da Prefeitura Municipal do Município de Urucurituba/AM;

III – DOS VALORES: itens : **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38**, **39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146 e 147** do Credenciamento 009/2026, totalizando o valor de R$ 2.293.465,18 (dois milhões, duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos), que serão executados por um ou mais fornecedores credenciados, no regime de rodízio de fornecimento mensal. O Fiscal do Contrato deverá observar o princípio da isonomia do fornecimento, uma vez que os credenciados forneçam de forma igualitária o mesmo valor mensal, até exaurir o valor total do credenciamento.
IV – VIGENCIA: A vigência de 12 meses.

VI – HOMOLOGAR a decisão final da Comissão Municipal de credenciamento, cuja propostas foram aceitas pela Comissão Municipal, pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, referente ao credenciamento 009/2026.
VII – PUBLIQUE-SE. CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Urucurituba/AM, 01 de Setembro de 2026.

LEÔNCIO ANTÔNIO TUNDIS CARVALHO
Prefeito Municipal de Urucurituba

Publicado por:
Francisco Fonseca de Souza
Código Identificador:60F86A02

ESTADO DO AMAZONAS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS
ERRATA DE EXTRATO DO TERMO DE CREDECIAMENTO 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 009/2026-CC/SAAE
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026-CC/SAAE
Errata do **EXTRATO DO EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 002/2026**, que tem por objeto o **"CREDENCIAMENTO DA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E SEUS DERIVADOS, E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (GÁS DE COZINHA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO DE PARINTINS"**, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 12/08/2026 - ANO XVII | Nº 4169, Pág. 155.

ONDE SE LÊ:
3. CREDENCIADA: L DA COSTA VASCONCELOS LTDA, CNPJ nº 26.747.283/0001-23

LEIA-SE:
3. CREDENCIADA: L DA COSTA VASCOCELOS LTDA, CNPJ nº 26.747.283/0004-76

Parintins-AM, 12 de agosto de 2026.

MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Decreto 071/2025 – PGMP

Publicado por:
Inara Machado Oliveira
Código Identificador:520A12EF

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS
ERRATA DE PORTARIA DE FISCAL Nº 048/2026 -SAAE

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 009/2026-CC/SAAE
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026-CC/SAAE
Errata da PORTARIA DE FICSCAL Nº 048/2026 -SAAE do objeto: **"CREDENCIAMENTO DA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E SEUS DERIVADOS, E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (GÁS DE COZINHA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO DE PARINTINS"**, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 13/08/2026 - ANO XVII | Nº 4170, Pág. 114.

ONDE SE LÊ:
CONSIDERANDO o Termo de Credenciamento Nº 002/2026-SAAE, firmado com a empresa L DA COSTA VASCONCELOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.747.283/0001-23.

LEIA-SE:
CONSIDERANDO o Termo de Credenciamento Nº 002/2026-SAAE, firmado com a empresa L DA COSTA VASCONCELOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.747.283/0004-76.

Parintins-AM, 13 de agosto de 2026.

MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Decreto 071/2025 – PGMP

Publicado por:
Inara Machado Oliveira
Código Identificador:FC963645

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS
ERRATA DE PORTARIA DE GESTOR DE CONTRATO Nº 050/2026 -SAAE

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 009/2026-CC/SAAE
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026-CC/SAAE

Errata da PORTARIA DE FICSCAL Nº 050/2026 -SAAE do objeto: **"CREDENCIAMENTO DA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E SEUS DERIVADOS, E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (GÁS DE COZINHA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO DE PARINTINS"**, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 13/08/2026 - ANO XVII | Nº 4170, Pág. 115.

ONDE SE LÊ:
CONSIDERANDO o Termo de Credenciamento Nº 002/2026-SAAE, firmado com a empresa L DA COSTA VASCONCELOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.747.283/0001-23.

LEIA-SE:
CONSIDERANDO o Termo de Credenciamento Nº 002/2026-SAAE, firmado com a empresa L DA COSTA VASCONCELOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.747.283/0004-76.

Parintins-AM, 13 de agosto de 2026.

MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Decreto 071/2025 – PGMP

Publicado por:
Inara Machado Oliveira
Código Identificador:527D049B

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE APUÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 020, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº. 015, DE 28 DE JULHO DE 2026."

O Prefeito do Município de Apuí, **Antonio Marcos Maciel Fernandes,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Apuí/AM e pelo artigo 7º da Lei Municipal nº. 313/2014.

DECRETA

Art. 1º. O artigo 2º do Decreto nº. 015, de 28 de julho de 2026, com a alteração promovida pela Decreto nº. 019, de 04 de agosto de 2026, que estabeleceu o valor das premiações da 37ª EXPOAP, passa a vigorar de acordo com a seguinte alteração:

Art. 2º. A premiação da 37ª EXPOAP será assim composta:

Modalidades/Concursos	1º Lugar	2º Lugar	3º Lugar	4º Lugar	5º Lugar	**Total Geral**
Concurso Leiteiro	R$ 24.100,00 (motocicleta)	R$ 5.000,00	R$ 4.000,00	R$ 3.000,00	R$ 2.000,00	**R$ 38.100,00**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE APUÍ, EM 01 DE SETEMBRO DE 2026.

ANTONIO MARCOS MACIEL FERNANDES
Prefeito de Apuí

Publicado por:
Grione Brasil Alves
Código Identificador:7D59E247

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 146, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ESCOLARIDADE A SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SEMEIDE BERMEGUY PORTO, M.D. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, expressas no inciso IV do Art. 69 e Art. 89, inciso I, alínea "p", da Lei Orgânica do Município de Benjamin Constant,

CONSIDERANDO as disposições legais previstas no Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.360/2023 – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

CONSIDERANDO as disposições legais previstas no inciso I do Art. 11 da Lei Municipal nº 1.360/2023 – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

DECRETA:

Art. 1º - Conceder **PROMOÇÃO VERTICAL** aos servidores públicos efetivos do Grupo Profissionais do Magistério da Secretaria Municipal de Educação, constante no Anexo I, nos termos do Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº. 1.360/2023, a partir da data de solicitação.
Art. 2º - Conceder **PROGRESSÃO FUNCIONAL POR QUALIFICAÇÃO E DESEMPENHO PROFISSIONAL** aos servidores efetivos do Grupo Técnico e Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, constante Anexo II, nos termos do inciso I do Art. 11 da Lei Municipal nº 1.360/2023, a partir da data de solicitação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM, EM 01 DE SETEMBRO DE 2026.

SEMEIDE BERMEGUY PORTO
Prefeito de Benjamin Constant

DADO CIÊNCIA, REGISTRADO E PUBLICADO NO MURAL PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA DATA SUPRA, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO § 1º DO ART. 88 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT.

SALANIZA BERMEGUY DA CRUZ
Secretária Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO N.º 146, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

ANEXO I - Grupo Profissionais do Magistério da Secretaria Municipal de Educação.						
Mat.	**Nome Completo**	**Cargo**	**Processo nº**	**Data da solicitação**	**Gratificação por escolaridade**	**Fundamento legal**
269	Irailde dos Santos Pereira	PROF E FD 1ºA5º NS-NS-I-H	3.338/2025-PMBC	26/06/2025	25% - Pós-Graduação- Especialização	Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.360/2023
2811	Lucineide Fernandes de Oliveira	PROF E FUND 6ºA9º NS-PF-NS-I-I	3.766/2025-PMBC	11/08/2025	25% - Pós-Graduação- Especialização	Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.360/2023
2756	Aldilene Almeida Melquiades	PROF ENS FD 1ºA5º NM-PF20-NM-I	3.916/2025-PMBC	01/09/2025	25% - Pós-Graduação- Especialização	Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.360/2023
10308	Eliane Almeida dos Santos	PROF E FUND 6ºA9º NS-PF-NS-I-D	4.094/2025-PMBC	12/09/2025	25% - Pós-Graduação- Especialização	Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.360/2023
10103	Francisca Silva do Nascimento	PROF E FD 6ºA9º NS-PF-ESP-II-D	402/2026-PMBC	12/01/2026	45% - Pós-Graduação- Mestrado	Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.360/2023
10471	Aldenizia Moçambite dos Santos	PROF IND ED INF NS-PF-NS-I-D	448/2026-PMBC	19/01/2026	25% - Pós-Graduação- Especialização	Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.360/2023
2385	José Eilson Viana	PROF E FD 1ºA5º ANO NS-NS-I-H	518/2026-PMBC	02/02/2026	25% - Pós-Graduação- Especialização	Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.360/2023
10132	Iara Assis Tenazor	PROF EDUC INF NS-PF-NS-I-D	721/2026-PMBC	09/02/2026	25% - Pós-Graduação- Especialização	Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.360/2023

ANEXO II - Grupo Técnico e Administrativo da Secretaria Municipal de Educação.						
Mat.	**Nome Completo**	**Cargo**	**Processo nº**	**Data da solicitação**	**Gratificação por escolaridade**	**Fundamento legal**
11067	Deifison Barbosa de Carvalho	Nutricionista - AIII	2.078/2021-PMBC	01/06/2021	15% - Pós-Graduação - Especialização	inciso I do Art. 11 da Lei Municipal nº 1.360/2023
10280	Irani Costa Moreira	Antropólogo - AIV	2.112/2021-PMBC	02/06/2021	15% - Pós-Graduação - Especialização	inciso I do Art. 11 da Lei Municipal nº 1.360/2023

Publicado por:
Alice Josianne de Albuquerque Oliveira
Código Identificador:AE43DEE8

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BERURI

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Rescisão de Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide do Regime de Direito Administrativo, firmado em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 123/2001, do Decreto nº 0052/2025 – GPMB, e considerando o déficit de pessoal no âmbito da Administração Pública Municipal.

CONTRATANTES: O Município de Beruri/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE BERURI/AM, e os senhores relacionados no Anexo Único, que passam a integrar o presente Extrato para todos os fins.

OBJETO: A presente rescisão tem fundamento o término do prazo contratual, nos termos da alínea “b”, da Cláusula Oitava do Contrato celebrado, bem como no artigo 9º, inciso V, da Lei Municipal nº 123/01, que admite a extinção contratual por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente justificado, e que torne a continuidade da execução contratual inconveniente ou inoportuna à Administração Pública.

FUNDAMENTAÇÃO: A presente rescisão tem fundamento pelo término do prazo contratual no termos da alínea “b”, da Cláusula Oitava do contrato celebrado, bem como no artigo 9º, incio V, da Lei Municipal nº 123/01, que adimite a extinção contratual por razões de interesse público, execução contratual inconveniente ou inoportuna à Administração Pública.

VIGÊNCIA: Por força do presente Termo, a vigência dos contratos por tempo determinado foram de 12 (doze) meses, com início em 01/08/2025 e término em 01/08/2026, conforme citado abaixo.

Beruri/AM, 01 de agosto de 2026.

EMERSON KLINGER GONÇALVES DE MELLO
Prefeito Municipal de Beruri-AM
Prefeitura Municipal de Beruri/AM

ANEXO ÚNICO

ORDEM	NOME	CPF	DATA DE ADMISSAO	LOTAÇAO	Nº DE CONTRATO
01	CARLOS SOUZA DA SILVA	843.480.892-72	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
02	ERICA GOMES DOS SANTOS	705.790.732-03	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
03	EUCIVAN ANDRADE DOS SANTOS	001.895.642-45	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
04	JESSICA DA ROCHA MAGALHAES	023.222.212-60	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
05	JOSE ARMANDO SILVA COSTA	081.149.822-09	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
06	JOSE MANOEL DA SILVA TAVARES	705.839.722-84	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
07	LAYLA MONTEIRO DE JESUS	052.216.572-95	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
08	LUCAS OLIVEIRA DE SOUZA	088.136.222-01	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
09	MARIA CRISTINA DA SILVA FERREIRA	955.125.272-15	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
10	MATEUS ANDRADE BRAGANÇA	889.602.692-04	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
11	PAULO ROBERTO SILVA DE OLIVEIRA	006.713.922-12	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
12	PRISCILA PICANÇO DE LIMA	008.276.502-21	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
13	YARA FERNANDA FRANÇA DE LIMA	021.939.182-36	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
14	ZENIRA CUNHA COELHO	009.363.962-70	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
15	ERICA NOGUEIRA DA SILVA	020.767.672-07	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	01/08/2026
16	IRILEIDE FERREIRA DA SILVA SIMOES	671.781.382-20	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	01/08/2026
17	MICHELE LOPES FORTUNATO	985.601.822-68	01/08/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	01/08/2026

Publicado por:
Khamyla Pessoa Picanço
Código Identificador:ED40670F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Rescisão de Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal por Tempo Determinado, sob a égide do Regime de Direito Administrativo, firmado em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 123/2001, do Decreto nº 0052/2025 – GPMB, e considerando o déficit de pessoal no âmbito da Administração Pública Municipal.

CONTRATANTES: O Município de Beruri/AM, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE BERURI/AM, e os senhores relacionados no Anexo Único, que passam a integrar o presente Extrato para todos os fins.

OBJETO: A presente rescisão tem fundamento o término do prazo contratual, nos termos da alínea "b", da Cláusula Oitava do Contrato celebrado, bem como no artigo 9º, inciso V, da Lei Municipal nº 123/01, que admite a extinção contratual por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente justificado, e que torne a continuidade da execução contratual inconveniente ou inoportuna à Administração Pública.

FUNDAMENTAÇÃO: A presente rescisão tem fundamento pelo término do prazo contratual no termos da alínea "b", da Cláusula Oitava do contrato celebrado, bem como no artigo 9º, incio V, da Lei Municipal nº 123/01, que adimite a extinção contratual por razões de interesse público, execução contratual inconveniente ou inoportuna à Administração Pública.

VIGÊNCIA: Por força do presente Termo, a vigência dos contratos por tempo determinado foram de 12 (doze) meses, com início em 01/09/2025 e término em 01/09/2026, conforme citado abaixo.

Beruri/AM, 01 de setembro de 2026.

EMERSON KLINGER GONÇALVES DE MELLO
Prefeito Municipal de Beruri-AM
Prefeitura Municipal de Beruri/AM

ANEXO ÚNICO

ORDEM	NOME	CPF	DATA DE ADMISSAO	LOTAÇAO	Nº DE CONTRATO
01	ANTONIA JANEIANE PEREIRA DA SILVA	041.898.322-43	11/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0894/2025
02	PAULA YANCA PINHEIRO VIDEIRA	029.258.942-59	10/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0895/2025
03	RAIMUNDO ALDAIR PEREIRA MACHADO	001.865.102-02	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0896/2025
04	MARIELZA DUARTE CASTRO	525.999.732-87	17/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0897/2025
05	BRUNO BEZERRA VIANA	037.167.692-40	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0898/2025
06	ELAIZE ANDRADE DA MOTA	006.487.042-11	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0899/2025
07	DIANE FEITOZA DUARTE	030.754.922-48	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0900/2025
08	CALEBE FELIPE MIRANDA	089.177.322-04	03/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0901/2025
09	RAIMUNDO NONATO LIMA DA SILVA	004.407.852-86	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0902/2025
10	HELIO MIRANDA DA CUNHA	112.808.312-43	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0903/2025
11	OLAVO BARBOSA CASCAES	020.692.642-11	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0904/2025
12	MARIA LUCIA SEVERIANO DE VASCONCELOS	000.330.272-50	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0905/2025
13	PATRICIA LUSTOSA DOS SANTOS	037.185.892-57	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0906/2025
14	SEBASTIANA MESQUITA RODRIGUES	700.053.872-48	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0907/2025
15	EVERTON MIRANDA DA SILVA	020.612.992-02	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0908/2025
16	THARLE FARIAS CALISTA	931.769.022-04	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0909/2025
17	SARAH GALVAO ARDAYA MOTA	013.139.132-19	01/09/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0910/2025

Publicado por:
Khamyla Pessoa Picanço
Código Identificador:264B286A

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAREIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM							
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	97.271.093,10	97.271.093,10	9.510.819,19	9,78	9.510.819,19	9,78	87.760.273,91
RECEITAS CORRENTES	72.032.305,60	72.032.305,60	9.510.819,19	13,20	9.510.819,19	13,20	62.521.486,41
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.558.241,84	7.558.241,84	416.160,65	5,51	416.160,65	5,51	7.142.081,19
Impostos	7.518.419,13	7.518.419,13	364.295,61	4,85	364.295,61	4,85	7.154.123,52
Taxas	39.822,71	39.822,71	51.865,04	130,24	51.865,04	130,24	-12.042,33
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	18.758,42	18.758,42	0,00	0,00	0,00	0,00	18.758,42
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	18.758,42	18.758,42	0,00	0,00	0,00	0,00	18.758,42
RECEITA PATRIMONIAL	2.622.613,71	2.622.613,71	306.151,94	11,67	306.151,94	11,67	2.316.461,77
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.622.613,71	2.622.613,71	306.151,94	11,67	306.151,94	11,67	2.316.461,77
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DE SERVIÇOS	223.121,58	223.121,58	33.840,21	15,17	33.840,21	15,17	189.281,37
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	655,52	655,52	0,00	0,00	0,00	0,00	655,52
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	222.466,06	222.466,06	33.840,21	15,21	33.840,21	15,21	188.625,85

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.599.570,05	61.599.570,05	8.754.666,39	14,21	8.754.666,39	14,21	52.844.903,66
Transferências da União e de suas Entidades	42.155.081,77	42.155.081,77	5.940.012,58	14,09	5.940.012,58	14,09	36.215.069,19
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.444.488,28	19.444.488,28	2.814.653,81	14,48	2.814.653,81	14,48	16.629.834,47
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	25.238.787,50	25.238.787,50	0,00	0,00	0,00	0,00	25.238.787,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21.238.787,50	21.238.787,50	0,00	0,00	0,00	0,00	21.238.787,50
Transferências da União e de suas Entidades	20.238.787,50	20.238.787,50	0,00	0,00	0,00	0,00	20.238.787,50
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	97.271.093,10	97.271.093,10	9.510.819,19	9,78	9.510.819,19	9,78	87.760.273,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	97.271.093,10	97.271.093,10	9.510.819,19	9,78	9.510.819,19	9,78	87.760.273,91
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	0,00	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	97.271.093,10	97.271.093,10	9.510.819,19	9,78	9.510.819,19	9,78	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	0,00	----	----	0,00	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	67.137.902,66	67.137.902,66	11.670.654,09	11.670.654,09	55.467.248,57	7.719.795,89	7.719.795,89	59.418.106,77	5.503.501,91
DESPESAS CORRENTES	37.192.228,87	38.015.158,41	8.732.472,78	8.732.472,78	29.282.685,63	5.514.951,93	5.514.951,93	32.500.206,48	3.298.657,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.751.726,33	20.514.005,54	3.432.316,27	3.432.316,27	17.081.689,27	3.432.316,27	3.432.316,27	17.081.689,27	1.689.846,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.430.502,54	17.491.152,87	5.300.156,51	5.300.156,51	12.190.996,36	2.082.635,66	2.082.635,66	15.408.517,21	1.608.811,88
DESPESAS DE CAPITAL	27.545.673,79	26.722.744,25	2.938.181,31	2.938.181,31	23.784.562,94	2.204.843,96	2.204.843,96	24.517.900,29	2.204.843,96
INVESTIMENTOS	26.187.410,48	24.964.634,41	2.008.071,47	2.008.071,47	22.956.562,94	1.852.613,54	1.852.613,54	23.112.020,87	1.852.613,54
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.358.263,31	1.758.109,84	930.109,84	930.109,84	828.000,00	352.230,42	352.230,42	1.405.879,42	352.230,42

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.400.000,00	2.400.000,00	----	----	2.400.000,00	----	----	2.400.000,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	67.137.902,66	67.137.902,66	11.670.654,09	11.670.654,09	55.467.248,57	7.719.795,89	7.719.795,89	59.418.106,77	5.503.501,91
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	67.137.902,66	67.137.902,66	11.670.654,09	11.670.654,09	55.467.248,57	7.719.795,89	7.719.795,89	59.418.106,77	5.503.501,91
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	1.791.023,30	----	4.007.317,28
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	67.137.902,66	67.137.902,66	11.670.654,09	11.670.654,09	----	7.719.795,89	9.510.819,19	----	9.510.819,19
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 18:37:27.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:094F005C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 04 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM				
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO				
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)				R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00		0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00	
Ativo	0,00		0,00	
Inativo	0,00		0,00	
Pensionista	0,00		0,00	
Receita de Contribuições Patronais	0,00		0,00	
Ativo	0,00		0,00	
Inativo	0,00		0,00	
Pensionista	0,00		0,00	
Receita Patrimonial	0,00		0,00	
Receitas Imobiliarias	0,00		0,00	
Receita de Valores Mobiliários	0,00		0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00	
Receita de Serviços	0,00		0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00		0,00	
Compensação Financeira entre os regimes	0,00		0,00	
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00		0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00		0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Beneficios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**			

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00			
Outros Aportes para o RPPS	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
Receitas Correntes	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00		0,00	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
Contribuições dos Servidores	0,00		0,00	
Demais Receitas Previdenciárias	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 18:55:13.				
Nota(s) Explicativa(s):				
Careiro, 27/08/2026				

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:DA2F311E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 06 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO - FEVEREIRO 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Fevereiro 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	72.032.305,60	9.510.819,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.558.241,84	416.160,65
IPTU	34.877,99	2.675,17
ISS	3.041.746,75	209.777,94
ITBI	173.888,23	5.813,90
IRRF	4.267.906,16	146.028,60
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	39.822,71	51.865,04
Contribuições	18.758,42	0,00
Receita Patrimonial	2.622.613,71	306.151,94
Aplicações Financeiras (II)	2.622.613,71	306.151,94
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	61.599.570,05	8.754.666,39
Cota-Parte FPM	38.965.988,06	5.565.849,26
Cota-Parte ICMS	17.917.888,21	2.710.655,75
Cota-Parte IPVA	727.517,76	68.172,67
Cota-Parte ITR	9.687,48	2.274,52
Transferências da LC 61/1989	49.334,37	7.090,30
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	3.929.154,17	400.623,89
Demais Receitas Correntes	233.121,58	33.840,21
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	233.121,58	33.840,21
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	69.409.691,89	9.204.667,25
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	25.238.787,50	0,00

Operações de Crédito (VIII)	4.000.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	21.238.787,50	0,00
Convênios	19.600.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.638.787,50	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	21.238.787,50	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	90.648.479,39	9.204.667,25
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	90.648.479,39	9.204.667,25

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Fevereiro 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	38.015.158,41	8.732.472,78	5.514.951,93	3.298.657,95	29.000,00	476.691,36	476.691,36
Pessoal e Encargos Sociais	20.514.005,54	3.432.316,27	3.432.316,27	1.689.846,07	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.491.152,87	5.300.156,51	2.082.635,66	1.608.811,88	29.000,00	476.691,36	476.691,36
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	17.491.152,87	5.300.156,51	2.082.635,66	1.608.811,88	29.000,00	476.691,36	476.691,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	38.005.158,41	8.732.472,78	5.514.951,93	3.298.657,95	29.000,00	476.691,36	476.691,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	26.722.744,25	2.938.181,31	2.204.843,96	2.204.843,96	0,00	13.603,20	13.603,20
Investimentos	24.964.634,41	2.008.071,47	1.852.613,54	1.852.613,54	0,00	13.603,20	13.603,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.758.109,84	930.109,84	352.230,42	352.230,42	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	24.964.634,41	2.008.071,47	1.852.613,54	1.852.613,54	0,00	13.603,20	13.603,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	65.369.792,82	10.740.544,25	7.367.565,47	5.151.271,49	29.000,00	490.294,56	490.294,56
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	65.369.792,82	10.740.544,25	7.367.565,47	5.151.271,49	29.000,00	490.294,56	490.294,56

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	3.534.101,20
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	3.534.101,20
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-2.500.000,00
JUROS NOMINAIS	Janeiro - Fevereiro 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	306.151,94
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.840.253,14

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Janeiro - Fevereiro 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	80.459.180,20	79.907.062,91
DEDUÇÕES (XL)	-48.443.344,15	-30.690.189,84
Disponibilidade de Caixa	-48.443.344,15	-30.690.189,84
Disponibilidade de Caixa Bruta	33.868.233,42	30.535.993,30
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	22.205.819,23	381.019,04
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	60.105.758,34	60.845.164,10
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	128.902.524,35	110.597.252,75
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	**18.305.271,60**	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Fevereiro 2026	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-21.824.800,19	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	7.359.781,73	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	3.840.253,14	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	3.534.101,20	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.966.930,25	

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	28.966.930,25
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:01:14.	
Nota(s) Explicativa(s):	

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:798497AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 08 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	7.518.419,13	364.295,61
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	34.877,99	2.675,17
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	173.888,23	5.813,90
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	3.041.746,75	209.777,94
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	4.267.906,16	146.028,60
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	70.969.691,30	10.442.552,85
2.1 - Cota-Parte FPM	47.589.156,53	6.957.311,51
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	43.115.842,36	6.957.311,51
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	4.473.314,17	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	22.397.360,26	3.388.319,68
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	61.667,96	8.862,88
2.4 - Cota-Parte ITR	12.109,35	2.843,13
2.5 - Cota-Parte IPVA	909.397,20	85.215,65
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**78.488.110,43**	**10.806.848,46**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**13.299.275,43**	**2.088.510,57**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**6.322.752,18**	**613.201,55**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	0,00	0,00
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00
6.1.1 - Principal	0,00	0,00
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	-13.299.275,43	-2.088.510,57
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**0,00**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	7.331.666,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
20.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	0,00
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.088.510,57
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19 (x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO 4 e 7 ENSINO = L30.1(af)	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	2.088.510,57

2e5 APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			2.701.712,12	2.088.510,57	19,33
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS Até o

	ATUALIZADA (a)	Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	0,00	0,00
31.1.1 - Salário-Educação	0,00	0,00
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

6 OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33.1 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	-126.647.741,70		23.822,88	
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	0,00		0,00	
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	0,00		0,00	
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-126.647.741,70		23.822,88	
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00		0,00	
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00		0,00	
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	-126.647.741,70		23.822,88	

ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF E FUNDEB			
PRECATÓRIOS DO FUNDEF			
RECEITAS PRECATÓRIOS FUNDEF	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	TOTAL DE RECEITAS (c) = (a) + (b)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	**1.767.101,77**	**0,00**	**1.767.101,77**
1.1- PRINCIPAL	1.767.101,77	0,00	1.767.101,77
1.2- RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
1.3- RESSARCIMENTO DE RECURSOS DO FUNDEF	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEF	Até o bimestre					
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (d)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (e)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
					LIQUIDADOS	PAGOS (f)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEF	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2.1- PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS FUNDEF (1.c) - (2.d + 2.e + 2.f)	**1.767.101,77**					

PRECATÓRIOS DO FUNDEF 2007-2020			
RECEITAS PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	TOTAL DE RECEITAS (c) = (a) + (b)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1.1- PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00
1.2- RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
1.3- RESSARCIMENTO DE RECURSOS DO FUNDEF 2007-2020	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEB 2007 - 2020	Até o bimestre					
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (d)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (e)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
					LIQUIDADOS	PAGOS (f)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS DO FUNDEB	**0,00**					

2007 - 2020 (1.c) - (2.d + 2.e + 2.f)	
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:16:41.	
[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.	
[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.	
[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de	
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.	
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.	
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.	
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.	
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.	
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).	
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.	
Nota(s) Explicativa(s):	

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:C905AEB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 09 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	26.722.744,25	2.938.181,31	23.784.562,94
Investimentos	24.964.634,41	2.008.071,47	22.956.562,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.758.109,84	930.109,84	828.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	26.722.744,25	2.938.181,31	23.784.562,94
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	22.722.744,25	2.938.181,31	19.784.562,94

Careiro, 27/08/2026

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:25:10.
Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:3F01ABA1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 11 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO			Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 **(i)**			2026 **(j) = (Ib - (IIf+IIg))**			**SALDO ATUAL**
VALOR (III)	0,00			0,00			0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:31:26.							

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:8E58B0BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 14 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	97.271.093,10
Previsão Atualizada	97.271.093,10
Receitas Realizadas	9.510.819,19
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	67.137.902,66
Dotação Atualizada	67.137.902,66
Despesas Empenhadas	11.670.654,09
Despesas Liquidadas	7.719.795,89
Despesas Pagas	5.503.501,91
Superávit Orçamentário	1.791.023,30
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	11.670.654,09
Despesas Liquidadas	7.719.795,89
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	177.583.602,97
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	175.283.602,97
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	162.861.359,97
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-2.500.000,00	3.534.101,20	241,36
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	18.305.271,60	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	22.205.819,23	21.795.800,19	29.000,00	381.019,04
Poder Executivo	22.205.819,23	21.795.800,19	29.000,00	381.019,04
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	11.682.793,23	7.163.279,26	490.294,56	4.029.219,41
Poder Executivo	11.682.793,23	7.163.279,26	490.294,56	4.029.219,41
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	33.888.612,46	28.959.079,45	519.294,56	4.410.238,45

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.088.510,57	25%	19,33
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70%	0,00
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**	**Saldo não realizado**
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício 10º (2025)**	**Exercício (2034)**	**20º Exercício (2044)**	**35º Exercício (2059)**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15%		0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:48:01.				
Nota(s) Explicativa(s):				

Careiro, 27/08/2026

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:A97EED32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM							
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	97.271.093,10	97.271.093,10	10.519.136,56	10,81	20.029.955,75	20,59	77.241.137,35
RECEITAS CORRENTES	72.032.305,60	72.032.305,60	9.198.638,76	12,77	18.709.457,95	25,97	53.322.847,65
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.558.241,84	7.558.241,84	1.041.386,70	13,78	1.457.547,35	19,28	6.100.694,49
Impostos	7.518.419,13	7.518.419,13	1.004.934,74	13,37	1.369.230,35	18,21	6.149.188,78
Taxas	39.822,71	39.822,71	36.451,96	91,54	88.317,00	221,78	-48.494,29
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	18.758,42	18.758,42	0,00	0,00	0,00	0,00	18.758,42
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	18.758,42	18.758,42	0,00	0,00	0,00	0,00	18.758,42
RECEITA PATRIMONIAL	2.622.613,71	2.622.613,71	226.019,62	8,62	532.171,56	20,29	2.090.442,15
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.622.613,71	2.622.613,71	226.019,62	8,62	532.171,56	20,29	2.090.442,15
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	223.121,58	223.121,58	37.283,13	16,71	71.123,34	31,88	151.998,24
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	655,52	655,52	0,00	0,00	0,00	0,00	655,52
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	222.466,06	222.466,06	37.283,13	16,76	71.123,34	31,97	151.342,72

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.599.570,05	61.599.570,05	7.893.949,31	12,81	16.648.615,70	27,03	44.950.954,35
Transferências da União e de suas Entidades	42.155.081,77	42.155.081,77	4.220.712,82	10,01	10.160.725,40	24,10	31.994.356,37
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.444.488,28	19.444.488,28	3.673.236,49	18,89	6.487.890,30	33,37	12.956.597,98
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	25.238.787,50	25.238.787,50	1.320.497,80	5,23	1.320.497,80	5,23	23.918.289,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21.238.787,50	21.238.787,50	1.320.497,80	6,22	1.320.497,80	6,22	19.918.289,70
Transferências da União e de suas Entidades	20.238.787,50	20.238.787,50	1.320.497,80	6,52	1.320.497,80	6,52	18.918.289,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	97.271.093,10	97.271.093,10	10.519.136,56	10,81	20.029.955,75	20,59	77.241.137,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	97.271.093,10	97.271.093,10	10.519.136,56	10,81	20.029.955,75	20,59	77.241.137,35
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	0,00	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	97.271.093,10	97.271.093,10	10.519.136,56	10,81	20.029.955,75	20,59	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	0,00	----	----	0,00	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	67.137.902,66	67.137.902,66	10.969.147,40	22.639.801,49	44.498.101,17	11.233.670,04	18.953.465,93	48.184.436,73	16.739.646,50
DESPESAS CORRENTES	37.192.228,87	40.441.310,90	9.020.981,64	17.753.454,42	22.687.856,48	9.562.706,75	15.077.658,68	25.363.652,22	12.863.839,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.751.726,33	19.957.327,23	4.188.536,98	7.620.853,25	12.336.473,98	4.188.536,98	7.620.853,25	12.336.473,98	5.861.732,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.430.502,54	20.473.983,67	4.832.444,66	10.132.601,17	10.341.382,50	5.374.169,77	7.456.805,43	13.017.178,24	7.002.107,10
DESPESAS DE CAPITAL	27.545.673,79	24.296.591,76	1.948.165,76	4.886.347,07	19.410.244,69	1.670.963,29	3.875.807,25	20.420.784,51	3.875.807,25
INVESTIMENTOS	26.187.410,48	22.388.481,92	1.270.165,76	3.278.237,23	19.110.244,69	1.364.885,01	3.217.498,55	19.170.983,37	3.217.498,55
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.358.263,31	1.908.109,84	678.000,00	1.608.109,84	300.000,00	306.078,28	658.308,70	1.249.801,14	658.308,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.400.000,00	2.400.000,00	----	----	2.400.000,00	----	----	2.400.000,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	67.137.902,66	67.137.902,66	10.969.147,40	22.639.801,49	44.498.101,17	11.233.670,04	18.953.465,93	48.184.436,73	16.739.646,50
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	67.137.902,66	67.137.902,66	10.969.147,40	22.639.801,49	44.498.101,17	11.233.670,04	18.953.465,93	48.184.436,73	16.739.646,50
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	1.076.489,82	----	3.290.309,25
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	67.137.902,66	67.137.902,66	10.969.147,40	22.639.801,49	----	11.233.670,04	20.029.955,75	----	20.029.955,75
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 18:40:39.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:A43A3F86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 04 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL 2026 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL		
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)	R$ 1,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00

Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00		
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 18:57:39.				
Nota(s) Explicativa(s):				
Careiro, 27/08/2026				

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:EDC38AD9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 06 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO - ABRIL 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Abril 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	72.032.305,60	18.709.457,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.558.241,84	1.457.547,35
IPTU	34.877,99	3.985,50
ISS	3.041.746,75	1.013.477,40
ITBI	173.888,23	22.262,31
IRRF	4.267.906,16	329.505,14
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	39.822,71	88.317,00
Contribuições	18.758,42	0,00
Receita Patrimonial	2.622.613,71	532.171,56
Aplicações Financeiras (II)	2.622.613,71	532.171,56
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	61.599.570,05	16.648.615,70
Cota-Parte FPM	38.965.988,06	9.647.158,29
Cota-Parte ICMS	17.917.888,21	6.278.487,89
Cota-Parte IPVA	727.517,76	119.181,75
Cota-Parte ITR	9.687,48	3.257,51
Transferências da LC 61/1989	49.334,37	13.300,19
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	3.929.154,17	587.230,07
Demais Receitas Correntes	233.121,58	71.123,34
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	233.121,58	71.123,34
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	69.409.691,89	18.177.286,39
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	25.238.787,50	1.320.497,80
Operações de Crédito (VIII)	4.000.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	21.238.787,50	1.320.497,80
Convênios	19.600.000,00	1.320.497,80
Outras Transferências de Capital	1.638.787,50	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	21.238.787,50	1.320.497,80
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	90.648.479,39	19.497.784,19
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	90.648.479,39	19.497.784,19

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Abril 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	40.441.310,90	17.753.454,42	15.077.658,68	12.863.839,25	87.000,00	504.291,36	504.291,36
Pessoal e Encargos Sociais	19.957.327,23	7.620.853,25	7.620.853,25	5.861.732,15	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.473.983,67	10.132.601,17	7.456.805,43	7.002.107,10	87.000,00	504.291,36	504.291,36
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	20.473.983,67	10.132.601,17	7.456.805,43	7.002.107,10	87.000,00	504.291,36	504.291,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	40.431.310,90	17.753.454,42	15.077.658,68	12.863.839,25	87.000,00	504.291,36	504.291,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	24.296.591,76	4.886.347,07	3.875.807,25	3.875.807,25	0,00	13.603,20	13.603,20
Investimentos	22.388.481,92	3.278.237,23	3.217.498,55	3.217.498,55	0,00	13.603,20	13.603,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.908.109,84	1.608.109,84	658.308,70	658.308,70	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	22.388.481,92	3.278.237,23	3.217.498,55	3.217.498,55	0,00	13.603,20	13.603,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	65.219.792,82	21.031.691,65	18.295.157,23	16.081.337,80	87.000,00	517.894,56	517.894,56
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	65.219.792,82	21.031.691,65	18.295.157,23	16.081.337,80	87.000,00	517.894,56	517.894,56
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb+ XXXIIc)]					2.811.551,83		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb+ XXXIIIc)]					2.811.551,83		

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-2.500.000,00
JUROS NOMINAIS	Janeiro - Abril 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	532.171,56
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.343.723,39

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Janeiro - Abril 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	80.459.180,20	80.889.340,11
DEDUÇÕES (XL)	-48.443.344,15	-34.321.622,81
Disponibilidade de Caixa	-48.443.344,15	-34.321.622,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	33.868.233,42	27.576.386,34
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	22.205.819,23	323.019,04
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	60.105.758,34	61.574.990,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	128.902.524,35	115.210.962,92
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	**13.691.561,43**	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Abril 2026	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-21.882.800,19	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	11.534.962,15	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	3.343.723,39	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	2.811.551,83	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.966.930,25	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	28.966.930,25	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:05:15.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:890FDA50

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 08 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	7.518.419,13	1.369.230,35
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	34.877,99	3.985,50
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	173.888,23	22.262,31
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	3.041.746,75	1.013.477,40
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	4.267.906,16	329.505,14
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	70.969.691,30	20.076.731,47
2.1 - Cota-Parte FPM	47.589.156,53	12.058.947,74
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	43.115.842,36	12.058.947,74
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	4.473.314,17	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	22.397.360,26	7.848.109,86
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	61.667,96	16.625,25
2.4 - Cota-Parte ITR	12.109,35	4.071,84
2.5 - Cota-Parte IPVA	909.397,20	148.976,78
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**78.488.110,43**	**21.445.961,82**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**13.299.275,43**	**4.015.346,29**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**6.322.752,18**	**1.346.144,16**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	0,00	0,00
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00
6.1.1 - Principal	0,00	0,00
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	-13.299.275,43	-4.015.346,29
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**0,00**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES(l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ

	(s)		(u)			O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	7.331.666,24	0,00	0,00	0,00	000	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
20.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	0,00
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.015.346,29
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19 (x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af) 4 e 7	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	4.015.346,29

2e5 APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.361.490,46	4.015.346,29	18,72

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	0,00	0,00
31.1.1 - Salário-Educação	0,00	0,00
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

6 OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33.1 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	-126.647.741,70	23.822,88
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	0,00	0,00
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	0,00	0,00
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-126.647.741,70	23.822,88
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	-126.647.741,70	23.822,88

ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF E FUNDEB			
PRECATÓRIOS DO FUNDEF			
RECEITAS PRECATÓRIOS FUNDEF	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre (b)	TOTAL DE RECEITAS (c) = (a) + (b)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	**1.767.101,77**	**0,00**	**1.767.101,77**
1.1- PRINCIPAL	1.767.101,77	0,00	1.767.101,77
1.2- RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
1.3- RESSARCIMENTO DE RECURSOS DO FUNDEF	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEF	Até o bimestre					
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (d)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS(e)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
					LIQUIDADOS	PAGOS (f)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEF	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2.1- PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS FUNDEF (1.c) - (2.d + 2.e + 2.f)						**1.767.101,77**

PRECATÓRIOS DO FUNDEF 2007-2020			
RECEITAS PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	TOTAL DE RECEITAS (c) = (a) + (b)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1.1- PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00
1.2- RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
1.3- RESSARCIMENTO DE RECURSOS DO FUNDEF 2007-2020	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEB 2007 - 2020	Até o bimestre					
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (d)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (e)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
					LIQUIDADOS	PAGOS (f)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020 (1.c) - (2.d + 2.e + 2.f) 0,00						

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:21:15.

[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:71F857FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 09 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	

JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	24.296.591,76	4.886.347,07	19.410.244,69
Investimentos	22.388.481,92	3.278.237,23	19.110.244,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.908.109,84	1.608.109,84	300.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	24.296.591,76	4.886.347,07	19.410.244,69
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	20.296.591,76	4.886.347,07	15.410.244,69

Careiro, 27/08/2026

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:27:26.
Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:D241F38A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 11 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO			Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 **(i)**	2026 **(j) = (Ib - (IIf+IIg))**					**SALDO ATUAL**
VALOR (III)	0,00	0,00					0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:33:50.							
Nota(s) Explicativa(s):							

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:E0B5E1E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 14 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO Exercício de 2026	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	97.271.093,10
Previsão Atualizada	97.271.093,10
Receitas Realizadas	20.029.955,75
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	67.137.902,66
Dotação Atualizada	67.137.902,66
Despesas Empenhadas	22.639.801,49
Despesas Liquidadas	18.953.465,93

Despesas Pagas	16.739.646,50
Superávit Orçamentário	1.076.489,82
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	22.639.801,49
Despesas Liquidadas	18.953.465,93
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	156.285.605,52
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	153.985.605,52
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	142.446.902,52
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS	
	Até o Bimestre
SERVIDORES	
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-2.500.000,00	2.811.551,83	212,46
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	13.691.561,43	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	22.205.819,23	21.795.800,19	87.000,00	323.019,04
Poder Executivo	22.205.819,23	21.795.800,19	87.000,00	323.019,04
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	11.682.793,23	7.164.379,26	517.894,56	4.000.519,41
Poder Executivo	11.682.793,23	7.164.379,26	517.894,56	4.000.519,41
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	33.888.612,46	28.960.179,45	604.894,56	4.323.538,45

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.015.346,29	25%	18,72
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70%	0,00
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00		0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício (2025)	10º Exercício (2034)	20º Exercício (2044)	35º Exercício (2059)
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15%	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:57:29.			
Nota(s) Explicativa(s):			

Careiro, 27/08/2026

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:0E519173

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE JURUÁ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 028/2026 – GP DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe, de forma simplificada, sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do Município de Juruá, Estado do Amazonas, regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, institui a gestão centralizada de contratos e define as atribuições do gestor de contratos, do fiscal administrativo, do fiscal setorial, do gestor de obras e do fiscal técnico.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JURUÁ - AM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal art. 66 da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 7º, 115 a 123, 137 a 146 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e a faculdade prevista no art. 187 do mesmo diploma legal;
CONSIDERANDO que o art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, admite que a execução do contrato seja acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, especialmente designados;
CONSIDERANDO que o Município de Juruá é município de pequeno porte, com quadro administrativo reduzido, acesso exclusivamente fluvial e aéreo, sazonalidade hidrológica e dispersão territorial das comunidades, circunstâncias que recomendam a centralização da gestão contratual e a simplificação dos fluxos de fiscalização;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a padronização dos atos contratuais, a rastreabilidade documental e a segurança jurídica dos agentes públicos designados,
D E C R E T A:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Este Decreto regulamenta, de forma simplificada, a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos celebrados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública do Município de Juruá, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Parágrafo único. Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, aos instrumentos hábeis que substituam o termo de contrato, às atas de registro de preços e aos contratos decorrentes de contratação direta.
Art. 2º A gestão e a fiscalização contratual no Município observarão dois regimes:
I - regime geral, aplicável às compras, aos serviços e às locações, exercido pelo gestor de contratos, pelo fiscal administrativo e, quando demandado, pelo fiscal setorial;
II - regime de obras, aplicável às obras e aos serviços de engenharia, exercido pelo gestor de obras e pelo fiscal técnico.
Parágrafo único. Os regimes não se acumulam no mesmo contrato, sendo o enquadramento definido pela natureza do objeto no ato de designação.
Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I - gestor de contratos: agente público responsável pela coordenação, pelo controle e pela formalização de todos os contratos, termos aditivos, apostilamentos e distratos da Administração Pública Municipal, ressalvadas as obras e os serviços de engenharia;
II - fiscal administrativo: agente público responsável pela verificação documental da execução e pela elaboração do relatório de execução do objeto;
III - fiscal setorial: agente público designado para conferir, no local, a entrega dos bens ou a prestação dos serviços e firmar os termos de cautela, quando assim demandado;
IV - gestor de obras: agente público responsável pela coordenação, pelo controle e pela formalização dos contratos, aditivos e distratos de obras e de serviços de engenharia;
V - fiscal técnico: profissional habilitado responsável pela verificação técnica da execução das obras e dos serviços de engenharia;
VI - termo de cautela: documento de conferência e de guarda provisória do bem ou da etapa de serviço, firmado no ato da entrega;
VII - relatório de execução do objeto: documento que consolida a fiscalização do período e conclui de forma motivada sobre a existência ou a inexistência de óbice à liquidação da despesa.
Art. 4º A designação dos agentes far-se-á por portaria publicada no Diário dos Municípios, observados os requisitos do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, e o princípio da segregação de funções.
§ 1º A designação recairá, preferencialmente, sobre servidor efetivo ou empregado público do quadro permanente do Município e observará, ainda, os seguintes requisitos:
I - que o agente tenha atribuições relacionadas a licitações e contratos, ou possua formação compatível, ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público;
II - que o agente não seja cônjuge ou companheiro de licitantes ou de contratados habituais da Administração, nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
§ 2º Enquanto o quadro permanente do Município não dispuser de servidor efetivo com o perfil exigido, as funções disciplinadas neste Decreto poderão ser exercidas por ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança, mediante ato motivado que registre expressamente a inexistência de servidor efetivo apto, observados o caráter preferencial estabelecido no art. 7º, I, da Lei nº 14.133, de 2021, e o prazo de adequação previsto no art. 176, I, do mesmo diploma legal.
§ 3º Na hipótese do § 2º, a designação recairá preferencialmente sobre o agente com maior tempo de atuação na área e com capacitação comprovada, e a capacitação prévia em gestão e fiscalização contratual é obrigatória, admitida a realização a distância.
§ 4º A designação de ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança não afasta, atenua ou transfere os deveres, as vedações e as responsabilidades previstos neste Decreto e na Lei nº 14.133, de 2021, e não dispensa a observância dos requisitos do § 1º.
§ 5º É obrigatória a designação de substituto para cada função, que assumirá automaticamente nos afastamentos, nas férias, nos impedimentos e nas demais ausências do titular.
§ 6º É vedado ao mesmo agente, no mesmo contrato, acumular as funções de gestor e de fiscal, de fiscal e de ordenador da despesa, e de responsável pelo recebimento provisório e pelo recebimento definitivo.
§ 7º É vedado ao gestor e aos fiscais conduzir, instruir ou julgar processo de apuração de responsabilidade do contratado, bem como integrar a comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 8º São deveres comuns a todos os fiscais, na forma do art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e informar ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 9º A determinação prevista no § 8º não autoriza o fiscal a alterar o objeto, os quantitativos, os prazos, os preços ou as demais condições contratuais, cuja modificação depende de termo aditivo ou de apostilamento.
CAPÍTULO II
DO GESTOR DE CONTRATOS

Art. 5º Em razão do porte do Município e da estrutura administrativa disponível, a gestão contratual será centralizada, cabendo ao gestor de contratos responder por todos os contratos, termos aditivos, apostilamentos e distratos celebrados pela Administração Pública Municipal, ressalvadas as obras e os serviços de engenharia, sujeitas ao regime do Capítulo V deste Decreto.
§ 1º O gestor de contratos será designado preferencialmente dentre servidores efetivos do quadro permanente, lotado preferencialmente na unidade responsável pelas contratações, admitida, na forma do art. 4º, §§ 2º e 3º, deste Decreto, a designação de ocupante de cargo em comissão enquanto não houver servidor efetivo com o perfil exigido, e contará com substituto formalmente designado.
§ 2º As secretarias e as unidades demandantes prestarão ao gestor de contratos, no prazo por ele fixado, as informações e os documentos necessários ao exercício de suas atribuições, sob pena de responsabilidade do titular da unidade.
§ 3º Verificado o comprometimento da atuação do gestor em razão do volume de contratos, a autoridade máxima poderá, mediante ato motivado, designar gestor adjunto ou distribuir a gestão por secretaria, preservada a unidade de padronização dos atos.
Art. 6º Ao gestor de contratos compete:
I - coordenar a atuação do fiscal administrativo e do fiscal setorial e integrar as informações por eles produzidas;
II - manter processo único de acompanhamento de cada contrato, preferencialmente em meio eletrônico;
III - controlar a vigência e os prazos de execução e submeter à autoridade competente, com antecedência mínima de 05 dias do termo final, proposta de prorrogação instruída com justificativa e manifestação do fiscal administrativo;
IV - instruir e formalizar os termos aditivos, os apostilamentos, os reajustes, as repactuações, os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e os distratos, submetendo-os à assessoria jurídica e à autoridade competente;
V - observar, nas alterações contratuais, os limites de acréscimos e supressões do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;
VI - verificar, antes de formalizar ou de prorrogar o contrato, a regularidade fiscal do contratado, consultar o Ceis e o Cnep e juntar as certidões ao processo, na forma do art. 91, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;
VII - exigir a manutenção, durante toda a execução, das condições exigidas para a habilitação, na forma do art. 92, XVI, da Lei nº 14.133, de 2021;
VIII - controlar o saldo contratual e a disponibilidade orçamentária, bem como a prestação, a vigência e a liberação da garantia contratual, quando exigida;
IX - exigir do contratado a indicação de preposto e manifestar o aceite ou a recusa motivada, na forma do art. 118 da Lei nº 14.133, de 2021;
X - receber o relatório de execução do objeto do fiscal administrativo, analisá-lo e atestar a regularidade da execução para fins de liquidação, vedado o atesto na ausência do relatório;
XI - zelar pela observância da ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, na forma do art. 141 da Lei nº 14.133, de 2021;
XII - providenciar a divulgação dos contratos, dos aditivos, dos apostilamentos e dos distratos no Portal Nacional de Contratações Públicas ou, enquanto vigente o regime de transição do art. 176 da Lei nº 14.133, de 2021, no diário oficial adotado pelo Município;
XIII - encaminhar à autoridade competente, instruída com relatório circunstanciado, proposta de instauração de processo de apuração de responsabilidade do contratado e, quando for o caso, de extinção contratual;
XIV - submeter à autoridade competente a designação dos responsáveis pelo recebimento definitivo;
XV - promover o encerramento do contrato, com a manifestação sobre o cumprimento integral do objeto e a liberação da garantia;
XVI - manter quadro atualizado de todos os contratos vigentes, com objeto, valor, saldo, vigência e agentes designados, disponível à autoridade máxima e ao controle interno;
XVII - prestar informações aos órgãos de controle interno e externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.
Art. 7º É vedado ao gestor de contratos:
I - autorizar, ainda que informalmente, a execução de objeto diverso, em quantidade superior ou em condições distintas das pactuadas, sem o competente termo aditivo;
II - atestar a execução na ausência do relatório de execução do objeto;
III - autorizar o início da execução sem contrato ou instrumento hábil eficaz, sem empenho prévio e sem ordem de fornecimento ou de serviço;
IV - prorrogar contrato já extinto pelo decurso do prazo de vigência;
V - autorizar pagamento com preterição da ordem cronológica de exigibilidade sem a justificativa e as comunicações do art. 141, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo único. As condutas descritas neste artigo poderão configurar infração funcional, ato de improbidade administrativa e ilícito penal, notadamente o tipificado no art. 337-H do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

CAPÍTULO III
DO FISCAL ADMINISTRATIVO

Art. 8º Ao fiscal administrativo compete verificar a regularidade documental da execução contratual e elaborar o relatório de execução do objeto, cabendo-lhe:
I - conferir a nota fiscal ou fatura com o contrato, o empenho, a ordem de fornecimento ou de serviço, os quantitativos entregues e os preços unitários pactuados;
II - verificar e manter atualizadas as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como consultar o Ceis e o Cnep;
III - receber e conferir os termos de cautela firmados pelo fiscal setorial, confrontando-os com as notas fiscais e com as especificações contratadas;
IV - conferir, quando não houver fiscal setorial designado, a entrega realizada na sede do Município;
V - nos serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias do período, adotando as medidas do art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, quando previstas no edital ou no contrato;
VI - registrar as ocorrências, notificar o contratado por escrito e comunicar ao gestor as situações que ultrapassem sua competência;
VII - apurar e propor ao gestor glosas, retenções e descontos, com a respectiva memória de cálculo;
VIII - controlar prazos de entrega, vigência da garantia e proximidade do exaurimento do saldo contratual, alertando o gestor;
IX - elaborar o relatório de execução do objeto, na forma do art. 9º deste Decreto;
X - organizar e manter o processo de fiscalização, assegurando a rastreabilidade dos documentos.
Parágrafo único. O fiscal administrativo poderá ser designado por contrato ou por secretaria, admitida a designação de um mesmo agente para mais de um contrato.
Art. 9º O relatório de execução do objeto é documento obrigatório, elaborado e assinado pelo fiscal administrativo, e constitui condição prévia ao atesto pelo gestor e à liquidação da despesa.
§ 1º O relatório conterá, no mínimo:
I - a identificação do contrato, do contratado, do objeto, da vigência, do valor e da dotação orçamentária;
II - o período ou a etapa a que se refere;
III - a descrição do que foi efetivamente entregue ou executado, com os respectivos quantitativos, e o confronto com o contratado;
IV - a relação dos termos de cautela e dos termos de recebimento do período;
V - a síntese das ocorrências registradas, das notificações expedidas e das respostas do contratado;
VI - a informação sobre a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do contratado;

VII - a indicação de glosas, retenções ou multas propostas, com memória de cálculo;
VIII - a manifestação conclusiva e motivada sobre a existência ou a inexistência de óbice à liquidação e ao pagamento;
IX - o local, a data, o nome, o cargo, a matrícula e a assinatura do fiscal administrativo.
§ 2º O relatório será elaborado a cada entrega, medição ou período de faturamento e, obrigatoriamente, antes de cada pagamento, elaborando-se relatório final ao término da execução.
§ 3º Os termos de cautela firmados pelo fiscal setorial integram o relatório e o instruem obrigatoriamente.
§ 4º A ausência do relatório, a insuficiência de sua motivação ou a formulação genérica que não permita aferir o que foi efetivamente executado obstam o atesto e a liquidação da despesa.
§ 5º O relatório observará o modelo constante do Anexo II deste Decreto.

CAPÍTULO IV

DO FISCAL SETORIAL

Art. 10. O fiscal setorial será designado, quando demandado pelo gestor de contratos ou pelo fiscal administrativo, para conferir a entrega dos bens ou a prestação dos serviços na unidade administrativa, no distrito ou na comunidade em que ocorrer a execução, prestando colaboração ao fiscal administrativo.
§ 1º A designação de fiscal setorial é obrigatória quando a entrega ou a prestação ocorrer em escolas, unidades de saúde, distritos, comunidades ribeirinhas e demais localidades distantes da sede do Município.
§ 2º Comprovada a impossibilidade de designação de fiscal setorial local, a conferência será realizada por servidor expressamente indicado no ato de designação, ao qual se aplicam integralmente as atribuições e as vedações deste Capítulo.
§ 3º Um mesmo agente poderá responder por mais de um contrato na respectiva unidade ou localidade.
Art. 11. Ao fiscal setorial compete:
I - acompanhar, no local, a entrega dos bens ou a prestação dos serviços;
II - conferir a quantidade, a espécie, a marca, o modelo, o prazo de validade, a integridade das embalagens e as condições de conservação e de temperatura, quando aplicável, confrontando-os com a nota fiscal, com a ordem de fornecimento e com as especificações contratadas;
III - firmar o termo de cautela, com indicação de data, hora, local, itens e quantidades efetivamente recebidos e ressalvas porventura existentes;
IV - recusar, no todo ou em parte, o bem ou o serviço em desconformidade, registrando a recusa no termo de cautela;
V - comunicar de imediato ao fiscal administrativo e ao gestor as ocorrências relevantes, em especial atrasos, entregas parciais, avarias e desvios de especificação;
VI - encaminhar ao fiscal administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os termos de cautela e os documentos correlatos, admitida a remessa por meio eletrônico com posterior entrega das vias físicas;
VII - prestar ao fiscal administrativo as informações e os esclarecimentos necessários à elaboração do relatório de execução do objeto;
VIII - zelar pela guarda e pela armazenagem dos bens recebidos, comunicando ao setor de patrimônio os bens permanentes para fins de tombamento;
IX - informar o consumo, o estoque e o risco de desabastecimento da unidade, considerada a janela logística de abastecimento;
X - registrar fotograficamente a entrega, sempre que a natureza ou o valor do objeto o justificar.
Art. 12. O termo de cautela registra a conferência e a guarda provisória do bem ou da etapa de serviço, não constitui recebimento definitivo, não implica aceitação da qualidade do objeto e não gera, por si só, direito ao pagamento.
§ 1º Quando o fiscal setorial estiver designado como responsável pelo acompanhamento da entrega, o termo de cautela materializa o recebimento provisório de compras, de forma sumária, ficando a conformidade sujeita a verificação posterior, na forma do art. 140, II, alínea "a", da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 2º O termo de cautela será lavrado em, no mínimo, 2 (duas) vias, ou em meio eletrônico com assinatura digital, e integra obrigatoriamente o processo de pagamento.
§ 3º O termo de cautela observará o modelo constante do Anexo I deste Decreto.
§ 4º É vedado ao fiscal setorial atestar isoladamente nota fiscal para fins de pagamento, receber bens sem contrato, empenho e ordem de fornecimento, receber quantidade superior à contratada ou item diverso do especificado, receber em local diverso do previsto sem autorização formal do gestor e firmar termo de cautela sem a efetiva conferência do objeto.

CAPÍTULO V

DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Art. 13. As obras e os serviços de engenharia sujeitam-se a regime próprio, exercido pelo gestor de obras e pelo fiscal técnico, aos quais não se aplicam as atribuições dos Capítulos II a IV deste Decreto.
Parágrafo único. O gestor de obras responde por todos os contratos, termos aditivos, apostilamentos e distratos de obras e de serviços de engenharia da Administração Pública Municipal.
Art. 14. Ao gestor de obras compete, no âmbito dos contratos de obras e de serviços de engenharia, as atribuições previstas no art. 6º deste Decreto e, ainda:
I - receber e analisar os boletins de medição e os relatórios do fiscal técnico e atestar a execução para fins de liquidação;
II - instruir os aditivos de quantitativos e de serviços novos, com base na análise técnica do fiscal, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;
III - providenciar a divulgação do aviso público de obra paralisada, na forma do art. 115, §§ 6º e 7º, da Lei nº 14.133, de 2021, mediante informação do fiscal técnico;
IV - providenciar a divulgação dos quantitativos e dos preços unitários e totais contratados e executados, nos prazos do art. 94, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;
V - controlar os prazos de garantia da obra e o termo inicial do prazo de responsabilidade objetiva de que trata o art. 140, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021.
Art. 15. A fiscalização técnica de obras e de serviços de engenharia será exercida por profissional legalmente habilitado, preferencialmente servidor efetivo, admitida a designação de ocupante de cargo em comissão na forma do art. 4º, §§ 2º e 3º, deste Decreto, exigidos, em qualquer hipótese, o registro ativo no CREA ou no CAU e a correspondente anotação ou registro de responsabilidade técnica pela atividade de fiscalização.
§ 1º Não dispondo o Município de servidor habilitado, a Administração poderá contratar profissional ou empresa para assistir e subsidiar o fiscal, observado o art. 117, caput e § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, hipótese em que o terceiro assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade, não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato, e a contratação não eximirá o fiscal de responsabilidade, nos limites das informações recebidas.
§ 2º É vedada a designação, como fiscal técnico, do autor do projeto ou de profissional com vínculo com o contratado.
Art. 16. Ao fiscal técnico compete:
I - verificar a conformidade da execução com o projeto, as especificações, as normas técnicas aplicáveis e o cronograma físico-financeiro;
II - conferir a anotação ou o registro de responsabilidade técnica do responsável pela execução e a sua efetiva atuação na obra;
III - exigir a manutenção do diário de obras e nele apor visto, com registro dos serviços executados, do efetivo empregado, das condições climáticas e hidrológicas, das paralisações e das determinações da fiscalização;

IV - elaborar ou conferir o boletim de medição, acompanhado de memória de cálculo e de relatório fotográfico, admitida a medição exclusivamente de serviços efetivamente executados e aceitos, vedada a medição por antecipação ou por estimativa;
V - verificar a compatibilidade dos serviços medidos com os itens, os quantitativos e os preços unitários da planilha contratada, mantidos o desconto ofertado e o critério de bonificação e despesas indiretas;
VI - analisar tecnicamente os pedidos de aditivo e apurar os preços dos serviços novos com base nos parâmetros contratuais e nas tabelas de referência aplicáveis;
VII - verificar as licenças ambientais, os alvarás e as demais autorizações exigíveis, bem como o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho e o uso de equipamentos de proteção;
VIII - exigir a instalação da placa da obra e, na hipótese de paralisação superior a 1 (um) mês, informar ao gestor de obras para a divulgação do aviso público de obra paralisada;
IX - registrar as ordens de paralisação e de reinício e apurar a prorrogação automática do cronograma pelo tempo correspondente, a ser anotada mediante simples apostila, na forma do art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021;
X - exigir e analisar os ensaios, os testes e o controle tecnológico previstos nas normas técnicas oficiais e no contrato, cujos custos correrão por conta do contratado, salvo disposição em contrário do edital;
XI - registrar as ocorrências, notificar o contratado e comunicar ao gestor de obras as situações que ultrapassem sua competência;
XII - conferir, ao término da execução, o projeto como construído, os manuais e as garantias dos equipamentos instalados;
XIII - efetuar o recebimento provisório da obra ou do serviço, mediante termo detalhado, com indicação das pendências e do prazo para saneamento, na forma do art. 140, I, alínea "a", da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 17. A medição e o recebimento de obras e de serviços de engenharia dependem de verificação in loco pelo fiscal técnico.
§ 1º Quando a obra estiver localizada em comunidade de difícil acesso e for materialmente impossível o deslocamento do fiscal no período da medição, admite-se, em caráter excepcional, a verificação assistida à distância, desde que haja registro fotográfico e audiovisual datado, a conferência local seja acompanhada por servidor formalmente indicado, as circunstâncias impeditivas sejam registradas de forma fundamentada nos autos e a verificação presencial ocorra na primeira oportunidade possível e, em qualquer hipótese, antes do recebimento definitivo.
§ 2º É vedado o atesto de medição sem a observância de qualquer das formas de verificação previstas neste artigo.

CAPÍTULO VI
DO APOIO DA ASSESSORIA JURÍDICA E DO CONTROLE INTERNO

Art. 18. Os gestores e os fiscais serão auxiliados pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do Município, às quais compete dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, na forma do art. 117, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 1º O apoio constitui dever institucional das unidades referidas, não configura mera faculdade e será prestado de forma tempestiva e documentada.
§ 2º Compete à assessoria jurídica dirimir dúvidas sobre a interpretação do contrato e da legislação, manifestar-se previamente sobre aditivos, prorrogações, reajustes, reequilíbrios, distratos e propostas de extinção, orientar quanto à tipificação em tese das infrações do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, e proceder à análise jurídica prévia exigida para a declaração de inidoneidade e para a reabilitação.
§ 3º Compete à unidade de controle interno subsidiar os agentes com informações e alertas de risco, orientar quanto aos fluxos e à documentação exigida para o atesto e a liquidação, promover a capacitação dos designados e realizar verificação amostral dos processos de fiscalização, adotando, conforme o caso, as medidas do art. 169, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 4º Cada unidade designará ponto focal para atendimento aos gestores e fiscais, com identificação e canais de contato divulgados, inclusive aos fiscais setoriais lotados em localidades distantes da sede, admitido o atendimento remoto.
§ 5º As consultas serão formuladas por escrito e respondidas no prazo de 7 (sete) dias úteis, reduzido para 3 (três) dias úteis em caso de urgência justificada, e não suspendem os prazos de registro de ocorrências e de notificação do contratado.
§ 6º A manifestação das unidades não transfere aos consulentes a responsabilidade pelos atos que lhes competem, e a atuação do agente em conformidade com orientação formal e escrita constitui elemento a ser considerado na aferição de sua responsabilidade, observados os arts. 22 e 28 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

CAPÍTULO VII
DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

Art. 19. O objeto do contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, observado o seguinte:
I - nas compras e nos serviços: provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal setorial ou, na sua falta, pelo fiscal administrativo, mediante termo de cautela; definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado;
II - nas obras e nos serviços de engenharia: provisoriamente, pelo fiscal técnico, mediante termo detalhado; definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado.
§ 1º É vedado ao mesmo agente firmar o recebimento provisório e o recebimento definitivo do mesmo objeto.
§ 2º O recebimento definitivo será realizado por comissão de, no mínimo, 3 (três) servidores nas obras e nos serviços de engenharia e nas contratações de valor superior a R$ 10.000,00 (dez milhões).
§ 3º Os prazos para o recebimento definitivo são de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento provisório, suspendendo-se a contagem enquanto pendente o saneamento das ressalvas consignadas.
§ 4º Verificados vícios, defeitos ou incorreções, o contratado será notificado para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir o objeto, a suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 5º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, observado, nas obras, o prazo mínimo de 5 (cinco) anos de responsabilidade objetiva do contratado.

Art. 20. O pagamento observará obrigatoriamente a seguinte sequência:
I - execução ou entrega precedida de ordem de fornecimento ou de serviço;
II - conferência local com termo de cautela ou, nas obras, boletim de medição;
III - recebimento provisório;
IV - relatório de execução do objeto elaborado pelo fiscal administrativo ou, nas obras, relatório do fiscal técnico;
V - recebimento definitivo;
VI - atesto pelo gestor de contratos ou pelo gestor de obras, conforme o regime;
VII - liquidação da despesa, na forma do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
VIII - pagamento, observada a ordem cronológica de exigibilidade.
§ 1º A supressão de qualquer das etapas sujeita os responsáveis à apuração de responsabilidade.
§ 2º Não será permitido pagamento antecipado, salvo nas hipóteses e com os requisitos do art. 145 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 3º Havendo controvérsia sobre a execução quanto a dimensão, qualidade ou quantidade, a parcela incontroversa será liberada no prazo previsto para pagamento.

§ 4º O Município disponibilizará mensalmente, em seção específica de acesso à informação, a ordem cronológica de seus pagamentos e as justificativas de eventual alteração.

CAPÍTULO VIII

DAS OCORRÊNCIAS E DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Art. 21. As ocorrências serão registradas em registro próprio, numerado sequencialmente, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do conhecimento do fato, com indicação da data, da descrição objetiva, do dispositivo correlato, da providência determinada e do prazo fixado.

Parágrafo único. A ausência de registro não presume a regularidade da execução e poderá caracterizar omissão funcional.

Art. 22. Verificada conduta que, em tese, configure infração administrativa do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, observar-se-á o seguinte fluxo:

I - o fiscal registra a ocorrência e notifica o contratado por escrito, com prazo para saneamento;

II - não sanada a irregularidade, o fiscal elabora relatório circunstanciado e o encaminha ao gestor;

III - o gestor manifesta-se quanto à tipificação em tese e encaminha o expediente à autoridade competente;

IV - a autoridade competente, ouvida a assessoria jurídica, decide de forma motivada sobre a instauração do processo de apuração de responsabilidade;

V - instaurado o processo, este será conduzido pelo agente ou pela comissão designada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º Na aplicação das sanções serão obrigatoriamente considerados e motivados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados e a existência de programa de integridade, na forma do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo nula a sanção aplicada sem essa demonstração.

§ 2º Na aplicação da multa, será facultada a defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, e a aplicação do impedimento de licitar e contratar e da declaração de inidoneidade requererá processo conduzido por comissão de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, na forma dos arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 3º As sanções aplicadas serão informadas para registro no Ceis e no Cnep no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de aplicação.

Art. 23. Os agentes designados respondem, nas esferas civil, penal e administrativa, pelos atos que praticarem ou a que derem causa por ação ou omissão, e responderão pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro, na forma do art. 28 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Parágrafo único. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado pelos danos causados à Administração ou a terceiros, observado, nos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o disposto no art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os cronogramas de entrega e de execução serão compatibilizados com as janelas de navegabilidade e com as condições de transporte disponíveis, cabendo ao gestor e ao fiscal administrativo alertar o contratado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do encerramento previsto da janela.

§ 1º Os eventos hidrológicos, climáticos ou de interrupção de transporte que impeçam ou retardem a execução serão registrados de forma documentada, prorrogando-se automaticamente o cronograma pelo tempo correspondente, mediante simples apostila, na forma do art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º É vedada a alegação genérica de dificuldade logística, seja para excluir a responsabilidade do contratado, seja para dispensar a verificação, o registro de ocorrências ou o relatório de execução do objeto.

§ 3º A intermitência dos serviços de comunicação não afasta o dever de registro, admitido o registro em meio físico com posterior digitalização e juntada ao processo.

Art. 25. Integram este Decreto o Anexo I, Termo de Cautela e Conferência de Recebimento, e o Anexo II, Relatório de Execução do Objeto, cujos modelos poderão ser adaptados às peculiaridades de cada objeto por ato do gestor de contratos, preservados os elementos essenciais.

Art. 26. O Município promoverá a capacitação dos agentes designados, preferencialmente antes da designação, admitida a realização descentralizada e a distância para os fiscais setoriais lotados em comunidades distantes da sede.

Art. 27. Enquanto não adotado o Portal Nacional de Contratações Públicas, as publicações exigidas serão realizadas no diário oficial adotado pelo Município, admitida a publicação de extrato, na forma do art. 176, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, cujo prazo se encerra em 1º de abril de 2027.

Art. 28. Os contratos em execução na data de publicação deste Decreto terão as designações revistas e regularizadas no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º Enquanto não realizado concurso público específico para o provimento de cargos efetivos com atribuições de gestão e de fiscalização contratual, as funções disciplinadas neste Decreto serão exercidas na forma do art. 4º, §§ 2º a 4º.

§ 2º O Município adotará as providências necessárias à realização do concurso público de que trata o § 1º e ao dimensionamento do respectivo quadro, observado o prazo de adequação previsto no art. 176, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 3º Até o provimento dos cargos efetivos, a unidade de controle interno manterá registro nominal dos agentes designados, com a indicação do vínculo, da capacitação realizada e dos contratos sob sua responsabilidade, disponível aos órgãos de controle.

Art. 29. Aplicam-se subsidiariamente a este Decreto, no que couber, os regulamentos editados pela União para a execução da Lei nº 14.133, de 2021, na forma do art. 187 do referido diploma legal, e os casos omissos serão resolvidos pelo gestor contratual, ouvida a assessoria jurídica.

Art. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JURUÁ-AM, em 31 de agosto de 2026.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal de Juruá

ANEXO I AO DECRETO Nº 029, DE 31 DE AGOSTO DE 2026
TERMO DE CAUTELA E CONFERÊNCIA DE RECEBIMENTO

Termo de Cautela nº _____ / _____ Contrato nº _____
Processo administrativo nº _____
Nota de empenho nº _____
Contratado: _____ CNPJ/CPF: _____
Objeto: _____
Ordem de fornecimento/serviço nº _____
Nota fiscal nº _____
Unidade/localidade de entrega: _____
Data da entrega: _____/_____/_____ Hora: _____:_____

1. ITENS CONFERIDOS

Item	Descrição / especificação	Marca / modelo	Unid.	Qtd. contratada	Qtd. entregue	Validade	Conforme (S/N)

2. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO
( ) Embalagens íntegras ( ) Lacres íntegros ( ) Temperatura adequada
( ) Transporte adequado ( ) Documentação fiscal conforme ( ) Não aplicável

3. RESSALVAS, OCORRÊNCIAS E RECUSA
( ) Não houve recusa ( ) Recusa parcial dos itens: _____
( ) Recusa total. Motivo: _____
_____
_____

4. DECLARAÇÃO
Declaro haver conferido, na data e no local acima indicados, os itens discriminados neste termo, nas quantidades e nas condições consignadas. Este termo constitui conferência e guarda provisória, não implica recebimento definitivo nem aceitação da qualidade do objeto e não gera, por si só, direito ao pagamento, na forma do art. 12 do Decreto nº 029, de 31 de agosto de 2026.

Local e data: _____, _____/_____/_____

Fiscal setorial: _____ Matrícula: _____
Preposto/entregador: _____ Documento: _____

ANEXO II AO DECRETO Nº 029, DE 31 DE AGOSTO DE 2026
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
Relatório nº _____ / _____
Competência/etapa: _____

1. IDENTIFICAÇÃO
Contrato nº _____ Processo nº _____
Vigência: _____/____/____ a ____/____/____
Contratado: _____
CNPJ/CPF: _____
Objeto: _____
Valor contratado: R$ _____
Executado acumulado: R$ _____
Dotação orçamentária: _____
Gestor de contratos: _____
Fiscal administrativo: _____
Fiscal setorial: _____
Preposto: _____

2. EXECUÇÃO NO PERÍODO

Item	Descrição	Unid.	Qtd. contratada	Qtd. executada no período	Qtd. acumulada	Valor (R$)

3. CONFRONTO COM O CONTRATADO
( ) Sem divergências ( ) Com divergências: _____
_____

4. DOCUMENTOS DO PERÍODO
Termos de cautela nº: _____
Termos de recebimento nº: _____

5. OCORRÊNCIAS, NOTIFICAÇÕES E RESPOSTAS
_____
_____

6. REGULARIDADE DO CONTRATADO
Fiscal: ( ) Regular ( ) Irregular FGTS: ( ) Regular ( ) Irregular
CNDT: ( ) Regular ( ) Irregular Ceis/Cnep: ( ) Sem registro ( ) Com registro
Obrigações trabalhistas (dedicação exclusiva): ( ) Comprovadas ( ) Pendentes ( ) N/A

7. GLOSAS, RETENÇÕES E MULTAS PROPOSTAS
( ) Não há ( ) Há, conforme memória de cálculo: _____

_____

8. CONCLUSÃO
( ) INEXISTÊNCIA de óbice à liquidação e ao pagamento de R$ _____
( ) EXISTÊNCIA de óbice, pelos motivos a seguir expostos:
_____
Local e data: _____, ____/____/_____

Fiscal administrativo: _____ Matrícula: _____

ATESTO DO GESTOR
( ) Atesto a regularidade da execução para fins de liquidação.
( ) Devolvo para complementação, pelos motivos: _____

Gestor de contratos: _____ Data: _____/_____/_____

Publicado por:
Antônio Sabóia da Silva
Código Identificador:9BDE9D43

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE JUTAÍ

CENTRAL DE COMPRAS, SERVIÇOS E CONTRATOS - CCSC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 011/2026 – PE/CCSC/ PMJ

O MUNICÍPIO DE JUTAÍ-PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 04.285.896/0001-53, com sede administrativa na Rua Costa e Silva Nº 119-E, Estado do Amazonas, neste ato representada por meio do art. Art. 23, §1º, V do Decreto Municipal nº 013/2024 – GP, e pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, o Sr. **MANOEL MENDES CLAÚDIO**, brasileiro, funcionário público, nomeado pela Portaria nº 003 de 03 de janeiro de 2025, publicada no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas em 06/01/2025 - Nº 3770, Cód. Identificador TS1XSHJYR. Considerando o julgamento da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026-CCSC/PMJ, para REGISTRO DE PREÇOS, publicado no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP) no dia 03/08/2026, e demais Site Oficiais (DOU, DOE e DOM), tendo sido aberto e julgado em 14/08/2026, Processo Administrativo Nº 061/2026 – SECULT/PMJ, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal 013/2024, de 15 de abril de 2025 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto a na formação de registro de preços em serviços de agenciamento de shows artísticos e locação de infraestrutura tais como: palcos, sonorização, iluminação, tendas, telões, projetos, gradil, camarote, banheiros químicos e grupos gerador, para execução dos eventos realizados na sede do município e zona rural de Jutaí/AM, de acordo com as condições constantes no edital e seus anexos, os quais integram o presente processo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
Dos Fornecedores:

Empresa: C. J. G. DE OLIVEIRA – ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 05.427.612/0001-89, estabelecida na Rua Teotonílio Cavalcante, 89 – Centro, Jutaí/Am - Cep: 69.660-000, vencedora dos lotes I, II, e IV, com valor global de R$ 3.229.000,00 (três milhões, duzentos e vinte e nove mil reais); telefone de contato (92) 99143-7252-, neste ato representada pelo Senhor Carlos Jorge de Oliveira Junior, inscrito no CPF sob o Nº 584.937.822-34, neste ato como representante legal. Dados Bancários: Banco Bradesco, Agência 5042-3, Conta Corrente 2926-2.

Empresa: OFFICINA SPORTS CONFECÇÕES LTDA, estabelecida na Rua Nelma Machado, 53, Cidade Nova, Cep: 69095-480, Quadra 7, Lot. Ribeiro Junior, Manaus - inscrita no CNPJ sob nº 55.400.563.0001- 69, vencedora do lote III, com valor global de R$ 33.049,00 (trinta e três mil, quarenta e nove reais e zero centavos), Telefone: (92) 98189-0481, representada pelo senhor Marcelo Macedo dos Anjos, inscrito no CPF sob o Nº 580.322.742-00. Dados Bancários: Banco Bradesco, Conta Bancária 0225183-3, Agência Bancária 3726.

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, pelo fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

C. J. G. DE OLIVEIRA – ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 05.427.612/0001-89					
LOTE	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	Atração Artística Regional: incluindo despesas com transportes (terrestre/fluvial), hospedagem e alimentação.	Unid.	15	R$ 35.920,87	R$ 538.813,05
1	Atração Artística Nacional: incluindo despesas com transportes (terrestre/fluvial), hospedagem e alimentação.	Unid.	1	R$ 403.686,95	R$ 403.686,95
2	Sonorização: operação de equipamentos incluindo despesas com o transporte (terrestre/fluvial), montagem e desmontagem de equipamentos: - Caixa de som com alto falante de 12 a 20 Polegadas; - Caixa de médio com alto falantes de 6 a 12 polegadas com drive, corneta e tweeter; - Monitor SB 200 a 400 watts; - Mesa de Som com 8 a 20 canais; - Microfones de fio e sem fio, Potência, sendo de 1.000 a 6.000 watts; - Periférico completo, multicabo, P.A., Rack de potências.	Unid.	40	R$ 7.677,35	R$ 307.094,00
2	Iluminação: canhões de leds, refletores, máquina de fumaça, mini brutes, muving, ligth, mesa de comando, treliças de alumínio para fixação da iluminação. Com operação de equipamentos incluindo despensas com transporte (terrestre/fluvial), montagem e desmontagem.	Unid.	40	R$ 6.370,37	R$ 254.814,80
2	Palco Grande Porte – Dimensão 14mx10m. Com transporte, montagem e desmontagem com tamanho 14 metros de frente por 10 metros de fundo, todo com estrutura metálica em treliça, cobertura, piso em estrutura metálica, com forração em chapa de compensado de 20mmeescadas.	Unid.	7	R$ 14.078,40	R$ 98.548,80
2	Palco Médio Porte – Dimensão 12mx8m. Com transporte, montagem e desmontagem com tamanho 12 metros de frente por 8 metros de fundo, todo com estrutura metálica em treliça, cobertura, piso em estrutura metálica, com forração em chapa de compensado de 20mmeescadas.	Unid.	20	R$ 10.050,82	R$ 201.016,40

2	Palco Pequeno Porte – Dimensão 10mx8m. Com transporte, montagem e desmontagem com tamanho 10 metros de frente por 8 metros de fundo, todo com estrutura metálica em treliça, cobertura, piso em estrutura metálica, com forração em chapa de compensado de 20mmeescadas.	Unid.	30	R$ 5.945,84	R$ 178.375,20
2	Tendas: com transporte, montagem e desmontagem, tamanho 3m a 5m, em forma de pirâmide, com cobertura de lona, de estrutura metálica,antichamas.	Unid.	200	R$ 472,11	R$ 94.422,00
2	Camarote Modelo 01: Camarote medindo 30m x 6m x 2m em alumínio (liga estrutura) em módulos de 2x1m revestido em madeira compensado naval 25mm, capacidade de carga 750g/2. Base (pés) e sistema de travamento em alumínio, com sapatas de alumínio com sistema para nivelamento ajustável, com cobertura e escadadeacesso.	Unid.	40	R$ 6.650,85	R$ 266.034,00
2	Gradil: medindo 2m de largura com 1m10cm de altura (LxA), confeccionado em ferro galvanizado, com pés e travamento.	Unid.	2000	R$ 47,66	R$ 95.320,00
2	Telões e Projetores: com operação de equipamentos incluindo despesa com transporte (terrestre/fluvial), montagem e desmontagem de 03 telões tamanho 3m x 4m, com tela em lona branca, fixados em estruturas metálicas treliçadas, e projetores com resolução de 2.000 a 5.000 lumes. - Filmagem com transmissão simultânea do evento. - Gravação e edição de um vídeodoevento.	Unid.	60	R$ 2.090,27	R$ 125.416,20
2	Banheiros Químicos: em polietileno, com altura de 2,24 m, largura 1,22 m, comprimento 1,16m. Possuem vaso sanitário e mictório, transporte (terrestre/fluvial), montagem e desmontagem, e limpeza diária dos banheiros químicos durante os dias de evento.	Unid.	100	R$ 350,99	R$ 35.099,00
2	Grupo Gerador: contendo 02 Geradores de 180KVAs com o mínimo de 50m de cabos, silenciado e devidamente abastecido. Devidamente aterrado e chave reversor parainterligação. Corpo técnicos para atender ao Palco, Sonorização e Iluminação desta tabela.	Unid.	30	R$ 4.739,57	R$ 142.187,10
2	Painel Led: Painel de led tamanho aproximadamente / mínimo 4m x 3m P5 full HD, processador em HD, notebook e corpo técnico.	Unid.	50	R$ 7.363,45	R$ 368.172,50
4	Lancha: Fretamento de lancha para transporte das bandas no trecho Fonte Boa para Jutaí; Jutaí para Fonte Boa. Com fornecimento de combustível e motorista.	Unid.	20	R$ 6.000,00	R$ 120.000,00

OFFICINA SPORTS CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 55.400.563.0001- 69					
LOTE	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
3	Camisas Personalizadas: confecção de camisas para eventos.	Unid.	1000	R$ 33,04	R$ 33.049,00

ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será o MUNICÍPIO DE JUTAÍ-AM

Além do gerenciador, não há órgãos ou outras entidades públicas participantes deste registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se aplicável.

Jutaí/AM, 28 de agosto de 2026.

Secretaria Municipal de Administração
MANOEL MENDES CLAUDIO
Secretário Municipal

C. J. G. De Oliveira – ME; CNPJ Nº 05.427.612/0001-89
CARLOS JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR
Representante Legal

Officina Sports Confecções LTDA; CNPJ Nº 55.400.563.0001- 69
MARCELO MACEDO DOS ANJOS
Representante Legal

Publicado por:
Messias Lima de Castro
Código Identificador:48684A88

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MANICORÉ

LICITAÇOES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2026, PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 032/2026, PROCESSO N° 032/2026.

Ata de Registro de Preço Nº 029/2026
Processo: **Nº 032/2026 - Pregão Eletrônico Nº 032/2026**
Objeto: ***EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM***, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital Nº 032/2026 e seus anexos.
Assinatura da Ata: 01/09/2026.
Vigência: 12 meses a contar da publicação na imprensa oficial.
Fornecedor adjudicatário:

1. BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ: 30.824.284/0001-00.

Fornecedor	**BELA VISTA TEXTIL LTDA |**					
CNPJ	30.824.284/0001-00	Insc. Estadual nº				
Endereço	Rua Madre Teresa de Calcutá					
Cep.	31520085	Telefone		(31) 97247-4161		
Celular		E-mail				
Item	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**MARCA**
17	ESTOJO DE LÁPIS EM TECIDO OXFORD - DURÁVEL, DESIGN DE 8 PONTOS	Und	1.000	R$ 30,86	R$ 30.860,00	Própria

2. JC COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA |, CNPJ: 47.452.287/0001-54.

Fornecedor	**JC COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA**					
CNPJ	47.452.287/0001-54	Insc. Estadual nº				
Endereço	AV RAMOS FERREIRA - F: AM - Municipal: Manaus					
Cep.	8043138	Telefone		(92) 9444-5064		
Celular		E-mail				
Item	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**MARCA**
07	CADERNO DE CALIGRAFIA Nº4, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, MATERIAL CAPA PAPELAO	Und	300	R$ 2,70	R$ 810,00	bahia
18	FITA DE CETIM - N. 02 CORES VARIADAS - ROLO 10M. DE ACORDO COM O PEDIDO	Rolo	500	R$ 5,00	R$ 2.500,00	PROGRESSO
19	FITA DE CETIM - N. 03 CORES VARIADAS - ROLO 10M. DE ACORDO COM O PEDIDO	Rolo	500	R$ 5,00	R$ 2.500,00	PROGRESSO

3. MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 47484.691/0001-00.

Fornecedor	**MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**					
CNPJ	**47484.691/0001-00**	Insc. Estadual nº				
Endereço	Travessa UM -UF: RS - Município: Feliz					
Cep.	95770000	Telefone		(51) 99730-2643		
Celular		E-mail				
Item	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**MARCA**
03	BORRACHA ESCOLAR BRANCA CAIXA COM 60 UNIDADES	CX	500	R$ 14,00	R$ 7.000,00	FUTURA
05	CADERNO DE CALIGRAFIA Nº 2, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, MATERIAL CAPA PAPELAO	UND	100	R$ 6,00	R$ 600,00	PAN
06	CADERNO DE CALIGRAFIA Nº 3, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, MATERIAL CAPA PAPELAO	UND	200	R$ 4,81	R$ 962,00	PAN
12	CANETA MARCA TEXTO, CAIXA COM 12 UND. CORES: AMARELO, VERDE, ROSA, AZUL	CX	100	R$ 14,00	R$ 1.400,00	LYKE
13	CANETINHA HIDROGRÁFICA 12 CORES LAVÁVEL	UND	150	R$ 5,00	R$ 750,00	COLOR
20	FITA DE CETIM - N. 05 CORES VARIADAS - ROLO 10M. DE ACORDO COM O PEDIDO	ROLO	500	R$ 8,10	R$ 4.050,00	GITEX
50	TAPETE DE EVA NUMEROS 28X28CM 5MM	UND	300	R$ 67,00	R$ 20.100,00	EVAMAX
51	TELA PARA PINTURA 20X30	UND	500	R$ 7,99	R$ 3.995,00	STILO
52	TELA PARA PINTURA 30X30	UND	500	R$ 10,99	R$ 5.495,00	STILO
53	TELA PARA PINTURA 30X40	UND	500	R$ 13,00	R$ 6.500,00	STILO
58	CANETA MARCA TEXTO, CAIXA COM 12 UND. COR: VERDE	CX	100	R$ 13,00	R$ 1.300,00	LYKE
59	CANETA MARCA TEXTO, CAIXA COM 12 UND. COR: AZUL	CX	100	R$ 13,00	R$ 1.300,00	LYKE
60	CANETA MARCA TEXTO, CAIXA COM 12 UND. COR: ROSA.	CX	100	R$ 13,00	R$ 1.300,00	LYKE
61	CANETA MARCA TEXTO, CAIXA COM 12 UND. COR: ROXO	CX	100	R$ 12,23	R$ 1.223,00	LYKE

4. MAX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA, CNPJ: 33.442.649/0001-11.

Fornecedor	**MAX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA**					
CNPJ	33.442.649/0001-11.	Insc. Estadual nº				
Endereço	Avenida Urucará - F: AM - Municipal: Manaus					
Cep.	69065180	Telefone		(92) 99397-6548		
Celular		E-mail				
Item	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**MARCA**
10	CAIXA DE LÁPIS DE COR GRANDE COM 12 CORES ESCOLAR E PINTURA	CX	500	R$ 4,00	R$ 2.000,00	futuro

11	CANETA ESFEROGRÁFICA – MATERIAL CORPO: PLÁSTICO TRANSPARENTE, TIPO ESCRITA	CX	50	R$ 30,00	R$ 1.500,00	economica
54	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA CX COM 12 UND	CX	100	R$ 19,20	R$ 1.920,00	leoleo
56	CANETA ESFEROGRÁFICA – MATERIAL CORPO: PLÁSTICO TRANSPARENTE	CX	50	R$ 30,00	R$ 1.500,00	economica
57	CANETA ESFEROGRÁFICA – CORPO PLÁSTICO TRANSPARENTE, COR: VERMELHA (CX C/ 50)	CX	50	R$ 30,00	R$ 1.500,00	economica

5. R N ALBUQUERQUE BRASIL & CIA LTDA, CNPJ: 03.699.397/0001-40.

Fornecedor	**R N ALBUQUERQUE BRASIL & CIA LTDA**					
CNPJ	03.699.397/0001-40.	Insc. Estadual nº				
Endereço	Avenida Santos Dumont					
Cep.	69280000	Telefone		(97) 99612-7044		
Celular		E-mail				
Item	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**MARCA**
01	AVENTAL ESCOLAR INFANTIL CRISTAL TRANSPARENTE. PCT COM 10 UND	PC	100	R$ 35,00	R$ 3.500,00	NACIONAL LEO E LEO
02	BANNER CÉLULA HUMANA DO CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	JG	100	R$ 24,00	R$ 2.400,00	NACIONAL GLOMAPAS
04	KIT COM 20 CADERNO CARTOGRAFIA E DESENHO CAPA FLEXÍVEL 48 FOLHAS	KIT	30	R$ 37,00	R$ 1.110,00	NACIONAL TILIBRA
08	CADERNO JANDAIA BROCHURÃO CAPA DURA 96 FLS TAM 200X275MM. PCT 10 UND	PC	1000	R$ 50,00	R$ 50.000,00	NACIONAL JANDAIA
14	CARTOLINA CORES VARIADAS C/ 100 UND, MATERIAL CELULOSE VEGETAL		500	R$ 70,00	R$ 35.000,00	NACIONAL JANDAIA
21	FOLHA DE ISOPOR, COR BRANCA 1000X500X020MM	FHL	500	R$ 5,95	R$ 2.975,00	NACIONAL KNAUY
22	FOLHA DE ISOPOR, COR BRANCA 1000X500X50MM		500	R$ 17,00	R$ 8.500,00	NACIONAL KNAUY
24	JOGO DE XADREZ REI TAMANHO REAL 5.4CM PAIS E FILHOS	UND	200	R$ 23,00	R$ 4.600,00	NACIONAL PAIS E FILHOS
25	JOGO PEDAGÓGICO INCLUSIVO CONHEÇA O CORPO HUMANO 18 PEÇAS	UND	100	R$ 19,00	R$ 1.900,00	NACIONAL CARIMBRAS
26	JOGOS DA MEMORIA COM SILABAS E FIGURAS INFANTIL PEDAGÓGICO	UND	150	R$ 17,00	R$ 2.550,00	CARIMBRAS
27	JOGOS EDUCATIVOS MATEMÁTICA PEDAGÓGICO INFANTIL	UND	150	R$ 19,00	R$ 2.850,00	NACIONAL NIG BRINQUEDOS
28	LAPIS PRETO N.2 MAX COM BORRACHA - CAIXA COM 144 UNIDADES	CX	1000	R$ 27,00	R$ 27.000,00	NACIONAL FABER CASTELL
29	MAPA DO BRASIL BANNER LAMINADO MEDIDAS: 92CM X 75 CM	UND	100	R$ 57,00	R$ 5.700,00	NACIONAL MULTIMAPAS
30	MAPA MUNDI BANNER LAMINADO MEDIDAS: 92CM X 75 CM	UND	100	R$ 55,00	R$ 5.500,00	NACIONAL MULTIMAPAS
31	MASSA DE MODELAR 12 CORES. CAIXA 12 UN. ATACADO ACRILEX	CX	3000	R$ 49,00	R$ 147.000,00	NACIONAL ACRILEX
32	MOCHILA COM ALÇA ESTOFADA E CONFORTÁVEL	UND	2000	R$ 34,00	R$ 68.000,00	NACIONAL SESTINI
33	PASTA ABA ELASTICA PLASTICA OFICIO 40MM CRISTAL - PACOTE COM 10 UND	PC	500	R$ 29,00	R$ 14.500,00	NACIONAL DELLO
34	PINCEL ESCOLAR CHATO CABO LONGO PCT/12 UND	PC	200	R$ 18,00	R$ 3.600,00	NACIONAL CONDOR
35	QUEBRA CABEÇA EDUCATIVO PARTES DO CORPO INFANTIL PEDAGÓGICO MENINA	UND	200	R$ 19,00	R$ 3.800,00	NACIONAL TOYSTER BRINQUEDOS
36	QUEBRA CABEÇA EDUCATIVO PARTES DO CORPO INFANTIL PEDAGÓGICO MENINO	UND	200	R$ 19,00	R$ 3.800,00	NACIONAL TOYSTER BRINQUEDOS
37	QUEBRA CABEÇA MAPA DO BRASIL EM MADEIRA INFANTIL TAMANHO GRANDE	UND	200	R$ 19,00	R$ 3.800,00	NACIONAL NEW ART
39	SISTEMA IMUNOLOGICO DO CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	UND	100	R$ 63,00	R$ 6.300,00	NACIONAL MERCADO LIVRE
40	SISTEMA LINFATICO DO CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	UND	100	R$ 32,00	R$ 3.200,00	NACIONAL MERCADO LIVRE
41	SISTEMA MUSCULAR DO CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	UND	100	R$ 19,00	R$ 1.900,00	NACIONAL GLOMAPAS
42	SISTEMA RESPIRATORIO DO CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	UND	100	R$ 19,00	R$ 1.900,00	NACIONAL MULTIMAPAS
43	SISTEMA CARDIOVASCULAR DO CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	UND	100	R$ 19,00	R$ 1.900,00	NACIONAL MULTIMAPAS
44	SISTEMA DIGESTÓRIO MAPA CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	UND	100	R$ 19,00	R$ 1.900,00	NACIONAL GLOMAPAS
45	SISTEMA ENDÓCRINO MAPA CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	UND	100	R$ 19,00	R$ 1.900,00	NACIONAL GLOMAPAS
46	SISTEMA ESQUELÉTICO DO CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	UND	100	R$ 19,00	R$ 1.900,00	NACIONAL MULTIMAPAS
47	SISTEMA NERVOSO MAPA CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	UND	100	R$ 19,00	R$ 1.900,00	NACIONAL MERCADO LIVRE
48	SISTEMA SENSORIAL DO CORPO HUMANO MOLDURA BANNER POSTER	UND	100	R$ 19,00	R$ 1.900,00	NACIONAL MULTIMAPAS
49	TAPETE DE EVA DE ALFABETO COMPLETO 28X28CM 5MM	UND	300	R$ 70,00	R$ 21.000,00	NACIONAL EVAMAX

6. T M BITENCOURT LTDA, CNPJ: 40.011.521/0001-69

Fornecedor	**T M BITENCOURT LTDA**					
CNPJ	40.011.521/0001-69	Insc. Estadual nº				
Endereço	Travessa 7 de Setembro, UF: AM - Município: Manicoré					
Cep.	69.280.000	Telefone		(97) 99185-6950		
Celular		E-mail				
Item	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**MARCA**
09	CADERNO UNIVERSITÁRIO CAPA DURA 10 MATÉRIAS 200 FOLHAS	UND	1000	R$ 13,50	R$ 13.500,00	NACIONAL LEONORA
15	COLA BASTAO 40 GRAMAS CX/6 UND	CX	300	R$ 9,50	R$ 2.850,00	NACIONAL DENDICOLA
16	COLA BRANCA ESCOLAR LIQUIDA 90 GRAMAS CX COM 06UND	CX	400	R$ 9,00	R$ 3.600,00	NACIONAL RENDICOLA
23	GIZ DE CERA ACRILEX COM 12 UNIDADES	UND	1000	R$ 3,20	R$ 3.200,00	NACIONAL ACRILEX

7. TELLES C. DE SANTANA & CIA LTDA, CNPJ: 11.421.679/0002-90.

Fornecedor	**TELLES C. DE SANTANA & CIA LTDA**					
CNPJ	11.421.679/0002-90	Insc. Estadual nº				
Endereço	QUINTINO BOCAIUVA, UF: AM - Município: Manicoré					
Cep.	69.280.000	Telefone		(97) 98805-3015		
Celular		E-mail				
Item	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**MARCA**
38	RÉGUA - MATERIAL: POLIESTIRENO TRANSPARENTE, ESPESSURA: 3 MM, COMPRIMENTO: 30 CM.	PC	2000	R$ 1,45	R$ 2.900,00	PC DELLO/DELLO
55	TINTA GUACHE 12 CORES ACRILEX. NÃO TÓXICO E SEGURO PARA CRIANÇAS	CX	500	R$ 6,00	R$ 3.000,00	CX ACRILEX/ACRILEX

A ata integral com especificações, preços e demais informações encontrar-se disponibilizada para consulta na Prefeitura Municipal de Manicoré Órgão Gerenciador, localizada na Av. Presidente Getúlio Vargas – Centro, Manicoré/AM**.**

Manicoré – Amazonas, 01 de setembro de 2026.

KENNEDY MACHADO DUARTE
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:1DAAF821

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MARAÃ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 0010/2026 – PSS/SEMED/MARAÃ

EDITAL Nº 001/2026– PSS/SEMED/MARAÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SUPRIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 0010/2026 – PSS/SEMED/MARAÃ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAÃ**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 003/2021, no Decreto Municipal nº 005/2026-GPMM, na Lei Municipal nº 001/2018, na Lei Municipal Complementar nº 006/2022 e demais legislações correlatas;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo **Edital nº 001/2026 – PSS/SEMED/MARAÃ**, destinado ao suprimento de necessidade temporária de recursos humanos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a publicação e homologação do **Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado por meio do Edital nº 002/2026 – PSS/SEMED/MARAÃ**;

CONSIDERANDO o disposto no edital do certame quanto à convocação dos candidatos classificados, observando rigorosamente a ordem de classificação, o cargo e a zona de atuação escolhida no ato da inscrição;

TORNA PÚBLICA a presente **CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS**, para apresentação de documentação e formalização da contratação temporária, nos termos a seguir:

1. DA CONVOCAÇÃO

1.1 Ficam **convocados os candidatos classificados no Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado – PSS**, homologado pelo Edital nº 002/2026 – PSS/SEMED/MARAÃ, para comparecimento conforme as orientações estabelecidas neste Edital.

1.2 A convocação observará rigorosamente:
I – a ordem de classificação;
II – o cargo para o qual o candidato foi aprovado;
III – a zona de atuação indicada no ato da inscrição (urbana ou rural);
IV – as necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação.
1.3 A lista de candidatos convocados encontra-se publicada em **Anexo a este Edital**, organizada por:
I – Zona Urbana;
II – Zona Rural;
III – Cargos e ordem de classificação.

2. DO CRONOGRAMA DE ATENDIMENTO

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer para apresentação da documentação obrigatória e demais procedimentos necessários à contratação, conforme as datas e locais abaixo indicados.

2.2 O atendimento aos candidatos **da zona urbana** ocorrerá nos dias **01, 02 e 03 de setembro de 2026**, na **Secretaria Municipal de Educação – SEMED**, localizada na Av. Castelo Branco, nº 110, Centro, Maraã/AM.

2.3 A distribuição dos candidatos nas unidades escolares e polos de atendimento será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, observando-se a necessidade administrativa, a zona de inscrição e o cargo para o qual o candidato foi classificado.
2.4 Recomenda-se que os candidatos compareçam portando toda a documentação exigida no edital do processo seletivo, a fim de garantir a regularidade do processo de contratação.

3. DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
3.1 No ato do comparecimento, o candidato convocado deverá apresentar **os documentos originais e duas cópias**, conforme previsto no edital do processo seletivo:
I – Documento de identidade oficial com foto;
II – CPF;
III – Título de eleitor;
IV – Comprovante de quitação eleitoral;
V – Certificado militar (para candidatos do sexo masculino);
VI – Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
VII – Comprovante de residência atualizado;
VIII – Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
IX – Comprovante de conta corrente bancária (Banco Bradesco);
X – Duas fotos 3x4 recentes;
XI – Documentos comprobatórios do requisito básico exigido para o cargo;
XII – Cópia da publicação do resultado final homologado;
3.2 A não apresentação de qualquer documento exigido poderá impedir a formalização da contratação.

4. DO NÃO COMPARECIMENTO
4.1 O candidato convocado que **não comparecer dentro do prazo estabelecido neste edital** será considerado **desistente**, perdendo o direito à vaga.
4.2 Ocorrendo desistência ou ausência do candidato convocado, será chamado o **próximo candidato classificado**, respeitando rigorosamente a ordem de classificação do processo seletivo.
4.3 O candidato classificado não poderá passar procuração para terceiros na assinatura do contrato.

5. DA LOTAÇÃO
5.1 A lotação dos candidatos convocados será definida pela **Secretaria Municipal de Educação**, considerando:

I – a zona de inscrição;
II – o cargo para o qual foi aprovado;
III – as necessidades das unidades escolares e administrativas da rede municipal de ensino.
5.2 A Administração Pública Municipal poderá realizar ajustes de lotação sempre que necessário para garantir a continuidade do serviço público educacional.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1 A contratação decorrente deste Processo Seletivo Simplificado será realizada **por tempo determinado**, conforme legislação municipal vigente.
6.2 A convocação dos candidatos classificados **não gera direito automático à contratação**, devendo ser observadas todas as exigências legais e documentais previstas no edital do certame.
6.3 Os casos omissos serão resolvidos pela **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado**, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação.

Maraã – AM, 27 de agosto de 2026.

EDIR COSTA CASTELO BRANCO
Prefeito Municipal de Maraã

RAIMUNDO RAMOS FILHO
Secretário Municipal de Educação

Art. 9º Fica divulgada a **LISTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA**, composta pelos candidatos que concorrem às vagas gerais, conforme opção realizada no ato da inscrição.

I- A classificação está organizada por cargo e zona de inscrição (Urbana, Rural e Indígena), em ordem decrescente de pontuação total obtida.
II- Não foram computados o tempo de serviço incompatível com o cargo pleiteado, ou abaixo de 12 meses completos.
III- Nos casos de empate, foram aplicados sucessivamente os critérios de desempate previstos no item 7.1 do Edital nº 001/2026.

ZONA: URBANA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	STATUS	NOME COMPLETO	ZONA	CARGO	COTAS	PONTUAÇÃO TOTAL
131º	MAR2600298	CLASSIFICADO	KETHELLEN MATOS PINEDO	ZONA URBANA	MONITOR(A) ESCOLAR	AC	10
132º	MAR2601605	CLASSIFICADO	JUCELIA BRAGA DA SILVA	ZONA URBANA	MONITOR(A) ESCOLAR	AC	10
133º	MAR2600673	CLASSIFICADO	SONAIA DOS SANTOS ROBERTO	ZONA URBANA	MONITOR(A) ESCOLAR	AC	10
134º	MAR2601579	CLASSIFICADO	ANA BEATRIZ VELOSO XAVIER	ZONA URBANA	MONITOR(A) ESCOLAR	AC	10

Publicado por:
Maria Mística Neves Pinheiro
Código Identificador:26E4DFAE

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE NHAMUNDÁ

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS PARA FINS DE PESQUISA PRÉVIA DE MERCADO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS PARA FINS DE PESQUISA PRÉVIA DE MERCADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NHAMUNDÁ			
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÕES TIPO LANCHA E BARCO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NHAMUNDÁ/AM		
TIPO	MENOR PREÇO POR ITEM	PRAZO INICIAL	PRAZO FINAL
REGÊNCIA	LEI Nº 14.133/2021.	02/09/2026	04/09/2026
O Município de Nhamundá/AM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNJP sob o nº 04.283.578/0001-53 com sede na Rua Furtado Belém, nº 42, Centro, Cep 69.140-000, Nhamundá/AM, solicita de empresas interessadas e do ramo, o envio de cotação de preços para o objeto abaixo descrito. As cotações deverão ser elaboradas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante das empresas interessadas, e enviadas digitalizadas em até **03 (três) dias úteis** para o e-mail: cpl@nhamunda.am.gov.br, ou entregues das 07:30 as 13:30 na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Furtado Belém, nº 42, Centro, Cep 69.140-000, Nhamundá/AM.			

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÃO	R$ UNIT.
1	360	DIÁRIAS	Barco de madeira com 13 metros de comprimento, com capacidade de transporte para 15 passageiros, incluindo tripulação, motor à diesel à partir de 70hp, infraestrutura e equipamentos de segurança (coletes salva-vidas para todos os passageiros e tripulantes da embarcação de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação); Banheiro completo (vaso sanitário, descarga, pia, chuveiro e etc.); Toldo ; Lona; Freezer em quantidade e tamanho compatível com a capacidade de passageiros da embarcação; Bebedouro; Equipamentos e utensílios de cozinha (fogão a gás, botijões de gás, liquidificador e demais utensílios necessários ao correto funcionamento da cozinha); Caixa de ferramentas e de primeiros socorros; Conjunto moto gerador, movido a Diesel, com tensão de saída de 110 v e potência de 5KVA; Conjunto moto gerador portátil, movido a gasolina, com potência de 2,5kVA. ***Sem combustível.***	R$
2	360	DIÁRIAS	Barco de madeira com 16 metros de comprimento, com capacidade de transporte para 20 passageiros, incluindo tripulação, motor à diesel à partir de 125hp, infraestrutura e equipamentos de segurança (coletes salva-vidas para todos os passageiros e tripulantes da embarcação de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação); Banheiro completo (vaso sanitário, descarga, pia, chuveiro e etc.); Toldo ; Lona; Freezer em quantidade e tamanho compatível com a capacidade de passageiros da embarcação; Bebedouro; Equipamentos e utensílios de cozinha (fogão a gás, botijões de gás, liquidificador e demais utensílios necessários ao correto funcionamento da cozinha); Caixa de ferramentas e de primeiros socorros; Conjunto moto gerador, movido a Diesel, com tensão de saída de 110 v e potência de 5KVA; Conjunto moto gerador portátil, movido a gasolina, com potência de 2,5kVA. ***Sem combustível.***	R$
3	360	DIÁRIAS	Barco de madeira com 18 metros de comprimento, com capacidade de transporte para 25 passageiros, incluindo tripulação, motor à diesel à partir de 114hp, infraestrutura e equipamentos de segurança (coletes salva-vidas para todos os passageiros e tripulantes da embarcação de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação); Banheiro completo (vaso sanitário, descarga, pia, chuveiro e etc); Toldo ; Lona; Freezer em quantidade e tamanho compatível com a capacidade de passageiros da embarcação; Bebedouro; Equipamentos e utensílios de cozinha (fogão a gás, botijões de gás, liquidificador e demais utensílios necessários ao correto funcionamento da cozinha); Caixa de ferramentas e de primeiros socorros; Conjunto moto gerador, movido a Diesel, com tensão de saída de 110 v e potência de 5KVA; Conjunto moto gerador portátil, movido a gasolina, com potência de 2,5kVA. ***Sem combustível.***	R$
4	12	MESES	Locação de Balsa com Rebocador: Balsa: medindo no mínimo 25 x 6 m, com compacidade para 100 toneladas; Rebocador: medindo entre 17x4 m; motor estacionário a diesel 114hp, reversor 4x1; motor gerador, motor bomba e holofote. Manutenção da balsa e do rebocador ficando a responsabilidade pelos serviços, de manutenção e infraestrutura de funcionamento a carga da contratada.	R$
5	360	DIÁRIAS	Barco de madeira com 21 metros de comprimento, com capacidade de transporte para 61 passageiros, incluindo tripulação, motor à diesel à partir de 270hp, infraestrutura e equipamentos de segurança (coletes salva-vidas para todos os passageiros e tripulantes da embarcação de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação); Banheiro completo (vaso sanitário, descarga, pia, chuveiro e etc); Toldo ; Lona; Freezer em quantidade e tamanho compatível com a capacidade de passageiros da embarcação; Bebedouro; Equipamentos e utensílios de cozinha (fogão a gás, botijões de gás, liquidificador e demais utensílios necessários ao correto funcionamento da cozinha); Caixa de ferramentas e de primeiros socorros; Conjunto moto gerador, movido a Diesel, com tensão de saída de 110 v e potência de 5KVA; Conjunto moto gerador portátil, movido a gasolina, com potência de 2,5kVA***. Sem combustível.***	R$
6	360	DIÁRIAS	Contratação de serviço de locação, sob demanda, de lancha voadeira em alumínio com capacidade para 07 passageiros; Estrutura em alumínio; Motor gasolina de no mínimo 60 HP; Infraestrutura e equipamentos de segurança (coletes salva- vidas para todos os passageiros e tripulantes da embarcação de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação); com toldo. ***Sem combustível.***	R$
7	360	DIÁRIAS	Contratação de serviço de locação, sob demanda, de lancha voadeira em alumínio com capacidade para 07 passageiros; Estrutura em alumínio; Motor gasolina de no mínimo 90 HP; Infraestrutura e equipamentos de segurança (coletes salva-vidas para todos os passageiros e tripulantes da embarcação de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação); com toldo. Sem combustível.	R$
8	360	DIÁRIAS	Contratação de serviço de locação, sob demanda, de lancha voadeira em alumínio com capacidade para 07 passageiros; Estrutura em alumínio; Motor gasolina de no mínimo 115 HP; Infraestrutura e equipamentos de segurança (coletes salva-vidas para todos os passageiros e tripulantes da embarcação de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação); com toldo. ***Sem combustível.***	R$
9	360	DIÁRIAS	Contratação de serviço de locação, sob demanda, de lancha voadeira em alumínio com capacidade para 07 passageiros; Estrutura em alumínio; Motor gasolina de no mínimo 150 HP; Infraestrutura e equipamentos de segurança (coletes salva-vidas para todos os passageiros e tripulantes da embarcação de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação); com toldo. ***Sem combustível.***	R$
VALOR GLOBAL				R$

Nhamundá/AM, 31 de agosto de 2026.

ADRIANO FERREIRA SCHUAB
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Ferreira Schuab
Código Identificador:7BE22919

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SILVES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA Nº 026/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026/SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 020903.2026.07.027-10 /PM-SILVES

No dia 31 de agosto de 2026, no Órgão Gerenciador, são registrados os valores unitários e global das empresas abaixo identificadas, objeto do **Pregão Eletrônico nº 027/2026** AQUISIÇÃO DE KITS DE EMERGÊNCIA E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE POPULAÇÕES AFETADAS POR DESASTRES NATURAIS, SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA OU ESTADO DE EMERGÊNCIA, para formação de ata de registro de preços, visando atender as necessidades do município de Silves/AM, em relação aos itens indicados abaixo. As especificações constantes no respectivo processo administrativo, no termo de referência, assim como as propostas de preços e a ata de julgamento, integram esta ata de registro de preços, independentemente de transcrição.

O contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 95, *caput* e § 1º da Lei nº 14.133/2021, indicará o local de fornecimento dos itens adjudicados e homologados em favor das empresas vencedoras do certame e as obrigações das partes e demais condições do ajuste. O presente registro de preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

COMERCIAL ANDRADE LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 45.296.529/0001-32, localizada na Rua Coaraci, 62 Casa 64, Sala 01, Bairro: Novo Aleixo – CEP 69096-750, Manaus/AM; **PROTEGE COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALAR E PROTECAO INDIVIDUAL LTDA,** inscrita sob o CNPJ nº 55.760.817/0001-50, localizada na Rua Joao Gomes, 5, Bairro: Novo Aleixo – CEP 69.058-579, Manaus/AM; **CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA,** inscrita sob o CNPJ nº 10.430.444/0001-10, localizada na R Doze De Setembro- Nº 1364, Bairro: Vila Guilherme – CEP 02052-001, São Paulo/SP, a seguir:

Item	Descrição	Apresent.	TOTAL GERAL	Marca	Preço Unitário (A)	Fornecedor
G1						**COMERCIAL ANDRADE LTDA**
1	Açúcar, 1kg	KG	15000	Doce Dia	R$ 4,22	
2	Arroz, 1kg	PCT	10000	Brilhante	R$ 5,63	
3	Café torrado e moído, 250g	PCT	10000	Kimimo	R$ 16,20	
4	Macarrão tipo espaguete, 400g	PCT	10000	Qdelicia	R$ 3,25	
5	Feijão, 1kg	PCT	10000	Kicaldo	R$ 8,93	
6	Sal, 1kg	Kg	5000	Lebre	R$ 1,79	
7	Leite em pó integral. 120g	PCT	10000	Itambe	R$ 6,23	
8	Biscoito salgado, tipo 200g	PCT	5000	Rainha	R$ 6,92	
9	Suco, 500ml	GFA	5000	Jandia	R$ 4,07	
10	Farinha ovinha 1KG	Kg	5000	Jutica	R$ 10,01	
11	Conserva em lata 320g	Unid	10000	Bordon	R$ 10,51	
12	Sardinha em lata 125g	Unid	10000	Nautique	R$ 8,00	
13	Aveia em flocos 170g	Und	10000	Nestle	R$ 5,25	
14	Óleo, 900ml	Unid	10000	Concordia	R$ 9,32	
G2						**PROTEGE COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALAR E PROTECAO INDIVIDUAL LTDA**
15	Toalha de banho (70X135), alta absorção, 85% algodão.	Unid	1000	KARSTEN	R$ 41,17	
16	Creme dental adulto 90g	Unid	1000	COLGATE	R$ 5,43	
17	Creme dental infantil 50g	Unid	1000	COLGATE TANDY	R$ 9,20	
18	Escova de dente adulto	Unid	2000	COLGATE	R$ 4,39	
19	Escova de dente infantil	Unid	2000	COLGATE	R$ 5,92	
20	Aparelho de barbear	Unid	1000	SQ	R$ 4,82	
21	Sabonete 90g	Unid	2000	NIVEA	R$ 2,58	
22	Absorvente c/ 8	Pct	1000	INTIMUS	R$ 4,22	
23	Escova de cabelo, tipo desembaraçadora formato jacaré, material das cerdas plástico, material do corpo plástico, material punho plástico, Largura: 3,5 cm, Altura das cerdas: 3 cm, Comprimento: 19 cm.	Unid	1000	SANTA	R$ 18,61	
24	Desodorante creme 55g	Unid	1000	COTY	R$ 7,19	
25	Papel higiênico c/4	Pct	1000	FLORAL	R$ 4,58	
G3						**PROTEGE COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALAR E PROTECAO INDIVIDUAL LTDA**
26	Sabão em pó 500g	Unid	1000	INVICTO	R$ 3,72	
27	Água sanitária, 1L	Unid	1000	BRILUX	R$ 2,94	
28	Sabão em barra 900g	Unid	1000	YPE	R$ 9,84	
29	Pano de chão 40X60CM	Und	2000	ITATEX	R$ 4,38	
30	Vassoura Piaçava	Unid	1000	REGIONAL	R$ 15,73	
31	Saco de lixo 50L c/10	Unid	2000	EMBALA MAIS	R$ 1,98	
32	Escova de lavar roupa	Unid	1000	ALKLIN	R$ 3,70	
33	Lã de aço 40g	Unid	1000	QLUSTRO	R$ 3,03	
34	Detergente Liq. 500ml	Unid	1000	YPE	R$ 3,29	
35	Álcool 54º 1L	Unid	1000	SANTA CRUZ	R$ 11,49	
36	Balde 15L	Unid	1000	SANGRILA	R$ 19,14	
G4						**CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA**
37	Banheira Bebê (PP) Tamanho 74C X41L X 26ª centímetros cor **azul**, material polipropileno.	Unidade	250	ADOLETA	R$ 30,00	
38	Banheira Bebê (PP) Tamanho 74C X41L X 26ª centímetros cor **rosa**, material polipropileno.	Unidade	250	ADOLETA	R$ 30,00	
39	Kit Bolsa maternidade bebê - medidas da Bolsa Grande: 28cm de Altura x 40cm de Largura x 23cm de Profundidade, cor: **rosa**	Unidade	250	DACCELI	R$ 45,15	
40	Kit Bolsa maternidade bebê - medidas da Bolsa Grande: 28cm de Altura x 40cm de Largura x 23cm de Profundidade, cor: **azul**	Unidade	250	DACCELI	R$ 45,15	
41	Kit Bolsa maternidade bebê - Medidas de Bolsa Média: 27cm de Altura x 32cm de Largura x 20cm de Profundidade, cor: **rosa**	Unidade	250	DACCELI	R$ 47,28	
42	Kit Bolsa maternidade bebê - Medidas de Bolsa Média: 27cm de Altura x 32cm de Largura x 20cm de Profundidade, cor: **azul**.	Unidade	500	DACCELI	R$ 47,28	

43	Toalhas umedecidas c/100 unidades, sem alcool etilitico, produto hipoalergenico.	Unidade	500	BABYCLUB	R$ 10,20	
44	Fralda Estampada 100% algodão 70cm x 70cm, pacote c/ 03 unidades, Cor variada	Pacote	500	DACCELI	R$ 13,00	
45	Kit camiseta com mijão algodão c/ 3 peças para recém nascido (azul e rosa)	Pacote	500	DACCELI	R$ 20,00	
46	Hastes Flexíveis Cotonetes Ponta Algodão c/75 Unidades	Unidade	500	USE IT	R$ 3,50	
47	Saboneteira infantil (azul e rosa)	Unidade	500	MURANO	R$ 4,12	
48	Toalha de pano c/ capuz (azul e rosa)	Unidade	500	DACCELI	R$ 19,00	
49	Kit Cueiro estampado c/3 unidades	Pacote	500	DACCELI	R$ 40,00	
50	Fralda descartável RN c/36un, acondicionada em pacote com 36 unidades, confeccionada com camada interna de alta absorção e gel superabsorvente, cobertura externa com toque macio e respirável, barreiras laterais antivazamento, formato anatômico com corte umbilical e fitas adesivas flexíveis e reajustáveis	Pacote	500	TURMA DA MONICA	R$ 49,59	
51	Fralda descartável tamanho P c/6un acondicionada em pacote com 36 unidades, confeccionada com camada interna de alta absorção e gel superabsorvente, cobertura externa com toque macio e respirável, barreiras laterais antivazamento, formato anatômico com corte umbilical e fitas adesivas flexíveis e reajustáveis	Pacote	1000	PEQUERRUXO	R$ 31,32	
G5						**PROTEGE COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALAR E PROTECAO INDIVIDUAL LTDA**
52	Colchão de solteiro, Espuma D33, 19C x 9L x 150, Em tecido Poliéster, tecido 100% sintético.	Unid	300	ALTEMBURG	R$ 293,57	
53	Kit jogo de cama solteiro,Contendo fronha, 1 sobrelençol 170x240cm + 1 lençol 100x200x35cm + 1 fronha sem abas 50x70cm. Tecido 100% algodão, Fronha sem abas; lençol com elástico para colchão com altura até 35cm;	Unid	300	ALTEMBURG	R$ 80,74	
54	Travesseiro para fronhas 50x70cm, Fibra siliconada, Poliéster.	Unid	300	ALTEMBURG	R$ 29,02	

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Silves, 31 de agosto de 2026.

RAIMUNDO PAULINO DE ALMEIDA GRANA
Prefeito Municipal de Silves

Fornecedores:

COMERCIAL ANDRADE LTDA

PROTEGE COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALAR E PROTECAO INDIVIDUAL LTDA

CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA

Publicado por:
Lara Mirele Farias da Silva
Código Identificador:B7F94239



ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BARREIRINHA

GABINETE DO PREFEITO
SICONFI RREO - 1º BIMESTRE 2026

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Barreirinha - AM (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	176.527.248,52	176.527.248,52	38.352.722,31	21,73	38.352.722,31	21,73	138.174.526,21
RECEITAS CORRENTES	176.119.802,38	176.119.802,38	38.237.921,71	21,71	38.237.921,71	21,71	137.881.880,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	9.145.603,05	9.145.603,05	934.858,56	10,22	934.858,56	10,22	8.210.744,49
Impostos	7.653.095,00	7.653.095,00	555.251,07	7,26	555.251,07	7,26	7.097.843,93
Taxas	47.215,29	47.215,29	38.061,34	80,61	38.061,34	80,61	9.153,95
Contribuição de Melhoria	1.445.292,76	1.445.292,76	341.546,15	23,63	341.546,15	23,63	1.103.746,61
CONTRIBUIÇÕES	3.036.158,79	3.036.158,79	8.858,52	0,29	8.858,52	0,29	3.027.300,27
Contribuições Sociais	3.036.158,79	3.036.158,79	8.858,52	0,29	8.858,52	0,29	3.027.300,27
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.556.785,37	5.556.785,37	2.185.816,51	39,34	2.185.816,51	39,34	3.370.968,86
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	5.556.785,37	5.556.785,37	2.185.816,51	39,34	2.185.816,51	39,34	3.370.968,86
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	938.310,38	938.310,38	184.864,69	19,70	184.864,69	19,70	753.445,69
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	938.310,38	938.310,38	184.864,69	19,70	184.864,69	19,70	753.445,69
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	157.442.944,79	157.442.944,79	34.923.523,43	22,18	34.923.523,43	22,18	122.519.421,36
Transferências da União e de suas Entidades	92.724.055,75	92.724.055,75	23.080.921,39	24,89	23.080.921,39	24,89	69.643.134,36
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.081.435,63	15.081.435,63	2.092.772,26	13,88	2.092.772,26	13,88	12.988.663,37
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	49.637.453,41	49.637.453,41	9.749.829,78	19,64	9.749.829,78	19,64	39.887.623,63
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Orçamentárias	**Estágios da Receita Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS DE CAPITAL	407.446,14	407.446,14	114.800,60	28,18	114.800,60	28,18	292.645,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	407.446,14	407.446,14	114.800,60	28,18	114.800,60	28,18	292.645,54
Transferências da União e de suas Entidades	167.200,00	167.200,00	114.800,60	68,66	114.800,60	68,66	52.399,40
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	240.246,14	240.246,14	0,00	0,00	0,00	0,00	240.246,14
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.324.002,32	2.324.002,32	28.779,41	1,24	28.779,41	1,24	2.295.222,91
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	178.851.250,84	178.851.250,84	38.381.501,72	21,46	38.381.501,72	21,46	140.469.749,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	178.851.250,84	178.851.250,84	38.381.501,72	21,46	38.381.501,72	21,46	140.469.749,12
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	178.851.250,84	178.851.250,84	38.381.501,72	21,46	38.381.501,72	21,46	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	13.376.361,78			13.376.361,78		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		13.376.361,78			13.376.361,78		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	**Estágios da Despesa Orçamentária**									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)**	**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	178.171.039,46	203.812.209,33	41.546.811,08	41.546.811,08	162.265.398,25	31.530.502,65	31.530.502,65	172.281.706,68	26.402.583,25	

Despesas Orçamentárias	**Estágios da Despesa Orçamentária**									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)**	**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**

DESPESAS CORRENTES	156.808.789,36	184.816.255,84	38.925.587,70	38.925.587,70	145.890.668,14	30.290.998,69	30.290.998,69	154.525.257,15	25.463.951,82	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	111.578.554,98	112.511.330,66	19.205.145,49	19.205.145,49	93.306.185,17	16.189.359,78	16.189.359,78	96.321.970,88	15.788.494,73	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	477.829,84	477.829,84	29.274,97	29.274,97	448.554,87	29.274,97	29.274,97	448.554,87	29.274,97	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.752.404,54	71.827.095,34	19.691.167,24	19.691.167,24	52.135.928,10	14.072.363,94	14.072.363,94	57.754.731,40	9.646.182,12	
DESPESAS DE CAPITAL	19.198.212,09	16.831.915,48	2.621.223,38	2.621.223,38	14.210.692,10	1.239.503,96	1.239.503,96	15.592.411,52	938.631,43	
INVESTIMENTOS	18.204.871,15	16.501.695,54	2.311.003,44	2.311.003,44	14.190.692,10	1.182.571,01	1.182.571,01	15.319.124,53	881.698,48	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	993.340,94	330.219,94	310.219,94	310.219,94	20.000,00	56.932,95	56.932,95	273.286,99	56.932,95	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.164.038,01	2.164.038,01			2.164.038,01			2.164.038,01		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	680.211,38	840.211,38	160.000,00	160.000,00	680.211,38	26.324,27	26.324,27	813.887,11	26.324,27	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	178.851.250,84	204.652.420,71	41.706.811,08	41.706.811,08	162.945.609,63	31.556.826,92	31.556.826,92	173.095.593,79	26.428.907,52	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	178.851.250,84	204.652.420,71	41.706.811,08	41.706.811,08	162.945.609,63	31.556.826,92	31.556.826,92	173.095.593,79	26.428.907,52	
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			6.824.674,80		11.875.593,80	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	178.851.250,84	204.652.420,71	41.706.811,08	41.706.811,08		31.556.826,92	38.381.501,72		38.304.501,32	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.324.002,32	2.324.002,32	28.779,41	1,24	28.779,41	1,24	2.295.222,91
RECEITAS CORRENTES	2.324.002,32	2.324.002,32	28.779,41	1,24	28.779,41	1,24	2.295.222,91
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.324.002,32	2.324.002,32	28.779,41	1,24	28.779,41	1,24	2.295.222,91
Contribuições Sociais	2.324.002,32	2.324.002,32	28.779,41	1,24	28.779,41	1,24	2.295.222,91
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

Receitas Intra-Orçamentárias	**Estágios da Receita Intra-Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	**Estágios da Despesa Intra-Orçamentária**									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)**	**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	680.211,38	840.211,38	160.000,00	160.000,00	680.211,38	26.324,27	26.324,27	813.887,11	26.324,27	
DESPESAS CORRENTES	680.211,38	840.211,38	160.000,00	160.000,00	680.211,38	26.324,27	26.324,27	813.887,11	26.324,27	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	680.211,38	840.211,38	160.000,00	160.000,00	680.211,38	26.324,27	26.324,27	813.887,11	26.324,27	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	178.171.039,46	203.812.209,33	41.546.811,08	41.546.811,08	99,62	162.265.398,25	31.530.502,65	31.530.502,65	99,92	172.281.706,68	
Legislativa	4.407.798,24	4.277.798,24	2.432.026,46	2.432.026,46	5,83	1.845.771,78	869.191,90	869.191,90	2,75	3.408.606,34	
Ação Legislativa	4.407.798,24	4.277.798,24	2.432.026,46	2.432.026,46	5,83	1.845.771,78	869.191,90	869.191,90	2,75	3.408.606,34	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	10.328.397,20	11.505.622,39	5.122.948,93	5.122.948,93	12,28	6.382.673,46	3.048.868,47	3.048.868,47	9,66	8.456.753,92	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	7.854.074,69	9.278.861,62	4.756.808,33	4.756.808,33	11,41	4.522.053,29	2.855.875,87	2.855.875,87	9,05	6.422.985,75	
Administração Financeira	2.406.321,54	2.057.259,80	318.502,37	318.502,37	0,76	1.738.757,43	145.354,37	145.354,37	0,46	1.911.905,43	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	68.000,97	68.000,97				68.000,97				68.000,97	
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções		101.500,00	47.638,23	47.638,23	0,11	53.861,77	47.638,23	47.638,23	0,15	53.861,77	
Defesa Nacional	590.622,01	170.327,42				170.327,42				170.327,42	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções	590.622,01	170.327,42				170.327,42				170.327,42	
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											

Assistência Social	3.902.128,08	3.764.485,58	763.299,78	763.299,78	1,83	3.001.185,80	490.368,25	490.368,25	1,55	3.274.117,33	
Assistência ao Idoso	419.843,00	129.525,66				129.525,66				129.525,66	
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	307.623,44	307.623,44	26.388,89	26.388,89	0,06	281.234,55	26.388,89	26.388,89	0,08	281.234,55	
Assistência Comunitária	1.369.937,44	1.369.937,44	336.661,83	336.661,83	0,81	1.033.275,61	148.926,30	148.926,30	0,47	1.221.011,14	

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Serviços Socioassistenciais											
Segurança e Renda											
FU08 - Administração Geral	1.804.724,20	1.957.399,04	400.249,06	400.249,06	0,96	1.557.149,98	315.053,06	315.053,06	1,00	1.642.345,98	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	10.044.318,50	10.014.318,50	754.061,29	754.061,29	1,81	9.260.257,21	691.519,51	691.519,51	2,19	9.322.798,99	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	10.044.318,50	10.014.318,50	754.061,29	754.061,29	1,81	9.260.257,21	691.519,51	691.519,51	2,19	9.322.798,99	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	29.260.831,29	54.616.779,32	14.312.302,58	14.312.302,58	34,32	40.304.476,74	11.129.635,56	11.129.635,56	35,27	43.487.143,76	
Atenção Básica	12.759.159,41	28.860.581,77	10.791.567,02	10.791.567,02	25,87	18.069.014,75	8.752.351,35	8.752.351,35	27,74	20.108.230,42	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.032.376,02	10.779.843,72	2.331.283,29	2.331.283,29	5,59	8.448.560,43	1.503.090,70	1.503.090,70	4,76	9.276.753,02	
Suporte Profilático e Terapêutico		200.000,00				200.000,00				200.000,00	
Vigilância Sanitária	150.897,40	150.897,40				150.897,40				150.897,40	
Vigilância Epidemiológica	9.197.183,64	8.504.241,61	918.282,23	918.282,23	2,20	7.585.959,38	603.023,47	603.023,47	1,91	7.901.218,14	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	6.121.214,82	6.121.214,82	271.170,04	271.170,04	0,65	5.850.044,78	271.170,04	271.170,04	0,86	5.850.044,78	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	103.857.420,12	102.621.866,14	15.979.680,91	15.979.680,91	38,31	86.642.185,23	13.438.453,19	13.438.453,19	42,58	89.183.412,95	
Ensino Fundamental	69.055.344,93	69.236.348,55	7.983.698,42	7.983.698,42	19,14	61.252.650,13	6.794.865,02	6.794.865,02	21,53	62.441.483,53	
Ensino Médio											
Ensino Profissional	506.229,45	451.761,21				451.761,21				451.761,21	
Ensino Superior	828.964,23	778.964,23				778.964,23				778.964,23	
Educação Infantil	28.705.779,64	28.092.444,69	7.735.677,15	7.735.677,15	18,55	20.356.767,54	6.397.282,83	6.397.282,83	20,27	21.695.161,86	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	111.176,20	111.176,20				111.176,20				111.176,20	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	4.649.925,67	3.951.171,26	260.305,34	260.305,34	0,62	3.690.865,92	246.305,34	246.305,34	0,78	3.704.865,92	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	902.362,13	1.056.080,58	284.754,68	284.754,68	0,68	771.325,90	284.754,68	284.754,68	0,90	771.325,90	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural		238.473,45	154.575,92	154.575,92	0,37	83.897,53	154.575,92	154.575,92	0,49	83.897,53	
FU13 - Administração Geral	902.362,13	817.607,13	130.178,76	130.178,76	0,31	687.428,37	130.178,76	130.178,76	0,41	687.428,37	
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	6.286.369,98	7.478.583,88	1.219.332,66	1.219.332,66	2,92	6.259.251,22	915.833,20	915.833,20	2,90	6.562.750,68	

Infra-Estrutura Urbana	1.493.540,70	1.379.584,60	284,95	284,95	0,00	1.379.299,65	284,95	284,95	0,00	1.379.299,65	
Serviços Urbanos	99.303,00	484.115,83	217.019,70	217.019,70	0,52	267.096,13	217.019,70	217.019,70	0,69	267.096,13	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	4.693.526,28	5.614.883,45	1.002.028,01	1.002.028,01	2,40	4.612.855,44	698.528,55	698.528,55	2,21	4.916.354,90	
FU15 - Demais Subfunções											

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	1.188.726,65	1.188.726,65	161.029,20	161.029,20	0,39	1.027.697,45	144.503,30	144.503,30	0,46	1.044.223,35	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral	938.310,38	938.310,38	161.029,20	161.029,20	0,39	777.281,18	144.503,30	144.503,30	0,46	793.807,08	
FU17 - Demais Subfunções	250.416,27	250.416,27				250.416,27				250.416,27	
Gestão Ambiental	78.794,76	224.298,31	151.979,83	151.979,83	0,36	72.318,48	151.979,83	151.979,83	0,48	72.318,48	
Preservação e Conservação Ambiental	21.587,60	15.111,32				15.111,32				15.111,32	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	57.207,16	57.207,16				57.207,16				57.207,16	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral		151.979,83	151.979,83	151.979,83	0,36		151.979,83	151.979,83	0,48		
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	3.662.245,98	3.662.245,98	322.923,08	322.923,08	0,77	3.339.322,90	322.923,08	322.923,08	1,02	3.339.322,90	
Abastecimento	57.207,16	103.742,10	46.534,94	46.534,94	0,11	57.207,16	46.534,94	46.534,94	0,15	57.207,16	
Extensão Rural	262.289,46	215.754,52				215.754,52				215.754,52	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	3.342.749,36	3.342.749,36	276.388,14	276.388,14	0,66	3.066.361,22	276.388,14	276.388,14	0,88	3.066.361,22	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											

Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	311.940,96	311.940,96				311.940,96				311.940,96	
Transporte Aéreo	61.524,69	61.024,69				61.024,69				61.024,69	
Transporte Rodoviário	250.416,27	250.916,27				250.916,27				250.916,27	
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	1.185.045,55	755.097,37	42.471,68	42.471,68	0,10	712.625,69	42.471,68	42.471,68	0,13	712.625,69	
Desporto de Rendimento	265.836,17	265.836,17				265.836,17				265.836,17	
Desporto Comunitário	186.310,03	302.528,38	42.471,68	42.471,68	0,10	260.056,70	42.471,68	42.471,68	0,13	260.056,70	
Lazer	732.899,35	186.732,82				186.732,82				186.732,82	
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	2.164.038,01	2.164.038,01				2.164.038,01				2.164.038,01	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	680.211,38	840.211,38	160.000,00	160.000,00	0,38	680.211,38	26.324,27	26.324,27	0,08	813.887,11	
TOTAL (III) = (I + II)	178.851.250,84	204.652.420,71	41.706.811,08	41.706.811,08	100,00	162.945.609,63	31.556.826,92	31.556.826,92	100,00	173.095.593,79	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	680.211,38	840.211,38	160.000,00	160.000,00	0,38	680.211,38	26.324,27	26.324,27	0,08	813.887,11	
Legislativa		130.000,00	130.000,00	130.000,00	0,31		23.640,64	23.640,64	0,07	106.359,36	
Ação Legislativa		130.000,00	130.000,00	130.000,00	0,31		23.640,64	23.640,64	0,07	106.359,36	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											

Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	157.711,38	157.711,38				157.711,38				157.711,38	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	157.711,38	157.711,38				157.711,38				157.711,38	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Serviços Socioassistenciais											
Segurança e Renda											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social		30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,07		2.683,63	2.683,63	0,01	27.316,37	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário		30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,07		2.683,63	2.683,63	0,01	27.316,37	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											

FU09 - Demais Subfunções											
Saúde											
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	522.500,00	522.500,00				522.500,00				522.500,00	
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	522.500,00	522.500,00				522.500,00				522.500,00	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											

Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											

Transporte Aéreo												
Transporte Rodoviário												
Transporte Ferroviário												
Transporte Aquaviário												

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	16.165.808,65	16.982.928,17	17.723.410,17	17.511.526,49	20.378.607,46	17.958.394,44	20.293.217,03	19.712.581,04	20.007.709,60	29.239.547,14	23.330.840,22	16.728.360,62	236.032.931,03	185.036.790,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	432.528,63	1.501.492,76	302.529,22	664.570,73	1.210.155,97	902.028,35	27.189,97	841.668,74	1.029.596,57	1.154.421,91	308.831,57	626.026,99	9.001.041,41	9.145.603,05
IPTU	0,00	9.215,61	3.871,91	1.774,40	4.387,11	3.381,64	5.027,07	4.975,36	3.498,61	3.844,79	3.879,16	31.372,16	75.227,82	50.806,08
ISS	44.319,34	101.140,80	109.368,83	116.529,43	169.169,32	131.584,88	127.584,52	108.530,36	87.454,33	218.427,36	53.503,28	151.106,29	1.418.718,74	1.597.640,12
ITBI	0,00	2.028,55	446,29	11.000,00	2.000,00	0,00	0,00	3.967,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.441,84	27.920,45
IRRF	262.197,89	609.305,75	46.783,61	388.186,26	901.908,00	598.240,51	-255.269,35	577.152,04	786.554,97	780.618,27	52.257,49	263.132,69	5.011.068,13	5.976.728,35
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	126.011,40	779.802,05	142.058,58	147.080,64	132.691,54	168.821,32	149.847,73	147.043,98	152.088,66	151.531,49	199.191,64	180.415,85	2.476.584,88	1.492.508,05
Contribuições	130.212,12	210.145,09	4.856,87	41.617,99	252.097,84	6.464,02	0,00	7.213,42	2.433,21	3.444,19	2.829,95	6.028,57	667.343,27	3.036.158,79
Receita Patrimonial	674.165,47	938.921,95	735.487,47	993.644,79	256.808,00	894.207,75	791.472,34	709.950,46	971.884,44	610.015,11	1.372.567,71	813.248,80	9.762.374,29	5.556.785,37
Rendimentos de Aplicação Financeira	674.165,47	938.921,95	735.487,47	993.644,79	256.808,00	894.207,75	791.472,34	709.950,46	971.884,44	610.015,11	1.372.567,71	813.248,80	9.762.374,29	5.556.785,37
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	74.745,60	110.172,68	167.064,42	70.336,82	112.085,88	85.014,32	135.444,53	83.861,24	84.981,82	137.524,04	114.680,86	70.183,83	1.246.096,04	938.310,38
Transferências Correntes	14.854.156,83	14.222.195,69	16.513.472,19	15.741.356,16	18.547.459,77	16.070.680,00	19.339.110,19	18.069.887,18	17.918.813,56	27.334.141,89	21.531.930,13	15.212.872,43	215.356.076,02	166.359.932,81

Cota-Parte do FPM	2.863.058,68	2.915.608,10	3.720.052,37	3.802.597,22	3.972.259,48	3.038.689,24	3.811.380,49	2.280.169,61	2.811.468,41	4.539.449,04	2.888.334,22	3.628.183,28	40.271.250,14	30.994.880,14
Cota-Parte do ICMS	1.398.796,61	1.321.550,77	1.434.404,31	1.304.153,75	1.314.095,94	1.466.441,11	1.525.410,76	1.289.618,68	1.425.874,49	1.606.973,34	1.352.545,24	1.225.860,76	16.665.725,76	15.708.240,59
Cota-Parte do IPVA	6.986,87	5.799,48	7.401,10	14.976,88	8.045,34	6.659,84	4.968,37	7.519,86	3.482,16	5.982,08	2.455,10	2.055,91	76.332,99	28.225,61
Cota-Parte do ITR	6,86	21,12	205,55	6,61	59,60	678,09	1.969,38	1.181,25	28,75	60,64	6,27	211,07	4.435,19	5.645,12
Transferências da LC nº 61/1989	4.005,33	4.266,49	3.385,34	4.358,15	4.026,25	3.556,73	4.330,19	4.314,15	3.970,41	4.560,75	3.566,92	3.177,45	47.518,16	85.439,65
Transferências do FUNDEB	7.508.538,66	7.466.254,75	8.877.466,99	8.910.748,50	8.109.990,46	8.881.763,60	7.264.350,71	8.721.626,34	8.573.376,82	8.781.088,65	14.780.575,63	8.132.685,13	106.008.466,24	89.562.094,13
Outras Transferências Correntes	3.072.763,82	2.508.694,98	2.470.556,53	1.704.515,05	5.138.982,70	2.672.891,39	6.726.700,29	5.765.457,29	5.100.612,52	12.396.027,39	2.504.446,75	2.220.698,83	52.282.347,54	29.975.407,57
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.528.573,49	1.839.796,20	1.592.846,00	1.489.069,95	1.382.389,55	1.659.035,72	1.417.260,63	1.301.268,77	1.714.690,15	1.400.889,21	2.053.387,83	1.585.960,55	18.965.168,05	16.637.304,20
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	130.212,12	210.145,09	4.856,87	41.617,99	252.097,84	6.464,02	0,00	7.213,42	2.433,21	3.444,19	2.829,95	6.028,57	667.343,27	3.036.158,79
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	543.790,60	780.202,01	554.899,49	422.233,56	401.645,24	749.366,81	624.190,06	577.494,76	863.292,17	437.592,22	1.201.176,39	608.034,34	7.763.917,65	4.684.157,39
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	854.570,77	849.449,10	1.033.089,64	1.025.218,40	728.646,47	903.204,89	793.070,57	716.560,59	848.964,77	959.852,80	849.381,49	971.897,64	10.533.907,13	8.916.988,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	14.637.235,16	15.143.131,97	16.130.564,17	16.022.456,54	18.996.217,91	16.299.358,72	18.875.956,40	18.411.312,27	18.293.019,45	27.838.657,93	21.277.452,39	15.142.400,07	217.067.762,98	168.399.486,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	2.150.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.450.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	14.637.235,16	15.143.131,97	16.130.564,17	16.022.456,54	17.496.217,91	16.299.358,72	16.725.956,40	17.611.312,27	18.293.019,45	27.838.657,93	21.277.452,39	15.142.400,07	212.617.762,98	168.399.486,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	273.240,00	273.240,00	273.240,00	273.240,00	273.240,00	273.240,00	273.240,00	273.240,00	273.240,00	546.629,10	291.780,00	291.780,00	3.589.349,10	7.866.448,25
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	14.363.995,16	14.869.891,97	15.857.324,17	15.749.216,54	17.222.977,91	16.026.118,72	16.452.716,40	17.338.072,27	18.019.779,45	27.292.028,83	20.985.672,39	14.850.620,07	209.028.413,88	160.533.037,95

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	**Valores**
	28/02/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	**Execução da Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	3.881.897,50	28.287,12
Receita de Contribuições dos Segurados	2.090.091,71	6.098,20
Ativo	2.090.091,71	6.098,20
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.791.805,79	22.188,92
Ativo	1.791.805,79	22.188,92
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00

Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	3.881.897,50	28.287,12

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	601.435,09	601.435,09	601.435,09	601.435,09	
Aposentadorias	479.645,63	479.645,63	479.645,63	479.645,63	
Pensões por Morte	121.789,46	121.789,46	121.789,46	121.789,46	
Outras Despesas Previdenciárias	3.280.462,41	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	3.280.462,41	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	3.881.897,50	601.435,09	601.435,09	601.435,09	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	0,00	-573.147,97	-573.147,97	-573.147,97	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-

Caixa e Equivalentes de Caixa	28.202,40
Investimentos e Aplicações	48.407.925,99
Outros Bens e Direitos	198.430.813,51

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00	0,00	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES	6.162.421,00	1.818.561,54
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	6.162.421,00	1.818.561,54

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	4.469.163,46	182.626,20	92.768,05	92.768,05	
Pessoal e Encargos Sociais	1.601.616,31	98.782,49	57.847,94	57.847,94	
Demais Despesas Correntes	2.867.547,15	83.843,71	34.920,11	34.920,11	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	1.693.257,54	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	6.162.421,00	182.626,20	92.768,05	92.768,05	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	1.635.935,34	1.725.793,49	1.725.793,49	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	37.736,79
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	168.399.486,20	36.419.852,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.145.603,05	934.858,56
IPTU	50.806,08	35.251,32
ISS	1.597.640,12	204.609,57
ITBI	27.920,45	0,00
IRRF	5.976.728,35	315.390,18
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.492.508,05	379.607,49
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	872.627,98	376.605,78
Aplicações Financeiras (II)	872.627,98	376.605,78
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	157.442.944,79	34.923.523,43
Cota-Parte do FPM	25.252.071,31	5.213.214,07
Cota-Parte do ICMS	12.566.592,47	2.062.724,79
Cota-Parte do IPVA	22.580,49	3.608,86
Cota-Parte do ITR	4.516,10	173,88
Transferências da LC nº 61/1989	59.682,72	5.395,49
Transferências do FUNDEB	89.562.094,13	22.913.260,76
Outras Transferências Correntes	29.975.407,57	4.725.145,58
Demais Receitas Correntes	938.310,38	184.864,69
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	938.310,38	184.864,69
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	167.526.858,22	36.043.246,68
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5.360.161,11	37.637,93
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	4.684.157,39	1.809.210,73
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	407.446,14	114.800,60
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	407.446,14	114.800,60
Convênios	0,00	114.800,60
Outras Transferências de Capital	407.446,14	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	407.446,14	114.800,60
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	173.294.465,47	36.195.685,21
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	167.934.304,36	36.158.047,28

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	177.305.406,26	38.301.526,41	29.623.119,82	24.873.073,35	1.631.611,41	1.331.295,43	665.187,28
Pessoal e Encargos Sociais	107.868.028,23	18.664.927,91	15.556.401,02	15.232.505,82	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	477.829,84	29.274,97	29.274,97	29.274,97	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	68.959.548,19	19.607.323,53	14.037.443,83	9.611.292,56	1.631.611,41	1.331.295,43	665.187,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	176.827.576,42	38.272.251,44	29.593.844,85	24.843.798,38	1.631.611,41	1.331.295,43	665.187,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	8.351.060,96	784.061,29	694.203,14	694.203,14	0,00	18.796,00	18.796,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	15.138.657,94	2.621.223,38	1.239.503,96	938.631,43	331.576,84	980.045,55	608.958,71
Investimentos	14.808.438,00	2.311.003,44	1.182.571,01	881.698,48	331.576,84	967.255,46	596.168,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	330.219,94	310.219,94	56.932,95	56.932,95	0,00	12.790,09	12.790,09
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	14.808.438,00	2.311.003,44	1.182.571,01	881.698,48	331.576,84	967.255,46	596.168,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	2.164.038,01						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	1.693.257,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	203.844.370,93	41.367.316,17	31.470.619,00	26.419.700,00	1.963.188,25	2.317.346,89	1.280.151,90
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	193.800.052,43	40.583.254,88	30.776.415,86	25.725.496,86	1.963.188,25	2.298.550,89	1.261.355,90

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	6.532.645,06
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	7.208.006,27

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre / 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	376.605,78
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	7.584.612,05

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2025 (a)	Até o Bimestre 2026 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	14.333.214,51	14.234.216,50
DEDUÇÕES (XL)	-7.438.369,30	657.445,27
Disponibilidade de Caixa	-7.438.369,30	657.445,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	29.038.785,93	38.308.300,81
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	8.092.952,91	7.166.959,65
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	28.384.202,32	30.483.895,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	21.771.583,81	13.576.771,23

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	8.194.812,58

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-925.993,26
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	315.792,73
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/-(XLIX))	7.584.612,05

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	7.208.006,27

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.376.361,78
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	13.376.361,78
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos					Inscritos						
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	2.378.110,85	5.738.601,61	1.963.188,25	0,00	6.153.524,21	556.322,85	4.112.206,86	2.330.136,98	1.292.941,99	0,00	3.375.587,72	9.529.111,93
PODER EXECUTIVO	2.378.110,85	5.738.601,61	1.963.188,25	0,00	6.153.524,21	556.322,85	4.112.206,86	2.330.136,98	1.292.941,99	0,00	3.375.587,72	9.529.111,93
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.378.110,85	5.738.601,61	1.963.188,25	0,00	6.153.524,21	556.322,85	4.112.206,86	2.330.136,98	1.292.941,99	0,00	3.375.587,72	9.529.111,93

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos					Inscritos						
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		

Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	178.851.250,84
Previsão Atualizada	178.851.250,84
Receitas Realizadas	38.381.501,72
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	13.376.361,78

DESPESAS	
Dotação Inicial	178.851.250,84
Dotação Atualizada	204.652.420,71
Despesas Empenhadas	41.706.811,08
Despesas Liquidadas	31.556.826,92
Despesas Pagas	26.505.907,92
Superávit Orçamentário	6.824.674,80

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	**Valores**
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	41.706.811,08
Despesas Liquidadas	31.556.826,92

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	**Valores**
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	217.067.762,98
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	212.617.762,98
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	209.028.413,88

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	**Valores**
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	28.287,12
Despesas Previdenciárias Empenhadas	601.435,09
Despesas Previdenciárias Liquidadas	601.435,09
Despesas Previdenciárias Pagas	601.435,09
Resultado Previdenciário	-573.147,97
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	**Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário**		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	**Resultado Apurado até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	7.208.006,27	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	8.194.812,58	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	**Estágios dos Restos a Pagar**			
	Inscrição	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.116.712,46	0,00	1.963.188,25	6.153.524,21

Poder Executivo	8.116.712,46	0,00	1.963.188,25	6.153.524,21
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.668.529,71	0,00	1.292.941,99	3.375.587,72
Poder Executivo	4.668.529,71	0,00	1.292.941,99	3.375.587,72
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	12.785.242,17	0,00	3.256.130,24	9.529.111,93

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	**Apuração das Despesas com Ensino**		
	Valor Apurado Até o Bimestre	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00	-85,39
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	7.480.332,53	70,00	34,04
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil (Indicador IEI)	5.808.314,54	0,00	67,59
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	1.021.844,63	15,00	11,89

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	**Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**	
	Valor Apurado no Exercício	**Saldo Não Realizado**
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	**Exercício de Apuração**			
	Exercício	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	**Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**	
	Valor Apurado no Exercício	**Saldo a Realizar**
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	1.215.769,45	15,00	12,58

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Maria Luciene de Lima Aguiar
Código Identificador:A7C9F3A1

GABINETE DO PREFEITO
SICONFI RREO - 2º BIMESTRE 2026

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Barreirinha - AM (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 2º bimestre
RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	176.527.248,52	176.527.248,52	36.432.702,36	20,64	74.785.424,67	42,36	101.741.823,85
RECEITAS CORRENTES	176.119.802,38	176.119.802,38	34.048.780,18	19,33	72.286.701,89	41,04	103.833.100,49
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	9.145.603,05	9.145.603,05	1.551.210,28	16,96	2.486.068,84	27,18	6.659.534,21
Impostos	7.653.095,00	7.653.095,00	1.188.775,34	15,53	1.744.026,41	22,79	5.909.068,59
Taxas	47.215,29	47.215,29	19.054,38	40,36	57.115,72	120,97	-9.900,43
Contribuição de Melhoria	1.445.292,76	1.445.292,76	343.380,56	23,76	684.926,71	47,39	760.366,05
CONTRIBUIÇÕES	3.036.158,79	3.036.158,79	8.995,56	0,30	17.854,08	0,59	3.018.304,71
Contribuições Sociais	3.036.158,79	3.036.158,79	8.995,56	0,30	17.854,08	0,59	3.018.304,71
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA PATRIMONIAL	5.556.785,37	5.556.785,37	1.506.481,82	27,11	3.692.298,33	66,45	1.864.487,04
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	5.556.785,37	5.556.785,37	1.506.481,82	27,11	3.692.298,33	66,45	1.864.487,04
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	938.310,38	938.310,38	199.844,03	21,30	384.708,72	41,00	553.601,66
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	938.310,38	938.310,38	199.844,03	21,30	384.708,72	41,00	553.601,66
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	157.442.944,79	157.442.944,79	30.782.248,49	19,55	65.705.771,92	41,73	91.737.172,87
Transferências da União e de suas Entidades	92.724.055,75	92.724.055,75	17.363.799,89	18,73	40.444.721,28	43,62	52.279.334,47
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.081.435,63	15.081.435,63	3.465.697,03	22,98	5.558.469,29	36,86	9.522.966,34
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	49.637.453,41	49.637.453,41	9.952.751,57	20,05	19.702.581,35	39,69	29.934.872,06
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Orçamentárias	**Estágios da Receita Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS DE CAPITAL	407.446,14	407.446,14	2.383.922,18	585,09	2.498.722,78	613,26	-2.091.276,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	407.446,14	407.446,14	2.383.922,18	585,09	2.498.722,78	613,26	-2.091.276,64
Transferências da União e de suas Entidades	167.200,00	167.200,00	2.383.922,18	1.425,79	2.498.722,78	1.494,45	-2.331.522,78
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	240.246,14	240.246,14	0,00	0,00	0,00	0,00	240.246,14
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.324.002,32	2.324.002,32	29.430,95	1,27	58.210,36	2,50	2.265.791,96
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	178.851.250,84	178.851.250,84	36.462.133,31	20,39	74.843.635,03	41,85	104.007.615,81

OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	178.851.250,84	178.851.250,84	36.462.133,31	20,39	74.843.635,03	41,85	104.007.615,81
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	178.851.250,84	178.851.250,84	36.462.133,31	20,39	74.843.635,03	41,85	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	13.376.361,78			13.376.361,78		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		13.376.361,78			13.376.361,78		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	178.171.039,46	206.184.353,43	46.286.992,64	87.843.453,72	118.340.899,71	42.780.727,99	74.311.230,64	131.873.122,79	63.943.326,22	

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	156.808.789,36	184.759.723,39	41.634.871,23	80.570.108,93	104.189.614,46	40.679.990,48	70.970.989,17	113.788.734,22	61.494.830,10	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	111.578.554,98	105.252.358,54	25.087.128,02	44.292.273,51	60.960.085,03	26.674.617,61	42.863.977,39	62.388.381,15	39.693.923,24	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	477.829,84	518.329,84	488.283,37	517.558,34	771,50	121.055,41	150.330,38	367.999,46	137.540,29	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.752.404,54	78.989.035,01	16.059.459,84	35.760.277,08	43.228.757,93	13.884.317,46	27.956.681,40	51.032.353,61	21.663.366,57	
DESPESAS DE CAPITAL	19.198.212,09	19.260.592,03	4.652.121,41	7.273.344,79	11.987.247,24	2.100.737,51	3.340.241,47	15.920.350,56	2.448.496,12	
INVESTIMENTOS	18.204.871,15	17.482.172,09	3.283.939,04	5.594.942,48	11.887.229,61	1.787.799,21	2.970.370,22	14.511.801,87	2.078.624,87	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	993.340,94	1.778.419,94	1.368.182,37	1.678.402,31	100.017,63	312.938,30	369.871,25	1.408.548,69	369.871,25	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.164.038,01	2.164.038,01			2.164.038,01			2.164.038,01		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	680.211,38	840.211,38	0,00	160.000,00	680.211,38	29.430,95	55.755,22	784.456,16	55.755,22	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	178.851.250,84	207.024.564,81	46.286.992,64	88.003.453,72	119.021.111,09	42.810.158,94	74.366.985,86	132.657.578,95	63.999.081,44	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	178.851.250,84	207.024.564,81	46.286.992,64	88.003.453,72	119.021.111,09	42.810.158,94	74.366.985,86	132.657.578,95	63.999.081,44	
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			476.649,17		10.844.553,59	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	178.851.250,84	207.024.564,81	46.286.992,64	88.003.453,72		42.810.158,94	74.843.635,03		74.843.635,03	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.324.002,32	2.324.002,32	29.430,95	1,27	58.210,36	2,50	2.265.791,96
RECEITAS CORRENTES	2.324.002,32	2.324.002,32	29.430,95	1,27	58.210,36	2,50	2.265.791,96
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.324.002,32	2.324.002,32	29.430,95	1,27	58.210,36	2,50	2.265.791,96
Contribuições Sociais	2.324.002,32	2.324.002,32	29.430,95	1,27	58.210,36	2,50	2.265.791,96
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	680.211,38	840.211,38	0,00	160.000,00	680.211,38	29.430,95	55.755,22	784.456,16	55.755,22	
DESPESAS CORRENTES	680.211,38	840.211,38	0,00	160.000,00	680.211,38	29.430,95	55.755,22	784.456,16	55.755,22	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	680.211,38	840.211,38	0,00	160.000,00	680.211,38	29.430,95	55.755,22	784.456,16	55.755,22	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	178.171.039,46	206.184.353,43	46.286.992,64	87.843.453,72	99,82	118.340.899,71	42.780.727,99	74.311.230,64	99,93	131.873.122,79	
Legislativa	4.407.798,24	4.277.798,24	619.052,21	3.051.078,67	3,47	1.226.719,57	435.331,78	1.304.523,68	1,75	2.973.274,56	
Ação Legislativa	4.407.798,24	4.277.798,24	619.052,21	3.051.078,67	3,47	1.226.719,57	435.331,78	1.304.523,68	1,75	2.973.274,56	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											

FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	10.328.397,20	13.911.356,15	5.730.438,62	10.853.387,55	12,33	3.057.968,60	4.038.991,45	7.087.859,92	9,53	6.823.496,23	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	7.854.074,69	12.266.435,06	5.426.027,72	10.182.836,05	11,57	2.083.599,01	3.801.722,55	6.657.598,42	8,95	5.608.836,64	
Administração Financeira	2.406.321,54	1.451.420,12	246.623,81	565.126,18	0,64	886.293,94	179.481,81	324.836,18	0,44	1.126.583,94	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	68.000,97	68.000,97				68.000,97				68.000,97	
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções		125.500,00	57.787,09	105.425,32	0,12	20.074,68	57.787,09	105.425,32	0,14	20.074,68	
Defesa Nacional	590.622,01	170.327,42	6.960,00	6.960,00	0,01	163.367,42				170.327,42	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções	590.622,01	170.327,42	6.960,00	6.960,00	0,01	163.367,42				170.327,42	
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	3.902.128,08	3.384.485,58	588.448,58	1.351.748,36	1,54	2.032.737,22	635.606,41	1.125.974,66	1,51	2.258.510,92	
Assistência ao Idoso	419.843,00	129.525,66				129.525,66				129.525,66	
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	307.623,44	307.623,44	25.000,00	51.388,89	0,06	256.234,55	25.000,00	51.388,89	0,07	256.234,55	
Assistência Comunitária	1.369.937,44	1.369.937,44	211.244,44	547.906,27	0,62	822.031,17	232.877,71	381.804,01	0,51	988.133,43	

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Serviços Socioassistenciais											
Segurança e Renda											
FU08 - Administração Geral	1.804.724,20	1.577.399,04	352.204,14	752.453,20	0,86	824.945,84	377.728,70	692.781,76	0,93	884.617,28	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	10.044.318,50	10.014.318,50	751.490,86	1.509.852,15	1,72	8.504.466,35	726.882,57	1.418.402,08	1,91	8.595.916,42	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	10.044.318,50	10.014.318,50	751.490,86	1.509.852,15	1,72	8.504.466,35	726.882,57	1.418.402,08	1,91	8.595.916,42	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	29.260.831,29	53.568.643,49	10.185.823,35	24.498.125,93	27,84	29.070.517,56	10.544.767,03	21.674.402,59	29,15	31.894.240,90	
Atenção Básica	12.759.159,41	28.176.248,25	4.186.149,91	14.977.716,93	17,02	13.198.531,32	5.591.022,33	14.343.373,68	19,29	13.832.874,57	
Assistência Hospitalar e	1.032.376,02	11.809.755,47	5.117.362,49	7.448.645,78	8,46	4.361.109,69	3.756.174,99	5.259.265,69	7,07	6.550.489,78	

Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico		200.000,00				200.000,00				200.000,00	
Vigilância Sanitária	150.897,40	125.897,40				125.897,40				125.897,40	
Vigilância Epidemiológica	9.197.183,64	8.504.241,61	614.052,81	1.532.335,04	1,74	6.971.906,57	929.311,57	1.532.335,04	2,06	6.971.906,57	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	6.121.214,82	4.752.500,76	268.258,14	539.428,18	0,61	4.213.072,58	268.258,14	539.428,18	0,73	4.213.072,58	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	103.857.420,12	103.200.335,12	26.100.224,04	42.079.904,95	47,82	61.120.430,17	24.443.643,60	37.882.096,79	50,94	65.318.238,33	
Ensino Fundamental	69.055.344,93	69.409.317,53	15.671.641,90	23.655.340,32	26,88	45.753.977,21	15.363.198,29	22.158.063,31	29,80	47.251.254,22	
Ensino Médio											
Ensino Profissional	506.229,45	451.761,21				451.761,21				451.761,21	
Ensino Superior	828.964,23	778.964,23				778.964,23				778.964,23	
Educação Infantil	28.705.779,64	30.014.444,69	10.196.965,07	17.932.642,22	20,38	12.081.802,47	8.851.919,68	15.249.202,51	20,51	14.765.242,18	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	111.176,20	111.176,20				111.176,20				111.176,20	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	4.649.925,67	2.434.671,26	231.617,07	491.922,41	0,56	1.942.748,85	228.525,63	474.830,97	0,64	1.959.840,29	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	902.362,13	981.092,53	146.007,73	430.762,41	0,49	550.330,12	146.007,73	430.762,41	0,58	550.330,12	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural		238.473,45	517,64	155.093,56	0,18	83.379,89	517,64	155.093,56	0,21	83.379,89	
FU13 - Administração Geral	902.362,13	742.619,08	145.490,09	275.668,85	0,31	466.950,23	145.490,09	275.668,85	0,37	466.950,23	
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	6.286.369,98	7.918.511,07	1.019.494,21	2.238.826,87	2,54	5.679.684,20	862.216,43	1.778.049,63	2,39	6.140.461,44	
Infra-Estrutura Urbana	1.493.540,70	1.379.584,60	216,78	501,73	0,00	1.379.082,87		284,95	0,00	1.379.299,65	
Serviços Urbanos	99.303,00	734.115,83	207.820,20	424.839,90	0,48	309.275,93	207.820,20	424.839,90	0,57	309.275,93	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	4.693.526,28	5.804.810,64	811.457,23	1.813.485,24	2,06	3.991.325,40	654.396,23	1.352.924,78	1,82	4.451.885,86	
FU15 - Demais Subfunções											

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	1.188.726,65	1.188.726,65	597.161,10	763.540,30	0,87	425.186,35	418.686,53	563.189,83	0,76	625.536,82	
Saneamento Básico Rural											

Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral	938.310,38	938.310,38	597.161,10	763.540,30	0,87	174.770,08	418.686,53	563.189,83	0,76	375.120,55	
FU17 - Demais Subfunções	250.416,27	250.416,27				250.416,27				250.416,27	
Gestão Ambiental	78.794,76	462.748,31	174.379,05	326.358,88	0,37	136.389,43	174.379,05	326.358,88	0,44	136.389,43	
Preservação e Conservação Ambiental	21.587,60	15.111,32				15.111,32				15.111,32	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	57.207,16	57.207,16				57.207,16				57.207,16	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral		390.429,83	174.379,05	326.358,88	0,37	64.070,95	174.379,05	326.358,88	0,44	64.070,95	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	3.662.245,98	3.662.245,98	272.340,41	595.263,49	0,68	3.066.982,49	272.340,41	595.263,49	0,80	3.066.982,49	
Abastecimento	57.207,16	103.742,10		46.534,94	0,05	57.207,16		46.534,94	0,06	57.207,16	
Extensão Rural	262.289,46	215.754,52				215.754,52				215.754,52	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	3.342.749,36	3.342.749,36	272.340,41	548.728,55	0,62	2.794.020,81	272.340,41	548.728,55	0,74	2.794.020,81	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											

Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	311.940,96	311.940,96	216,78	216,78		311.724,18	108,39	108,39	0,00	311.832,57	
Transporte Aéreo	61.524,69	61.024,69				61.024,69				61.024,69	
Transporte Rodoviário	250.416,27	250.916,27	216,78	216,78	0,00	250.699,49	108,39	108,39	0,00	250.807,88	
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	1.185.045,55	967.785,42	94.955,70	137.427,38	0,16	830.358,04	81.766,61	124.238,29	0,17	843.547,13	
Desporto de Rendimento	265.836,17	265.836,17				265.836,17				265.836,17	
Desporto Comunitário	186.310,03	515.216,43	94.955,70	137.427,38	0,16	377.789,05	81.766,61	124.238,29	0,17	390.978,14	
Lazer	732.899,35	186.732,82				186.732,82				186.732,82	
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	2.164.038,01	2.164.038,01				2.164.038,01				2.164.038,01	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	680.211,38	840.211,38		160.000,00	0,18	680.211,38	29.430,95	55.755,22	0,07	784.456,16	
TOTAL (III) = (I + II)	178.851.250,84	207.024.564,81	46.286.992,64	88.003.453,72	100,00	119.021.111,09	42.810.158,94	74.366.985,86	100,00	132.657.578,95	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	680.211,38	840.211,38		160.000,00	0,18	680.211,38	29.430,95	55.755,22	0,07	784.456,16	
Legislativa		130.000,00		130.000,00	0,15		23.640,83	47.281,47	0,06	82.718,53	
Ação Legislativa		130.000,00		130.000,00	0,15		23.640,83	47.281,47	0,06	82.718,53	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	157.711,38	157.711,38				157.711,38				157.711,38	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	157.711,38	157.711,38				157.711,38				157.711,38	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Serviços Socioassistenciais											
Segurança e Renda											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social		30.000,00		30.000,00	0,03		5.790,12	8.473,75	0,01	21.526,25	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário		30.000,00		30.000,00	0,03		5.790,12	8.473,75	0,01	21.526,25	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde											
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											

FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	522.500,00	522.500,00				522.500,00				522.500,00	
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	522.500,00	522.500,00				522.500,00				522.500,00	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											

Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	**Valores**
	30/04/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	**Evolução da Receita Corrente Líquida**													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA 2026**
	<MR-11>	**<MR-10>**	**<MR-9>**	**<MR-8>**	**<MR-7>**	**<MR-6>**	**<MR-5>**	**<MR-4>**	**<MR-3>**	**<MR-2>**	**<MR-1>**	**<MR>**		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	17.723.410,17	17.511.526,49	20.378.607,46	17.958.394,44	20.293.217,03	19.712.581,04	20.007.709,60	29.239.547,14	23.330.840,22	16.728.360,62	16.100.971,63	19.584.269,55	238.569.435,39	185.036.790,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	302.529,22	664.570,73	1.210.155,97	902.028,35	27.189,97	841.668,74	1.029.596,57	1.154.421,91	308.831,57	626.026,99	836.491,59	714.718,69	8.618.230,30	9.145.603,05
IPTU	3.871,91	1.774,40	4.387,11	3.381,64	5.027,07	4.975,36	3.498,61	3.844,79	3.879,16	31.372,16	600,94	14.227,38	80.840,53	50.806,08
ISS	109.368,83	116.529,43	169.169,32	131.584,88	127.584,52	108.530,36	87.454,33	218.427,36	53.503,28	151.106,29	118.461,34	82.599,55	1.474.319,49	1.597.640,12
ITBI	446,29	11.000,00	2.000,00	0,00	0,00	3.967,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	22.413,29	27.920,45
IRRF	46.783,61	388.186,26	901.908,00	598.240,51	-255.269,35	577.152,04	786.554,97	780.618,27	52.257,49	263.132,69	534.859,38	433.026,75	5.107.450,62	5.976.728,35
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	142.058,58	147.080,64	132.691,54	168.821,32	149.847,73	147.043,98	152.088,66	151.531,49	199.191,64	180.415,85	182.569,93	179.865,01	1.933.206,37	1.492.508,05
Contribuições	4.856,87	41.617,99	252.097,84	6.464,02	0,00	7.213,42	2.433,21	3.444,19	2.829,95	6.028,57	4.991,08	4.004,48	335.981,62	3.036.158,79
Receita Patrimonial	735.487,47	993.644,79	256.808,00	894.207,75	791.472,34	709.950,46	971.884,44	610.015,11	1.372.567,71	813.248,80	808.811,75	697.670,07	9.655.768,69	5.556.785,37
Rendimentos de Aplicação Financeira	735.487,47	993.644,79	256.808,00	894.207,75	791.472,34	709.950,46	971.884,44	610.015,11	1.372.567,71	813.248,80	808.811,75	697.670,07	9.655.768,69	5.556.785,37
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	167.064,42	70.336,82	112.085,88	85.014,32	135.444,53	83.861,24	84.981,82	137.524,04	114.680,86	70.183,83	101.393,62	98.450,41	1.261.021,79	938.310,38
Transferências Correntes	16.513.472,19	15.741.356,16	18.547.459,77	16.070.680,00	19.339.110,19	18.069.887,18	17.918.813,56	27.334.141,89	21.531.930,13	15.212.872,43	14.349.283,59	18.069.425,90	218.698.432,99	166.359.932,81
Cota-Parte do FPM	3.720.052,37	3.802.597,22	3.972.259,48	3.038.689,24	3.811.380,49	2.280.169,61	2.811.468,41	4.539.449,04	2.888.334,22	3.628.183,28	2.192.825,83	2.585.409,91	39.270.819,10	30.994.880,14
Cota-Parte do ICMS	1.434.404,31	1.304.153,75	1.314.095,94	1.466.441,11	1.525.410,76	1.289.618,68	1.425.874,49	1.606.973,34	1.352.545,24	1.225.860,76	1.288.856,57	2.104.905,19	17.339.140,14	15.708.240,59
Cota-Parte do IPVA	7.401,10	14.976,88	8.045,34	6.659,84	4.968,37	7.519,86	3.482,16	5.982,08	2.455,10	2.055,91	2.542,31	1.630,86	67.719,81	28.225,61
Cota-Parte do ITR	205,55	6,61	59,60	678,09	1.969,38	1.181,25	28,75	60,64	6,27	211,07	158,52	69,50	4.635,23	5.645,12
Transferências da LC nº 61/1989	3.385,34	4.358,15	4.026,25	3.556,73	4.330,19	4.314,15	3.970,41	4.560,75	3.566,92	3.177,45	2.845,52	3.061,41	45.153,27	85.439,65
Transferências do FUNDEB	8.877.466,99	8.910.748,50	8.109.990,46	8.881.763,60	7.264.350,71	8.721.626,34	8.573.376,82	8.781.088,65	14.780.575,63	8.132.685,13	7.347.733,54	10.418.909,85	108.800.316,22	89.562.094,13
Outras Transferências Correntes	2.470.556,53	1.704.515,05	5.138.982,70	2.672.891,39	6.726.700,29	5.765.457,29	5.100.612,52	12.396.027,39	2.504.446,75	2.220.698,83	3.514.321,30	2.955.439,18	53.170.649,22	29.975.407,57
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.592.846,00	1.489.069,95	1.382.389,55	1.659.035,72	1.417.260,63	1.301.268,77	1.714.690,15	1.400.889,21	2.053.387,83	1.585.960,55	1.151.237,77	1.428.564,21	18.176.600,34	16.637.304,20
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	4.856,87	41.617,99	252.097,84	6.464,02	0,00	7.213,42	2.433,21	3.444,19	2.829,95	6.028,57	4.991,08	4.004,48	335.981,62	3.036.158,79
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	554.899,49	422.233,56	401.645,24	749.366,81	624.190,06	577.494,76	863.292,17	437.592,22	1.201.176,39	608.034,34	448.800,99	485.544,43	7.374.270,46	4.684.157,39
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.033.089,64	1.025.218,40	728.646,47	903.204,89	793.070,57	716.560,59	848.964,77	959.852,80	849.381,49	971.897,64	697.445,70	939.015,30	10.466.348,26	8.916.988,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	16.130.564,17	16.022.456,54	18.996.217,91	16.299.358,72	18.875.956,40	18.411.312,27	18.293.019,45	27.838.657,93	21.277.452,39	15.142.400,07	14.949.733,86	18.155.705,34	220.392.835,05	168.399.486,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	2.150.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.450.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS	16.130.564,17	16.022.456,54	17.496.217,91	16.299.358,72	16.725.956,40	17.611.312,27	18.293.019,45	27.838.657,93	21.277.452,39	15.142.400,07	14.949.733,86	18.155.705,34	215.942.835,05	168.399.486,20

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	273.240,00	273.240,00	273.240,00	273.240,00	273.240,00	273.240,00	273.240,00	546.629,10	291.780,00	291.780,00	363.229,08	291.780,00	3.697.878,18	7.866.448,25
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	15.857.324,17	15.749.216,54	17.222.977,91	16.026.118,72	16.452.716,40	17.338.072,27	18.019.779,45	27.292.028,83	20.985.672,39	14.850.620,07	14.586.504,78	17.863.925,34	212.244.956,87	160.533.037,95

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	**Valores**
	30/04/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	**Execução da Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	3.881.897,50	57.170,92
Receita de Contribuições dos Segurados	2.090.091,71	12.290,74
Ativo	2.090.091,71	12.290,74
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.791.805,79	44.880,18
Ativo	1.791.805,79	44.880,18
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	3.881.897,50	57.170,92

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	**Execução da Despesa**				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)**
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	1.231.349,95	1.231.349,95	1.231.349,95	1.231.349,95	
Aposentadorias	987.771,03	987.771,03	987.771,03	987.771,03	
Pensões por Morte	243.578,92	243.578,92	243.578,92	243.578,92	
Outras Despesas Previdenciárias	2.650.547,55	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	2.650.547,55	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	3.881.897,50	1.231.349,95	1.231.349,95	1.231.349,95	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	0,00	-1.174.179,03	-1.174.179,03	-1.174.179,03	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-8.841.284,13
Investimentos e Aplicações	48.279.397,58
Outros Bens e Direitos	198.430.813,51

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00

Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00	0,00	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES	6.162.421,00	2.762.449,67
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	6.162.421,00	2.762.449,67

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	4.469.163,46	308.502,20	195.525,88	195.525,88	
Pessoal e Encargos Sociais	1.601.616,31	152.850,49	120.859,98	120.859,98	
Demais Despesas Correntes	2.867.547,15	155.651,71	74.665,90	74.665,90	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	1.693.257,54	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	6.162.421,00	308.502,20	195.525,88	195.525,88	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	2.453.947,47	2.566.923,79	2.566.923,79	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-1.180.609,83
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	168.399.486,20	69.525.291,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.145.603,05	2.486.068,84
IPTU	50.806,08	50.079,64
ISS	1.597.640,12	405.670,46
ITBI	27.920,45	5.000,00
IRRF	5.976.728,35	1.283.276,31
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.492.508,05	742.042,43
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	872.627,98	948.742,18
Aplicações Financeiras (II)	872.627,98	948.742,18
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	157.442.944,79	65.705.771,92
Cota-Parte do FPM	25.252.071,31	9.035.802,75
Cota-Parte do ICMS	12.566.592,47	4.777.734,15
Cota-Parte do IPVA	22.580,49	6.947,46

Cota-Parte do ITR	4.516,10	356,31
Transferências da LC nº 61/1989	59.682,72	10.121,04
Transferências do FUNDEB	89.562.094,13	40.679.904,15
Outras Transferências Correntes	29.975.407,57	11.194.906,06
Demais Receitas Correntes	938.310,38	384.708,72
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	938.310,38	384.708,72
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	167.526.858,22	68.576.549,48
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5.360.161,11	76.064,44
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	4.684.157,39	2.743.556,15
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	407.446,14	2.498.722,78
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	407.446,14	2.498.722,78
Convênios	0,00	499.722,78
Outras Transferências de Capital	407.446,14	1.999.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	407.446,14	2.498.722,78
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	173.294.465,47	71.151.336,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	167.934.304,36	71.075.272,26

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	177.212.873,81	79.190.256,78	69.599.868,56	60.123.709,49	2.156.557,77	1.443.804,39	925.193,25
Pessoal e Encargos Sociais	100.579.056,11	43.068.073,07	41.567.522,68	38.397.468,53	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	518.329,84	517.558,34	150.330,38	137.540,29	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	76.115.487,86	35.604.625,37	27.882.015,50	21.588.700,67	2.156.557,77	1.443.804,39	925.193,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	176.694.543,97	78.672.698,44	69.449.538,18	59.986.169,20	2.156.557,77	1.443.804,39	925.193,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	8.351.060,96	1.539.852,15	1.426.875,83	1.426.875,83	0,00	27.629,00	27.629,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	17.603.334,49	7.273.344,79	3.340.241,47	2.448.496,12	331.576,84	1.451.401,02	980.045,55
Investimentos	15.824.914,55	5.594.942,48	2.970.370,22	2.078.624,87	331.576,84	1.438.610,93	967.255,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.778.419,94	1.678.402,31	369.871,25	369.871,25	0,00	12.790,09	12.790,09
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	15.824.914,55	5.594.942,48	2.970.370,22	2.078.624,87	331.576,84	1.438.610,93	967.255,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	2.164.038,01						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	1.693.257,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	204.727.815,03	85.807.493,07	73.846.784,23	63.491.669,90	2.488.134,61	2.910.044,32	1.920.077,71
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	194.683.496,53	84.267.640,92	72.419.908,40	62.064.794,07	2.488.134,61	2.882.415,32	1.892.448,71

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	3.251.454,48
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	4.629.894,87

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre / 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	948.742,18
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	3.790.126,65

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.788.510,40

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2025 (a)	Até o Bimestre 2026 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	14.333.214,51	27.897.764,93
DEDUÇÕES (XL)	-7.438.369,30	-1.358.200,34
Disponibilidade de Caixa	-7.438.369,30	-1.358.200,34
Disponibilidade de Caixa Bruta	29.038.785,93	34.964.460,16
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	8.092.952,91	6.594.784,91
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	28.384.202,32	29.727.875,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	21.771.583,81	29.255.965,27

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-7.484.381,46

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.498.168,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	10.771.059,86
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/-(XLIX))	1.788.510,40

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	4.629.894,87

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.376.361,78
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	13.376.361,78
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	**Valores**
	30/04/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	**Poder/Órgão**											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+ b) - (c + d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (i + j)**	**Saldo Total L = (e + k)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	2.378.110,85	5.738.601,61	2.488.134,61	0,00	5.628.577,85	556.322,85	4.112.206,86	2.922.834,41	1.932.867,80	0,00	2.735.661,91	8.364.239,76
PODER EXECUTIVO	2.378.110,85	5.738.601,61	2.488.134,61	0,00	5.628.577,85	556.322,85	4.112.206,86	2.922.834,41	1.932.867,80	0,00	2.735.661,91	8.364.239,76
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.378.110,85	5.738.601,61	2.488.134,61	0,00	5.628.577,85	556.322,85	4.112.206,86	2.922.834,41	1.932.867,80	0,00	2.735.661,91	8.364.239,76

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos					Inscritos						
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	178.851.250,84
Previsão Atualizada	178.851.250,84
Receitas Realizadas	74.843.635,03
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	13.376.361,78
DESPESAS	
Dotação Inicial	178.851.250,84
Dotação Atualizada	207.024.564,81
Despesas Empenhadas	88.003.453,72
Despesas Liquidadas	74.366.985,86
Despesas Pagas	63.999.081,44
Superávit Orçamentário	476.649,17

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	88.003.453,72
Despesas Liquidadas	74.366.985,86

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	220.392.835,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	215.942.835,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	212.244.956,87

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	57.170,92
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.231.349,95
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.231.349,95
Despesas Previdenciárias Pagas	1.231.349,95
Resultado Previdenciário	-1.174.179,03
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	4.629.894,87	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-7.484.381,46	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.116.712,46	0,00	2.488.134,61	5.628.577,85
Poder Executivo	8.116.712,46	0,00	2.488.134,61	5.628.577,85
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.668.529,71	0,00	1.932.867,80	2.735.661,91
Poder Executivo	4.668.529,71	0,00	1.932.867,80	2.735.661,91
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	12.785.242,17	0,00	4.421.002,41	8.364.239,76

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00	-1,80
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	22.812.667,19	70,00	58,08
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil (Indicador IEI)	13.329.594,84	0,00	100,99
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	2.476.862,69	15,00	18,77

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	2.600.563,38	15,00	13,66

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Maria Luciene de Lima Aguiar
Código Identificador:444A8FC9

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAREIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM											
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									Exercício de 2026		
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")									R$ 1,00		
FUNÇÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	67.137.902,66	67.137.902,66	11.670.654,09	11.670.654,09	100,00	55.467.248,57	7.719.795,89	7.719.795,89	100,00		59.418.106,77
ADMINISTRAÇÃO	16.318.507,13	16.318.507,13	4.475.543,88	4.475.543,88	38,35	11.842.963,25	3.132.066,00	3.132.066,00	40,57		13.186.441,13
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.519.365,78	1.522.365,78	527.282,56	527.282,56	4,52	995.083,22	214.775,91	214.775,91	2,78		1.307.589,87
ADMINISTRAÇÃO GERAL	14.704.141,35	14.701.141,35	3.900.621,32	3.900.621,32	33,42	10.800.520,03	2.917.290,09	2.917.290,09	37,79		11.783.851,26
CONTROLE INTERNO	95.000,00	95.000,00	47.640,00	47.640,00	0,41	47.360,00	0,00	0,00	0,00		95.000,00
SEGURANÇA PÚBLICA	4.019.182,95	4.019.182,95	66.355,39	66.355,39	0,57	3.952.827,56	66.355,39	66.355,39	0,86		3.952.827,56
ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.000,00	100.000,00	10.566,67	10.566,67	0,09	89.433,33	10.566,67	10.566,67	0,14		89.433,33
DEFESA CIVIL	3.649.182,95	3.650.832,95	55.788,72	55.788,72	0,48	3.595.044,23	55.788,72	55.788,72	0,72		3.595.044,23
DEMAIS SUBFUNÇÕES	270.000,00	268.350,00	0,00	0,00	0,00	268.350,00	0,00	0,00	0,00		268.350,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	760.000,00	760.000,00	30.348,49	30.348,49	0,26	729.651,51	30.348,49	30.348,49	0,39		729.651,51
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	660.000,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00		660.000,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	100.000,00	100.000,00	30.348,49	30.348,49	0,26	69.651,51	30.348,49	30.348,49	0,39		69.651,51
CULTURA	2.016.623,53	2.016.623,53	448.285,00	448.285,00	3,84	1.568.338,53	448.285,00	448.285,00	5,81		1.568.338,53
ADMINISTRAÇÃO GERAL	427.120,23	427.120,23	38.520,00	38.520,00	0,33	388.600,23	38.520,00	38.520,00	0,50		388.600,23
DIFUSÃO CULTURAL	1.589.503,30	1.589.503,30	409.765,00	409.765,00	3,51	1.179.738,30	409.765,00	409.765,00	5,31		1.179.738,30
URBANISMO	22.180.233,39	22.292.287,36	4.895.012,25	4.895.012,25	41,94	17.397.275,11	3.034.450,55	3.034.450,55	39,31		19.257.836,81
ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.872.201,77	8.059.125,74	2.423.074,28	2.423.074,28	20,76	5.636.051,46	1.208.611,12	1.208.611,12	15,66		6.850.514,62
INFRA-ESTRUTURA URBANA	14.308.031,62	14.233.161,62	2.471.937,97	2.471.937,97	21,18	11.761.223,65	1.825.839,43	1.825.839,43	23,65		12.407.322,19
SANEAMENTO	1.920.000,00	1.920.000,00	0,00	0,00	0,00	1.920.000,00	0,00	0,00	0,00		1.920.000,00
SANEAMENTO BÁSICO RURAL	1.060.000,00	1.060.000,00	0,00	0,00	0,00	1.060.000,00	0,00	0,00	0,00		1.060.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	860.000,00	860.000,00	0,00	0,00	0,00	860.000,00	0,00	0,00	0,00		860.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	1.086.289,71	1.086.289,71	127.901,58	127.901,58	1,10	958.388,13	100.401,58	100.401,58	1,30		985.888,13
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.086.289,71	1.086.289,71	127.901,58	127.901,58	1,10	958.388,13	100.401,58	100.401,58	1,30		985.888,13
AGRICULTURA	7.276.829,55	7.276.829,55	464.083,96	464.083,96	3,98	6.812.745,59	324.471,47	324.471,47	4,20		6.952.358,08
ABASTECIMENTO	2.868.901,10	2.868.901,10	399.759,53	399.759,53	3,43	2.469.141,57	260.147,04	260.147,04	3,37		2.608.754,06
ADMINISTRAÇÃO GERAL	264.546,65	264.546,65	34.830,43	34.830,43	0,30	229.716,22	34.830,43	34.830,43	0,45		229.716,22
EXTENSÃO RURAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00		50.000,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	4.073.381,80	4.073.381,80	29.494,00	29.494,00	0,25	4.043.887,80	29.494,00	29.494,00	0,38		4.043.887,80
DEMAIS SUBFUNÇÕES	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00		20.000,00
FUNÇÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.660.730,53	1.660.730,53	174.228,99	174.228,99	1,49	1.486.501,54	172.402,28	172.402,28	2,23		1.488.328,25
TURISMO	1.660.730,53	1.660.730,53	174.228,99	174.228,99	1,49	1.486.501,54	172.402,28	172.402,28	2,23		1.488.328,25
ENERGIA	4.000.000,00	3.488.099,50	0,00	0,00	0,00	3.488.099,50	0,00	0,00	0,00		3.488.099,50
ENERGIA ELÉTRICA	4.000.000,00	3.488.099,50	0,00	0,00	0,00	3.488.099,50	0,00	0,00	0,00		3.488.099,50
TRANSPORTE	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00		60.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00		60.000,00

DESPORTO E LAZER	1.571.244,05	1.571.244,05	58.784,71	58.784,71	0,50	1.512.459,34	58.784,71	58.784,71	0,76	1.512.459,34
ADMINISTRAÇÃO GERAL	451.288,75	451.288,75	58.784,71	58.784,71	0,50	392.504,04	58.784,71	58.784,71	0,76	392.504,04
DESPORTO COMUNITÁRIO	1.119.955,30	1.119.955,30	0,00	0,00	0,00	1.119.955,30	0,00	0,00	0,00	1.119.955,30
ENCARGOS ESPECIAIS	1.868.261,82	2.268.108,35	930.109,84	930.109,84	7,97	1.337.998,51	352.230,42	352.230,42	4,56	1.915.877,93
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	499.998,51	499.998,51	0,00	0,00	0,00	499.998,51	0,00	0,00	0,00	499.998,51
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.368.263,31	1.768.109,84	930.109,84	930.109,84	7,97	838.000,00	352.230,42	352.230,42	4,56	1.415.879,42
RESERVAS	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**67.137.902,66**	**67.137.902,66**	**11.670.654,09**	**11.670.654,09**	**100,00**	**55.467.248,57**	**7.719.795,89**	**7.719.795,89**	**100,00**	**59.418.106,77**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 18:43:48.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:6BC97469

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 03 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CAREIRO - AM														
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MARÇO/2025 A FEVEREIRO/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Mar/2025	Abr/2025	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**14.987.109,10**	**17.528.504,64**	**13.969.399,98**	**16.605.898,32**	**19.794.232,23**	**17.788.333,76**	**15.596.930,88**	**22.310.291,92**	**21.104.972,79**	**18.913.948,55**	**5.377.524,88**	**6.221.804,66**	**190.198.951,71**	**85.331.581,02**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	574.934,03	781.853,83	593.833,44	476.417,72	543.519,93	564.171,44	571.526,21	601.998,81	616.980,21	913.489,68	177.817,12	238.343,53	6.654.885,95	7.558.241,84
I.P.T.U.	2.401,34	2.811,17	574,30	86,10	2.312,66	86,10	482,38	409,65	1.287,02	0,00	1.805,12	870,05	13.125,89	34.877,99
I.S.S.	233.052,29	383.272,85	226.946,18	142.432,59	166.258,83	288.193,33	244.184,27	270.137,30	260.214,99	255.577,17	117.950,50	91.827,44	2.680.047,74	3.041.746,75
I.T.B.I.	800,00	8.676,03	3.400,00	0,00	1.000,00	1.700,00	2.080,00	600,00	7.681,60	0,00	3.636,80	2.177,10	31.751,53	173.888,23
I.R.R.F.	328.704,21	378.721,06	356.927,97	324.786,71	370.359,84	271.229,41	316.040,31	325.251,77	344.359,80	657.912,51	40.093,05	105.935,55	3.820.322,19	4.267.906,16
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.976,19	8.372,72	5.984,99	9.112,32	3.588,60	2.962,60	8.739,25	5.600,09	3.436,80	0,00	14.331,65	37.533,39	109.638,60	39.822,71
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.758,42
Receita Patrimonial	32.736,50	3.120.858,02	-2.060.466,37	185.351,19	47.069,47	152.876,81	708.913,47	87.778,82	761.658,56	69.995,31	187.603,73	118.548,21	3.412.923,72	2.622.613,71
Rendimentos de Aplicação Financeira	32.736,50	3.120.858,02	-2.060.466,37	185.351,19	47.069,47	152.876,81	708.913,47	75.228,82	494.753,56	69.995,31	187.603,73	118.548,21	3.133.468,72	2.622.613,71
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.550,00	266.905,00	0,00	0,00	0,00	279.455,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	52.913,39	91.388,65	41.093,69	38.158,69	27.243,79	24.257,76	21.573,47	21.024,87	18.014,57	18.934,49	12.944,29	20.895,92	388.443,58	223.121,58
Transferências Correntes	14.326.525,18	13.534.404,14	15.394.939,22	15.905.970,72	19.176.399,04	17.047.027,75	14.294.917,73	21.599.489,42	19.708.319,45	17.911.529,07	4.999.159,74	5.844.017,00	179.742.698,46	74.898.845,47
Cota-Parte do F.P.M.	3.149.364,54	3.207.168,89	4.092.057,62	4.182.856,94	4.369.485,40	3.342.558,16	4.192.518,56	2.841.258,59	3.865.769,06	4.929.918,65	3.083.672,10	3.873.639,41	45.130.267,92	47.589.156,53
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.838.178,34	1.736.668,47	1.884.970,94	1.797.810,94	1.642.867,86	1.927.070,97	2.004.563,80	1.694.706,08	1.873.761,75	2.111.746,32	1.777.398,77	1.610.920,91	21.900.665,15	22.397.360,26
Cota-Parte do I.P.V.A.	77.943,98	73.731,72	76.597,39	78.613,05	85.549,17	68.080,78	73.506,83	66.082,11	45.258,88	54.059,66	56.659,51	28.556,14	784.639,22	909.397,20
Cota-Parte do I.T.R.	726,57	236,21	1.472,55	1.068,62	865,24	377,95	730,19	3.584,51	1.398,04	1.690,47	2.470,72	372,41	14.993,48	12.109,35
Transferências da LC 61/1989	5.263,46	5.606,66	4.448,72	5.727,11	5.290,96	4.673,95	5.690,37	5.669,28	5.217,57	5.993,34	4.687,35	4.175,53	62.444,30	61.667,96
Transferências do FUNDEB	5.196.763,86	5.156.640,56	6.126.985,54	6.112.127,16	5.506.728,72	6.074.572,14	4.889.406,78	5.989.712,49	5.877.631,14	6.113.932,76	0,00	0,00	57.044.501,15	0,00
Outras Transferências Correntes	4.058.284,43	3.354.351,63	3.208.406,46	3.727.766,90	7.565.611,69	5.629.693,80	3.128.501,20	10.998.476,36	8.039.283,01	4.694.187,87	74.271,29	326.352,60	54.805.187,24	3.929.154,17
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DEDUÇÕES (II)	**1.014.295,27**	**1.004.682,26**	**1.211.909,32**	**1.213.215,24**	**856.655,74**	**1.068.552,21**	**951.206,50**	**922.259,96**	**1.158.280,97**	**1.125.780,92**	**984.977,57**	**1.103.532,78**	**12.615.348,74**	**13.299.275,42**
Contrib. do Servidor para o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Plano de Previdência														
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	1.014.295,27	1.004.682,26	1.211.909,32	1.213.215,24	856.655,74	1.068.552,21	951.206,50	922.259,96	1.158.280,97	1.125.780,92	984.977,57	1.103.532,78	12.615.348,74	13.299.275,42
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**13.972.813,83**	**16.523.822,38**	**12.757.490,66**	**15.392.683,08**	**18.937.576,49**	**16.719.781,55**	**14.645.724,38**	**21.388.031,96**	**19.946.691,82**	**17.788.167,63**	**4.392.547,31**	**5.118.271,88**	**177.583.602,97**	**72.032.305,60**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	13.972.813,83	16.523.822,38	12.757.490,66	15.392.683,08	16.737.576,49	16.719.781,55	14.645.724,38	21.288.031,96	19.946.691,82	17.788.167,63	4.392.547,31	5.118.271,88	175.283.602,97	72.032.305,60
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500.055,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500.055,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	429.626,00	453.914,00	453.914,00	447.842,00	446.356,00	449.256,00	443.256,00	443.256,00	468.256,00	886.512,00	0,00	0,00	4.922.188,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	13.543.187,83	16.069.908,38	12.303.576,66	14.944.841,08	16.291.220,49	16.270.525,55	14.202.468,38	13.344.720,96	19.478.435,82	16.901.655,63	4.392.547,31	5.118.271,88	162.861.359,97	72.032.305,60
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 18:49:34.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:45E60873

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 07 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM												
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											Exercício de 2026	
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / MÊS FEVEREIRO 2026												
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	5.577.490,91	16.628.328,32	29.000,00	21.795.800,19	381.019,04	208.225,96	11.474.567,27	490.294,56	490.294,56	7.163.279,26	4.029.219,41	4.410.238,45
PODER EXECUTIVO	5.577.490,91	16.628.328,32	29.000,00	21.795.800,19	381.019,04	208.225,96	11.474.567,27	490.294,56	490.294,56	7.163.279,26	4.029.219,41	4.410.238,45
FUNDOS MUNICIPAIS	5.573.699,38	16.316.232,62	0,00	21.795.800,19	94.131,81	208.225,96	6.837.607,45	0,00	0,00	6.997.449,71	48.383,70	142.515,51
PODER EXECUTIVO	3.791,53	312.095,70	29.000,00	0,00	286.887,23	0,00	4.636.959,82	490.294,56	490.294,56	165.829,55	3.980.835,71	4.267.722,94

Total (III) = (I + II):	**5.577.490,91**	**16.628.328,32**	**29.000,00**	**21.795.800,19**	**381.019,04**	**208.225,96**	**11.474.567,27**	**490.294,56**	**490.294,56**	**7.163.279,26**	**4.029.219,41**	**4.410.238,45**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:09:09.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:811AAA75

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 12 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM				
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO				Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**7.518.419,13**	**7.518.419,13**	**364.295,61**	**4,85**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	34.877,99	34.877,99	2.675,17	7,67
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	173.888,23	173.888,23	5.813,90	3,34
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.041.746,75	3.041.746,75	209.777,94	6,90
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	4.267.906,16	4.267.906,16	146.028,60	3,42
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**66.496.377,13**	**66.496.377,13**	**10.442.552,85**	**15,70**
Cota-Parte FPM	43.115.842,36	43.115.842,36	6.957.311,51	16,14
Cota-Parte ITR	12.109,35	12.109,35	2.843,13	23,48
Cota-Parte IPVA	909.397,20	909.397,20	85.215,65	9,37
Cota-Parte ICMS	22.397.360,26	22.397.360,26	3.388.319,68	15,13
Cota-Parte IPI-Exportação	61.667,96	61.667,96	8.862,88	14,37
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**74.014.796,26**	**74.014.796,26**	**10.806.848,46**	**14,60**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			1.621.027,27
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	-1.621.027,27	-1.621.027,27	-1.621.027,27
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	-1.621.027,27		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**0,00**	**0,00**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos do exercício de referência 2026	1.621.027,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos do exercício anterior 2025	10.822.781,61	21.140.910,18	10.318.128,57	2.534.860,86	0,00	0,00	0,00	2.534.860,86	0,00	10.318.128,57
Empenhos de 2024	10.152.875,56	16.675.879,91	6.523.004,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.523.004,35
Empenhos de 2023	8.895.166,55	15.664.606,23	6.769.439,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.769.439,68
Empenhos de 2022 e anteriores	8.612.058,67	17.813.672,34	9.201.613,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.201.613,67
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100

ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:36:42.								
Notas:								
[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).								
Nota(s) Explicativa(s):								

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:0803CA4F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 13 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CAREIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00

Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	204.958.012,08	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:41:32.											
Nota(s) Explicativa(s):											

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:FB65417A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")										R$ 1,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	67.137.902,66	67.137.902,66	10.969.147,40	22.639.801,49	100,00	44.498.101,17	11.233.670,04	18.953.465,93	100,00	48.184.436,73
ADMINISTRAÇÃO	16.318.507,13	16.630.932,18	4.439.937,99	8.915.481,87	39,38	7.715.450,31	4.264.625,80	7.396.691,80	39,03	9.234.240,38
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.519.365,78	1.522.365,78	107.313,80	634.596,36	2,80	887.769,42	202.409,57	417.185,48	2,20	1.105.180,30
ADMINISTRAÇÃO GERAL	14.704.141,35	15.013.566,40	4.332.624,19	8.233.245,51	36,37	6.780.320,89	4.062.216,23	6.979.506,32	36,82	8.034.060,08
CONTROLE INTERNO	95.000,00	95.000,00	0,00	47.640,00	0,21	47.360,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00
SEGURANÇA PÚBLICA	4.019.182,95	4.019.182,95	32.352,26	98.707,65	0,44	3.920.475,30	32.352,26	98.707,65	0,52	3.920.475,30
ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.000,00	100.000,00	13.400,00	23.966,67	0,11	76.033,33	13.400,00	23.966,67	0,13	76.033,33
DEFESA CIVIL	3.649.182,95	3.650.832,95	18.952,26	74.740,98	0,33	3.576.091,97	18.952,26	74.740,98	0,39	3.576.091,97

DEMAIS SUBFUNÇÕES	270.000,00	268.350,00	0,00	0,00	0,00	268.350,00	0,00	0,00	0,00	268.350,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	760.000,00	760.000,00	30.075,34	60.423,83	0,27	699.576,17	30.075,34	60.423,83	0,32	699.576,17
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	660.000,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00	660.000,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	100.000,00	100.000,00	30.075,34	60.423,83	0,27	39.576,17	30.075,34	60.423,83	0,32	39.576,17
CULTURA	2.016.623,53	2.016.623,53	23.000,00	471.285,00	2,08	1.545.338,53	23.000,00	471.285,00	2,49	1.545.338,53
ADMINISTRAÇÃO GERAL	427.120,23	427.120,23	23.000,00	61.520,00	0,27	365.600,23	23.000,00	61.520,00	0,32	365.600,23
DIFUSÃO CULTURAL	1.589.503,30	1.589.503,30	0,00	409.765,00	1,81	1.179.738,30	0,00	409.765,00	2,16	1.179.738,30
URBANISMO	22.180.233,39	24.353.435,03	5.006.764,34	9.901.776,59	43,74	14.451.658,44	5.866.647,08	8.901.097,63	46,96	15.452.337,40
ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.872.201,77	8.127.811,51	1.331.211,26	3.754.285,54	16,58	4.373.525,97	1.544.995,46	2.753.606,58	14,53	5.374.204,93
INFRA-ESTRUTURA URBANA	14.308.031,62	16.225.623,52	3.675.553,08	6.147.491,05	27,15	10.078.132,47	4.321.651,62	6.147.491,05	32,43	10.078.132,47
SANEAMENTO	1.920.000,00	1.920.000,00	0,00	0,00	0,00	1.920.000,00	0,00	0,00	0,00	1.920.000,00
SANEAMENTO BÁSICO RURAL	1.060.000,00	1.060.000,00	0,00	0,00	0,00	1.060.000,00	0,00	0,00	0,00	1.060.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	860.000,00	860.000,00	0,00	0,00	0,00	860.000,00	0,00	0,00	0,00	860.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	1.086.289,71	1.086.289,71	103.035,53	230.937,11	1,02	855.352,60	103.035,53	203.437,11	1,07	882.852,60
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.086.289,71	1.086.289,71	103.035,53	230.937,11	1,02	855.352,60	103.035,53	203.437,11	1,07	882.852,60
AGRICULTURA	7.276.829,55	7.222.512,88	394.482,70	858.566,66	3,79	6.363.946,22	346.356,51	670.827,98	3,54	6.551.684,90
ABASTECIMENTO	2.868.901,10	2.811.342,43	341.415,32	741.174,85	3,27	2.070.167,58	293.289,13	553.436,17	2,92	2.257.906,26
ADMINISTRAÇÃO GERAL	264.546,65	267.788,65	26.350,39	61.180,82	0,27	206.607,83	26.350,39	61.180,82	0,32	206.607,83
EXTENSÃO RURAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	4.073.381,80	4.073.381,80	26.716,99	56.210,99	0,25	4.017.170,81	26.716,99	56.210,99	0,30	4.017.170,81
DEMAIS SUBFUNÇÕES	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.660.730,53	1.660.730,53	183.257,62	357.486,61	1,58	1.303.243,92	183.257,62	355.659,90	1,88	1.305.070,63
TURISMO	1.660.730,53	1.660.730,53	183.257,62	357.486,61	1,58	1.303.243,92	183.257,62	355.659,90	1,88	1.305.070,63
ENERGIA	4.000.000,00	1.301.951,83	0,00	0,00	0,00	1.301.951,83	0,00	0,00	0,00	1.301.951,83
ENERGIA ELÉTRICA	4.000.000,00	1.301.951,83	0,00	0,00	0,00	1.301.951,83	0,00	0,00	0,00	1.301.951,83
TRANSPORTE	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPORTO E LAZER	1.571.244,05	1.288.135,67	78.241,62	137.026,33	0,61	1.151.109,34	78.241,62	137.026,33	0,72	1.151.109,34
ADMINISTRAÇÃO GERAL	451.288,75	451.288,75	78.241,62	137.026,33	0,61	314.262,42	78.241,62	137.026,33	0,72	314.262,42
DESPORTO COMUNITÁRIO	1.119.955,30	836.846,92	0,00	0,00	0,00	836.846,92	0,00	0,00	0,00	836.846,92
ENCARGOS ESPECIAIS	1.868.261,82	2.418.108,35	678.000,00	1.608.109,84	7,10	809.998,51	306.078,28	658.308,70	3,47	1.759.799,65
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	499.998,51	499.998,51	0,00	0,00	0,00	499.998,51	0,00	0,00	0,00	499.998,51
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.368.263,31	1.918.109,84	678.000,00	1.608.109,84	7,10	310.000,00	306.078,28	658.308,70	3,47	1.259.801,14
RESERVAS	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**67.137.902,66**	**67.137.902,66**	**10.969.147,40**	**22.639.801,49**	**100,00**	**44.498.101,17**	**11.233.670,04**	**18.953.465,93**	**100,00**	**48.184.436,73**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 18:46:16.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:25C4B37D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 03 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CAREIRO - AM														
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MAIO/2025 A ABRIL/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**13.969.399,98**	**16.605.898,32**	**19.794.232,23**	**17.788.333,76**	**15.596.930,88**	**22.310.291,92**	**21.104.972,79**	**18.913.948,55**	**5.377.524,88**	**6.221.804,66**	**4.543.311,81**	**6.582.162,44**	**168.808.812,22**	**85.331.581,02**

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	593.833,44	476.417,72	543.519,93	564.171,44	571.526,21	601.998,81	616.980,21	913.489,68	177.817,12	238.343,53	231.369,88	810.016,82	6.339.484,79	7.558.241,84
I.P.T.U.	574,30	86,10	2.312,66	86,10	482,38	409,65	1.287,02	0,00	1.805,12	870,05	308,54	1.001,79	9.223,71	34.877,99
I.S.S.	226.946,18	142.432,59	166.258,83	288.193,33	244.184,27	270.137,30	260.214,99	255.577,17	117.950,50	91.827,44	114.254,37	689.445,09	2.867.422,06	3.041.746,75
I.T.B.I.	3.400,00	0,00	1.000,00	1.700,00	2.080,00	600,00	7.681,60	0,00	3.636,80	2.177,10	10.301,51	6.146,90	38.723,91	173.888,23
I.R.R.F.	356.927,97	324.786,71	370.359,84	271.229,41	316.040,31	325.251,77	344.359,80	657.912,51	40.093,05	105.935,55	90.911,45	92.565,09	3.296.373,46	4.267.906,16
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.984,99	9.112,32	3.588,60	2.962,60	8.739,25	5.600,09	3.436,80	0,00	14.331,65	37.533,39	15.594,01	20.857,95	127.741,65	39.822,71
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.758,42
Receita Patrimonial	-2.060.466,37	185.351,19	47.069,47	152.876,81	708.913,47	87.778,82	761.658,56	69.995,31	187.603,73	118.548,21	106.021,36	119.998,26	485.348,82	2.622.613,71
Rendimentos de Aplicação Financeira	-2.060.466,37	185.351,19	47.069,47	152.876,81	708.913,47	75.228,82	494.753,56	69.995,31	187.603,73	118.548,21	106.021,36	119.998,26	205.893,82	2.622.613,71
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.550,00	266.905,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.455,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	41.093,69	38.158,69	27.243,79	24.257,76	21.573,47	21.024,87	18.014,57	18.934,49	12.944,29	20.895,92	20.843,51	16.439,62	281.424,67	223.121,58
Transferências Correntes	15.394.939,22	15.905.970,72	19.176.399,04	17.047.027,75	14.294.917,73	21.599.489,42	19.708.319,45	17.911.529,07	4.999.159,74	5.844.017,00	4.185.077,06	5.635.707,74	161.702.553,94	74.898.845,47
Cota-Parte do F.P.M.	4.092.057,62	4.182.856,94	4.369.485,40	3.342.558,16	4.192.518,56	2.841.258,59	3.865.769,06	4.929.918,65	3.083.672,10	3.873.639,41	2.341.281,31	2.760.354,92	43.875.370,72	47.589.156,53
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.884.970,94	1.797.810,94	1.642.867,86	1.927.070,97	2.004.563,80	1.694.706,08	1.873.761,75	2.111.746,32	1.777.398,77	1.610.920,91	1.693.704,62	2.766.085,56	22.785.608,52	22.397.360,26
Cota-Parte do I.P.V.A.	76.597,39	78.613,05	85.549,17	68.080,78	73.506,83	66.082,11	45.258,88	54.059,66	56.659,51	28.556,14	34.689,50	29.071,63	696.724,65	909.397,20
Cota-Parte do I.T.R.	1.472,55	1.068,62	865,24	377,95	730,19	3.584,51	1.398,04	1.690,47	2.470,72	372,41	87,95	1.140,76	15.259,41	12.109,35
Transferências da LC 61/1989	4.448,72	5.727,11	5.290,96	4.673,95	5.690,37	5.669,28	5.217,57	5.993,34	4.687,35	4.175,53	3.739,33	4.023,04	59.336,55	61.667,96
Transferências do FUNDEB	6.126.985,54	6.112.127,16	5.506.728,72	6.074.572,14	4.889.406,78	5.989.712,49	5.877.631,14	6.113.932,76	0,00	0,00	0,00	0,00	46.691.096,73	0,00
Outras Transferências Correntes	3.208.406,46	3.727.766,90	7.565.611,69	5.629.693,80	3.128.501,20	10.998.476,36	8.039.283,01	4.694.187,87	74.271,29	326.352,60	111.574,35	75.031,83	47.579.157,36	3.929.154,17
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DEDUÇÕES (II)	**1.211.909,32**	**1.213.215,24**	**856.655,74**	**1.068.552,21**	**951.206,50**	**922.259,96**	**1.158.280,97**	**1.125.780,92**	**984.977,57**	**1.103.532,78**	**814.700,42**	**1.112.135,07**	**12.523.206,70**	**13.299.275,42**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	1.211.909,32	1.213.215,24	856.655,74	1.068.552,21	951.206,50	922.259,96	1.158.280,97	1.125.780,92	984.977,57	1.103.532,78	814.700,42	1.112.135,07	12.523.206,70	13.299.275,42
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**12.757.490,66**	**15.392.683,08**	**18.937.576,49**	**16.719.781,55**	**14.645.724,38**	**21.388.031,96**	**19.946.691,82**	**17.788.167,63**	**4.392.547,31**	**5.118.271,88**	**3.728.611,39**	**5.470.027,37**	**156.285.605,52**	**72.032.305,60**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	12.757.490,66	15.392.683,08	16.737.576,49	16.719.781,55	14.645.724,38	21.288.031,96	19.946.691,82	17.788.167,63	4.392.547,31	5.118.271,88	3.728.611,39	5.470.027,37	153.985.605,52	72.032.305,60
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500.055,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500.055,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	453.914,00	447.842,00	446.356,00	449.256,00	443.256,00	443.256,00	468.256,00	886.512,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.038.648,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	12.303.576,66	14.944.841,08	16.291.220,49	16.270.525,55	14.202.468,38	13.344.720,96	19.478.435,82	16.901.655,63	4.392.547,31	5.118.271,88	3.728.611,39	5.470.027,37	142.446.902,52	72.032.305,60

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 18:51:46.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:D57B3855

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 07 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — Exercício de 2026

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2026 / MÊS ABRIL 2026

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-	5.577.490,91	16.628.328,32	87.000,00	21.795.800,19	323.019,04	208.225,96	11.474.567,27	517.894,56	517.894,56	7.164.379,26	4.000.519,41	4.323.538,45

ORÇAMENTÁRIO) (I)												
PODER EXECUTIVO	5.577.490,91	16.628.328,32	87.000,00	21.795.800,19	323.019,04	208.225,96	11.474.567,27	517.894,56	517.894,56	7.164.379,26	4.000.519,41	4.323.538,45
FUNDOS MUNICIPAIS	5.573.699,38	16.316.232,62	0,00	21.795.800,19	94.131,81	208.225,96	6.837.607,45	0,00	0,00	6.997.449,71	48.383,70	142.515,51
PODER EXECUTIVO	3.791,53	312.095,70	87.000,00	0,00	228.887,23	0,00	4.636.959,82	517.894,56	517.894,56	166.929,55	3.952.135,71	4.181.022,94
Total (III) = (I + II):	**5.577.490,91**	**16.628.328,32**	**87.000,00**	**21.795.800,19**	**323.019,04**	**208.225,96**	**11.474.567,27**	**517.894,56**	**517.894,56**	**7.164.379,26**	**4.000.519,41**	**4.323.538,45**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:11:56.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:BDD9A98A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 12 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM				
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO				Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)			R$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**7.518.419,13**	**7.518.419,13**	**1.369.230,35**	**18,21**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	34.877,99	34.877,99	3.985,50	11,43
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	173.888,23	173.888,23	22.262,31	12,80
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.041.746,75	3.041.746,75	1.013.477,40	33,32
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	4.267.906,16	4.267.906,16	329.505,14	7,72
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**66.496.377,13**	**66.496.377,13**	**20.076.731,47**	**30,19**
Cota-Parte FPM	43.115.842,36	43.115.842,36	12.058.947,74	27,97
Cota-Parte ITR	12.109,35	12.109,35	4.071,84	33,63
Cota-Parte IPVA	909.397,20	909.397,20	148.976,78	16,38
Cota-Parte ICMS	22.397.360,26	22.397.360,26	7.848.109,86	35,04
Cota-Parte IPI-Exportação	61.667,96	61.667,96	16.625,25	26,96
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**74.014.796,26**	**74.014.796,26**	**21.445.961,82**	**28,98**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.216.894,27
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	-3.216.894,27	-3.216.894,27	-3.216.894,27
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	-3.216.894,27		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**0,00**	**0,00**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos do exercício de referência 2026	3.216.894,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos do exercício anterior 2025	10.822.781,61	21.140.910,18	10.318.128,57	2.534.860,86	0,00	0,00	0,00	2.534.860,86	0,00	10.318.128,57
Empenhos de 2024	10.152.875,56	16.675.879,91	6.523.004,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.523.004,35
Empenhos de 2023	8.895.166,55	15.664.606,23	6.769.439,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.769.439,68
Empenhos de 2022 e anteriores	8.612.058,67	17.813.672,34	9.201.613,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.201.613,67
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)									**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)									**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)									**0,00**	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:38:56.								
Notas:								
[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).								
Nota(s) Explicativa(s):								

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:C8D122DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 13 - PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CAREIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL DE 2026 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00

TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	204.958.012,08	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60	72.032.305,60
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 27/08/2026, às 19:44:27.											
Nota(s) Explicativa(s):											

MUNICÍPIO DE CAREIRO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A ABRIL DE 2026 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL	
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R$ 1,00

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:070E07D8

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Guajará - AM (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2026
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	**Estágios da Receita Orçamentária**			
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	**SALDO (a-c)**

			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	96.611.919,31	96.611.919,31	23.376.372,90	24,20	56.829.133,28	58,82	39.782.786,03
RECEITAS CORRENTES	88.490.419,31	88.490.419,31	20.126.691,25	22,74	49.690.599,49	56,15	38.799.819,82
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.154.126,39	1.154.126,39	139.680,43	12,10	440.958,29	38,21	713.168,10
Impostos	1.144.126,41	1.144.126,41	139.680,43	12,21	440.958,29	38,54	703.168,12
Taxas	9.999,98	9.999,98		0,00		0,00	9.999,98
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	777.082,53	777.082,53	138.352,68	17,80	397.107,40	51,10	379.975,13
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	777.082,53	777.082,53	138.352,68	17,80	397.107,40	51,10	379.975,13
RECEITA PATRIMONIAL	995.663,78	995.663,78	591.777,17	59,44	1.434.908,22	144,12	-439.244,44
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	995.663,78	995.663,78	591.777,17	59,44	1.434.908,22	144,12	-439.244,44
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	85.545.635,19	85.545.635,19	19.233.505,27	22,48	47.389.649,88	55,40	38.155.985,31
Transferências da União e de suas Entidades	57.028.504,56	57.028.504,56	14.084.448,81	24,70	32.487.690,02	56,97	24.540.814,54
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.345.630,58	15.345.630,58	2.748.347,63	17,91	7.510.336,33	48,94	7.835.294,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	13.171.500,05	13.171.500,05	2.400.708,83	18,23	7.391.623,53	56,12	5.779.876,52
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.911,42	17.911,42	23.375,70	130,51	27.975,70	156,19	-10.064,28
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	17.911,42	17.911,42	23.375,70	130,51	27.975,70	156,19	-10.064,28
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							

Receitas Orçamentárias	**Estágios da Receita Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS DE CAPITAL	8.121.500,00	8.121.500,00	3.249.681,65	40,01	7.138.533,79	87,90	982.966,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00		
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.121.500,00	8.121.500,00	3.249.681,65	40,01	7.138.533,79	87,90	982.966,21
Transferências da União e de suas Entidades	3.121.500,00	3.121.500,00	3.249.681,65	104,11	3.364.998,40	107,80	-243.498,40
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.000.000,00	5.000.000,00		0,00	3.773.535,39	75,47	1.226.464,61
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							

Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	96.611.919,31	96.611.919,31	23.376.372,90	24,20	56.829.133,28	58,82	39.782.786,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	96.611.919,31	96.611.919,31	23.376.372,90	24,20	56.829.133,28	58,82	39.782.786,03
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	96.611.919,31	96.611.919,31	23.376.372,90	24,20	56.829.133,28	58,82	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.116.729,27			3.116.729,27		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		3.116.729,27			3.116.729,27		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	96.611.919,31	99.728.648,58	20.741.166,66	61.323.882,56	38.404.766,02	19.067.066,16	54.205.049,08	45.523.599,50	53.974.464,57	

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	81.527.193,90	79.126.266,82	17.082.075,92	47.922.768,28	31.203.498,54	17.331.197,15	46.138.191,75	32.988.075,07	45.907.607,24	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.383.760,56	32.574.697,68	6.007.424,08	17.910.564,66	14.664.133,02	6.203.257,58	17.615.776,57	14.958.921,11	17.547.317,48	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.810,00	20.810,00			20.810,00			20.810,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.122.623,34	46.530.759,14	11.074.651,84	30.012.203,62	16.518.555,52	11.127.939,57	28.522.415,18	18.008.343,96	28.360.289,76	
DESPESAS DE CAPITAL	14.084.725,41	19.602.381,76	3.659.090,74	13.401.114,28	6.201.267,48	1.735.869,01	8.066.857,33	11.535.524,43	8.066.857,33	
INVESTIMENTOS	10.588.571,12	16.080.297,17	3.659.090,74	12.411.790,97	3.668.506,20	1.505.282,61	7.413.717,84	8.666.579,33	7.413.717,84	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.496.154,29	3.522.084,59	0,00	989.323,31	2.532.761,28	230.586,40	653.139,49	2.868.945,10	653.139,49	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	1.000.000,00			1.000.000,00			1.000.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	96.611.919,31	99.728.648,58	20.741.166,66	61.323.882,56	38.404.766,02	19.067.066,16	54.205.049,08	45.523.599,50	53.974.464,57	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	96.611.919,31	99.728.648,58	20.741.166,66	61.323.882,56	38.404.766,02	19.067.066,16	54.205.049,08	45.523.599,50	53.974.464,57	
SUPERÁVIT (XIII)							2.624.084,20		2.854.668,71	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	96.611.919,31	99.728.648,58	20.741.166,66	61.323.882,56		19.067.066,16	56.829.133,28		56.829.133,28	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES					0,00		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

Receitas Intra-Orçamentárias	**Estágios da Receita Intra-Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	**Estágios da Despesa Intra-Orçamentária**									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)**	**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
DESPESAS CORRENTES				0,00						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	**Valores**
	30/06/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	96.611.919,31	99.728.648,58	20.741.166,66	61.323.882,56	100,00	38.404.766,02	19.067.066,16	54.205.049,08	100,00	45.523.599,50	
Legislativa	2.908.000,00	2.908.000,00	149.190,05	1.581.061,74	2,58	1.326.938,26	371.415,07	1.201.987,57	2,22	1.706.012,43	
Ação Legislativa	2.908.000,00	2.908.000,00	149.190,05	1.581.061,74	2,58	1.326.938,26	371.415,07	1.201.987,57	2,22	1.706.012,43	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											

FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	268.094,50	194.907,46	7.700,00	149.936,00	0,24	44.971,46	38.226,00	79.365,00	0,15	115.542,46	
Defesa da Ordem Jurídica	268.094,50	194.907,46	7.700,00	149.936,00	0,24	44.971,46	38.226,00	79.365,00	0,15	115.542,46	
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	11.217.263,98	9.859.628,44	2.183.602,51	7.140.073,46	11,64	2.719.554,98	2.030.364,49	6.469.696,23	11,94	3.389.932,21	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	9.820.506,95	8.524.218,07	2.081.288,57	6.346.691,52	10,35	2.177.526,55	1.811.263,35	5.819.800,88	10,74	2.704.417,19	
Administração Financeira	1.358.668,75	1.297.322,09	102.313,94	789.839,94	1,29	507.482,15	219.101,14	646.353,35	1,19	650.968,74	
Controle Interno	38.088,28	38.088,28		3.542,00	0,01	34.546,28		3.542,00	0,01	34.546,28	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	1.675.490,03	1.169.710,22	241.026,97	679.690,60	1,11	490.019,62	241.026,97	679.690,60	1,25	490.019,62	
Policiamento	501.490,03	791.504,00	183.226,97	551.417,97	0,90	240.086,03	183.226,97	551.417,97	1,02	240.086,03	
Defesa Civil	1.166.000,00	370.206,22	57.800,00	128.272,63	0,21	241.933,59	57.800,00	128.272,63	0,24	241.933,59	
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções	8.000,00	8.000,00				8.000,00				8.000,00	
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	4.136.900,51	4.579.284,99	751.605,81	2.032.957,27	3,32	2.546.327,72	765.155,81	1.989.957,27	3,67	2.589.327,72	
Assistência ao Idoso											
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária	4.049.539,33	4.475.980,25	751.605,81	2.000.457,27	3,26	2.475.522,98	758.655,81	1.973.707,27	3,64	2.502.272,98	

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Serviços Socioassistenciais											
Segurança e Renda											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções	87.361,18	103.304,74		32.500,00	0,05	70.804,74	6.500,00	16.250,00	0,03	87.054,74	
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	28.654.241,75	28.754.778,70	7.335.171,59	20.128.710,80	32,82	8.626.067,90	7.366.089,78	19.702.236,93	36,35	9.052.541,77	
Atenção Básica	11.873.757,83	12.310.842,21	3.838.797,44	9.340.207,10	15,23	2.970.635,11	3.877.048,68	9.273.444,39	17,11	3.037.397,82	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.642.307,03	8.649.925,92	1.706.372,77	5.393.772,58	8,80	3.256.153,34	1.716.622,77	5.316.449,09	9,81	3.333.476,83	
Suporte Profilático e Terapêutico	311.141,67	176.196,25	9.142,00	70.951,50	0,12	105.244,75	9.142,00	44.551,50	0,08	131.644,75	

Vigilância Sanitária	1.800.145,20	1.352.648,31	5.600,00	18.764,00	0,03	1.333.884,31	7.600,00	12.764,00	0,02	1.339.884,31	
Vigilância Epidemiológica		775.368,66	276.263,03	774.936,39	1,26	432,27	279.263,03	773.436,39	1,43	1.932,27	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	5.026.890,02	5.489.797,35	1.498.996,35	4.530.079,23	7,39	959.718,12	1.476.413,30	4.281.591,56	7,90	1.208.205,79	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	32.406.272,45	32.738.906,78	7.666.914,76	16.898.343,44	27,56	15.840.563,34	6.267.085,87	15.272.398,58	28,18	17.466.508,20	
Ensino Fundamental	18.181.130,66	21.236.228,93	5.365.733,08	11.804.054,76	19,25	9.432.174,17	4.046.096,66	10.280.106,17	18,97	10.956.122,76	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	12.459.086,19	10.443.349,66	2.251.346,07	4.990.915,35	8,14	5.452.434,31	2.162.567,82	4.902.137,10	9,04	5.541.212,56	
Educação de Jovens e Adultos	1.040,51	1.040,51	810,00	810,00	0,00	230,51	810,00	810,00	0,00	230,51	
Educação Especial	4.457,50	5.969,00	1.400,00	5.969,00	0,01	0,00	1.400,00	5.969,00	0,01	0,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	1.659.180,64	950.941,73	47.625,61	96.594,33	0,16	854.347,40	56.211,39	83.376,31	0,15	867.565,42	
FU12 - Demais Subfunções	101.376,95	101.376,95				101.376,95				101.376,95	
Cultura	550.304,99	466.685,71	13.046,00	41.006,00	0,07	425.679,71	21.846,00	36.606,00	0,07	430.079,71	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	550.304,99	466.685,71	13.046,00	41.006,00	0,07	425.679,71	21.846,00	36.606,00	0,07	430.079,71	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	4.303.955,30	4.627.507,96	1.590.718,97	3.868.512,92	6,31	758.995,04	1.605.318,97	3.812.012,92	7,03	815.495,04	
Infra-Estrutura Urbana	1.393.079,09	332.438,06	60.296,30	64.561,88	0,11	267.876,18	60.296,30	64.561,88	0,12	267.876,18	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	2.910.876,21	4.295.069,90	1.530.422,67	3.803.951,04	6,20	491.118,86	1.545.022,67	3.747.451,04	6,91	547.618,86	
FU15 - Demais Subfunções											

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Habitação	578.037,50	25.222,50				25.222,50				25.222,50	
Habitação Rural											
Habitação Urbana	578.037,50	25.222,50				25.222,50				25.222,50	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	946.887,18	921.788,55		14.900,00	0,02	906.888,55		14.900,00	0,03	906.888,55	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	104.000,00	114.100,00		14.900,00	0,02	99.200,00		14.900,00	0,03	99.200,00	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções	842.887,18	807.688,55				807.688,55				807.688,55	
Gestão Ambiental	420.506,28	372.176,38	46.612,00	151.490,15	0,25	220.686,23	48.612,00	141.490,15	0,26	230.686,23	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											

FU18 - Administração Geral	250.506,28	221.631,54	46.612,00	151.490,15	0,25	70.141,39	48.612,00	141.490,15	0,26	80.141,39	
FU18 - Demais Subfunções	170.000,00	150.544,84				150.544,84				150.544,84	
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	1.217.117,16	4.207.975,31	684.084,00	3.635.250,15	5,93	572.725,16	15.484,00	122.385,15	0,23	4.085.590,16	
Abastecimento	283.270,80	232.055,80				232.055,80				232.055,80	
Extensão Rural	625.649,52	3.702.722,67	668.600,00	3.588.798,15	5,85	113.924,52		75.933,15	0,14	3.626.789,52	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	308.196,84	273.196,84	15.484,00	46.452,00	0,08	226.744,84	15.484,00	46.452,00	0,09	226.744,84	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	2.346.549,66	3.969.686,70		3.893.357,03	6,35	76.329,67		3.893.357,03	7,18	76.329,67	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	2.296.549,66	3.919.686,70		3.893.357,03	6,35	26.329,67		3.893.357,03	7,18	26.329,67	
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											

FU26 - Demais Subfunções	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
Desporto e Lazer	401.333,73	351.424,59	71.494,00	163.115,88	0,27	188.308,71	71.494,00	163.115,88	0,30	188.308,71	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer	104.050,00	104.050,00				104.050,00				104.050,00	
FU27 - Administração Geral	297.283,73	247.374,59	71.494,00	163.115,88	0,27	84.258,71	71.494,00	163.115,88	0,30	84.258,71	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	3.480.964,29	3.480.964,29	0,00	945.477,12	1,54	2.535.487,17	224.947,20	625.849,77	1,15	2.855.114,52	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	3.480.964,29	3.480.964,29	0,00	945.477,12	1,54	2.535.487,17	224.947,20	625.849,77	1,15	2.855.114,52	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	1.000.000,00	1.000.000,00				1.000.000,00				1.000.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	96.611.919,31	99.728.648,58	20.741.166,66	61.323.882,56	100,00	38.404.766,02	19.067.066,16	54.205.049,08	100,00	45.523.599,50	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração											
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											

Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Serviços Socioassistenciais											
Segurança e Renda											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde											
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação											
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											

Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											

FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	7.963.042,30	7.183.394,16	7.898.334,38	10.324.418,35	8.556.190,53	9.381.066,00	12.538.376,31	7.711.365,24	3.419.862,23	8.647.182,11	7.828.042,06	13.760.362,26	105.211.635,93	96.328.684,65
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	96.017,94	117.150,06	65.487,85	124.470,49	83.183,86	156.915,18	26.305,76	154.595,96	66.213,54	54.162,60	65.319,50	74.360,93	1.084.183,67	1.154.126,39
IPTU	646,79	30,00		60,00	55,20	37,50	10,20	11,65	11,50		7,10	4,50	874,44	5.000,00
ISS	38.121,25	57.612,07	29.932,18	34.010,41	18.637,51	45.947,43	15.986,25	138.591,24	42.252,54	39.069,94	48.688,69	58.886,61	567.736,12	460.763,94
ITBI	8.624,30	8.597,05	3.500,38	6.022,80	5.119,98	2.372,91	2.148,40	1.533,23	669,77	1.672,91	3.203,96	2.050,07	45.515,76	65.514,23
IRRF	48.625,60	50.910,94	32.055,29	84.377,28	59.371,17	108.557,34	8.160,91	14.459,84	23.279,73	13.419,75	13.419,75	13.419,75	470.057,35	612.848,24
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria														9.999,98
Contribuições	72.865,38	60.105,75	59.074,35	69.081,04	60.588,84	61.443,65	68.062,65	55.811,87	62.946,78	71.933,42	66.940,09	71.412,59	780.266,41	777.082,53
Receita Patrimonial	217.573,75	288.867,97	212.898,94	209.489,54	267.313,35	276.651,06	198.953,69	196.834,64	262.892,94	184.449,78	371.990,75	219.786,42	2.907.702,83	995.663,78
Rendimentos de Aplicação Financeira	217.573,75	288.867,97	212.898,94	209.489,54	267.313,35	276.651,06	198.953,69	196.834,64	262.892,94	184.449,78	371.990,75	219.786,42	2.907.702,83	995.663,78
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços														
Transferências Correntes	7.576.585,23	6.717.270,38	7.560.873,24	9.921.377,28	8.145.104,48	8.886.056,11	12.240.454,21	7.304.122,77	3.027.808,97	8.336.636,31	7.323.791,72	13.371.426,62	100.411.507,32	93.383.900,53
Cota-Parte do FPM	2.383.355,69	1.823.213,54	2.286.828,31	1.549.777,41	2.108.601,30	3.404.586,77	2.166.250,66	2.721.137,48	1.644.619,39	1.939.057,43	2.354.300,32	2.482.237,05	26.863.965,35	26.372.667,07
Cota-Parte do ICMS	1.099.856,98	1.290.123,50	1.342.002,92	1.134.561,31	1.254.434,39	1.413.758,79	1.189.921,88	1.078.469,31	1.133.890,86	1.851.821,78	1.234.133,65	1.220.045,08	15.243.020,45	14.994.445,61
Cota-Parte do IPVA	10.306,01	14.243,82	15.628,96	10.970,86	8.236,12	4.450,87	7.188,64	2.893,30	9.576,54	5.976,80	6.237,23	4.642,28	100.351,43	200.654,99
Cota-Parte do ITR	808,47	1.834,53	832,34	10.297,63	2.043,55	811,53	260,90	18,91	848,73	1.327,15	40,64	480,44	19.604,82	22.263,49
Transferências da LC nº 61/1989	3.542,15	3.129,09	3.809,56	3.795,43	3.493,03	4.012,39	3.138,06	2.795,41	2.503,39	2.693,32	2.507,53	3.942,18	39.361,54	41.285,08
Transferências do FUNDEB	1.866.355,36	2.053.215,23	1.658.852,78	2.224.266,88	2.080.842,71	2.100.762,74	3.501.327,44	2.067.542,79	1.869.232,87	2.644.330,68	2.229.406,92	2.213.643,99	26.509.780,39	23.265.415,56
Outras Transferências Correntes	2.212.360,57	1.531.510,67	2.252.918,37	4.987.707,76	2.687.453,38	1.957.673,02	5.372.366,63	1.431.265,57	-1.632.862,81	1.891.429,15	1.497.165,43	7.446.435,60	31.635.423,34	28.487.168,73
Outras Receitas Correntes							4.600,00					23.375,70	27.975,70	17.911,42
DEDUÇÕES (II)	500.943,28	626.508,80	563.895,60	541.880,42	675.361,60	761.866,50	673.351,90	761.062,84	558.287,66	760.175,25	719.443,78	742.269,29	7.885.046,92	7.838.265,34
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	500.943,28	626.508,80	563.895,60	541.880,42	675.361,60	761.866,50	673.351,90	761.062,84	558.287,66	760.175,25	719.443,78	742.269,29	7.885.046,92	7.838.265,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.462.099,02	6.556.885,36	7.334.438,78	9.782.537,93	7.880.828,93	8.619.199,50	11.865.024,41	6.950.302,40	2.861.574,57	7.887.006,86	7.108.598,28	13.018.092,97	97.326.589,01	88.490.419,31
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)												1.500.000,00	1.500.000,00	600.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	7.462.099,02	6.556.885,36	7.334.438,78	9.782.537,93	7.880.828,93	8.619.199,50	11.865.024,41	6.950.302,40	2.861.574,57	7.887.006,86	7.108.598,28	11.518.092,97	95.826.589,01	87.890.419,31
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)			500.000,00	2.000.055,00								1.000.055,00	3.500.110,00	2.800.000,00
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	245.916,00	245.916,00	242.880,00	247.530,00	244.430,00	488.860,00	260.910,00	260.910,00	260.910,00	257.668,00	257.668,00	252.642,90	3.266.240,90	3.683.480,89
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	7.216.183,02	6.310.969,36	6.591.558,78	7.534.952,93	7.636.398,93	8.130.339,50	11.604.114,41	6.689.392,40	2.600.664,57	7.629.338,86	6.850.930,28	10.265.395,07	89.060.238,11	81.406.938,42

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)		

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)					

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					

Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)					

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	**Aportes de Recursos**
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	**Período de Referência**
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	**Execução da Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	**Execução da Despesa**				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)**
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)					
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)					
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)					

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	**Período de Referência**
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	**Execução da Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		

Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)					

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	88.490.419,31	49.690.599,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.154.126,39	440.958,29
IPTU	5.000,00	44,95
ISS	460.763,94	343.475,27
ITBI	65.514,23	11.278,34
IRRF	612.848,24	86.159,73
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.999,98	
Contribuições	777.082,53	397.107,40
Receita Patrimonial	995.663,78	1.434.908,22
Aplicações Financeiras (II)	995.663,78	1.434.908,22
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	85.545.635,19	47.389.649,88
Cota-Parte do FPM	21.586.131,57	10.646.082,10
Cota-Parte do ICMS	11.995.556,49	6.166.626,09
Cota-Parte do IPVA	160.523,99	29.212,07
Cota-Parte do ITR	17.810,79	2.381,46
Transferências da LC nº 61/1989	33.028,06	14.063,90
Transferências do FUNDEB	23.265.415,56	14.525.484,69
Outras Transferências Correntes	28.487.168,73	16.005.799,57
Demais Receitas Correntes	17.911,42	27.975,70
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	17.911,42	27.975,70
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	87.494.755,53	48.255.691,27
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	8.121.500,00	7.138.533,79
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		

Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	8.121.500,00	7.138.533,79
Convênios	7.081.000,00	7.023.217,04
Outras Transferências de Capital	1.040.500,00	115.316,75
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	8.121.500,00	7.138.533,79
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	95.616.255,53	55.394.225,06
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	95.616.255,53	55.394.225,06

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	79.126.266,82	47.922.768,28	46.138.191,75	45.907.607,24	479.080,06	1.447.661,38	1.447.661,38
Pessoal e Encargos Sociais	32.574.697,68	17.910.564,66	17.615.776,57	17.547.317,48		1.237.976,39	1.237.976,39
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	20.810,00						
Outras Despesas Correntes	46.530.759,14	30.012.203,62	28.522.415,18	28.360.289,76	479.080,06	209.684,99	209.684,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	79.105.456,82	47.922.768,28	46.138.191,75	45.907.607,24	479.080,06	1.447.661,38	1.447.661,38
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	19.602.381,76	13.401.114,28	8.066.857,33	8.066.857,33	938.351,08	208.235,09	208.235,09
Investimentos	16.080.297,17	12.411.790,97	7.413.717,84	7.413.717,84	938.351,08	208.235,09	208.235,09
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	3.522.084,59	989.323,31	653.139,49	653.139,49			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	16.080.297,17	12.411.790,97	7.413.717,84	7.413.717,84	938.351,08	208.235,09	208.235,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	1.000.000,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	96.185.753,99	60.334.559,25	53.551.909,59	53.321.325,08	1.417.431,14	1.655.896,47	1.655.896,47
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	96.185.753,99	60.334.559,25	53.551.909,59	53.321.325,08	1.417.431,14	1.655.896,47	1.655.896,47

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	-1.000.427,63
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	-1.000.427,63

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	2.521.300,51

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre / 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.434.908,22
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	434.480,59

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2025 (a)	Até o Bimestre 2026 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	7.185.958,23	6.655.975,02
DEDUÇÕES (XL)	20.437.745,00	21.785.128,03
Disponibilidade de Caixa	20.437.745,00	21.785.128,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	30.463.311,05	31.458.160,60
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.475.488,54	756.994,87
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.550.077,51	8.916.037,70
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-13.251.786,77	-15.129.153,01

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	1.877.366,24

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.718.493,67
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/-(XLIX))	158.872,57

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2026
Resultado Primário - Abaixo da Linha	**VALOR**
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-1.276.035,65

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.116.729,27
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.116.729,27
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	**30/06/2026**
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	746.881,23	1.728.607,31	1.417.431,14	301.062,53	756.994,87		2.955.814,81	1.655.896,47	1.655.896,47	316.062,53	983.855,81	1.740.850,68
PODER EXECUTIVO	746.881,23	1.728.607,31	1.417.431,14	301.062,53	756.994,87		2.955.814,81	1.655.896,47	1.655.896,47	316.062,53	983.855,81	1.740.850,68
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	746.881,23	1.728.607,31	1.417.431,14	301.062,53	756.994,87		2.955.814,81	1.655.896,47	1.655.896,47	316.062,53	983.855,81	1.740.850,68

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	**Valores**
	30/06/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanço Orçamentário	**Valores**
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	96.611.919,31
Previsão Atualizada	96.611.919,31
Receitas Realizadas	56.829.133,28
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	3.116.729,27
DESPESAS	
Dotação Inicial	96.611.919,31
Dotação Atualizada	99.728.648,58
Despesas Empenhadas	61.323.882,56
Despesas Liquidadas	54.205.049,08
Despesas Pagas	53.974.464,57
Superávit Orçamentário	2.624.084,20

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	**Valores**
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	61.323.882,56
Despesas Liquidadas	54.205.049,08

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	**Valores**
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	97.326.589,01
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	95.826.589,01
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	89.060.238,11

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	**Valores**
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	

Resultado Previdenciário	
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	**Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário**		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	**Resultado Apurado até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	2.521.300,51	-1.000.427,63	-39,68
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		1.877.366,24	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	**Estágios dos Restos a Pagar**			
	Inscrição	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.475.488,54	301.062,53	1.417.431,14	756.994,87
Poder Executivo	2.475.488,54	301.062,53	1.417.431,14	756.994,87
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.955.814,81	316.062,53	1.655.896,47	983.855,81
Poder Executivo	2.955.814,81	316.062,53	1.655.896,47	983.855,81
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	5.431.303,35	617.125,06	3.073.327,61	1.740.850,68

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	**Apuração das Despesas com Ensino**		
	Valor Apurado Até o Bimestre	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.314.859,59	25,00	10,76
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	7.974.518,81	70,00	56,41
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil (Indicador IEI)	3.376.733,27	0,00	78,97
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		0,15	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	**Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**	
	Valor Apurado no Exercício	**Saldo Não Realizado**
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	4.777.972,39	15,00	22,21

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Dilena Rodrigues de Paula
Código Identificador:1DE4C938

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE LÁBREA

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO II -LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS - 2027

DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS									
MUNICÍPIO DE LÁBREA									
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS									
METAS ANUAIS									
2027									
AMF - Demonstrativo I (LRF, Art. 4º § 1º)							R$1,00		
ESPECIFICAÇÃO	**2027**			**2028**			**2029**		
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a/PIB)x100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b/PIB)x100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c/100)x100**
Receita Total	270.000.000,00	256.873.751,31	30,836	285.471.000,00	261.071.438,29	32,058	301.600.111,50	266.108.996,20	33,205
Receitas Primárias (I)	269.914.660,00	256.792.560,18	30,826	285.380.770,02	260.988.920,38	32,048	301.504.783,52	266.024.886,04	33,195
Despesa Total	270.000.000,00	256.873.751,31	30,836	285.223.721,63	260.845.295,11	32,030	301.063.924,88	265.635.905,91	33,146
Despesas Primárias (II)	269.618.480,00	256.510.779,18	30,793	284.822.844,86	260.478.681,78	31,985	300.644.642,34	265.265.962,89	33,100
Resultado Primário (III) = (I - II)	296.180,00	281.780,99	0,034	557.925,16	510.238,60	0,063	860.141,19	758.923,16	0,095
Resultado Nominal	296.180,00	281.780,99	0,034	557.925,16	510.238,60	0,063	860.141,19	758.923,16	0,095
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000

Notas:
1 - O PIB Estadual foi utilizado como base de cálculo para se chegar ao PIB Municipal dos exercícios de 2024 a 2029.

2 - O valor do PIB do Município de Lábrea de 2023 foi projetado tomando como base o estudo elaborado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, representando 0,46% do PIB Estadual, totalizando R$ 742.982.110,00.
3 - Para os exercícios de 2024 a 2029, o PIB Municipal foi projetado utilizando o modelo média móvel. Este modelo de projeção não leva em consideração as oscilações de exercícios anteriores, por isso a curva de projeção, demonstrada a seguir na 'Nota 6', ficou suavizada.

Ano	Taxa de Crescimento do PIB%	Valor do PIB Estadual (R$ 1,00)	Valor do PIB Municipal (R$ 1,00)
2023[1]	-	161.795.000.000,00	742.982.110,00
2024[2]	1,05%	169.700.000.000,00	779.282.821,27
2025[2]	3,29%	175.283.130.000,00	804.921.226,09
2026[3]	1,07%	187.100.000.000,00	859.185.715,14
2027[4]	1,91%	190.673.610.000,00	875.596.162,30
2028[4]	1,70%	193.915.061.370,00	890.481.297,06
2029[4]	2,00%	197.793.362.597,40	908.290.923,00

Fonte: 1- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
2- Dados estimados para o PIB para os anos de 2024 e 2025 a partir da participação do PIB trimestral do Brasil (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação)
3- Dados estimados por meio de métodos estatísticos utilizando o modelo de séries temporais auto-regressivo integrado de médias móveis (ARIMA) a partir do ano de 2026. (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação) 4- Parâmetros econômicos do crescimento real do PIB nacional, publicados no Relatório de Mercado FOCUS do Banco Central

4 - O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:			
VARIÁVEIS	2027	2028	2029
PIB real (crescimento % anual)	1,91%	1,70%	2,00%
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice IPCA	5,11%	4,03%	3,65%

5 - Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:					
2027		2028		2029	
Valor Corrente /	1,0511	Valor Corrente /	1,0935	Valor Corrente /	1,1334

I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas da Prefeitura Municipal de Lábrea - AM:

As metas anuais de receitas da Prefeitura Municipal de Lábrea - AM foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias.

TOTAL DAS RECEITAS			
R$ 1,00			
ESPECIFICAÇÃO	**Realizado**	**Realizado**	**Reestimado***
	2024	**2025**	**2026**
RECEITAS CORRENTES	220.401.315,96	272.155.521,36	251.963.782,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.318.251,49	8.159.415,64	7.451.522,77
Receita da Dívida Ativa Tributária	78.931,54	26.234,18	51.283,71
Outras Receitas Tributárias	7.239.319,95	8.133.181,46	7.400.239,06
Contribuições	2.720.628,84	3.213.921,27	6.858.477,97
Receita Patrimonial	653.924,26	2.912.481,79	82.053,93
Aplicações Financeiras	653.924,26	2.912.481,79	82.053,93
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	209.566.646,05	257.681.397,19	237.434.029,04
Cota-Parte do FPM	60.117.727,08	61.164.919,49	78.464.073,16
Transf. de Recursos do SUS - FMS	35.263.185,68	49.752.546,20	32.027.701,29
Outras Transferências Correntes	114.185.733,29	146.763.931,50	126.942.254,59
Outras Receitas Correntes	141.865,32	188.305,47	137.698,94
RECEITA DE CAPITAL	12.443.955,06	31.552.623,69	8.469.605,36
Operações de Créditos	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	12.443.955,06	31.552.623,69	8.469.605,36
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	**232.845.271,02**	**303.708.145,05**	**260.433.388,00**

* Os valores para o exercício de 2026 foram reprojetados, considerando variações ocorridas devido ao acréscimo do percentual de crescimento estabelecido na LDO 2026 (projeção de crescimeto subiu de 3,00% para 5,57%) e a evolução da arrecadação municipal realizada no período de Janeiro a Abril de 2026.

ESPECIFICAÇÃO	**PREVISÃO (R$ 1,00)**		
	2027	**2028**	**2029**
RECEITAS CORRENTES	262.042.350,00	277.057.376,66	292.711.118,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.749.590,00	8.193.641,51	8.656.582,25
Receita da Dívida Ativa Tributária	53.340,00	56.396,38	59.582,78
Outras Receitas Tributárias	7.696.250,00	8.137.245,13	8.596.999,47
Contribuições	7.132.820,00	7.541.530,59	7.967.627,06
Receita Patrimonial	85.340,00	90.229,98	95.327,98
Aplicações Financeiras	85.340,00	90.229,98	95.327,98
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	246.931.390,00	261.080.558,65	275.831.610,21
Cota-Parte do FPM	81.602.640,00	86.278.471,27	91.153.204,90
Transf. de Recursos do SUS - FMS	33.308.810,00	35.217.404,81	37.207.188,18
Outras Transferências Correntes	132.019.940,00	139.584.682,56	147.471.217,13
Outras Receitas Correntes	143.210,00	151.415,93	159.970,93
RECEITA DE CAPITAL	7.957.650,00	8.413.623,35	8.888.993,06
Operações de Créditos	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	7.957.650,00	8.413.623,35	8.888.993,06
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	**270.000.000,00**	**285.471.000,00**	**301.600.111,50**

Notas:
1 - Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB e nas ações econômico-financeiras e administrativas, que serão tomadas pelo município de Lábrea, para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros.
2 - Nos valores acima também estão inclusas as receitas intra-orçamentárias relativas à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme exigência do Manual de Demonstrativos Fiscais - 15ª Edição, aprovado pela Portaria STN/MF nº 2.057, de 15/9/2025.

I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL (R$ 1,00)	VARIAÇÃO %
2024	7.318.251,49	-
2025	8.159.415,64	11,5%
2026	7.451.522,77	-8,68%
2027	7.696.250,00	3,28%
2028	8.137.245,13	5,73%
2029	8.596.999,47	5,65%

Notas:
1 - O aumento previsto para as Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal.
2 - As projeções para 2027, 2028 e 2029 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respecivamente em 5,11%, 4,03% e 3,65%, e também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2027, 2028 e 2029 com os respectivos percentuais de 1,91%, 1,70% e 2,00%. Ambos os indicadores foram projetados pelo Banco Central, através do Relatório de Mercado FOCUS.
3 - Desta forma, consideram-se no campo VARIAÇÃO % estas três variáveis: % IPCA, % PIB e intensificação na fiscalização tributária, para seus respectivos exercícios.

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL (R$ 1,00)	VARIAÇÃO %
2024	60.117.727,08	-
2025	61.164.919,49	1,74%
2026	78.464.073,16	28,28%
2027	81.602.640,00	4,00%
2028	86.278.471,27	5,73%
2029	91.153.204,90	5,65%
Transferências de Recursos do SUS		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL (R$ 1,00)	VARIAÇÃO %
2024	35.263.185,68	-
2025	49.752.546,20	41,09%
2026	32.027.701,29	-35,63%
2027	33.308.810,00	4,00%
2028	35.217.404,81	5,73%
2029	37.207.188,18	5,65%

Nota:
1 - As projeções para 2027, 2028 e 2029 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respecivamente em 5,11%, 4,03% e 3,65%, e também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2027, 2028 e 2029 com os respectivos percentuais de 1,91%, 1,70% e 2,00%.

Outras Receitas Correntes		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL (R$ 1,00)	VARIAÇÃO %
2024	141.865,32	-
2025	188.305,47	33%
2026	137.698,94	-27%
2027	143.210,00	4,00%
2028	151.415,93	5,73%
2029	159.970,93	5,65%
Receitas de Capital		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL (R$ 1,00)	VARIAÇÃO %
2024	12.443.955,06	-
2025	31.552.623,69	153,56%
2026	8.469.605,36	-73,16%
2027	7.957.650,00	-6,04%
2028	8.413.623,35	5,73%
2029	8.888.993,06	5,65%

Nota:

1 - As receitas de Capital tem como base as transferências de recursos de convênios. As projeções para os exercícios de 2027, 2028 e 2029 são fundamentadas em estimativas de transferências voluntárias por meio de convênios e contratos de repasse vindos da União e do Estado.

II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas do Município de Lábrea - AM:

As metas anuais de despesas da Prefeitura Municipal de Lábrea - AM foram calculadas a partir das despesas orçamentárias. Seguem, abaixo, memória e metodologia de cálculo:

TOTAL DAS DESPESAS			
R$ 1,00			
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	**Realizada**	**Realizada**	**Reestimado***
	2024	**2025**	**2026**
DESPESAS CORRENTES	207.939.137,36	251.155.008,23	219.304.212,60
Pessoal e Encargos Sociais	93.256.732,08	125.966.948,87	142.727.482,46
Juros e Encargos da Dívida	-	-	51.283,71
Outras Despesas Correntes	114.682.405,28	125.188.059,36	76.525.446,44
DESPESAS DE CAPITAL	19.937.887,54	26.815.891,45	20.310.399,70
Investimentos	19.937.887,54	26.812.290,81	20.053.981,16
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	3.600,64	256.418,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	16.839.313,21
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	**227.877.024,90**	**277.970.899,68**	**256.453.925,51**

* Os valores para o exercício de 2026 foram reprojetados, considerando variações ocorridas devido ao acréscimo do percentual de crescimento estabelecido na LDO 2026, (projeção de crescimeto do PIB 2026 subiu de 3,00% para 5,57%), e a realização da despesa municipal processada no período de Janeiro a Abril de 2026.

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	**PREVISÃO (R$ 1,00)**		
	2027	**2028**	**2029**
DESPESAS CORRENTES	231.741.130,00	244.177.907,61	256.995.639,34
Pessoal e Encargos Sociais	148.436.580,00	157.512.202,73	167.162.862,46
Juros e Encargos da Dívida	53.300,00	59.429,50	65.372,45
Outras Despesas Correntes	83.251.250,00	86.606.275,38	89.767.404,43
DESPESAS DE CAPITAL	21.184.360,00	23.283.201,27	25.589.839,49
Investimentos	20.856.140,00	22.941.754,00	25.235.929,40
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	328.220,00	341.447,27	353.910,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.074.510,00	17.762.612,75	18.478.446,05
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	**270.000.000,00**	**285.223.721,63**	**301.063.924,88**

Notas:
1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 5,11%, 4,03% e 3,65% para os respectivos exercícios de 2027, 2028 e 2029 e também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2027, 2028 e 2029 com os respectivos percentuais de 1,91%, 1,70% e 2,00%.
2 - Nos valores acima também estão inclusas as despesas intra-orçamentárias relativas à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme exigência do Manual de Demonstrativos Fiscais - 15ª Edição, aprovado pela Portaria STN/MF nº 2.057, de 15/9/2025.

II.a - Metodologia de Memória de Cálculo para as despesas do Município

Pessoal e Encargos Sociais		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL (R$ 1,00)	VARIAÇÃO %
2024	93.256.732,08	-
2025	125.966.948,87	35,08%
2026	142.727.482,46	13,31%
2027	148.436.580,00	4,00%
2028	157.512.202,73	6,11%
2029	167.162.862,46	6,13%

Nota:

1 - Na projeção para despesas de pessoal considerou-se o aumento do salário mínimo nacional para 2027, em relação a 2026, estimado em R$ 1.502,00.

Reserva de Contigência		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL (R$ 1,00)	VARIAÇÃO %
2024	-	-
2025	-	-
2026	16.839.313,21	-
2027	17.074.510,00	1,40%
2028	17.762.612,75	4,03%
2029	18.478.446,05	4,03%

Nota:
1- Os valores fixados para a Reserva de Contingência serão de, no mínimo, 1% da Receita Corrente Líquida e destina-se ao reforço das dotações a serem utilizadas para pagamento de despesas decorrentes de emergências, calamidades e outras contingências.

III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais dos Resultados Primários e Nominais do Município de Lábrea - AM:

A finalidade do Resultado Primário é registrar as expectativas para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. Essa linha é o resultado das Receitas Primárias menos as Despesas Primárias e indica se os níveis de gastos orçamentários deste Município são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.
O Resultado Nominal registra os valores esperados para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. No entanto, para fins de atendimento ao disposto no §1º do art. 4º da LRF, os cálculos da meta e das projeções do resultado nominal seguem o critério de apuração "acima da linha", observando a metodologia utilizada para o cálculo do resultado nominal estabelecida no Manual de Demonstrativos Fiscais, 15ª edição.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL						
R$ 1,00						
ACIM	**A DA LINHA**					
RECEITAS PRIMÁRIAS	**Realizado**		**Reestimado**	**Previsão**		
	2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
RECEITAS CORRENTES (I)	220.401.315,96	272.155.521,36	251.963.782,64	262.042.350,00	277.057.376,66	292.711.118,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.318.251,49	8.159.415,64	7.451.522,77	7.749.590,00	8.193.641,51	8.656.582,25
Receitas de Contribuições	2.720.628,84	3.213.921,27	6.858.477,97	7.132.820,00	7.541.530,59	7.967.627,06
Receita Patrimonial	653.924,26	2.912.481,79	82.053,93	85.340,00	90.229,98	95.327,98
Aplicações Financeiras (II)	653.924,26	2.912.481,79	82.053,93	85.340,00	90.229,98	95.327,98
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	209.566.646,05	257.681.397,19	0,000	246.931.390,00	261.080.558,65	2.777,95
Cota-Parte do FPM	60.117.727,08	61.164.919,49	78.464.073,16	81.602.640,00	86.278.471,27	91.153.204,90
Transf. de Recursos do SUS - FMS	35.263.185,68	49.752.546,20	32.027.701,29	33.308.810,00	35.217.404,81	37.207.188,18
Outras Transferências Correntes	114.185.733,29	146.763.931,50	126.942.254,59	132.019.940,00	139.584.682,56	147.471.217,13
Outras Receitas Correntes	141.865,32	188.305,47	137.698,94	143.210,00	151.415,93	159.970,93
Outras Receitas Financeiras (III)	-	-	-	-	-	-
Receitas Correntes Restantes	141.865,32	188.305,47	137.698,94	143.210,00	151.415,93	159.970,93
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	219.747.391,70	269.243.039,57	251.881.728,71	261.957.010,00	276.967.146,67	292.615.790,46
RECEITA DE CAPITAL (V)	12.443.955,06	31.552.623,69	8.469.605,36	7.957.650,00	8.413.623,35	8.888.993,06
Operações de Créditos (VI)	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VII)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-	-	-	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	-	-	-	-	-
Outras Alienações de Bens	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	12.443.955,06	31.552.623,69	8.469.605,36	7.957.650,00	8.413.623,35	8.888.993,06
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	12.443.955,06	31.552.623,69	8.469.605,36	7.957.650,00	8.413.623,35	8.888.993,06
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**232.191.346,76**	**300.795.663,26**	**260.351.334,07**	**269.914.660,00**	**285.380.770,02**	**301.504.783,52**

III.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais dos Resultados Primários e Nominais do Município de Lábrea - AM:

DESPESAS PRIMÁRIAS	Realizada		Reestimado	Previsão		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DESPESAS CORRENTES (XIII)	207.939.137,36	251.155.008,23	219.304.212,60	231.741.130,00	244.177.907,61	256.995.639,34
Pessoal e Encargos Sociais	93.256.732,08	125.966.948,87	142.727.482,46	148.436.580,00	157.512.202,73	167.162.862,46
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	-	-	51.283,71	53.300,00	59.429,50	65.372,45
Outras Despesas Correntes	114.682.405,28	125.188.059,36	76.525.446,44	83.251.250,00	86.606.275,38	89.767.404,43
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	207.939.137,36	251.155.008,23	219.252.928,90	231.687.830,00	244.118.478,11	256.930.266,89
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	19.937.887,54	26.815.891,45	20.310.399,70	21.184.360,00	23.283.201,27	25.589.839,49
Investimentos	19.937.887,54	26.812.290,81	20.053.981,16	20.856.140,00	22.941.754,00	25.235.929,40
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	-	3.600,64	256.418,54	328.220,00	341.447,27	353.910,09
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	19.937.887,54	26.812.290,81	20.053.981,16	20.856.140,00	22.941.754,00	25.235.929,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	-	-	16.839.313,21	17.074.510,00	17.762.612,75	18.478.446,05
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**227.877.024,90**	**277.967.299,04**	**256.146.223,26**	**269.618.480,00**	**284.822.844,86**	**300.644.642,34**
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XII - XXIII)	**4.314.321,86**	**22.828.364,22**	**4.205.110,81**	**296.180,00**	**557.925,16**	**860.141,19**

JUROS NOMINAIS	Realizada		Reestimado	Previsão		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)1	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)2	-	-	-	-	-	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**4.314.321,86**	**22.828.364,22**	**4.205.110,81**	**296.180,00**	**557.925,16**	**860.141,19**

Notas:
1 - Não estão previstos para os exercício de 2027 a 2029 ingresso de recursos decorrentes de aplicações financeiras derivadas de créditos ou remunerações oriundas de eventuais disponibilidades de caixa, bem como variações monterárias associadas a tais recursos.
2 - Também não estão previstos para os exercício de 2027 a 2029 variações patrimoniais diminutivas decorrentes de juros e encargos incidentes sobre passivos classificados como DC, tais como, operações de crédito e empréstimos e financiamentos contraídos com pessoas jurídicas de direito público ou privado.

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

MONTANTE DA DÍVIDA						
R$ 1,00						
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-				
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	-20.121.199,34	9.896.372,10	13.875.834,59	19.078.534,42	24.016.922,85	28.881.283,62
Disponibilidade de Caixa 1	-20.121.199,34	9.896.372,10	13.875.834,59	19.078.534,42	24.016.922,85	28.881.283,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.237.585,72	34.112.580,63	30.239.260,17	31.784.486,36	33.065.401,16	34.272.288,31
(-) Restos a Pagar Processados	4.071.416,90	4.195.309,32	-	-	-	-
(-) Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados	18.287.368,16	20.020.899,21	16.363.425,58	12.705.951,95	9.048.478,31	5.391.004,68
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
DCL (III) = (I-II)	**20.121.199,34**	-	-	-	-	-

Notas:
1 - Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Outras Dívidas";
2 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2026 foi elaborada da seguinte forma:

	Valores
	(R$ 1,00)
Disponibilidade de caixa em 01 de janeiro de 2026	*34.112.580,63*

Realizável em 01 de janeiro de 2026	-
(=) Ativo Financeiro em 01 de janeiro de 2026	*34.112.580,63*
(+) Previsão de Entrada de Recursos até 31/12/2026	*260.433.388,00*
(=) Disponibilidade de Caixa Bruta	*294.545.968,63*
(-) Restos a pagar a serem pagos em 2026	*4.195.309,32*
(-) Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados em 2026	*3.657.473,63*
(-) Despesas orçamentárias a serem pagas em 2026	*256.453.925,51*
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida em 2026	***30.239.260,17***

DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE LÁBREA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2027

AMF - Demonstrativo II (LRF, Art. 4º § 2º, inciso I)					R$1,00	
ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas em 2025**	**% PIB***	**Metas Realizadas em 2025**	**% PIB***	**Variação**	
	(a)		**(b)**		**Valor (c)=(b- a)**	**% (c/a)x100**
Receita Total	173.128.199,42	21,509	303.708.145,05	37,731	130.579.945,63	75,42
Receitas Primárias (I)	168.812.117,80	20,973	300.795.663,26	37,370	131.983.545,46	78,18
Despesa Total	173.128.199,42	21,509	277.970.899,68	34,534	104.842.700,26	60,56
Despesas Primárias (II)	173.064.056,32	21,501	277.967.299,04	34,533	104.903.242,72	60,62
Resultado Primário (III) = (I - II)	(4.251.938,52)	-0,528	22.828.364,22	2,836	27.080.302,74	(636,89)
Resultado Nominal	(4.261.559,99)	-0,529	22.828.364,22	2,836	27.089.924,21	(635,68)
Dívida Pública Consolidada	16.947.451,88	2,105	-	0,000	(16.947.451,88)	(100,00)
Dívida Consolidada Líquida	(57.673.061,47)	-7,165	-	-	-	-

PIB Municipal Previsto e Realizado para 2025	
ESPECIFICAÇÃO	**VALOR (R$ 1,00)**
Previsão do PIB Municipal para 2025	804.921.226,09
Valor efetivo (realizado) do PIB Municipal para 2025	804.921.226,09

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE LÁBREA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2027

AMF - Demonstrativo III (LRF, Art. 4º § 2º, inciso II)												R$1,00
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CORRENTES**											
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total	232.845.271,02	303.708.145,05	30,433	260.433.388,00	-14,249	270.000.000,00	3,673	285.471.000,00	5,730	301.600.111,50	5,650
Receitas Primárias (I)	232.191.346,76	300.795.663,26	29,546	260.351.334,07	-13,446	269.914.660,00	3,673	285.380.770,02	5,730	301.504.783,52	5,650
Despesa Total	227.877.024,90	277.970.899,68	21,983	256.453.925,51	-7,741	270.000.000,00	5,282	285.223.721,63	5,638	301.063.924,88	5,554
Despesas Primárias (II)	227.877.024,90	277.967.299,04	21,981	256.146.223,26	-7,850	269.618.480,00	5,260	284.822.844,86	5,639	300.644.642,34	5,555
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.314.321,86	22.828.364,22	7,565	4.205.110,81	-5,596	296.180,00	-1,586	557.925,16	0,091	860.141,19	0,095
Resultado Nominal	4.314.321,86	22.828.364,22	429,130	4.205.110,81	-81,579	296.180,00	-92,957	557.925,16	88,374	860.141,19	54,168
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	20.121.199,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total	257.071.075,13	317.375.011,58	23,458	260.433.388,00	-17,941	256.873.751,31	-1,367	261.071.438,29	1,634	266.108.996,20	1,930
Receitas Primárias (I)	256.349.114,96	314.331.468,11	22,619	260.351.334,07	-17,173	256.792.560,18	-1,367	260.988.920,38	1,634	266.024.886,04	1,930
Despesa Total	251.585.920,26	290.479.590,17	15,459	256.453.925,51	-11,714	256.873.751,31	0,164	260.845.295,11	1,546	265.635.905,91	1,837
Despesas Primárias (II)	251.585.920,26	290.475.827,50	15,458	256.146.223,26	-11,818	256.510.779,18	0,142	260.478.681,78	1,547	265.265.962,89	1,838
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.763.194,69	23.855.640,61	7,161	4.205.110,81	-5,355	311.314,80	-1,509	510.238,60	0,087	758.923,16	0,092

Resultado Nominal	4.763.194,69	23.855.640,61	400,833	4.205.110,81	-82,373	281.780,99	-93,299	510.238,60	81,076	758.923,16	48,739
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	22.214.659,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Os índices utilizados neste demonstrativo foram obitidos na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação e no Relatório de Mercado FOCUS do Banco Central.

ÍNDICES DE INFLAÇÃO		METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES	
2024	4,90%	2024	Valor Corrente x 1,1040
2025	5,65%	2025	Valor Corrente x 1,0450
2026	4,50%	2026	Valor Corrente
2027	5,11%	2027	Valor Corrente / 1,0511
2028	4,03%	2028	Valor Corrente / 1,0935
2029	3,65%	2029	Valor Corrente / 1,1334

DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE LÁBREA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2027**

AMF - Demonstrativo IV (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)						R$1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio / Capital	-	0	-	0	-	0
Reservas	-	0	-	0	-	0
Resultado Acumulado	226.747.560,14	100	172.166.731,71	100	149.312.156,57	100
TOTAL	**226.747.560,14**	**100**	**172.166.731,71**	**100**	**149.312.156,57**	**100**

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio	-	0	-	0	-	0
Reservas	-	0	-	0	-	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(250.073.367,13)	100	(14.213.897,96)	0	(17.240.535,84)	100
TOTAL	**(250.073.367,13)**	**100**	**(14.213.897,96)**	**0**	**(17.240.535,84)**	**100**

DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE LÁBREA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2027

AMF - Demonstrativo V (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)			R$1,00
RECEITAS REALIZADAS	**2025 (a)**	**2024 (b)**	**2023 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	**2025 (d)**	**2024 (e)**	**2023 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESA mentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESP. CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	**(g)=(Ia-IId)+(IIIh)**	**(h)=(Ib-IIe)+(IIIi)**	**(i)=(Ic-IIf)**
VALOR (III) 1	-	-	-

DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE LÁBREA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MUNICIPAIS 2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES – RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
RECEITAS CORRENTES (I)	**2.448.565,96**	**2.720.628,84**	**5.969.212,85**
Receita de Contribuições dos Segurados	2.448.565,96	2.720.628,84	3.213.921,27
Civil	2.448.565,96	2.720.628,84	3.213.921,27
Ativo	2.448.565,96	2.720.628,84	3.213.921,27
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	2.678.520,01
Civil	-	-	2.678.520,01
Ativo	-	-	2.678.520,01
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	76.771,57
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	76.771,57
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**2.448.565,96**	**2.720.628,84**	**5.969.212,85**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
Benefícios	1.796.860,76	1.996.511,95	2.246.501,17
Aposentadorias	887.860,67	986.511,86	1.273.918,34
Pensões por Morte	909.000,08	1.010.000,09	972.582,83
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre os Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**1.796.860,76**	**1.996.511,95**	**2.246.501,17**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	**651.705,20**	**724.116,89**	**3.722.711,68**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**2023**	**2024**	**2025**
VALOR	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**2023**	**2024**	**2025**
VALOR	-	-	-
APORTES DERECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**2023**	**2024**	**2025**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-

Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
BENS EDIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.566,75	29.785,32	516.275,56
Investimentos e Aplicações	70,95	78,83	3.389.726,34
Outro Bens e Direitos	20.363.734,08	22.626.371,20	25.118.395,12

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
RECEITAS CORRENTES (VII)	**-**	**-**	**-**
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - (IX) = (VII + VIII)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
Benefícios	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre os Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	-	-	-
APORTES DERECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**2023**	**2024**	**2025**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outros Bens e Direitos	-	-	-

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2023**	**2024**	**2025**
Receitas Correntes	-	-	528.543,60
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	-	-	**528.543,60**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes (XIII)	660.414,48	733.793,87	430.070,47
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-
Demais Despesas Correntes	660.414,48	733.793,87	430.070,47
Despesas de Capital (XIV)		-	69.708,64
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**660.414,48**	**733.793,87**	**499.779,11**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)2	**(660.414,48)**	**(733.793,87)**	**28.764,49**
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2023**	**2024**	**2025**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	46.205,66

Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outros Bens e Direitos	-	-	-
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PE	**LO TESOURO**		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2023**	**2024**	**2025**
Contribuições dos Servidores	-	-	-
Demais Receitas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2023**	**2024**	**2025**
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	-	-	-
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII-XVIII)2	-	-	-

DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
MUNICÍPIO DE LÁBREA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2027

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)						R$1,00
TRIBUTO	**MODALIDADE**	**SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**COMPENSAÇÃO**
			2027	**2028**	**2029**	
TOTAL						-

Nota:
Não são estimados valores, para renúncia de receita, relativos a eventual concessão de benefício fiscal, a serem concedidos nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser feito estudo de impacto orçamentário-financeiro por ocasião da concessão do benefício, durante o exercício respectivo.

DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
MUNICÍPIO DE LÁBREA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2027

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)	R$1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2027
Aumento Permanente da Receita	12.366.100,56
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	2.799.488,56
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	9.566.612,00
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	9.566.612,00
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	5.709.097,54
Novas DOCC	5.709.097,54
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	3.857.514,46

Nota:
1 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, nos termos do art. 17 da LRF, no Município de Lábrea para 2027, decorrem do aumento do salário mínimo nacional.
2 - Foi considerado, para 2027, aumento de receita de até 7,02%, resultante de projeção de inflação de 5,11% e crescimento do PIB de 1,91% conforme notas explicativas constantes das tabelas respectivas de projeção das receitas.

Publicado por:
Ormizio de Souza Leitão
Código Identificador:ADEAE1DF